

Célia Maria Taborda da Silva

O MOSTEIRO DE GANFEI

Propriedade, Produção e Rendas no Antigo Regime

(1629 - 1683 e 1716 - 1822)

PORTO
1993

Célia Maria Taborda da Silva

O MOSTEIRO DE GANFEI

Propriedade, Produção e Rendas no Antigo Regime

(1629 - 1683 e 1716 - 1822)

**Dissertação de Mestrado em História
Moderna, apresentada à Faculdade de
Letras da Universidade do Porto**

**PORTO
1993**

PRINCIPAIS ABREVIATURAS

A.D.B.	Arquivo Distrital de Braga
A.N.T.T.	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
B.P.M.P.	Biblioteca Pública Municipal do Porto
A.D.V.C.	Arquivo Distrital de Viana do Castelo
C.S.B.	Congregação de São Bento
Conv. e Most.	Convento e Mosteiro

NOTA PRÉVIA

Antes de iniciarmos este estudo queríamos deixar aqui expressos os nossos agradecimentos a todas as pessoas - amigos ou meros conhecidos - que duma forma mais directa ou indirectamente, contribuíram para que este trabalho se realizasse.

Em particular, agradecemos ao Professor Aurélio de Oliveira pelos conselhos, sugestões, informações e orientação com que sempre nos prodigalizou.

Agradeço aos meus pais e irmã pelos incentivos e, apoio total e incondicional que me concederam.

O nosso gesto de agradecimento vai igualmente para o Senhor João Macedo Silva, proprietário do mosteiro de Ganfei, pelo interesse que desde o início manifestou pelo nosso trabalho e pelos meios que nos facultou, e que muito obviaram a nossa tarefa.

INTRODUÇÃO

O mosteiro de Ganfei e a sua documentação serviu-nos de base para o estudo económico que realizamos e, que se apresenta nas páginas seguintes.

A falta de estudos neste sector e, mais concretamente no que concerne à história agro-económica, e o atraso da nossa historiografia, neste campo, relativamente aos nossos congéneres europeus impulsionaram-nos nesta escolha, aconselhados pelo nosso orientador.

Os trabalhos de história agrícola e rural não têm granjeado grandes adeptos, só em casos isolados obras deste teor se tem realizado para a época moderna. Estamos a referir-nos a *Le Portugal Méditerranéen à la fin de L'Ancien Régime - Début du XIX siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée* de Albert Silbert, ao *Algarve Económico: 1600-1773* de Romero de Magalhães, *A Abadia de Tibães e o seu domínio 1630/80 - 1813. Propriedade, Exploração e Produção agrícolas no Vale do Cávado durante o Antigo Regime* de Aurélio de Oliveira e *A Produção Agrícola de Viseu entre 1550-1700* de João Nunes de Oliveira, e posteriormente algumas teses de Mestrado (1).

Ora, no Antigo Regime o país era essencialmente rural e agrícola, portanto, torna-se lacuna grave para a nossa história que não se conheça melhor esta realidade. Para isso, é preciso que se comecem a fazer estudos locais,

regionais, verdadeiras monografias como aconselha Le Roy Ladurie (2). Só assim se pode chegar a conclusões abrangentes e elucidativas sobre esta faceta da nossa actividade económica. É certo que estudos deste género impõe à partida uma limitação - falta de documentos. O tipo de propriedade e a inexistência de uma mentalidade capitalista eram factores suficientes para que não se generalizasse o uso dos registos contabilísticos. Este limite arrasta consigo outro - selecção de factos - atomizando logo a realidade. É dessa forma que neste estudo vai ser privilegiado o Senhorio em prol da comunidade camponesa, é o lado económico do mosteiro que vai ser realçado, ficando diluídas as relações económicas que esse grupo heterogéneo estabelecia com ele. Isto porque os registos, se bem que pouco abundantes para esse mundo rural, são menos herméticos para os grandes senhorios rurais, sobretudo eclesiásticos.

É assim que se encontra no Arquivo Distrital de Braga um considerável espólio dos mosteiros beneditinos, embora o grosso do acervo de Ganfei se encontre na Torre do Tombo. Esta documentação permitiu-nos aquilatar do espaço dominial de um Senhorio rural, neste caso o mosteiro de Ganfei, e de certa forma visionar toda essa massa humana que girava em torno deste polo economicamente dinamizador da região e, sobre a qual estendia directamente os seus tentáculos. Possibilitou-nos ainda observar a forma como exploravam agricolamente os seus espaços, o nível de produção atingido e ainda as rendas de que auferiam.

Como este trabalho é de cariz essencialmente económico preterimos outras vertentes inerentes a este mosteiro, por exemplo, a sua dimensão sócio-religiosa. Ele era o ponto de confluência da comunidade, criando um certo convívio entre as populações que se acentuava com os rituais litúrgicos e principalmente com as festas religiosas. Não esqueçamos que nas aldeias de Antigo Regime não havia outro meio de diversão. Ao mesmo tempo todo o esplendor que rodeava as cerimónias litúrgicas criava uma atmosfera propícia ao deslumbramento e ao esquecimento das misérias quotidianas.

Esta vertente embora não antagónica da que escolhemos, não se enquadra no âmbito deste estudo, mas não fica fora dos nossos planos de aprofundarmos tudo o que diz respeito a este mosteiro e seja passível de análise.

Mas voltando ao tema que propusemos neste trabalho. As balizas cronológicas não foram nossa escolha arbitrária, mas sim, resultado da documentação de que dispunhamos. Efectivamente a demarcação 1629/83 - 1716/1822, deve-se exclusivamente à inexistência de "Estados", documentos base deste trabalho, entre 1683-1716. Esta lacuna amputou do nosso conhecimento um período chave, como seja o virar do século XVII para o XVIII. Foi, também, a documentação que determinou o grau de profundidade com que tratamos os assuntos analisados nos vários capítulos.

Procuramos neste estudo dar a conhecer a orgânica interna e externa de um Senhorio rural. Para isso dividimos o trabalho em quatro partes. Numa

primeira, começamos por fazer o enquadramento histórico - geográfico do mosteiro, não esquecendo a sua gestão e administração. Na segunda parte mostramos a forma como adquiriu o seu património e como era constituído, e num segundo capítulo tentamos ver o lado dos menos favorecidos, aproximarmos do nível de vida daqueles que dalguma forma sofriam uma pressão económica do mosteiro e que, contribuíam para o engrossar das rendas do mesmo. Numa terceira parte, abordamos o problema da produção agrícola na região servindo-nos de vários indicadores: as rentabilidades, receitas decimais e preços. Na quarta parte dedicamos a nossa atenção ao estudo da renda, partindo dos ingressos recebidos pelo mosteiro.

Este é um estudo que se deve entender na longa duração e que se quis comparativo, quer com outros trabalhos nacionais quer estrangeiros, uma vez que as nossas regiões e o nosso país não se encontram isoladas mas são parte integrante de uma realidade mais vasta.

Procuramos nas páginas que se seguem submeter os documentos a uma série de questões, sobretudo de âmbito económico, depois agrupá-las, analisá-las, dar-lhes intelegibilidade de maneira a que se entenda melhor a evolução agrícola da região e concomitantemente do país. Estamos cientes de que as dificuldades que encontramos impuseram limitações ao trabalho. Apesar de tudo, julgamos, como era nossa intenção, ter de alguma forma dado um contributo válido para a história da economia agrícola durante o Antigo Regime.

NOTAS

- (1) Amorim, Inês - Mosteiro de Grijó - Senhorio e propiedade: 1560-1720 (Formação, Estrutura e Exploração do seu domínio), Porto, 1986
- Maia, Fernanda Paula F. O. de Sousa - O Mosteiro de Buistelo: Propriedade e Produção Agrícola no Antigo Regime (1638-1671 e 1710-1822), Porto, 1989.
- Mota, Salvador - O Mosteiro de Santa maria do Bouro: Propriedade e Rendas (1655-1755), Porto, 1989.
- (2) Le Roy Ladurie, Emmanuel - Les paysans de Languedoc, Paris, S.E.V.P.E.N., 1966, p.281.

1ª PARTE

1ª PARTE

CAPÍTULO I

O MOSTEIRO DE GANFEI

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Mosteiro de monges beneditinos, situado no termo da Vila de Valença, na margem esquerda do rio Minho, dista do centro da Vila cerca de 5 Km.

Fundado remotamente, mas em data incerta (1), teria sido, segundo a tradição, edificado no tempo de S. Martinho de Dume ou S. Frutuoso, destruído pelo Almansor em 997, e reedificado em 1018 por Ganfrido, Ganfredo ou Ganfei.

Esta é a origem da fundação veiculada pela literatura do século XVII e XVIII (2). A falta de documentos que remontem a essa era é o motivo de especulação (3).

A reedificação por Ganfei também é dúbia, já não o sendo a sua existência, pelas relíquias tão cuidadosamente guardadas e preservadas pelos monges daquele mosteiro e, que hoje se encontram na capela-mor. A sua fama de santo extrapolou fronteiras e difundiu-se por toda a Galiza, fazendo acorrer ao mosteiro peregrinos portugueses e galegos em busca do seu poder miraculoso, contra o "mal da tosse" (4). Uma pedra "achada no edifício antigo e que se enterrou nos alicerces da nova"(5), seria o único testemunho desta reedificação. Esta prova acaba por não ser muito credível, pois é estranho que os monges ao terem achado esta pedra não a tivessem cuidadosamente guardado junto às relíquias do seu santo, como mais um marco histórico enaltecendo a acção do seu fundador.

A primeira referência concreta ao mosteiro data do reinado de D. Teresa e consta de uma doação feita por D. Teresa (1112-1128) da igreja de S. Paio de Mozelos (c. de Paredes de Coura) a Paio Guterres com a condição de, por morte, a deixar aos mosteiros de St^a Maria de Oia e S. Salvador de Ganfei (6).

Este mosteiro existe, pelo menos, desde o século XII, mas é provável que a reedificação em 1018 tivesse sido a edificação. Não é hipótese a desconsiderar pois é esta a altura da introdução da regra de S. Bento na Península e renovação da liturgia, que se traduziu pela construção de novos edifícios (7).

Era cenóbio do Padroado Real (8), advindo-lhe o seu pecúlio inicial das doações reais, acrescido depois, em boa parte, através das dádivas generosas dos fiéis, que viam nos seus monges uns bons mediadores para um acesso mais fácil à morada celeste (9). A sua prosperidade económica era já evidente em finais do século XII, pois ajudou com as suas rendas a povoar Valença e a fundar as igrejas de Santa Maria de Cristelo e a dos Anjos (10), tendo sido em 1320 taxado em 300 libras (11). Possuía quatro coutos: Ganfei, Rebordãos, Porreiras, e Vilarinho (12).

O seu prestígio e o seu posicionamento terá levado o conde D. Pedro a elegê-lo para sua estadia durante quatro anos, aquando das ameaças de guerra do rei castelhano - Fernando 4º (13). Nessa altura teria reedificado o mosteiro. Se a presença de D. Pedro é admissível e referenciada no seu livro de Linhagens (14), nada menciona quanto à reedificação (15).

Alguns anos mais tarde (cerca de trinta) vai este mosteiro confrontar-se com dificuldades, para as quais terá contribuído um certo desregramento de costumes da comunidade. A introdução de leigos no convento, a arrecadação de bens da comunidade para usufruto próprio aliada à indisciplina, são causas que colocaram abades contra monges (16) e arruinaram a casa de tal forma que o Abade Vicente Fernandes escreve ao rei D. Pedro, dizendo que o mosteiro foi "delapidado e dāpnificado per tal guisa que nom auja em el nehua cousa de mantijmento" (17), pelo que o rei lhe envia uma carta dando permissão

"per que o moesteiro de ganfrey possa auer e teer os beens que lhe leixarem" (18). Para este estado precário em que o mosteiro se encontrava contribuiu, também, o grande número de padroeiros leigos que à custa dele se sustentavam (19).

Ganfei volta a recuperar o seu prestígio e os seus bens com os abades perpétuos que se seguiram, tornando-se novamente uma "caza poderosa e rica" (20).

Em 1499, D. Manuel doou o padroado da Vila de Valença com suas Terras, Igrejas e Mosteiros ao Marquês de Vila Real que, tomando posse do de Ganfei em 29 de Fevereiro de 1500, passa então a nomear Abades Comendatários entre os membros da sua família e, "asim se formou no seu tempo aquela nuvem, que engrosando com os anos veio a disparar sobre os Monjes da Reforma as tempestades violentas, e impetuozas, que meterião a pique o Mosteiro, se a afouteza, e constancia dos Pilotos, que o governavão, afrouxasem por hum só momento" (21).

O último Abade Comendatário foi D. André de Noronha, considerado um "disipador e devorador" (22), devido às doações nimiamente feitas à sua família.

Entretanto, encetava-se em Portugal, em alguns mosteiros, a reforma monástica que culminaria com a formação da Congregação portuguesa em 1566, por bula de Pio V.

Resultante deste movimento reformador tinham chegado a Portugal alguns monges reformadores vindos da Congregação de Valladolid, entre eles Fr. Pedro de Chaves e Fr. Plácido de Vilalobos, cujo papel foi fundamental na consolidação do movimento reformista da Ordem (23). Mais tarde chega Fr. Alonso de Zorilla para proceder à visitação dos mosteiros portugueses. Do relatório deste monge consta que Ganfei estava sonegado assim como Sanfins e S. João de Longos Vales, e o reformador sugere que "juntados todos los dichos podrán hazer una massa gruesa por que su Alteza haga una casa muy principal de la Ordem de Stº Benito en este reyno" (24). O que não veio a acontecer, dos três mosteiros somente Ganfei é incorporado na Congregação de S. Bento em dois de Outubro de 1569, por bula de Sisto V (25), mas não de forma efectiva.

Com efeito, a Casa de Vila Real continuou a nomear Comendatários. Os monges recorrem à justiça e, apesar das sentenças favoráveis a estes, o Marquês não desiste do padroado (a que já não tinha direito), e em 1582 toma-o à força "saltando as grades do cruzeiro da Igreja de Ganfey, capitaneando gentes armadas...erão gentes de Valensa e vasalos do Marquês" (26).

Existência atribulada tiveram os monges durante largos anos, só ultrapassada mediante o estabelecimento de uma composição com os Marqueses, pela qual, estes se comprometiam a depor as armas e renunciar ao padroado em troca de algumas igrejas da sua apresentação e certas pensões em dinheiro (27).

Finalizava, desta forma, uma administração turbulenta, cujo saldo foi a dispersão de parte notável do temporal do mosteiro (28).

Em cinco de Maio de 1588 retorna definitivamente para a posse da Congregação (29), embora mantendo litígios com os marqueses até 1617 (30). Esta passa, então, a nomear Abades trienais para administradores. E para que não volte a haver usurpação dos bens da Ordem, são prescritos a cada Casa livros de contas, entre os quais se contam os "Estados" (31). Relatórios aonde eram discriminadas todas as receitas e todos os gastos para trienalmente serem apresentados em Capítulo Geral.

Este mosteiro não era grande em termos de efectivos humanos, nunca ultrapassou os dez monges, havendo triénios que esse número foi apenas de quatro (32), e alguns mesmo de três (33). Em contrapartida, era enorme em "largueza na charidade para com os pobres, Hospedes e Peregrinos" (34). O seu posicionamento perto da estrada que de Braga seguia para Santiago, tornava-o um local de acolhimento de viajantes e peregrinos que nas suas deslocações a ele acorriam, até pela inexistência de outro tipo de instalações, como estalagens e albergarias (35).

O seu papel não se quedava por aqui. Como Senhorio rural estendia o seu domínio sobre a região, exercendo um forte poder sobre os homens, que era reforçado pela sua dimensão espiritual. A própria igreja do mosteiro era o centro polarizador da vida religiosa da freguesia.

As guerras da Restauração vão agitar a vida desta comunidade. Sendo a zona das Ribeiras do Minho um local activo dos confrontos entre portugueses e espanhóis, estes conflitos vão estender-se e afectar directamente o mosteiro. Por mais que uma vez o inimigo elege-o como escopo das suas investidas, obrigando os monges a largarem a sua casa e a refugiarem-se nos montes de Coura (36).

Em seis de Maio de 1657 o General Pantoja e o seu exército entram no mosteiro, derrubando o muro da Cerca e marchando sobre os campos de cultura, para lá se alojarem durante cinco dias. Nesse período, sustentam-se com os cereais e vinho do mosteiro e, antes de se retirarem abastecem-se com haveres da casa, roubando desde roupa das hospedarias a serviços de estanho do refeitório, não escapando as próprias alfaias agrícolas (37).

Em vinte e um de Junho do mesmo ano entram novamente no mosteiro, e por terem menos que roubar destróiem portas e janelas para levar as fechaduras (38).

A anarquia provocada pela entrada do inimigo e a consequente retirada dos monges, deixou o mosteiro à mercê de ladrões, que furtaram mais de dois mil alqueires de milho, trigo e centeio, o que veio agravar os prejuízos causados pelos espanhóis (39).

A acção dos monges de S. Bento nestas guerras, tão exaltada por Frei Leão de S. Tomás (40), traduziu-se por parte dos monges de Ganfei, numa

ajuda e apoio que não foi apenas espiritual, mas também material. Acudiam os feridos de guerra dando-lhe cama e comida e socorriam os soldados que defendiam a praça enviando-lhes mantimentos (41).

Todas estas dádivas vão reverter em perdas consideráveis para a casa. Acresce que, além dos gastos que fez, ainda se vê privado de parte das suas rendas uma vez que, as incursões devastadoras se estendem às freguesias vizinhas, na maioria das quais o mosteiro cobrava as suas pensões. Os caseiros confrontando-se com as culturas desfeitas, vêm-se impossibilitados de satisfazer as suas obrigações foreiras (42).

Mas a participação do mosteiro nesta guerra ainda não terminou. Continuando os espanhóis os seus ataques, achou o conde de Castelo Melhor estar o mosteiro no local mais estratégico para acorrer à defesa das Ribeiras, e ser o lugar "donde com mais segurança podesse a Cavalaria estar alojada" (43). Assim sendo, logo após ter obtido autorização do D. Abade mandou para lá uma companhia de Infantaria sobre as ordens do capitão Lourenço Craveiro e, depois, duas de Cavalaria de que eram capitães Sebastião Pita Soares e Diogo Pereira de Araújo (44).

O aquartelamento destas companhias vai tornar mais caótica a vida monacal. O seu espaço é totalmente invadido, sendo o claustro transformado em cavalaria e os seus aposentos cedidos aos soldados, não deixando os monges de os socorrer em todas as necessidades (45). Como refere Fr. Antonio da Assunção

Meireles a vida conventual não fez esmorecer nestes homens o seu dever de cidadãos patriotas (46).

Findo este período volta a acalmia e o recatamento. O edifício do mosteiro é restaurado e fazem outras obras dentro e fora da cerca que se prolongam por todo o século XVIII (47). A estabilidade e prosperidade que se viveu contribuiu para canalizar verbas para as obras de embelezamento e inclusive para a compra de vários ornamentos (48).

A passagem das tropas francesas deixa rastros de violência e destruição a que não escapou este mosteiro. E em dezassete de Abril de 1809, antes de se retirarem, desferem-lhe um sério golpe "deitarão fogo ao Mosteiro por todos os lados de maneira que ardeu todo em menos de duas horas" (49).

Desolados com o estado a que o mosteiro ficou reduzido, os monges tem que se alojar numas casas no lugar da Ufe, e desinteressam-se pela reedificação do mosteiro (50). Só com a nomeação de novo Abade trienal as obras de reconstrução tomam novo impulso (51).

Mal refeito deste episódio é extinto em 1834 e os seus bens vendidos publicamente. A igreja passa a paroquial e o mosteiro é arrendado ao padre encomendado (52), e posteriormente vendido a António Xavier Torres e Silva de Caminha, que por sua vez o vendeu a outros.

Este mosteiro de Ganfei com vida intensa ao longo da história e, principalmente ao longo da época moderna, encontra-se hoje em estado letárgico.

As suas paredes ainda estão de pé, ostentando todo o conjunto ainda uma certa monumentalidade, que outrora o caracterizou. Mas a esperança de poder voltar a estar activo não definhou, bem pelo contrário, espera ansiosamente ser restaurado para de novo poder intervir na vida dos homens e da comunidade.

NOTAS

- (1) "... e assi se pode colegir da sua mt^a antiguidade porque de alguns papeis, que se achão no cartorio deste Mostr^o consta que existia ja no anno de seis centos e desanove; no de 691 passou a viver no Mostr^o de Azere hum monge deste Mostr^o chamado Fr. Sisnando".
(Cf. A.D.B., Conv. e Most., Ganfei, l^o 58 - Dietário e Costumeiro, 1728, p.10).
- (2) S. Tomás, Fr. Leão de - Benedictina Lusitana, tomo I, trat.II, 1644, p.419 a 421.
Costa, P. Antonio Carvalho da - Corografia Portugueza, tomo I, Lisboa, 1706, p.274, 275.
- (3) "Não chegão os documentos do arquivo ao tempo da fundação, motivo porque seguirei a opinião mais comum que atribue a primeira fabrica de Ganfey, ou a S. Martinho de Dumiense, ou a S.Fructuozo; consta porem que existia antes do ano 691, no qual deu ao Mostr^o de Azêre para Prior, o Monje Fr. Sysnando". (Cf. Meireles, Fr.Antonio da Asumsão -

Memorias para a Historia Geral da Congregação de S.Bento de Portugal...Memorias para a Historia particular do Mosteiro de Ganfey,
1796, Ms nº364 da B.P.M.P., Memoria 1ª, fl.n/n.

- (4) S.Tomás, Fr. Leão de - o.c., p. 421.
- (5) Meireles, Fr. Antonio da Asumsão - o.c., Memoria 1ª, fl.n/n.
- (6) P.M.H., Inquisitiones (Inquirições de D.Afonso III - 1ª alçada), Lisboa, 1888, T.I, p.353.
- (7) Mattoso, José - A introdução da regra de S.Bento na Península Ibérica, sep. da Revista Bracara Augusta, XXX. Fasc. 69 (81), Janeiro-Junho, 1976, p. 1-19.
Idem, Data da introdução da liturgia romana na Diocese de Braga, in "Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa", Lisboa, I.N.C.M., 1982, p.91-102.
- (8) P.M.H., Inquisitiones (Inquirições de D.Afonso III- 1ª alçada), Lisboa, 1881, T.I, p.365.

- (9) Atitude típica da mentalidade medieval. A este respeito veja-se, Mattoso, José- Le Monachisme Ibérique et Cluny. Les Monastères du Diocèse de l'an mille à 1200, Louvain, 1969, p.344-345.
- (10) S. Tomás, Fr. Leão de - o.c, p.421.
Nas Inquirições refere que o abade fez "outra ecclesia, fora do muro que ora é contra o rio, que chamam Sanctus Vicentius". (Cf.P.H.M., Inquisitiones (Inquirições de D.Afonso III - 1ªalçada), Lisboa, 1888, T.I, p.365).
- (11) Costa, P. Avelino de Jesus da - A Comarca Eclesiástica Eclesiástica de Valença do Minho, in "Actas do 1º Colóquio Galaico-Minhoto", vol.I, Ponte de Lima, 1/5 de Setembro de 1981, p.108.
- (12) S.Tomás, Fr. Leão de - o.c., p.421.
Pinho Leal, A. S. d'Azevedo Barbosa - Portugal Antigo e Moderno, Lisboa, 1874, p.259.
- (13) Meireles, Fr. Antonio da Asumsão - o.c., Memoria 2ª, fl.n/n.

- (14) Livro de Linhagens do Conde D.Pedro, Prefácio e notas de José Mattoso, P.M.H., Nova Série, V.II, Academia das Ciências, Lisboa, 1980, p.277.
- (15) Frei Francisco Brandão escreveu na sua obra Monarquia Lusitana, que o mosteiro foi reedificado por D.Pedro, conde de Barcelos, aquando da sua presença em Riba Minho por ocasião das guerras com Castela, "Memorias ha no mosteiro de Gãfei da Ordem do nosso Padre São Bento, que residio nelle o Conde D. Pedro quatro annos nas occasiões de guerra com Castella, e que o reedificara". (Cf. Brandão, Fr. Francisco - Monarchia Lusitana, V parte, 1650,p.184).
- (16) Meireles, Fr. Antonio da Asumsão - o.c., Memoria 2ª, fl.n/n.
- (17) Chancelarias Portuguesas. D.Pedro I, Lisboa, I.N.C.M., 1984, Doc.960.
- (18) Idem, ibidem.
- (19) Meireles, Fr. Antonio da Asumsão - o.c., Memoria 2ª, fl.n/n.
- (20) S. Tomás, Fr. Leão de - o.c., p.421.

- (21) Meireles, Fr. Antonio da Asumsão - o.c., Memoria 3ª, fl.n/n.
- (22) Idem, ibidem.
- (23) Aquino, Fr. Tomás de - Elogios dos reverendissimos, padres DD.Abades Geraes da Congregação Benedictina do Reyno de Portugal e principado de Brasil, Porto, 1767, p.6.
- (24) Pascual, E. Zaragoza - Reforma de los benedictinos portugueses (1564-1565), in "Bracara Augusta", vol.XXXV, Jan.-Dez., nº79-80(92-93), p.288.
- (25) Meireles, Fr. Antonio da Asumsão - o.c., Instrumento da pósse do Mostr.º do Salvador de Ganfey, fl.n/n.
- (26) Idem, ibidem, Memoria 3ª, fl.n/n.
- (27) Idem, ibidem, Contrato final entre a Caza de Vila Real e Ganfey, fl.n/n.
- (28) Idem, ibidem, Memoria 6ª, fl.n/n.
- (29) Idem, ibidem, Instrumento..., fl.n/n.

- (30) Idem, ibidem, Memoria 3ª, prova nº6.
- (31) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89-90.
- (32) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89 - 90, E. 1629, 1632, 1653, 1776, 1813.
- (33) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89-90, E. 1659, 1665, 1668, 1810, 1819.
- (34) S.Tomás, Fr. Leão de - o.c., tomo I, p.421.
- (35) Almeida, C.A. Ferreira de - Vias Medievais de Entre Douro-e-Minho, tese de licenciatura policopiada, Porto, 1968, p.79.
- (36) Meireles, Fr. Antonio da Assunção - o.c., (10) Instrumento dos Padres do Mosteiro de Ganfei, dos danos, que no tempo da guerra se fizeram no dito convento, fl.n/n.
- (37) Idem, ibidem.

- (38) Idem, ibidem.
- (39) Idem, ibidem.
- (40) S.Tomás, Fr.Leão de - o.c., tomo I, p.421-422.
- (41) Meireles, Fr. Antonio da Asumsão - o.c., (1O) Instromento dos Padres..., fl.n/n.
- (42) Idem, ibidem.
- (43) Idem, ibidem, Carta IIIª.
- (44) Idem, ibidem, (1O) Instromento dos Padres..., fl.n/n.
- (45) Idem, ibidem.
- (46) Idem, ibidem, Memoria 4ª.
- (47) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89-90.

- (48) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89-90.

- (49) A.D.B., Conv. e Most., Ganfei, nº59 - Dietário e Costumeiro, 1800, p.75v.

- (50) Idem, ibidem, p.75v-76.

- (51) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº90, E.1813.

- (52) A.N.T.T., convento de Ganfei, Maço 1, nº554, Inventário dos bens do Mosteiro de Ganfei depois da extinção do Mosteiro em 1834.

CAPÍTULO II

O MEIO FÍSICO

" No es posible formarse una idea de a historia de la agricultura sin antes averiguar qué factores han tenido influencia sobre el ejercicio de este tipo de actividades."

(1)

O conhecimento geográfico surge como elemento de primeira necessidade para uma investigação sobre história rural.

As condições naturais - clima, relevo, solo - foram decisivas na ordenação do território (2) e nos produtos que dele se obtem. A sua incidência na agricultura foi tanto mais marcante quanto mais exíguos eram os meios técnicos ao dispôr do homem. Daí, o seu conhecimento se tornar indispensável para a compreensão da vida agrícola.

Numa época parca de recursos tecnológicos, o camponês não

dispunha senão de métodos empíricos para adequar a produção ao meio. Hoje, embora já consiga discernir as causas e efeitos de certas práticas, está ainda longe de ter certezas quanto aos resultados que pretende obter. Por isso mesmo, o sentimento de fragilidade e dependência face à natureza continue a dominá-lo (3).

Em Portugal, o sector agrícola ainda enferma de falta de dinamismo e de competitividade (4), mantendo-se em algumas regiões as obsoletas estruturas que dão à agricultura um pendor doméstico e de autoconsumo (5).

Não podemos, no entanto, deixar de enaltecer o esforço tenaz que os camponeses, ao longo dos tempos, fizeram no sentido de adequar o meio às suas necessidades de sobrevivência.

A paisagem Minhota reflecte bem a harmonia entre o homem e o meio. Como bem observou Jaime Cortesão : " talvez em parte alguma de Portugal a terra moldasse o homem e o homem moldasse a terra tão mútua e intimamente como no Minho (6)".

Os enquadramentos geográficos que se seguem visam inserir o homem do Alto Minho no palco físico em que ele se movimentou, para melhor aquilatarmos das dificuldades que teve e dos resultados que obteve, à luz dos condicionalismos que encontrou.

1. GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

Geologicamente o mosteiro e as suas propriedades inserem-se no Maciço Antigo, onde as rochas graníticas ocupam a maior extensão (7), seguidas de perto, em termos de representatividade, pelos xistos argilosos (8).

As formações geológicas dominantes são:

- Do período Pós-Estefaniano ou Ante-Vestefaniano.
- Da Era Primária, com o Pré-Câmbrico-Câmbrico.
- Da Era Antropozóica, com os períodos Holocénico e Plistocénico (9).

Ocupam a maior superfície do concelho as formações do primeiro período, a que corresponde o granito calco-alcalino de "textura porfiróide, levemente róseo, no geral com grandes cristais de feldspato" (10).

O solo nesta região é composto por "Cambissolos Húmicos", ou seja, um tipo de solo leve que permite um razoável aproveitamento agrícola, favorecido pela constituição granítica da rocha-mãe que, por ter grandes fissuras é muito permeável permitindo a infiltração das águas (11). Além disso, os solos derivados dos granitos são de melhor qualidade que os xistosos.

O granito, abundante nesta zona, possibilitou ao mosteiro a utilização desta pedra (12) no muramento das propriedades e na construção de aquedutos (13).

O relevo alterna entre a montanha e o vale, possibilitando um aproveitamento económico do espaço em concomitância com a topografia. Ao mesmo tempo, dá à paisagem um aspecto diversificado pela variedade de culturas. À medida que a altitude aumenta, o milho cede lugar ao centeio, assim como o pinheiro vai sendo substituído por carvalhos e castanheiros (14).

Desta forma, vamos encontrar no concelho de Valença quatro zonas de aproveitamento agrícola:

1ª - Zona Baixa - junto às margens do rio Minho e dos ribeiros seus afluentes. Constituída por solos de aluvião, boa para a agricultura. Era nesta zona favorável à agricultura que o mosteiro tinha muitas terras.

2ª - Zona de Terraços - é um pouco mais elevada que a anterior, mas ainda apresenta cotas baixas. Os solos são cascalhentos e revestidos na grande maioria por pinhais e matos.

3ª - Zona de meia encosta - a altitude varia, aqui, entre os 100 e 200-300 metros. O solo é de formação granítica ou xistosa. É bastante agricultado e encontra-se quase na totalidade armado em socalcos.

4ª - Zona serrana - abrange as cotas mais elevadas. O solo não é agricultado e é sobretudo ocupado por vegetação rastejante (15).

É na zona de meia encosta que se situa o mosteiro de Ganfei com a sua grande Cerca (16). A casa situada no princípio da encosta, encontra-se rodeada pelas terras de cultivo que apresentam um certo declive. Por isso, os

monges de Ganfei tiveram que armá-lo em socacos (17) de forma a que fossem minimizados os efeitos das enxurradas e de outros agentes da erosão.

Só dotando o solo de todos os meios e trabalhando-o da forma mais apropriada, conseguiu este mosteiro tirar da terra um bom rendimento, embora as características do solo sem serem excessivamente boas também tivessem ajudado. Mas, só o desvelo constante por parte dos administradores da casa possibilitou obter bons resultados agrícolas.

2. HIDROGRAFIA

A principal linha de água é o rio Minho que, nascendo em Espanha corre no concelho de Valença ao longo de 15 Km banhando, entre outras, a freguesia de Ganfei.

Este rio no seu curso inferior é constituído por três terraços: inferior, médio e superior, que se encontram a jusante de Valença e correspondem a três períodos de erosão (18). O primeiro é constituído por argila e alguns calhaus rolados de quartzito. Os outros dois terraços são constituídos

por calhaus de quartzito bem arredondados, cujo tamanho vai "do de um ovo de galinha até ao de uma cabeça humana; têm cor amarelo-claro e estão ligados por argila vermelha acastanhada" (19). Entre os depósitos dos três terraços o "granito subjacente aflora e é muitas vezes alterado até à profundidade de 5 a 6 m" (20). Entre o granito e as cascalheiras dos terraços superiores encontra-se em alguns lugares um "depósito fluvial constituído por camadas alternadas de areia e caolino" (21).

É, por conseguinte, a zona ribeirinha a mais fértil, uma vez que, o solo sujeito a inundações acumula mais sedimentos dos resíduos da erosão. Apesar disto, esta zona também tinha os seus inconvenientes, é que às vezes as inundações eram em demasia, soterrando estas terras e destruindo culturas: "o dito rio de minho cõ as grandes enchentes dagoa ...tem cuberto muitas terras da freg^a... e pello dano que tem feito o dito rio tem recebido o mostr^o grande quebra em suas rendas, e os lauradores da mesma maneira" (22).

Afluentes do rio Minho são a ribeira de Mira ou Cerdal e o rio Manco que, por sua vez, tem como afluentes a ribeira da Furna e a dos Fogos. Estas correntes de água proporcionam um importante fundo de possibilidades de regadio, juntamente com as numerosas fontes que pululam na região.

3. CLIMA

Dos factores do meio, o clima é o mais aleatório e o que exerce um maior arbítrio sobre o homem.

Os seus componentes - temperatura, humidade, vento - intervêm directamente no desenvolvimento das espécies e uma alteração climática acentuada pode alterar os ciclos vegetativos e tornar calamitosa a vida de uma comunidade rural, principalmente, se a sua economia é de autosubsistência, como acontecia no Minho de Antigo Regime. Le Roy Ladurie observa que: "en ces sociétés surtout agricoles, dominées par le problème souvent difficile des subsistances, les rapports entre l'histoire du climat et l'histoire de l'homme avaient en effet dans le temps court, un caractère d'urgence qu'ils ont aujourd'hui perdu" (23).

Os historiadores que se debruçam sobre a história rural (24) reclamam cada vez mais a necessidade de se efectuarem estudos sobre o clima, feitos a nível regional e especialmente realizados ao longo do tempo, afim de haver uma maior elucidação e compreensão da incidência destes factores na história da humanidade.

À crise económica vivida pela Europa no século XVII não foram alheias as condições climatéricas que, então, se fizeram sentir (25).

Entre nós, os anos de 1640-65 são bastante difíceis, frios ou secos em demasia, caracterizando-se de péssimos os de 1693-99 (26). Até 1713 a situação mantêm-se com maior ou menor severidade (27). O século XVIII conhece, depois, um breve período favorável até 1718, após o que se verificam anos, ora benignos ora de miséria e dificuldades generalizadas, como na década de 1750, mas que ainda atinge maior gravidade em 1768-69 (28). O final deste século foi vivido sob o signo da adversidade climatérica que se prolonga pelo século seguinte, reflectindo-se os seus efeitos funestos sobre a produção agrícola. Em 1800 o "Inverno e Primavera forão de contínuas chuvas; os trigos nesta continuada humidade perderão as suas principais raízes... pouco melhores forão as cevadas" (29), como relatou J. V. Alvares da Silva em relação a Tomar. Esta descrição é corroborada pelos registos feitos em Ganfei que, referem o ano de 1800 e o triénio subsequente como de chuva e mau tempo generalizado (30). Os monges de Ganfei fizeram durante os três primeiros anos do século XIX apontamentos diários, ao longo dos doze meses do ano, sobre as condições atmosféricas. Assim, para Janeiro de 1800 registaram o seguinte: "1- sol e vento quente, 2- nublado, 3- chuva, 4- chuva, 5- chuva e vento suão quente, 6- chuva e vento forte, 7- nublado, 8- trovoens e muita chuva, 9- vento tempestuozo e trovoens, 10- chuva, 11- chuva e vento forte, 12- chuva, 13- chuva e vento fortissimo, 14- chuva e vento, 15- trovoens e chuva, 16- chuva, 17- chuva e vento, 18- vento, 19- chuva, 20- nublado, 21- nubens e vento, 22- nublado e

algua chuva, 23- chuva, 24- nublado e vento frio, 25- nublado e frio, 26- chuva, 27- chuva, 28- sol e vento norte frio, 29- vento frio e chuva, 30- chuva, 31- chuva e vento frio" (31). Nesse mesmo ano até Junho predominou a chuva, em Julho, Agosto e Setembro verificou-se algum calor e sol não deixando, contudo, a chuva de aparecer. A partir de Outubro regressa a chuva acompanhada de muito frio (32). Este tempo húmido e frio continuou nos anos seguintes. Em 1802 no mês de Junho caiu uma copiosa chuva de granizo que "lançou por terra os trigos, centeios, milhos, linhos, desfolhou todas as árvores lançando por terra todos os fructos e quebrando as mesmas vides" (33). Os prejuízos foram grandes, calculando o mosteiro o seu em cerca de 400 mil reis (34). Os efeitos terão sido bem mais catastróficos para o camponês sem reservas. O espectro da fome foi para muitos minorado através das esmolas recebidas neste mosteiro (35).

Em 1812 o Verão quente vai provocar "hua febre maligna e mui contagioza" que, segundo o relator, grassou nas terras aonde havia águas estagnadas e mais nas famílias "que não fazião uso de vinho de que careceo o anno" (36). No livro de óbitos da freguesia de Ganfei (37), o padre embora não fazendo referência à causa de que morreram os seus paroquianos, regista um aumento significativo do número de mortos. Em 1811 não morreram mais que vinte e sete pessoas na freguesia, número que duplicou em 1812, voltando em 1813 a haver vinte e quatro mortos por ano (38).

A parcimónia ou exiguidade das observações metereológicas feitas pelos monges de Ganfei até o século XIX (39), cedeu lugar, neste século, a amplas anotações não só do país como da Europa. Eis o que nos dizem para o ano de 1816: na França, Holanda, Alemanha, Suíça e Itália "houverão no mez de Junho e Julho deste anno chuvas, e tormentas tão horriveis que os seculos futuros não bastarão p^a chorar os seus estragos" (40). Le Roy Ladurie confirma tal situação para a região Franco-Suíça ao referir que, os anos de 1812-17 correspondem a "une nouvelle série de six années froides quant aux printemps-etés" (41). Em Portugal, tanto este ano como o seguinte foram de uma irregularidade climática atroz, Verões frios e chuvosos e Invernos secos e calorosos (42). Para Franzini o ano de 1817 foi "hum dos annos mais calamitosos para Portugal pela ruína quasi total das suas searas" (43). Em 1821, novamente relatos de um ano com muita chuva que inundou os campos e arrasou as culturas (44).

O clima nesta parte do país é moderado, como escreveu Mestre António "a terra nem hee fria nem quente" (45) e, sempre foi considerado benigno por todos aqueles que escreveram sobre o Minho (46).

As temperaturas em Valença atingem, em média, o valor máximo em Julho com 22,6°C, e o mínimo em Fevereiro com 6,7°C (47). A precipitação chega aos 150,8mm no mês mais pluvioso - Dezembro - e atinge o mínimo em

Julho com 14,1mm (48). A desigual distribuição pluviométrica durante o ano é o factor mais negativo do clima da zona. No Verão verifica-se um déficit de água no solo e no Inverno um superavit (49), que se reflecte na germinação das plantas. O trigo tem um rendimento insignificante se a chuva for em demasia. Água a mais também prejudica a cevada, aveia, árvores de fruto. Mas, uma estação exageradamente seca atinge o milho e a batata que precisam de ser regados. Mais resistente é a vinha, olival, algumas árvores florestais como sobreiro, pinheiro, eucalipto (50).

Foi com condições climáticas idênticas a estas que o homem de Antigo Regime do Alto Minho se confrontou, ressaltando aqueles períodos péssimos que atrás referimos. Este clima, sem ser ideal não constituiu um grande impecilho para o camponês de então. Exigiu, sim, um constante trabalho para contrariar as forças mais adversas da natureza.

NOTAS

- (1) Van Bath, B.H.Slicher - Historia Agraria de Europa Occidental/500-1850, Barcelona, ed. península, 2ª ed., 1978, p.13.
- (2) Medeiros, Carlos Alberto - Introdução Geográfica, in "História de Portugal", vol.I, Lisboa, publ. Alfa, 1983, p.8.
- (3) Veja-se a seca que assolou o país em 1992. Os agricultores, desesperados, com as culturas a secar e os animais a morrer, voltam-se para a Providência Divina, já que, os homens de ciência nada conseguiam fazer.(Cf. revista Expresso in jornal "Expresso", de 21/3/92).
- (4) Barros, Henrique de - A Estrutura Agrária Portuguesa, Lisboa, ed."República", 1972, p.7.
- (5) No concelho de Valença, segundo os Inquéritos Agrícolas de 1968, 94,1% da produção agrícola é exclusivamente para autoconsumo. (Cf. Cadastro Vitícola da Região de Vinhos Verdes, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, Valença, 1985, p.25).

- (6) Cortesão, Jaime - Portugal - A Terra e o Homem, vol.I, Lisboa, Artis, 1964, p.15.

- (7) Ribeiro, Orlando - Elementos morfológicos do Maciço Antigo, in "Geografia de Portugal", vol. I, Lisboa, Sá da Costa, 1987, p.173.

- (8) Idem, ibidem.

- (9) Cadastro Vitícola da Região de Vinhos Verdes, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária, Comissão de Viticultura da Região de Vinhos Verdes, Valença, 1985, p.31

- (10) Idem, ibidem.

- (11) Almeida, Carlos Alberto Ferreira de - Arquitectura de Entre-Douro-e-Minho, 1ª parte, Porto, 1978, p.16.

- (12) "No Facho comprouse hum pedaço de deveza...servindo ao mesmo tempo para nelle se quebrar alguma pedra." (Cf. A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº90, E.1816).

- (14) Ribeiro, Orlando - As Regiões Geográficas, in "Geografia de Portugal", vol.IV, Lisboa, Sá da Costa, 1987, p.1248.
- (15) Cadastro Vitícola..., Valença, 1985, p.29, 31.
- (16) Actualmente a Cerca do mosteiro engloba cerca de 22 hectares (esta informação foi-nos cedida pelo seu actual proprietário), mas pensamos que até à extinção do convento as dimensões da Cerca seriam ligeiramente maiores.
- (17) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1641, nº90, E.1734.
- (18) Lautensach, Hermann - As Características Fundamentais da Geomorfologia, in "Geografia de Portugal", vol.I, Lisboa, Sá da Costa, 1987, p.139.
- (19) Idem, ibidem.
- (20) Idem, ibidem, p.139-142.
- (21) Idem, ibidem, p.142.

- (22) A.N.T.T., Conv. de V. do Castelo, nº413, p.13.
- (23) Le Roy Ladurie, Emmanuel - Histoire du climat depuis l'an mil, vol.I, Paris, Flammarion, 1983, p.30.
- (24) Desde os franceses como Le Roy Ladurie, espanhóis como Pérez Garcia e em Portugal Aurélio de Oliveira.
- (25) Vries, Jan de - A economia da Europa numa época de crise (1600-1750), Lisboa, publ. Dom Quixote, 1983.
- (26) Oliveira, Aurélio de - o.c., vol.I, p.21-22.
- (27) Idem, ibidem, p.22.
- (28) Idem, ibidem.
- (29) Silva, J. V. Alvares- Observações Botanico-Metereologicas do ano de 1800 feitas em Thomar, in "Memorias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa", vol.V, Lisboa, 1815, p.139-140.

- (30) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº59, p.1e segs.
- (31) Idem, Ganfei, nº59, p.3.
- (32) Idem, Ganfei, nº59, p. 3 e segs.
- (33) Idem, Ganfei, nº59, p.2Ov.
- (34) Idem, Ganfei, nº59, p.2Ov.
- (35) O montante em dinheiro canalizado pelo mosteiro para esmolas atinge no princípio do século XIX proporções das mais elevadas. (Cf. A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº90 E.1801, 1804, 1807).
- (36) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº59, p.77v.
- (37) A.D.de Viana do Castelo, Livro de óbitos de Ganfei 1803 -1848, nº5.
- (38) Idem, ibidem, p. 40-55.

- (39) Durante o século XVI e XVII só encontramos esparsas e indirectas alusões, nos Estados, ao clima. Como por exemplo em 1641 "Leuantouse o muro da serca q cahiu com o temporal, em tres ou coatro partes" e, em 1752 "Levantarão-se mtas vezes os muros q arruinarão os temporaes". (Cf. A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89).
- (40) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº59, p.7.
- (41) Le Roy Ladurie, Emmanuel - o.c., p.74.
- (42) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº59, p.7v.
- (43) Franzini, Marino Miguel - Observações meteorologicas feitas na cidade de Lisboa no anno de 1817,acompanhadas da relação dos mais notaveis sucessos acontecidos em diversas regiões, Lisboa, 1817, p.28.
- (44) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº59, p.16.
- (45) Ribeiro, Luciano - Uma descrição de Entre Douro e Minho por Mestre António, in "Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto", vol.XXII, fasc.3-4, Porto, 1959, p.458.

- (46) Entre os quais destacamos João de Barros (Barros, João de - Geografia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, in "Colecção de Manuscritos Inéditos", vol.V, Porto, 1919), J. Baptista de Castro (Castro, J.B.de - Mappa de Portugal Antigo e Moderno, vol.I, Lisboa, 2ªed., 1762)
- (47) Cadastro Víticola..., ed.c., p.39.
- (48) Idem, p.41.
- (49) Idem, p.46.
- (50) Medeiros, Carlos Alberto - Introdução Geográfica, in "história de Portugal", vol.I, Lisboa, pub.Alfa, 1983, p. 16, 17.

CAPÍTULO III

GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

O contacto com uma gestão e administração tão exemplares deu-nos ensejo de escrevermos este capítulo, não obstante ele já ter sido sobejamente tratado por Aurélio de Oliveira relativamente a Tibães (1). Os mosteiros beneditinos como fazendo parte de uma Ordem tinham regras de funcionamento, sendo a sua actuação regulada por disposições estatutárias e pelas Constituições da Ordem, daí que a forma como eram geridos e administrados fosse praticamente idêntica em todos eles. Isso não impede, contudo, que evidenciemos aqui alguns aspectos que são fundamentais para a compreensão global deste estudo.

Após a reforma da Ordem o cuidado com a gestão do temporal vai ser intensificado, através da elaboração de uma série de livros de contas que tinham, entre outras, a finalidade de acabar com abusos e fraudes, anteriormente praticados pelos comendatários, preservando dessa forma o

património. Tornam-se assim inovadores neste tipo de registos numéricos, não só porque não eram vulgares num século XVII português (2), mas também, pela meticulosidade com que eram feitos, anotando em pormenor as receitas e despesas do mosteiro. Devido a esta organização podemos hoje contar com estes preciosos testemunhos, que são os livros de contas, e que existem em maior ou menor acervo em todos os mosteiros beneditinos. O seu estudo permite tanto o conhecimento da vida económica destas instituições, como da de economias coetâneas, até porque o acesso à nossa economia rural está muito limitado, pela quase inexistência doutros fundos documentais pertencentes a outras instituições senhoriais.

Em Ganfei, infelizmente, muitos documentos desapareceram, principalmente os livros de contas. Deste facto se apercebeu o abade Fr. Luís dos Serafins, quando em 1815 mandou organizar o arquivo do mosteiro (3). Como causas possíveis aponta as invasões que o mosteiro sofreu, furtos, descuidos de letrados e procuradores, a má administração dos comendatários e o próprio fogo ateado pelos franceses em 1809. Por isso, "pelo que respt^a a Sentenças e Livros do Recibo, Livros do Economico da caza, Roes e Licenças em papel, faltão muitos" (4).

Para que todos os mosteiros funcionassem na perfeição, existiam órgãos administrativos superiores que os coordenavam e lhes traçavam uma política comum e aos quais cada mosteiro tinha que prestar contas. Formavam uma espécie de administração central que controlava e fiscalizava.

Comecemos por ver quais esses órgãos e as incumbências que tinham.

O órgão donde emanava toda a orientação das casas da Ordem era o **Capítulo Geral**. Reunia-se de três em três anos, geralmente em Tibães por ser a casa-mãe da Congregação e, funcionava cerca de 8 dias em sessões contínuas, podendo contudo elas ocuparem uns 15 dias ou mais.

Em Capítulo eram lidos e apreciados os relatórios de contas trienais os "Estados", seguindo-se os comentários e as advertências. Também era o Capítulo Geral que determinava a política económica a seguir, embora deixasse a cada Casa a orientação específica. Daí fazer recomendações quanto à feitura de prazos, cobranças de dízimos, acompanhamento das demandas, e obras a incrementar ou suspender (5). De um modo geral o Capítulo intervinha quando a política económica de alguma das casas, afectava o conjunto dos bens da Ordem (6).

A presidir à assembleia Capitular encontrava-se o D. Abade Geral, que era a entidade máxima.

Entrado o século XVIII alguns dos assuntos resolvidos em Capítulo, vão ser tratados por outro órgão - a **Junta Geral** - ao qual a assembleia capitular atribui plenos poderes. Reunia igualmente de três em três anos, mas dois ou três meses após a reunião capitular. Era composto pelo Abade Geral, cinco Definidores, e dois Visitadores da Ordem, todos eleitos no Capítulo anterior. Este órgão pela importância que assume, passa ele próprio a produzir determinações de âmbito económico, completando a acção do Capítulo e a própria política do Abade, cuja presença era determinante nos dois órgãos.

O **D. Abade Geral** era o coordenador dos vários órgãos e a pedra basilar. Quer influísse através do Capítulo quer das Juntas Gerais ou das Pastorais era ele que por três anos presidia ao destino da Ordem, marcando com o seu espírito a orientação a seguir e, que se reflectia tanto no espiritual como material.

Dos demais corpos directivos eleitos em Capítulo Geral, saía o **Conselho dos Visitadores**. A sua finalidade era inspeccionar cada uma das casas, consultando os vários livros de contas, inquirir os responsáveis por alguns dos órgãos, e pronunciar-se sobre questões materiais: elaboração de prazos, promoção agrícola, plantio de novas espécies, cortes de madeiras, tapagens das propriedades e demandas (7).

Eram estes Visitadores que, ainda, providenciavam sobre os descontos a fazer nas rendas e pensões dos mais pobres, em épocas difíceis (8). Em suma, fiscalizavam e controlavam todas as questões relacionadas com a vida material de cada casa, assegurando ao mesmo tempo a prossecução das determinações emanadas dos órgãos centrais.

Estes eram os órgãos da administração central, portanto, comuns a todos os mosteiros, que tinham uma função essencialmente deliberativa. Para pôr em prática as deliberações dimanadas pelos Capítulos, Juntas e Visitas, existia em cada casa um conjunto de órgãos executivos. O papel deles é fundamental, não só porque tem uma certa margem de livre actuação, como são eles que no dia a dia vão zelar pelo bom funcionamento de todos os sectores económicos do mosteiro. Devido à sua importância, eram as Constituições que regulavam as suas actividades e competências (9), se bem que com o decurso do tempo, os Capítulos e Juntas passassem também a regular e a especificar o funcionamento destes órgãos (10).

Vejamos então como era composto o executivo de Ganfei.

A liderar todos os outros órgãos e controlando toda a administração da casa, temos o **D.Abade**, que se fazia rodear pelo Conselho para o auxiliar na sua tarefa governativa. Uma vez eleito, era ele quem escolhia os titulares dos

outros cargos, sendo todos os elementos responsáveis perante ele, assim como tinham que lhe apresentar contas. Por sua vez, o Abade só prestava contas em Capítulo Geral.

Dependente do D.Abade estava o órgão executivo máximo - o **Depósito** (11). Era constituído por dois padres depositários que controlavam todo o dinheiro que provinha das várias receitas da casa. Eram eles os únicos a ter acesso à arca do depósito, possuindo para o efeito, cada um, uma chave. Existia ainda uma terceira chave que se encontrava na posse do D. Abade. Era para o Depósito que era canalizado todo o dinheiro, independentemente da proveniência: foros, de arrendamentos ou das vendas. Era também de lá que saía o dinheiro necessário ao funcionamento dos restantes órgãos administrativos, que de início se limitavam ao Gastador do Convento, Gastador das Obras e P. Mordomo (12). Com o decorrer dos tempos e complexificação da gestão, foram criando outros órgãos que foram ganhando autonomia (13). Pelas suas características era este o órgão financeiro e, como tal, mantinha um grande controle sobre toda a administração conventual.

Órgão de igual importância e não dependente do anterior, era o **Recebedor**. A ele incumbia receber todos os foros, rendas e pensões do mosteiro. Tanto os géneros dos passais como os provenientes dos domínios de exploração indirecta lhe passavam pelas mãos, atribuindo depois cotas variadas a outras

secções que dele passavam a depender. Tudo o que recebesse a dinheiro canalizava para o Depósito. A sua acção era fundamental, daí ser um cargo de grande responsabilidade e que exigia uma grande seriedade no seu desempenho. Por essa razão as Constituições impediam que o cargo fosse ocupado por "parente do abade" (14). Como responsável pela colecta das receitas e sua distribuição, era ele que assegurava grande parte do funcionamento do mosteiro. Além disso, era ele que estabelecia o contacto entre o mosteiro e o exterior, pois era ele que "ia mexer naqueles bens que saíam fora da administração e exploração directa" (15). Ao longo do século XVIII as suas atribuições foram alargadas e com elas também os abusos, havendo constantes chamadas de atenção para o facto nas Actas Capitulares (16).

Abaixo do Recebedor encontravam-se outros órgãos que Aurélio de Oliveira analisou "pela importância com que participavam das verbas orçamentais do Depósito" (17). Nós seguiremos o mesmo critério.

Desta forma segue-se o **Gastador do Convento**. Ele era o responsável pelo aprovisionamento do mosteiro, tendo que abastecê-lo desde os alimentos até vestuário, medicamentos, ferragens e toda a espécie de miudezas (18). Para isso, recebia uma elevada cota monetária do depósito que ele administrava, registando os gastos quotidianamente, pois era responsável pelas suas contas.

Fazia igualmente parte das suas tarefas: o pagamento de soldadas e salários, o transporte de mercadorias que se destinassem ao abastecimento da casa, o superintender na administração agrícola da casa e distribuir esmolas (19).

A partir de meados do século XVII, a tarefa de cuidar dos bens de exploração directa passou para o Padre Mordomo, estando este ligado ao Gastador.

Era ao Padre Mordomo que a partir de meados do século XVII cabia gerir os bens de exploração directa do mosteiro: cercas e passais. Para o desempenho desta função tinha na sua dependência todo o pessoal agrícola que ia desde o feitor, aos boieiros e estribeiros, assim como o pessoal que trabalhava à jorna. Era também ele que administrava as geiras, ou seja, os dias de trabalho a que os caseiros do mosteiro eram obrigados em virtude das imposições foreiras.

Os bons resultados agrícolas e a boa administração das propriedades de domínio directo, de que mais adiante falaremos, deviam-se à acção deste Padre Mordomo. É certo que ele seguia as directrizes gerais traçadas pelo D. Abade, mas era ele que tinha o mérito de as pôr em prática.

Seguia-se o **Gastador das Obras**. Este cargo era executado primeiramente pelo Gastador, só em meados do século XVIII ele se torna autónomo, em resultado de uma especificação de funções. Sob a alçada e

responsabilidade deste, se encontravam todas as obras que se realizassem no mosteiro, fossem elas grandes construções: na igreja ou no seu próprio edifício; ou pequenas: consertos nos muros da cerca, caminhos, moinhos, engenhos.

Por fim, o **Gastador das Demandas**. Era o representante do mosteiro no exterior, em questões relacionadas com as suas terras, rendas ou privilégios. Para o efeito estava munido de uma procuração do Abade. Tal como o Recebedor era um elo de ligação com o exterior e um veículo de comunicação entre ambos. Com o andar do tempo, este cargo vai desaparecer e nos finais do século XVIII é o Recebedor que desempenha as funções de Gastador das Demandas (20).

Resta por último referir a existência do ofício de **Padre Sacristão**. A ele incumbia zelar por tudo o que respeitasse ao culto. Assim, competia-lhe abastecer a igreja de cera e azeite, a aquisição e conservação das vestes e paramentos e o recebimento de esmolas e legados dos benfeitores. Dispunha também de livro próprio onde assentava as receitas e gastos (21).

Em traços gerais aqui ficou descrita a equipa que administrava e geria o mosteiro de Ganfei. Todos os seus membros ao fim de três anos eram

substituídos. No entanto, a forma como conduziam a gestão dos bens da casa ficava discriminada nos livros de contas e nos relatórios que os estadistas elaboravam com base neles e que, depois, o Abade tinha que dar conta em Capítulo Geral.

Através de uma teia administrativa bem montada e totalmente organizada, obtiveram êxito na gestão dos seus domínios que se estendiam por toda a região, por isso, a sua influência se estendia, desta forma, aquele grupo considerável de pessoas que com ele se relacionava.

NOTAS

- (1) Oliveira, Aurélio - A Abadia de Tibães 1630/80 - 1813. Propriedade, Exploração e Produção Agrícolas no Vale do Cávado durante o Antigo Regime, (tese de doutoramento), vol.I, Porto, 1979, p.127 a 157.
- (2) Mauro, Frédéric - Le Portugal et L'Atlantique au XVII siècle (1570-1670), Paris, Gulbenkian, 1983, p.4.
- (3) A.N.T.T., Conv. de V. do Castelo, lº 353, fl.n/n.
- (4) Idem, ibidem.
- (5) B.P.M.P., Ms. nº 2, Capítulo Geral de 1719; 1752; 1755; 1761; 1767; 1770; 1773; 1776. Juntas Gerais de 1728; 1731; 1749; 1752; 1758; 1761; 1767 e 1770.
- (6) Oliveira, Aurélio - o.c., vol.I, p.130.
- (7) Idem, ibidem, p.132.

- (8) Idem, ibidem, p.133.

- (9) A.D.B., C.S.B., Documentação Geral, Ms.159 -"Constituições dos Monges Negros da Ordem de S.Bento nos Reinos de Portugal", séc.XVIII.

- (10) Oliveira, Aurélio - o.c., vol. I p.137

- (11) Idem, ibidem, p.138.

- (12) Idem, ibidem, p.139.

- (13) A.D.B., C.S.B., Documentação Geral, Ms.159 -"Constituições dos Monges Negros da Ordem de S.Bento nos Reinos de Portugal", séc.XVIII, Livro 2, Constituição 3ª, cap. 3, ## 5e17, fl.231 e 234.

- (14) Idem, ibidem, capítulo 2, # 2, fl.224.

- (15) Oliveira, Aurélio - o.c., vol. I, p.144.

- (16) B.P.M.P., Ms.nº2, Capítulo Geral de 1713, 1731, 1758, 1767. Junta Geral de 1728.

- (17) Oliveira, Aurélio de - o.c., vol. I, p.145.

- (18) A.D.B., C.S.B., Ganfei, Estados nº89-90.

- (19) Oliveira, Aurélio de - o.c., p.146.

- (20) Idem, ibidem, p.150.

- (21) A.D.B., C.S.B., Ganfei, nº89-90, livros da Sacristia.

2ª PARTE

CAPÍTULO IV

O PATRIMÓNIO DE GANFEI

1. FORMAS DE AQUISIÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO PATRIMÓNIO

São escassos os elementos de que dispomos para fazer a reconstituição exacta da aquisição patrimonial do mosteiro. Não existe nenhum documento onde conste como adquiriram o "local do Mosteiro e passaes primitivos" (1) e, as referências a Doações, Compras ou Escambos também são exíguas.

De qualquer maneira e, apesar da indigência de fontes, tentamos chegar a uma aproximação o mais fidedigna possível da forma como se foi estruturando o património de Ganfei.

Desconhecendo nós como e quando se formou o núcleo original, foi entre os séculos XII - XV que acumulou mais domínios, advindos na sua maioria de Doações. O que aliás não é estranho, já que a época foi particularmente propícia ao costume de se fazerem doações às ordens religiosas. Tanto monarcas

como particulares movidos por um "espírito de piedade" (2), transferiam voluntariamente parte do seu espólio para as ditas instituições.

De tal forma este hábito se generalizou, que os monarcas se veêm obrigados a legislar no sentido de coarctar tais legados à igreja. É neste contexto que aparecem as Leis de Desamortização (3). Com elas procurava-se evitar a concentração de bens fundiários nas mãos do clero, pois eram terras subtraídas ao fisco que só "defraudavam progressivamente os redditos da corôa e dos concelhos pela immuniidade dos bens da igreja, isentos de tributo, de serviço pessoal e de encargos municipaes" (4).

Mas, até as Ordenações Filipinas essas leis nunca foram cumpridas totalmente, os próprios monarcas as violaram. E isto, porque o "império das crenças e dos costumes, mais forte que a vontade, obrigava-os a tolerar o mal, e em muitas occasiões a repetirem os exemplos que tinham condemnado" (5).

Beneficiou de todo este movimento pietista medieval o mosteiro de Ganfei. D. Teresa doou-lhe metade da igreja de S. Paio de Mozelos (6), Afonso II deixou-lhe toda a sua prata lavrada (7) e o conde D. Pedro autorizou-o a haver e manter os bens que lhe haviam legado (8).

Com doações particulares também foi agraciado, embora, nós só tenhamos documentadas as que receberam entre 1420-1452 (9). O que nos limita sobremaneira, uma vez que, impede verificar a oscilação e intensidade deste tipo de legados.

Durante o período acima referido foram presenteados com 10 doações / testamentos (10).

Eram doações de bens de raiz, que se situavam na freguesia de Ganfei ou nas outras vizinhas. Estas ofertas obrigavam, como contrapartida, os monges a rezarem um certo número de missas pela alma dos seus beneméritos (11).

Esta forma de aquisição de bens - Doação - sendo a que permitiu ao mosteiro acumular mais terras, impossibilitou qualquer intervenção dos monges na selecção do tipo de propriedades a adquirir, ou do local onde deveriam se situar. Daí, que a dispersão seja a característica dominante do património de Ganfei.

A Compra não foi o processo mais utilizado pelo mosteiro, para a acumulação de bens.

Embora não tenhamos informações de compras anteriores ao século XVII, cremos que a sua prática foi insignificante. Este recurso também não foi o mais usado por outras casas para o aumento do seu património (12).

No século XVII, é exclusivamente na primeira metade (triénios de 1638-41, 1641-44), que efectuam compras. Isto leva-nos a supor que, neste período, terá havido um certo relaxamento na aplicação da legislação desamortizadora (13), de que o mosteiro se terá aproveitado.

No século XVIII, fazem a aquisição de alguns bens de raiz, que ficam contíguos à Cerca ou terras passais do mosteiro (14), portanto, inserem-se num plano de alargamento do domínio de administração directa.

Os investimentos fundiários devem ter sido preteridos em prol das obras e concertos que se fizeram dentro e fora do mosteiro (15).

No século XIX, verifica-se somente uma compra que se insere na mesma linha dos investimentos do século anterior.

Este tipo de contrato funcionou, apenas, como uma forma de alargamento e estruturação do domínio directo, que era uma parte pequena, se comparada com os bens que estavam sujeitos a uma administração indirecta.

Uma terceira via a que podiam recorrer era o Escambo. Sabemos que o fizeram em larga escala entre 1431-1504 (16), efectuando no período que medeia estas datas, trinta e uma trocas de propriedades (17).

A inexistência de dados anteriores e posteriores dificulta uma explicação plausível para este facto.

Todavia, pensamos tratar-se de uma lúcida tomada de consciência da necessidade de reorganizarem o património (18). Os Abades, apercebendo-se da fragmentação a que estava reduzido o seu património, viram neste meio uma forma eficaz de concentrar os seus bens. A possibilidade de escolha, permitia obter boas terras e agrupá-las em torno de núcleos já existentes, facilitando a

administração do território.

Por outro lado, o escambo era uma maneira de sofismar as leis de desamortização (19).

A culminar todo este processo estruturante está a elaboração de um tombo em 1542 (20).

Falemos agora doutro tipo de bens - os direitos eclesiásticos que o mosteiro cobrava nas igrejas que eram de sua apresentação.

Até o século XV, eram do padroado do mosteiro as seguintes igrejas:

- A igreja do mosteiro
- A igreja de S. Fins-termo de V.Nova de Cerveira
- A igreja de S. Pantalião de Cornes "
- A igreja de S. Salvador de Vilar de Lamas
- A igreja de Santa Maria de Cristelo Covo
- A igreja de Santa Eulália de Cerdal
- A igreja de Santa Maria dos Anjos
- A igreja de S. Miguel de Cristelo-termo de Coura
- A igreja de S. Miguel de Rabel "
- A igreja de Santa Maria de Ensalde "
- A igreja de S. Paio de Mozelos "

- A igreja de Santa Marinha de Padornelo "

- A igreja de S. Tiago de Infesta " (21)

O mosteiro repartia estes padroados com outros compatronos leigos ou eclesiásticos (22), apenas a igreja do mosteiro e a de S. Pantalião de Cornes eram "insolidum" (23) de Ganfei.

Com a administração dos Abades Comendatários a maior parte destas igrejas passam para o padroado do marquês (24). Com efeito, estes Abades só se preocuparam em tirar usufrutos próprios, descuidando por completo os interesses da comunidade. Assim, a partir de 1629, só restam a Ganfei a igreja do mosteiro, a igreja de Santa Eulália de Cerdal na qual tinham dois benefícios - um simples com "hum terso dos frutos" e outro "cúrado com dous tersos" (25), e a igreja de Santa Maria de Ensalde de que era do mosteiro a terça sem cura (26).

Não conseguimos saber a quantia que revertia para Ganfei destas igrejas anexas, mas, na igreja de Ensalde o padroeiro leigo tirava de pensão, em 1730, cinquenta mil reis (27).

A posse destes padroados contribuiu para que o mosteiro acumulasse muitas propriedades no local onde elas se erigiam. O prestígio dos monges de Ganfei também deve ter influído. Os fiéis confiantes nas suas orações para sufrágio das suas almas expressavam a sua gratidão e a sua fé com as dádivas materiais.

A perda destes padroados, traduziu-se por uma diminuição de rendimentos, mas também, por uma redução da influência espiritual e moral que detinham sobre as populações das freguesias onde as igrejas se localizavam.

DOAÇÕES/ COMPRAS/ ESCAMBOS

SÉCULOS	DOAÇÕES/DOADORES	COMPRAS	ESCAMBOS Deu/ Recebeu
Séc. XII	- Metade da Igreja de S. Paio de Mozelos - D. Teresa		
Séc. XIII	- Prata lavrada - D. Afonso II		
Séc. XIV	- Uma Terra/ Escrivão de Monção		
Séc. XV	- Todos os bens de raiz/ Basto Anes - Herdades em Ganfei/ Clérigo de Valença - Leira, Eido, casas e Vinha/ Dº Domingues - Metade de um casal em Infesta/ Gº Lourenço - 5 leiras e por morte da mulher todos os seus bens/ João Esteves - Outra semelhante - Dois talhos de vinha/ João de Luzio - Uma vinha/ Nicolau Glz - 15 libras/ Lº Eanes - Dois casais/ Conde de Vª D. Pedro de Menezes		- Campo/Herdade - Herd./Leira - Devesa/Devesa - Herdade/Herd. - Herdade/Herd. - Devesa/Herd. - Herdade/Herd. - Herdade/Herd. - Devesa/Herd. - Herdade/Campo - Campo/Herdade - Herdade/Herd. - Herdade/Herd. - Devesa/Devesa - Devesa/Devesa - Herdade/Herd. - Herdade/Herd. - Devesa/Herd. - Herdade/Herd. - Herdade/Herd. - Herdade/Herd. - Casal/Casal - Monte/Lª Vinha - Casal/Bens - Eira/Herd. - Herdade/Herd. - Herdade/Herd. - Casal/Lugar, C
Séc. XVI			- Herdade/Leira - Leira/Herd. - Leira/Leira

DOAÇÕES/ COMPRAS/ ESCAMBOS

SÉCULOS	DOAÇÕES/DOADORES	COMPRAS	ESCAMBOS Deu/ Recebeu
Séc. XVII		1638-41 - Umas casa em Coura, outras casas em Ganfei e um campo. Uma devesa e mais um campo.	
Séc. XVIII		1641-44 - uma vinha com suas casas, toneis, lagar e devesa. Um tojal. 1719-22 - Uma leira por 20.000 rs. 1746-48 - Vários campos de terra lavradia, matos, pinheirais na tomada de S. Vicente. 1748-52 - Compraram na mesma tomada um "quinhão" que faltava.	
Séc. XIX		1813-16 - Um pedaço de devesa.	

Fontes: A.N.T.T, Livro 353, p. 13 a 13 v e 16 a 17v.
A.D.B., Convento e Mosteiro, C.S.B., Ganfei nº 89-90.

2. OS BENS DE DOMÍNIO DIRECTO

Os bens de domínio directo eram aqueles de que o mosteiro detinha pleno domínio. Era dono da propriedade - domínio eminente e, também a explorava - domínio útil. Daí, que estes bens se situassem em volta da casa ou não muito longe dela, de forma a que os monges pudessem controlar a sua administração.

Para sabermos o tipo de bens que estavam sob este domínio, socorremo-nos de um inventário (28) e dos estados, uma vez que, o tomo elaborado no triénio 1647-50 desapareceu (29). Com estas fontes conseguimos saber quais eram os bens explorados directamente por Ganfei, mas elas revelaram-se totalmente omissas quanto às áreas que ocupavam.

A administração directa do mosteiro compreendia o conjunto de bens que se situavam dentro da Cerca e, mais algumas propriedades que se situavam fora dela.

Comecemos por enumerar e analisar os bens que se encontravam dentro da Cerca.

Além do edifício do mosteiro, havia a casa do Recibo - onde recebiam e arrecadavam os foros. Junto a esta, uma casa de criados, com estrebaria e lojas em baixo. Estes, cuidavam dos trabalhos domésticos e agrícolas,

juntamente com outros, assalariados e/ou devedores de geiras. A comunidade monacal era tão reduzida que os serviços religiosos e administrativos os ocupavam completamente (30).

Uma casa com cortes para gado, bovinos, ovinos, porcos, bem como, outros animais de capoeira (31). A criação de animais funcionava como um complemento da actividade agrícola - força motora e fabrico de estrumes. Uma eira com casa sobrada e espigueiro, onde os monges secavam e guardavam os cereais.

Além destes prédios rústicos, existiam ainda na Cerca, terras de lavradio, pomares de fruta, vinhas, e olival.

As terras de lavradio eram ocupadas pelos cereais - trigo, centeio, milho, cevada - e pelas hortas. Todos os triénios cultivavam vários campos de cereais, principalmente trigo. Em 1629 "fiquão semeados hu campo de trigo e hum campo de cevada e outro de centeio" (32), e em 1641, semearam de trigo "todo o campo da almoinha que he grande por conta da casa" (33). E, no triénio de 1650-53, só de trigo, semearam "tres campos" (34).

O trigo, como gramínea que requer muitos cuidados, não era cultura predilecta dos foreiros. Assim, tinha o mosteiro que investir na sua produção para suprir as deficientes receitas deste cereal (35).

A área reservada à cevada é drasticamente reduzida ao longo do século XVIII (36). Durante a Idade Média, como refere Oliveira Marques, ela

vinha em "segundo lugar logo abaixo do trigo na produção cerealífera portuguesa" (37) sendo a zona de Entre-Douro-e-Minho a de maior produção. Com a chegada do milho mais e a sua grande disseminação nesta zona, os campos, outrora ocupados por cevada, são substituídos por milho.

Para moer o cereal, havia dentro da Cerca um moinho, o qual estava sujeito a arrendamentos temporários (38).

Às hortas dispensou o mosteiro todos os cuidados. Logo em 1629, fazem obras dentro da Cerca, e, na horta "hum taboleiro que tem de comprido 240 palmos, e o mesmo de largo cõ 690 palmos de muro de seis palmos de alto hu por outro que cinge tres ptes do taboleiro e p^a que todo ficasse igual e direito se lhe lançarão mais de 1210 carros de terra" (39). Além disto, vão repartir o tabuleiro em "canteiros, e ruas cõ hua escada de pedraria de sinquo degraus de 14 palmos de largo que da seruentia a toda horta" (40). Nos restantes triénios ficam sempre as hortas "cultivadas" e "beneficiadas" (41). De entre os legumes, aparecem referenciados as lentilhas e o cebolinho (42).

Uma cultura inovadora nas terras da Cerca é o feijão. A primeira notícia da sua sementeira aparece em 1668-71, mas só a partir de 1740 aparecem registadas as quantidades de feijão colhidas nos passais (43). Esta leguminosa deveria ser semeada nas terras de cereal e em alternância com aqueles, de forma a evitar o pousio e o esgotamento das terras.

Legumes e feijão serviam de complemento alimentar, tal como a fruta, que abundava nos pomares da propriedade.

Nos pomares existiam várias castas de árvores de fruto - macieiras, pereiras, laranjeiras, cerdeiras, ameixoeiras, figueiras, limoeiros, e até um meloal (44). A área reservada aos pomares foi sucessivamente aumentada. Em 1629, fizeram "hu pumar de varias castas de fruta que tem cento e setenta aruores fora outras mtas por diuersas ptes e mtas de espinho" (45). Em 1719-22 "fesce hu pumar nouo" (46), e no triénio 1731-34 "hu pumar de espinho com vinte e sette aruores" (47). No triénio de Fr. Domingos do Resgate (1816-19), fizeram "hum pomar novo no campo junto ao laranjal, aonde se encontrarão as melhores qualidades de peras, e maçães" (48). Nos períodos que medeiam estas plantações, foram renovados com novos enxertos (49), em que sobressaiem os de macieiras e pereiras. Isto leva-nos a supor que seria a fruta preferencial da comunidade.

A vinha foi alvo de uma política de incremento ao longo de todos os triénios. O esforço de florestação está patente logo em 1629, "reformousse hua vinha metendosse nella 80 homens so a lanssar prouajes e mergulhia" (50). Prossegue nos triénios subsequentes e, em 1656-59 puseram nas vinhas "seis centas cepas com raiz e mergulharamse grande quantidade de prouajes" (51). As reformas e consertos nas vinhas prosseguem ao longo dos séculos XVIII e XIX.

O vinho verde era cultivado nas chamadas vides de enforcado, em que, a videira produzia agarrada a uma árvore, geralmente castanheiros e carvalhos (52), resultando daí um vinho verde ácido. Também podiam as vinhas ser em latadas. O vinho cultivado desta forma, estava mais exposto ao sol, logo, a maturação era mais rápida e resultava um vinho menos ácido. Da vantagem das latadas se devem ter apercebido os monges de Ganfei, pois, ao longo do século XVIII verifica-se um recrudescimento das latadas. Em 1731-34 fizeram "hum grande latta entre o pumar e a vinha" (53). Em 1755-58 "fes-ce huma latada, tem de comprido 515 varas" (54). Em 1764-67 mais "hua lata sobre a ribanseira que corre entre o campo do forno e o campo da chão que tem de comprido 188 varas" (55).

O cuidado com o plantio e renovação das videiras é exemplificativo do apreço pela cultura. No entanto, o mosteiro ainda fazia gastos em vinho (56). Não porque as receitas fossem insuficientes, mas, talvez o vinho maduro fosse mais do gosto dos monges (57).

A olivicultura tinha extrema importância para a casa, pois, era dos olivais existentes nas terras de domínio directo, que provinham as maiores quantidades em azeite (58). Essa mesma razão, explica a intensa atenção que a cultura mereceu ao longo do período estudado. Desde 1629 que os olivais se viram acrescidos com novos pés, tendo no triénio de 1755-58 sido plantadas "trezentas e vinte oliveiras" (59). A atestar a preciosidade da cultura, mas

também a sua susceptibilidade, está a preocupação em protegê-la: "plantarão-se cento e tres oliueiras que ficão prezas, e se sercarão de muro, que tem cento e honze braças" (60). Durante o século XVIII plantaram 1.252 oliveiras (61), sendo o período de maior plantio entre 1722-28 e 1786-92 (62). No século XIX, é na primeira década que os olivais são acrescentados com novos pés (63).

Para a transformação da azeitona, tinham um Engenho de Azeite. Não sabemos em que triénio foi construído, mas deve ter sido ao longo do século XVII, já que, em 1713-16 "concertouce o Engenho de Azeite" (64). Este engenho estava equipado com todos os apetrechos necessários, entre eles, talhas, caldeiras e caldeirões (65). Era movido a água que, por sua vez, era aproveitada para regar os campos quando o engenho moía.

Dentro da Cerca ainda existiam castanheiros e carvalhos, embora fosse nas devesas, fora da Cerca, que eles se encontravam em maior número.

Ao longo do período que vimos seguindo (1629-1822), a plantação destas espécies arbóreas foi continuada (66). Destinavam-se, fundamentalmente, à extração de madeira para lenha, vinhas (67) e obras (68). Dos castanheiros aproveitava-se, também, a castanha que servia para alimento humano e de animais.

A grande utilização de madeira, por parte do mosteiro, justificou a construção de um Engenho de Serrar, dentro da Cerca. A sua construção deve, contudo, ter sido tardia (século XVIII), uma vez que só no triénio de 1798-1801 a

ele se referem: "fes-se hua grande caza sobre o engenho da serra com toda a largura e comprimento do dº engenho, com sinco janellas, e hua porta larga pª o despejo dos carros, toda rebocada e cayada, servindo de mtª utilidade pª o mosteiro no recolher as palhas, e grãos qdº as colheitas são de chuvas" (69). Mas, a sua importância era tal, que em 1813-16 "fes-se absolutamente de novo o Engenho da Serra excepto a caza, simplificando-o muito em ordem a ser mais leve e ligeiro" (70).

Para dar vitalidade às terras da Cerca a água era de capital importância. De tal forma que, sobre ela se exercia "um direito de propriedade análogo à terra" como nos diz Alberto Sampaio (71). O mosteiro não descurava em nenhum momento os direitos que tinha sobre a água, tanto mais que "não tinha em sy Agoa de beber como he notorio, por quanto os religiosos bebião da agoa que vinha de fora da Cerca" (72). A mesma atitude de salvaguarda da posse deste bem, se verificava por parte dos moradores da freguesia. No triénio de 1635-38, o mosteiro precisava de água para o chafaris que tinham feito de novo, do "tamanho e ffeito do que nesse mostrº de Tibães fes nosso Rmº P. fr. mel de Stª Crux" (73). Como tivessem descoberto uma fonte perto do mosteiro (fonte de Unsancto), entraram em negociações com os detentores da sua posse e, dizem-nos os monges que "só depois de grandes cõtradissões nos cõpusemos cõ os cõsortes della" (74). Esta água era trazida para o mosteiro através de aquedutos e canos, com os quais, haviam intensos cuidados de preservação (75).

A água para regar os campos vinha do lugar de Vilar, Zenhas, e Cacharia (76). Portanto, ela era partilhada pelos íncolas destes três lugares e o mosteiro. Daí a sua distribuição ser cuidadosamente regulamentada - durante o Inverno a água pertence ao mosteiro tanto de dia como de noite, excepto "do Sabado a o por do sol, athe o Domingo ao por do sol" (77). De Verão, é dos moradores dos lugares acima referidos, desde que o sol nasce até que se põe e do mosteiro "do por do sol athe que nasce" (78). Caso estas determinações fossem usurpadas a pena poderia chegar aos 20.000 reis e dois anos de degredo (79).

A água, ao mesmo tempo que dotava as terras de cultura, embelezava a Cerca jorrando das várias fontes existentes em redor do edifício. O espectáculo visual e sonoro que estas fontes produziam, criava um ambiente envolvente, propício à contemplação e meditação.

Todos estes bens se encontravam circundados por um muro de pedra, que era objecto dos maiores cuidados por parte de todos os administradores do convento (80). A tendência para cercar a propriedade é extensiva aos restantes bens que se encontravam sob este tipo de domínio (81). Esta vedação permitia-lhes uma certa privacidade, impedia a entrada de transeuntes e de animais, e dava-lhes uma certa segurança. Para o acesso à propriedade existiam vários portais, maiores ou menores consoante a serventia (82).

Fora da Cerca, estavam sob o domínio directo do mosteiro, uma capela e uma casa sobrada com terra lavradia, fonte e mata. A tomada de S.Vicente. Dois moinhos, olivais, devesas e matas. Pesqueiras no rio Minho e uma casa de Recibo com terra lavradia e devesa, em Coura. Estes bens eram, geralmente, alienados sob a forma de contratos de arrendamento de curta duração, não ultrapassavam os três anos (83).

A capela, chamada de Nossa Senhora do Faro e que se situava no lugar do Faro, era arrendada a um ermitão que, para o efeito, recebia do mosteiro um hábito próprio e, um oratório com a imagem de Nossa Senhora do Faro ornada com "dois fios de contas de ouro piquenos, e hum cordão de ouro franças ao pescoço...e hum manto de seda verde" (84). Por cada mês que o ermitão efectuassee o peditório com a "dita Senhora", teria que pagar de renda oitocentos reis (85). Fazia, ainda, parte do contrato a entrega de todas as esmolas que efectuassee acima do "vallor de duzentos e quarenta rs" (86).

A casa sobrada que também se situava no Faro, não sabemos a que se destinava devido à total ausência de informações sobre o assunto. Porém, a terra lavradia era arrendada e as pensões que aparecem nos contratos eram satisfeitas em milho (87). No ano de 1822 essa pensão foi de seis alqueires de milho grosso (88). Em 1828 subiu para oito alqueires, mantendo-se inalterável no triénio subsequente (89). Os arrendatários tinham que colocar as quantidades de milho estipuladas, no mosteiro, à custa deles e dentro de um prazo estabelecido.

Caso contrário, arriscavam-se a pagar as ditas quantias pelos preços do recibo (90). Nos contratos, existe uma cláusula, que exclui a possibilidade de os caseiros poderem ter gados a pastar na dita terra ou cortar lenha (91).

A tomada de S. Vicente, foi adquirida em 1748 e era composta, por varios campos de terra lavradia, matos, pinheirais e uma capela no meio. Tudo se encontrava "tapado e fechado por hua chave" (92).

O mosteiro tinha grandes espaços de mato, que se destinava às cortes dos animais para fazer estrume, tão necessário para recompor a capacidade produtiva das terras da Cerca.

Os dois moinhos eram negreiros, ou seja, serviam para moer a segunda, ou milho e centeio. O moinho que se encontrava na Cerca é que era alveiro - para moer o trigo. O mosteiro recebeu do arrendamento destas moendas, no ano de 1813 trinta alqueires de milho (93), e em 1832, quarenta e dois (94). Os consertos e apetrechos necessários ao bom funcionamento destes moinhos eram da responsabilidade do mosteiro, por isso, os vários reparos e substituição de peças: mós, rodízios, ferros, pedras, cubos, de que foram alvo ao longo dos triénios (95).

Já referimos a importância que a casa dava aos olivais e o esmero com que esta cultura era cuidada. Também realçamos o valor das restantes espécies arbóreas para a economia da casa. Falta referir que os espaços destinados aos carvalhos e castanheiros vão ser aumentados, pela utilização de

terrenos que o mosteiro tinha de baldios (96). Não nos parece que Baldio queira, aqui, significar terrenos que "estão na propriedade comum particular de todos os moradores, ou vizinhos, dum determinado lugar, aldeia ou região, sendo por isso vedado a qualquer deles individualmente o aproveitamento particularizado de todo ou parte do terreno" (97), mas, antes que os monges utilizaram o termo Baldio no sentido de terras incultas. Sendo assim, não temos qualquer notícia de apropriação de terrenos de "logradouro comum" por parte dos monges de Ganfei.

As pesqueiras do rio Minho teriam sido doadas pelo conde D.Pedro (98). Delas provinha mais uma fonte de rendimento, em peixe ou em dinheiro quando arrendadas. E, tal como com os restantes bens, houve um grande zelo pela sua preservação (99).

Ainda sob este mesmo tipo de domínio, se encontrava uma casa de Recibo situada na freguesia de Formariz, concelho de paredes de Coura.

Esta casa foi comprada no triénio de 1638-41. Era constituída por sala e dois quartos e destinava-se ao religioso que "asistir no recolhimtº das Rendas" (100). Tinha também uma estrebaria e, ao redor da casa terra lavradia e uma devesa, tudo circundado sobre si (101).

Em conclusão - Este espaço que estava sob o domínio directo do mosteiro, foi dotado de todos os benefícios, de forma a permitir o

aprovisionamento de praticamente todos os bens, necessários ao auto-abastecimento da casa. A posse dos meios de produção e dos meios de transformação tornava-o autosuficiente.

Ainda que, como dissemos, não tenhamos as áreas deste domínio, afigura-se-nos de dimensão razoável, embora não comparável ao de Tibães. A expressão das duas casas dentro da Ordem, também era muito diferente. Basta lembrar que Tibães era a casa mãe da Congregação Beneditina e que Ganfei enfileirava o grupo das mais modestas.

As inovações que introduziu e a forma racional como procedeu ao aproveitamento do solo, juntamente com uma administração exemplar, tornam o mosteiro de Ganfei mais uma das casas "modelares" (102) da Congregação Beneditina.

3. BENS SOB ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA

A Administração Indirecta foi a fórmula adoptada pelo mosteiro para a exploração e aproveitamento da maioria dos seus domínios.

Efectivamente, a grande dispersão e volume dos seus bens, levou o mosteiro a transferir o domínio útil destes bens para a posse de outrem, mediante um contrato de emprazamento, pelo qual o foreiro se obrigava ao pagamento de uma pensão ou cânon (1O3). Dividia-se, deste modo, a propriedade entre o Senhorio, que tinha o domínio eminente, e o Foreiro que a cultivava - domínio útil.

Em Ganfei, o foro a que os emprazados estavam sujeitos, podia ser satisfeito em géneros ou numerário, sendo frequente o pagamento misto (cf. quadros e gráficos no fim do capítulo). Este foro, teria que ser colocado na Casa do Recibo e à custa dos caseiros pelo S. Miguel de Setembro, podendo o prazo prorrogar-se até um mês depois - fins de Outubro. Findo este, teriam que pagar mais 100 ou 200 reis por dia, conforme a pessoa que andasse na arrecadação dos foros fosse a pé ou a cavalo (1O4). O não pagamento da renda dois anos consecutivos (1O5) levava à perda do prazo por comisso (1O6), com todas as benfeitorias que nele houvessem feito.

Para controle e manutenção destas propriedades sujeitas a arrendamentos de longa duração, o mosteiro recorria à feitura de Tombos. Nestes livros registavam o número de Casais por freguesia, as parcelas que o compunham, o nome da pessoa que pagava a renda e a respectiva quantia.

Dos vários Tombos mandados fazer pelo mosteiro (107), apenas um escapou à incúria do tempo e chegou até aos nossos dias. É um Tombo de 1542 (108), e, é dele que nos servimos para fazer a radiografia da propriedade administrada indirectamente por Ganfei, no século XVI. Advertimos, contudo, que ele está incompleto, não abrangendo todas as freguesias onde o mosteiro tinha bens. A existência deste documento permitiu-nos comparar as propriedades de que era detentor em 1542 com as que possuía em 1789. Para a verificação destas últimas, servimo-nos de um livro de Recibo (109).

É, portanto, com base nestes dois documentos que cartografamos todos os casais e prazos existentes em 1542 e 1789 e elaboramos os quadros que estão no fim do capítulo. E é baseando-nos nos elementos extraídos destes documentos, coadjuvados por outros, mormente os livros de prazos, que chegamos às conclusões que de seguida apresentamos.

O Casal era, aqui, a unidade sócio - económica preponderante, à semelhança do que acontecia nas restantes terras do noroeste (110). A sua origem traçou-a Alberto Sampaio - desmembramento da Villa romana, e

caracterizou os casais como "verdadeiras subunidades culturais, contendo terrenos variados, provavelmente de todas as produções que havia nas vilas" (111). Estas subunidades agrícolas eram compostas por habitações, terras lavradas, pomares, vinhas, soutos (112). De subunidade, segundo Aurélio de Oliveira, passou a "unidade célula de exploração sócio - económica" (113), possuindo os senhores laicos ou eclesiásticos vários desses casais. Assim acontecia com o mosteiro de Ganfei. Em 1542 possuía na freguesia de Ganfei 67 casais, englobando um total de 518 parcelas. Em Arão 41, Gandra 20 e Verdoejo 16. Estes números alteram-se em 1789 como poderemos ver pelo quadro abaixo.

TOMBO 1542			Lº DO RECIBO 1789	
FREGUESIAS	CASAIS	PARCELAS	PRAZOS	PARCELAS
GANFEI	67	518	96	716
ARÃO	41	328	5	70
GANDRA	20	191	29	307
VERDOEJO	16	69	13	107
TAIÃO	15	116	7	32

Por estes dados podemos verificar que a maior concentração de Casais se situavam na freguesia de Ganfei. Existindo eles, em maior ou

menor número, nas restantes freguesias do concelho e no concelho limítrofe - Paredes de Coura (cf. os quadros do fim do capítulo). Este facto é explicável se atendermos às vicissitudes da acumulação patrimonial de Ganfei (114).

Outro facto que estes dados evidenciam, inequivocamente, é o desmembramento dos Casais e o grande parcelamento que se foi efectuando da propriedade. Motivado quer pela pressão demográfica (115), quer pelo sistema de heranças e novos arroteamentos, que foram alterando as dimensões iniciais e dispersando as parcelas. Assim, esta unidade torna-se mais "funcional que orgânica" (116), uma vez que só esporadicamente o caseiro satisfazia directamente o foro ao Senhorio e era através do Cabeça de Casal que ele se efectuava (117). Portanto, raramente aí se fazendo uma "exploração unitária" (118).

O número de bens existentes em 1542 pouco ou nada se alterou no final do século XVIII. A diferença entre o número de Casais e prazos, que se vê no quadro, é o resultado da divisão dessa unidade - Casal, e integração no mesmo de novas terras. Mas, se o aumento de prazos em algumas freguesias é compreensível, o mesmo já não acontece com a enorme perda de casais na freguesia de Arão. Se raciocinarmos aprioristicamente, podemos dizer que muitos dos bens que se perderam em Arão, teriam sido alienados, e, antes do mosteiro estar integrado na

Congregação Beneditina (1588). A partir de então, regem-se pelas constituições da Ordem que proíbem a alienação de bens (119). Podemos aventar ainda, a efectuação de permutas ou sonegação de alguns desses bens. Contudo, não passam de meras hipóteses, impossíveis de comprovar por falta de elementos na documentação existente.

É visível, no quadro, que o Casal deixa de figurar no Livro do Recibo de 1789 como unidade de cobrança. Isto não significa que ele desapareceu mas, tão somente, que perdeu algumas das suas tradições (120). Fizemos uma confrontação entre os designativos dos casais, em 1542, e os dos prazos em 1789, e verificamos que alguns deles se mantinham, embora com alterações. O número de parcelas alterou-se, bem como o montante das rendas (121).

Era sobre estes Casais, ou melhor, sobre os elementos constitutivos do Casal (122), que recaíam os contratos de emprazamento - prazos. Não nos surgiu outro tipo de arrendamento, semelhantes aos que Aurélio de Oliveira detectou em Tibães: Simples Colónia ou ainda arrendamentos por um período curto de anos (123).

Foi sob a forma de contratos de arrendamento de três vidas que o mosteiro alienou o seu domínio útil em proveito de rendeiros e caseiros. Estes contratos efectuavam-se no mosteiro com o Abade e os

monges reunidos. Aí acorriam o tabelião, os interessados e as testemunhas (124), depois de um monge, em representação do Abade, e os respectivos louvados terem procedido à medição e avaliação das terras em questão (125). Procediam, então, ao contrato enfiteutico, no qual era estipulado o foro a pagar mais um conjunto de outras obrigações (126), que os emprazados se comprometiam a cumprir.

Estes prazos de três vidas, abrangiam marido e mulher em primeira e segunda vida, filho ou filha em terceira. À falta de descendentes directos poderiam nomear "outra qualquer pessoa donde procede a linha do prazo" (127). Extintas estas vidas, voltava a propriedade ao domínio pleno do mosteiro com todas as benfeitorias que nela houvessem realizado, e podia ser ou não renovado dentro da mesma família (128).

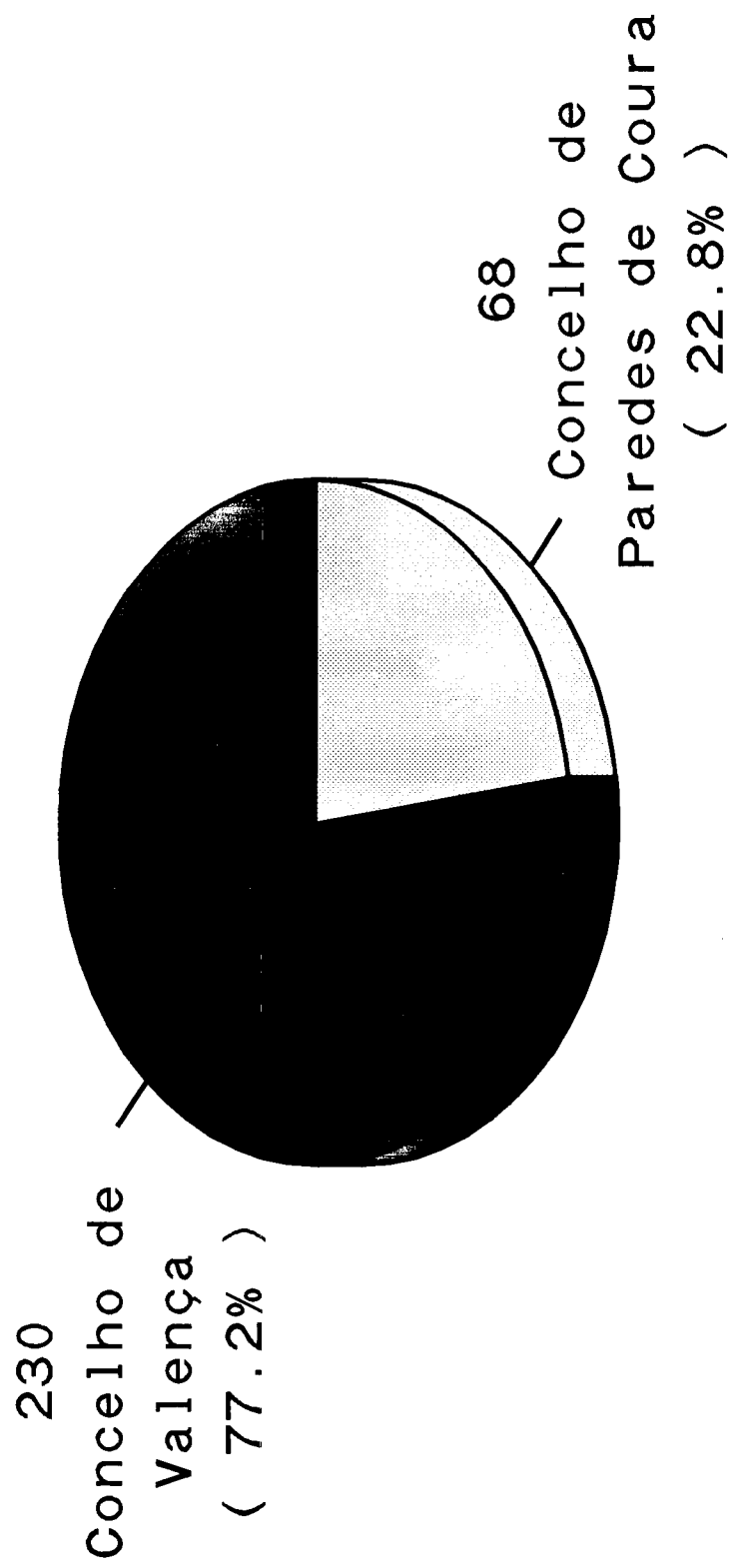
Nos domínios de administração indirecta do mosteiro, havia foreiros que acumulavam muitos bens de prazo, de forma que a sua laboração directa era impossível. É o caso do Padre José Afonso Mendes, detentor de trinta e uma parcelas de terra (129). Havia, também, um certo número de famílias que se destacavam - Melim, Carote, Marrinham, pelo número de arrendamentos que faziam dos bens do mosteiro (130). Por conseguinte, só o recurso à subenfiteuse permitia a exploração de tantas parcelas.

O mosteiro possuía prazos em todas as freguesias do concelho excepto na freguesia de Sanfins, talvez por esta ter sido couto do mosteiro de Sanfins. Os seus domínios prolongavam-se pelo concelho de Paredes de Coura, onde detinha um número considerável de bens dispersos por várias freguesias (cf. os quadros no fim do capítulo), mas em número bem mais reduzido que no concelho de Valença (cf. gráfico I). Mais uma vez, se explica a acumulação de bens pelas vicissitudes de formação do património de Ganfei (131). A sua zona de influência estendia-se por uma área de mais de 117 Km², só no concelho de Valença (132).

Que tipo de bens faziam parte desta administração indirecta?

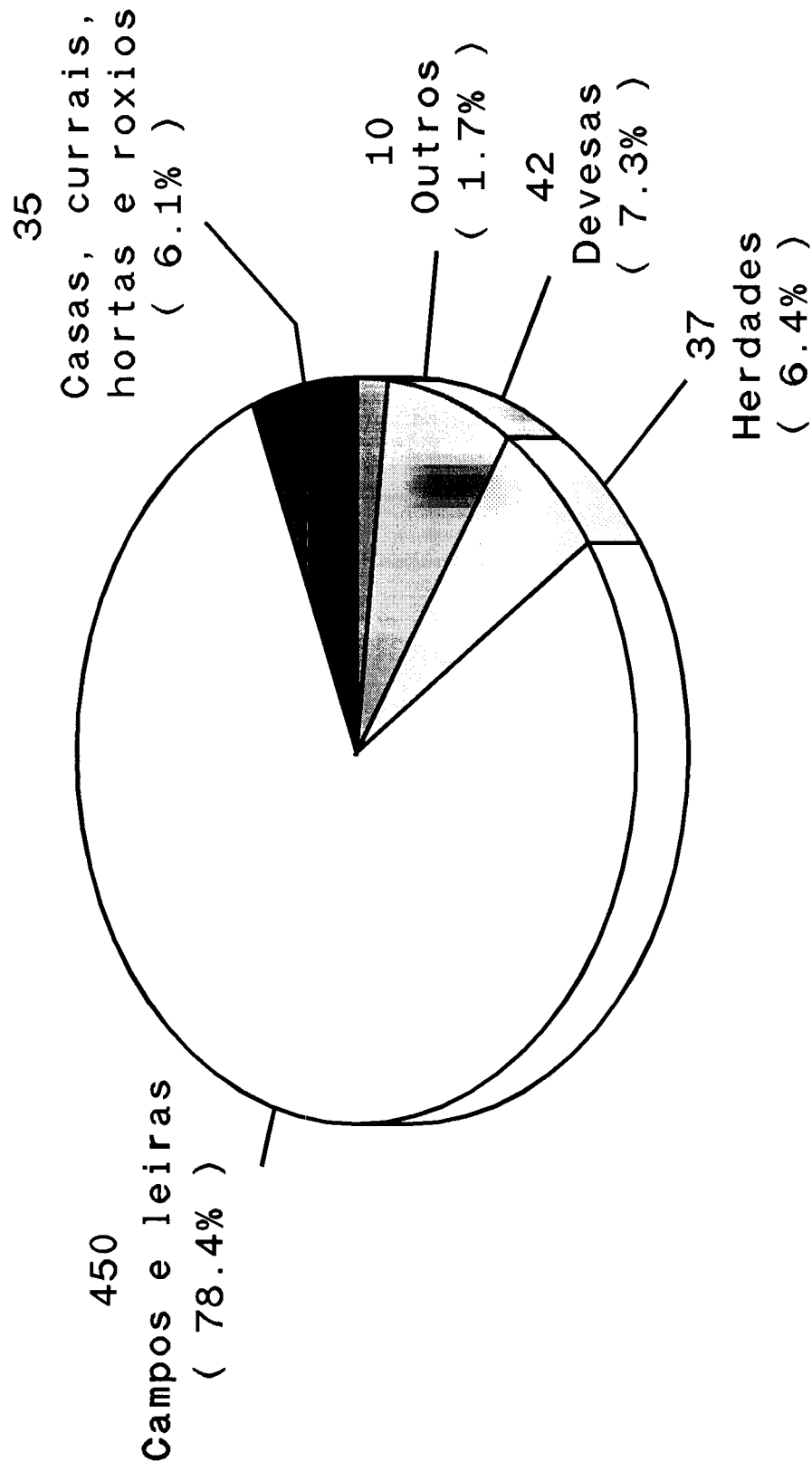
Eram sobretudo bens rústicos que o mosteiro alienava sob a forma de prazos em vida. Constituídos por casas com suas eiras, palheiros, cortelhos, hortas e roxios. Campos, leiras, devesas, veigas, bouças, herdades e moinhos (133). O maior número de parcelas de cada prazo era, contudo, composto por campos e leiras (ver gráfico II). Tinham formas irregulares e dimensões diminutas, muito aquém do meio hectare (134). Mesmo com um tamanho reduzido eram laboradas por várias pessoas (135), fruto da abundante mão de obra existente nesta parte do país. Estes bens imperavam na freguesia de Ganfei, havendo freguesias em que a expressão patrimonial era ínfima (136). O tipo de bens era

PRAZOS



COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO

TIPO DE BENS



comum a todas elas.

Os bens de carácter urbano eram inexpressivos dentro do património de Ganfei. Tinha um núcleo de casas que se situavam na Vila de Valença. Uma delas situava-se na rua da Trindade e pagava 100 reis de renda (137). Possuíam mais algumas casas (não especificam o número) com um pardieiro e seu enxido, que se situavam "abaixo da porta da Igreja das Freiras vindo para a praça" (138). Também pagavam 100 reis. Outras informações acerca destes edifícios não conseguimos detectar.

Ainda dentro do perímetro da Vila eram proprietários de uma série de campos, que deveriam abastecer a população aí residente em produtos frescos. Todos estes espaços agricultados a ladear as casas, davam à Vila de Valença um pendor caracteristicamente rural que hoje perdeu por completo.

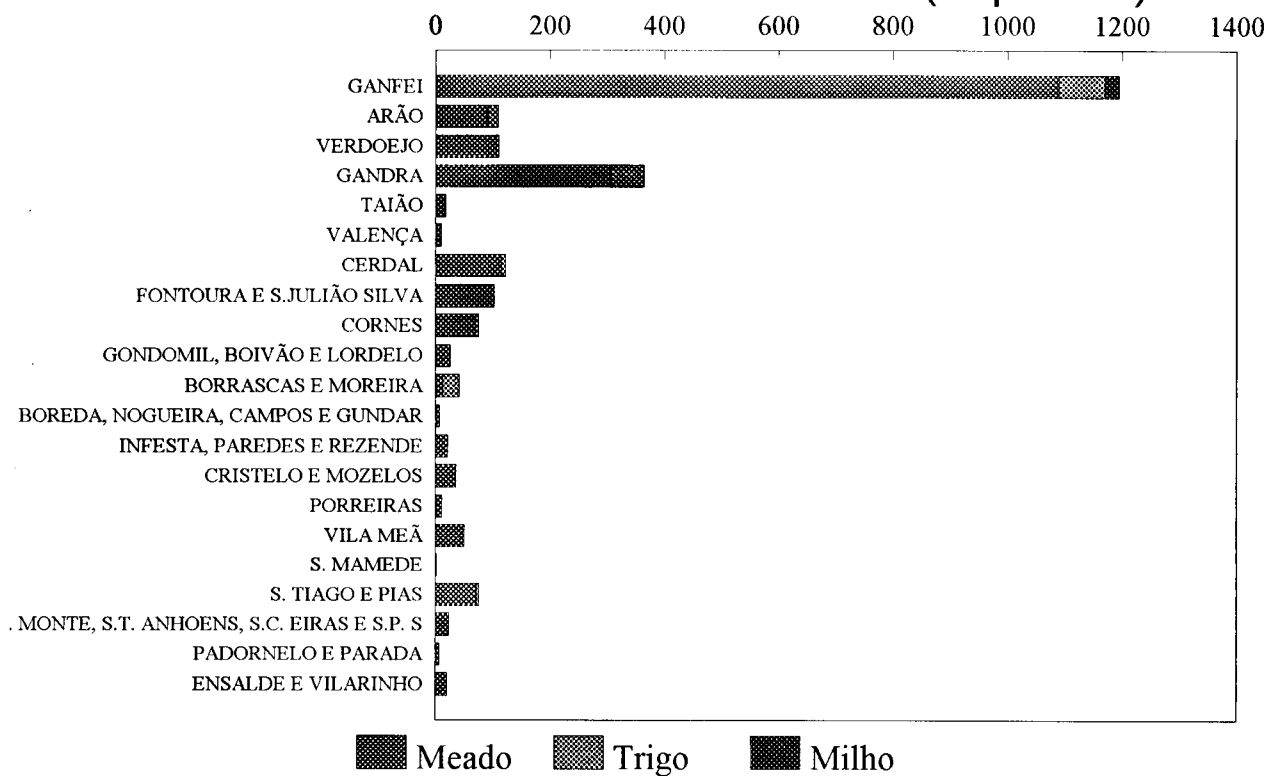
Da essência dos contratos de prazo, também fazia parte o pagamento de um foro, atinente às dimensões e qualidades do prédio (139). Os foros recebidos da freguesia de Ganfei eram em numerário e géneros, entre os quais se destacam o meado, vinho e em menor quantidade o trigo. Uma prestação que é incluída, nos finais do século XVIII, é a palha (cf. quadros no final do capítulo). Resultado, talvez, do desenvolvimento dos transportes e consequente aumento do parque animal (140). Por outro lado, a palha era de extrema utilidade para dar de

forragem aos animais, e colocar nas cortes para preparação de estrumes. Nas restantes freguesias predominava o pagamento dos foros em dinheiro (cf. gráfico). A grande distância a que se encontravam do mosteiro deve ser a principal explicação para este facto.

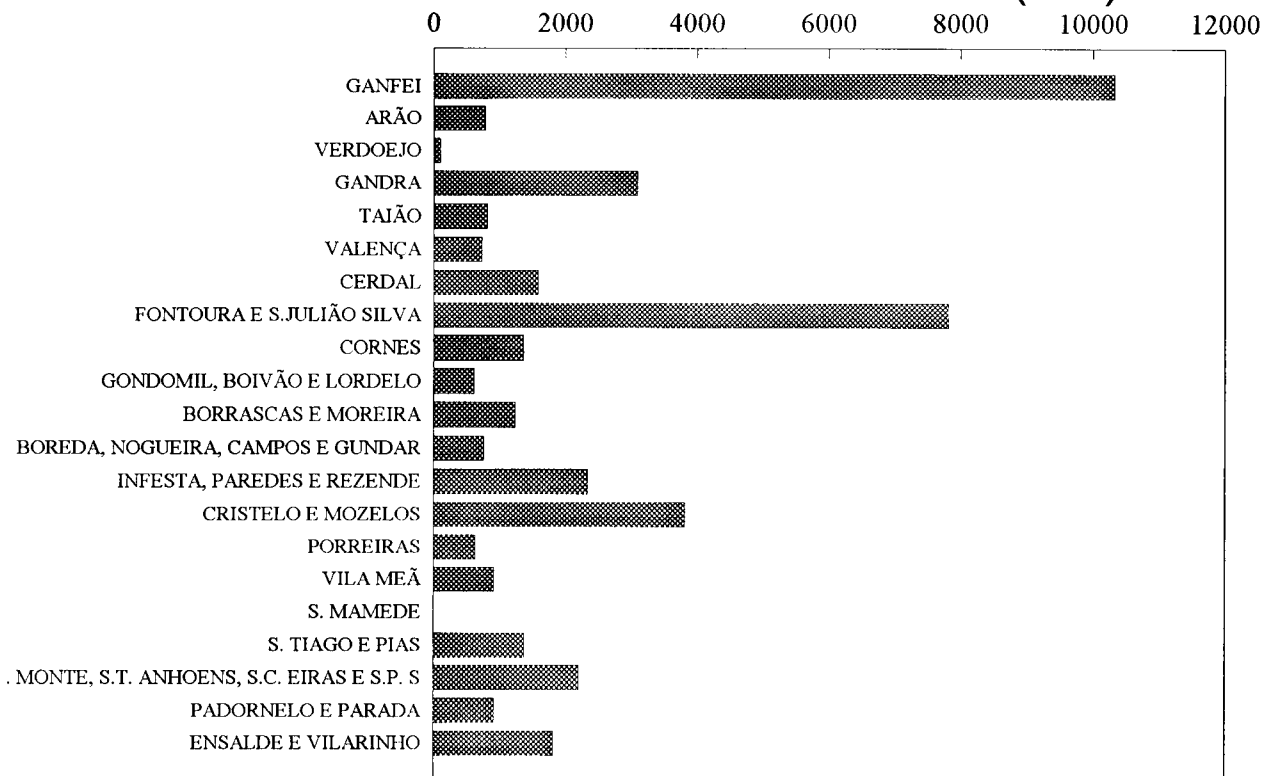
Estes contratos de prazo foram os preferidos pelo mosteiro de Ganfei. Traziam-lhe, aliás, todas as vantagens. Era uma forma de receber uma quantia certa em foros, sem qualquer outro encargo que não fosse a cedência das utilidades do prédio. Por cada vida que finasse recebia a respectiva lutuosa e, se os emprazados quisessem passar a propriedade teriam que pagar o laudémio ou domínio. No fim das três vidas, cerca de 25-30 anos (141), voltava à sua posse o domínio útil mas com a vantagem de as terras estarem benfeitorizadas. A renovação do prazo significava um aumento de renda (142).

O mosteiro de Ganfei era um dos grandes proprietários desta zona, pois, como refere Virgínia Rau "as unidades agrárias são diminutas e os proprietários rurais abastados possuem muitas pequenas parcelas dispersas" (143). Além disso, havia uma grande repartição predial entre várias instituições eclesiásticas - monásticas e seculares - portuguesas e até Espanholas. É o caso do mosteiro de Oia (144), possuidor de alguns bens nas freguesias onde Ganfei tinha propriedades.

FOROS EM 1789 (alqueires)



DINHEIRO EM 1789 (reis)



As terras concentradas nas mãos destes senhorios e sujeitas na maioria dos casos a contratos enfiteúticos, imobilizou as terras nas mãos de alguns. A permanência e prolongamento deste sistema de contratos contribuiu para a manutenção de estruturas fundiárias ancestrais, assim como económicas e sociais.

Não queremos, agora, engrossar o número dos defensores, ou contraventores (145) dos contratos de enfiteuse como benéficos ou malignos para a nossa agricultura. Não incorreríamos nessa veleidade, já que, uma tomada de posição quanto a este assunto exigiria um estudo muito mais aprofundado que não se enquadra no âmbito deste trabalho, mas que se nos afigura do maior interesse.

CAPÍTULO V

A TERRA, O FORO E O CAMPONÊS

A terra, no Alto Minho, encontrava-se repartida entre os grandes senhores laicos e eclesiásticos e os camponeses. A nossa intenção com esta análise foi a de saber qual a parte que coube aos camponeses de Ganfei nesta distribuição do solo. Tarefa que se apresentou difícil por falta de auxiliares documentais, como por exemplo um cadastro da propriedade, que muito serviu a Pérez Garcia para o estudo da propriedade na Galiza (146). Assim, partimos da avaliação dos elementos recolhidos na documentação do nosso mosteiro para a elaboração deste capítulo, que tem por base a freguesia de Ganfei.

Grande parte das boas terras da freguesia pertenciam ao mosteiro. Além da Cerca se situar num local propício à agricultura, eram proprietários de terras na melhor zona da freguesia, ou seja, na Veiga ou Ribeira (margem do rio Minho). Aí, os terrenos sujeitos a inundações eram

de extrema fertilidade. As restantes terras de que eram detentores na freguesia, também eram de boa qualidade, quase todas possuíam água de rega e lima (147). As demais terras pertenciam aos camponeses (não encontramos nenhum outro Senhorio com terras nesta freguesia), mas não numa porção equitativa. Entre eles, havia os mais abastados, logo, donos da maior fatia dessas terras. Os que tinham uma percentagem de terra suficiente para poderem sobreviver, e os que tinham uma parcela tão pequena que só conseguiam sobreviver trabalhando como assalariados na terra de outros.

As terras que em Ganfei não pertenciam ao mosteiro deviam ser em número reduzido, pelo menos as agricultáveis, uma vez que, do espaço que compõe esta freguesia só uma pequena parte é constituída por terrenos de utilização agrícola (148). Por conseguinte, as terras não chegavam para todos e a busca de um outro destino, ainda que claudicante, era para muita gente a solução: "nesta frg^a...não ha anno q p^a castella, alentejo e outras ptes se não uão mais de cem homens a buscar sua uida porq. he mt^a a gente e as terras são poucas" (149).

A pressão demográfica obrigava ao aproveitamento de todo o espaço disponível. Havia na freguesia umas terras que desde tempos imemoriais pertenciam aos lavradores e que serviam para pasto de gado e outras serventias dos camponeses de Ganfei. Essas terras quiseram os

moradores da freguesia lavrar e, para tal, fizeram por diversas vezes um requerimento à Câmara de Valença, que nunca deferiu um parecer favorável aos mesmos, e punha a hipótese de as ceder a outros lavradores da freguesia vizinha. Esta atitude enfureceu sobremaneira os de Ganfei que começaram a lavrar as ditas terras à revelia da Câmara. A questão agudizou de tal forma que os religiosos de S. Bento tiveram que intervir em nome dos lavradores da freguesia, mas também no seu próprio, pois se elas fossem lavradas aumentariam os seus dízimos e se o fossem por pessoas de fora só receberiam parte dos dízimos (150).

Em correlação directa com a posse da terra estão os meios de a trabalhar. O mosteiro, como um grande proprietário, possuía todos os meios para tornar as terras que estavam sob o seu domínio directo produtivas. Os meios ao seu dispor iam das simples alfaias como sachos, sacholas, foices, enxadas, que se encontravam ao alcance de toda a gente, até as mais sofisticadas, como arados e carros. Estes eram considerados uma alfaia de extrema importância, mesmo um símbolo avaliador de riqueza, pois em concomitância com a sua posse estava o número de cabeças de gado que possuíam (151). O mosteiro era dono de pelo menos quatro arados, um grande, dois pequenos e um vessadouro (152), e dois carros (153). Além do mosteiro havia na freguesia alguns lavradores "ricos e poderosos, e que tem em abastanca todos os petrechos p^a cultivar as

terras" (154). Estes lavradores mais abastados, deviam ser aqueles que estabeleciam com o mosteiro os contratos de prazo para de seguida sublocarem as terras e viverem de rendas (155). Os subenfiteutas desprovidos de meios de exploração, na maioria dos casos, teriam que os alugar (156) aqueles mais poderosos o que onerava ainda mais a labutação de determinada terra.

As terras sujeitas a arrendamentos eram exploradas no máximo e melhoradas no mínimo. O enfiteuta não investe numa terra que não é sua, pois à partida sabe que ao fim de 25-30 anos terá que a entregar ao senhorio directo e as benfeitorias que introduzir no prédio é a ele que vão favorecer (157). Por outro lado, acontece com frequência não ser o enfiteuta que labuta directamente a terra mas o camponês a quem ele subempraza que o faz. Este, menos possibilidades tem de fazer qualquer espécie de investimento na terra. Tem que pagar a renda ao senhorio por ter o domínio directo da terra e, ainda tem que se esforçar por conseguir uma parte que seja suficiente para a sua subsistência e a do seu agregado familiar. Portanto, investir está para ele fora de cogitação e nem isso lhe interessaria.

Como consequência, as terras vão-se exaurindo, fruto de um constante trabalho secular não devidamente compensado. Por conseguinte, é nas terras que são exploradas directamente, sejam grandes

domínios pertença de algum senhorio ou pequenas courelas de um camponês, que o solo é dotado com todos os quesitos para que a produção seja maior. É claro, que as possibilidades de obter uma boa produtividade por parte do camponês eram muito menores pois ele partia sempre duma posição inferior relativamente aos grandes senhorios (158).

Estas constatações vão de encontro à opinião daqueles que consideram os contratos enfitêuticos prejudiciais à nossa agricultura. Duarte Nunes de Leão afirmou que a razão de muitas terras produzirem pouco se deve a "serem emphiteuticas e foreiras às igrejas, mosteiros, hospitais e outros lugares pios, as quais pela maior parte se não dam senão ate tres gerações e podem facilmente cair em comisso ou ficarem devolutas..., nam fazem nellas os colonos emphiteutas os beneficios e cultura que fariam em bens que fossem proprios seus, porque cuidam q trabalham em bens alheios" (159). Outros autores pensam que o atraso da agricultura e abandono das terras se deve ao excessivo peso das pensões nas terras de emprazamento (160).

Opinião completamente contrária manifestou Alexandre Herculano. Para este autor "o grande meio de progresso na cultivacão do país, da melhor distribuição da população, do melhoramento das classes laboriosas, do chamamento do proletario ao gozo da propriedade, e por ella aos bons costumes e ao amor da familia e da patria, é a emphyteuse"

(161). Outras opiniões vão na esteira da de Herculano. O Visconde Vilarinho de S. Romão considera "constituir a emphyteuse para o Minho e mesmo para o norte do paiz o palladio do seu progresso agrícola" (162), o mesmo pensa João Pedro Ribeiro (163). O autor da *Memoria sobre a Origem, e progressos da Emphyteuse, e sua influencia sobre a Agricultura em Portugal*, não tem uma posição tão radical, aponta as vantagens mas também os inconvenientes dos contratos enfiteuticos. Diz ele que ao promover o aproveitamento de terrenos incultos a enfiteuse foi favorável à agricultura, como o foi ao possibilitar que as terras fossem repartidas. Como inconvenientes refere os muitos encargos a que as terras estão sujeitas e as despesas com as mesmas que não são compensadas (164).

E os povos do Alto Minho, que pensariam eles dos contratos enfiteuticos?

Apenas um documento que foi enviado às cortes de 1821 (165) nos deixa vislumbrar o que possivelmente seria a sua opinião. Nesse documento queixam-se os habitantes de Sanfins de que o mosteiro de Ganfei e a Universidade de Coimbra, ludibriando a população, fizeram prazos de umas terras que até então eram de censo, quase alodiais. Segundo eles esses contratos reduziram à situação de miséria muitos habitantes porque "faliscendo os pais ab intestato, os filhos primogenitos a pezar de saberem pelo observarem e ouvirem a seus passados que

aquelles bens sempre desde a sua origem forão partilhados entre os coherdeiros como sensuais, valendo-se dessas escrituras chamadas de emprazamento, não consentem que esses bens entrem em partilhas...ficando os outros irmaons que tem igoal direito a herança reduzidos ao ultimo estado de indigencia" (166).

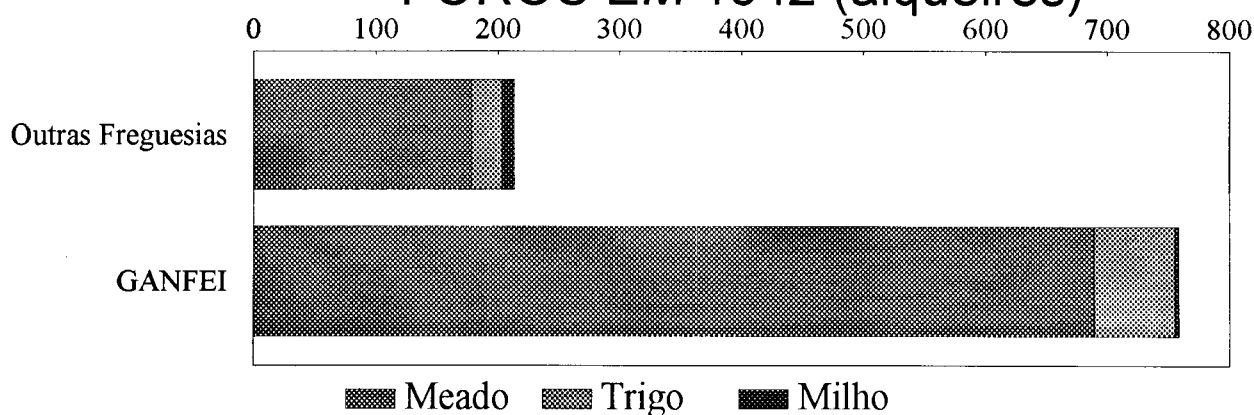
O que caracteriza a propriedade é uma estrutura fundiária de minifúndio e extremamente parcelada que vem atávicamente persistindo nas terras do noroeste, e que aliás é extensivo às terras da Galiza (167). Esse facto, deve-se a uma vontade social e mesmo a um certo nível populacional refractário de uma alteração às fórmulas de exploração tradicionais e que, permanecendo até hoje, explica em larga medida o marasmo que tem sofrido a nossa agricultura.

Depois desta análise, as ideias que nos perpassam, são as de que na freguesia de Ganfei havia uma oferta limitada de terras, uma diferente repartição das mesmas e que estas funcionavam como símbolo de riqueza e poder.

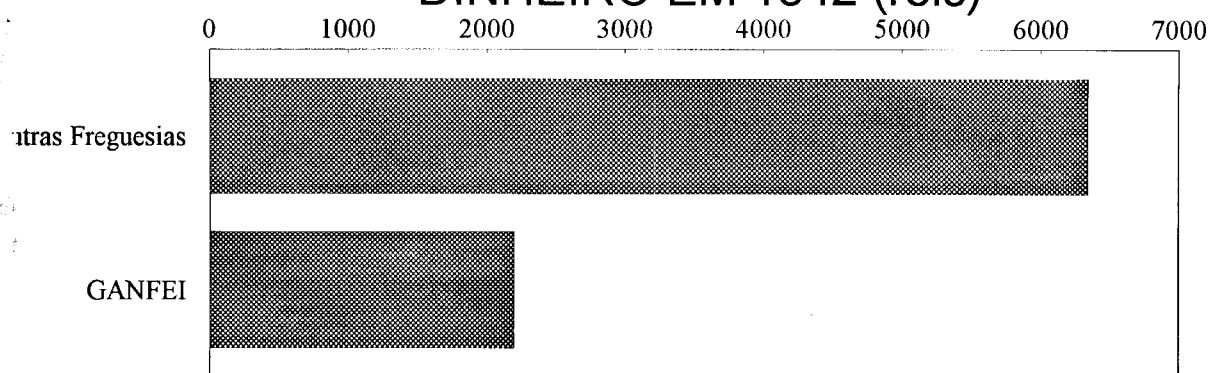
Sobre estas terras e resultante de um contrato previamente feito, impendia um determinado foro, condição para o foreiro poder fruir da terra. Desde os primeiros contratos enfiteúticos surpreendidos em Portugal, já no século XII (168) que se verifica o pagamento de um foro ou

cânon ao senhor directo da terra. Nessa época consistia numa parte alíquota dos frutos do respectivo prédio, sendo excepcional o foro em dinheiro dado a exiguidade monetária da época (169). Em 1542 nos foros recebidos pelo mosteiro ainda se verifica o predomínio da espécie sobre o numerário (170). Porém, dois séculos volvidos (1789) a realidade é já distinta (ver gráfico). Os foros em dinheiro são vulgares e praticados na mesma dimensão que os de espécie e, naquelas freguesias distantes do mosteiro até se sobrepõem aqueles (171). O século XVIII é particularmente favorável à circulação de moedas, pois a chegada do ouro do Brasil até permite a D. João V ter a série monetária mais "rica e bela que existe no Mundo" (172). Para o mosteiro podia ser mais vantajoso receber os foros em géneros ou dinheiro dependentemente da conjuntura económica do momento. Ora vejamos: se o ano fosse calamitoso havia escassez de cereais, logo os preços subiam e o mosteiro podia lucrar com a venda dos seus cereais (173). Exemplificativo desta situação é o ano de 1802 em que, as alterações climáticas que se fizeram sentir, estragaram as colheitas e, o preço do trigo chegou a 1600 reis o alqueire (174). Ao longo de todo o século XVIII o preço deste cereal oscilou entre os 600 e 800 reis (175), sendo em 1800 de 1200 reis (176). O centeio que em 1780 rondava os 360 reis (177), em 1802 chegou aos 800 reis (178). Nestas alturas se o mosteiro tivesse muitos cereais tinha lucros enormes. Mas, se o ano fosse

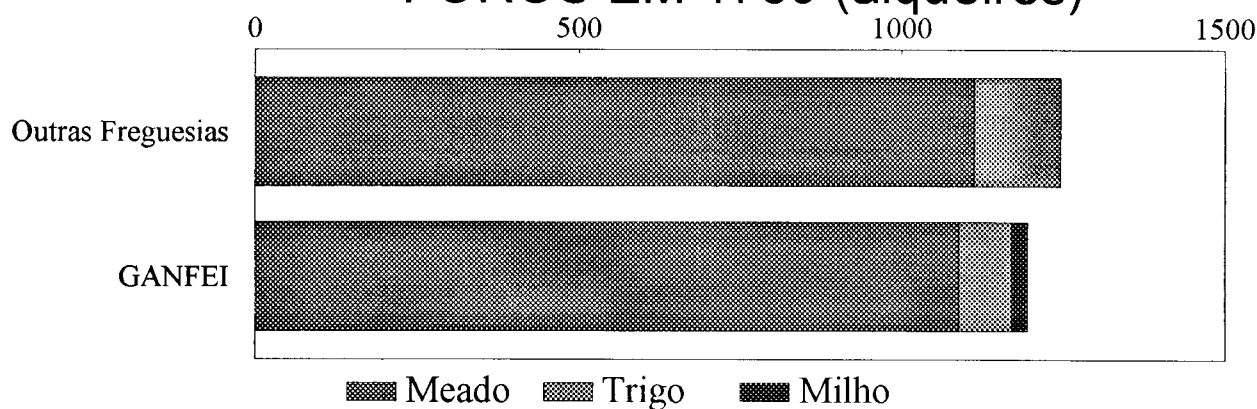
FOROS EM 1542 (alqueires)



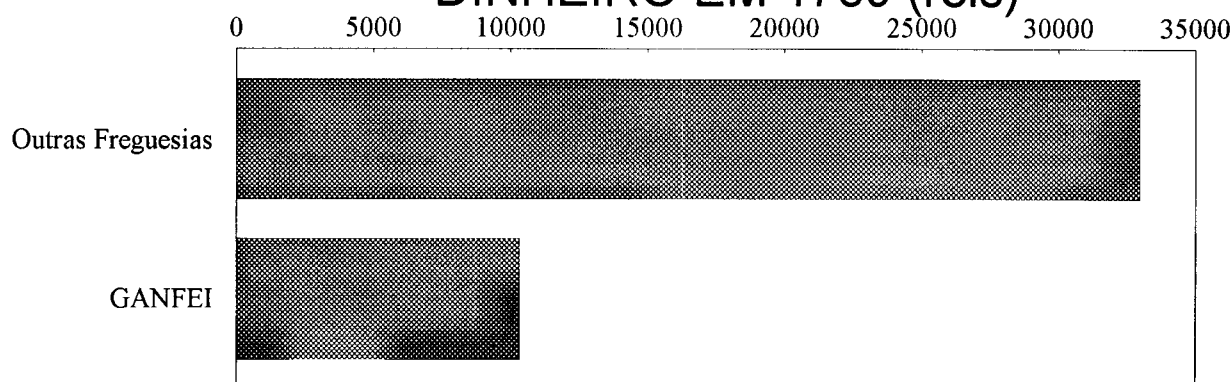
DINHEIRO EM 1542 (reis)



FOROS EM 1789 (alqueires)



DINHEIRO EM 1789 (reis)



de abundância, os preços baixavam e aí era lucrativa a arrecadação dos foros em dinheiro, embora o pagamento em géneros nunca lhes ser desfavorável, pois nestas alturas eles armazenavam os cereais para os vender em épocas de crise. Pelo lado do cultivador as coisas funcionavam da mesma forma, não obstante para eles a conjuntura nunca ser muito favorável.

Quisemos saber qual o ónus que estes foros impostos pelo mosteiro representavam para o camponês. Para isso fizemos um rastreio num livro de prazos do século XVIII (179), e retiramos todos os dados para calcularmos o produto bruto das terras que pertenciam a um desses prazos. Nele encontramos referência à quantidade de semente que algumas terras levavam e a renda que pagavam, mas nenhum dado fornecia quanto à produção das terras. Por isso, tivemos que calcular o rendimento por semente tendo em atenção o rendimento médio do centeio e do milho que, neste caso é milho alvo, por essa razão tem um rendimento inferior aos por nós encontrados para a segunda, nos passais (180). A segunda foi utilizada para o cálculo porque os foros eram pagos maioritariamente neste cereal. Assim, como a rentabilidade do centeio é baixa, jogamos num valor por defeito e atribuímos o valor de 1.6 para estas terras que andavam arrendadas. Além disso, também foi o valor que Aurélio de Oliveira encontrou para as terras de Tibães (181). Para a

aproximação ao peso que o foro representava para o camponês apenas consideramos as terras de cereal. Num dos prazos que analisamos (182), nove campos levaram de semente 52 alqueires e terão produzido 312 alqueires. Desta produção total os foreiros tinham que reduzir 10% para o dízimo, portanto, ficavam com 280,8 alqueires. Daqui, tinham que retirar 52 alqueires para semente e 24 alqueires para o foro. Feitas todas estas deduções ficavam libertos 204,8 alqueires. Abstraindo-nos de todos os outros encargos que pesavam sobre a terra, não nos parece que os foros eclesiásticos fossem exigidos numa proporção inoportável. Pérez Garcia para a Galiza chegou à conclusão da bondade do sistema foral e que este não supunha "una imposición abusiva sobre el mismo (camponês) y lo convierte en uno de los regimenes más benignos de explotación de la tierra que se dan dentro de la agricultura europea de Antiguo Regimen" (183). Acontece que, do remanescente havia vários outros encargos a satisfazer. Por exemplo as ltuosas, laudémios, assinaturas, e outras imposições fiscais levadas pela administração central, as mais importantes das quais eram as décimas e as sisas (184) e, pela administração local. A somar a estas vem os encargos dominicais como as obradas e primícias (185). Para finalizar há que acrescentar os gastos com a exploração como adubos, alfaías e animais. Posto isto, o que restaria para o camponês explorando só uma terra não chegava para se sustentar a si e à sua família

por muito tempo, porque acontecia que na maioria das vezes as terras eram laboradas por muitas pessoas, no caso do prazo que analisamos 30 foreiros. Ora, o produto bruto do prazo acima descrito, apenas retirando as exacções do dízimo, semente e renda, dava uma média de 6,82 alqueires ou 102,3 Kg (186) a cada uma. Num agregado familiar de 4 elementos esta quantidade não chegava nem para um mês, corresponderia a cerca de 825 gramas por dia a cada pessoa. Os nossos monges tendo uma alimentação privilegiada consumiam cerca de 1000 gramas de trigo por dia (187), sendo a sua dieta alimentar muito mais rica e variada que a do comum dos seres pois dela fazia parte a carne, peixe, legumes, fruta e doces (188), coisas que só muito esporadicamente se veriam à mesa de um simples camponês. Portanto, o consumo em pão teria que ser bem superior às 1000 gramas por dia, até motivado pelo desgaste físico que tinham. Sendo assim, para conseguirem uma alimentação que não passava em muitos lares de precária, teriam que trabalhar arduamente o dia inteiro. De realçar é a força e vigor com que a camponesa labutava. Fazia-o com tal vitalidade que mereceu este comentário a Manoel Bezerra: "vi estas mulheres roçando nos montes, cavando nos campos, e carreando pelos caminhos com tal vigor, e destreza, que eu mesmo estava duvidando do que via" (189). Por conseguinte, para poderem subsistir tinham que acumular várias parcelas de terra de arrendamento e alguns a

sua própria courela e, por vezes tinham mesmo que desistir das terras por não as poderem pagar (190), ou pedir encarecidamente ao mosteiro que baixasse as rendas o que por vezes acontecia (191). Para outros trabalhar como assalariados era a forma de angariar sustento. O mosteiro tinha ao seu serviço vários assalariados e muitos criados permanentes, embora não os conseguíssemos quantificar. Sabemos porém que não gostavam de empregar gente da freguesia de Ganfei porque "roubão p^a levar p^a caza..., cuidão sempre mais nos seus interesses q nos do Mostr^o, e de nenhuma sorte cumprem com as suas obrigações" (192).

O salário mais alto, que encontramos, entre os serviçais pertencia ao cozinheiro, 12.000 reis por ano (193), o que equivalia a 1000 reis por mês. Apesar de parecer um salário razoável não devia dar para grandes extravagâncias, principalmente se o indivíduo tivesse uma família numerosa. Os que ganhavam abaixo do cozinheiro, como por exemplo o Boieiro com 6000 reis (194), deviam encontrar-se muitas vezes em apuros. Mas, em pior situação se encontrariam aqueles camponeses que prestavam trabalho sazonal. A inactividade que se seguia geralmente a essa fase de colheitas ou sementeiras e a consequente quebra no recebimento dos salários lançaria na miséria muitos lares. Só o recurso à caridade alheia, mormente às esmolas do mosteiro (195), poderia mitigar o flagelo da fome que constantemente os ameaçava. Em 1813, Manuel

Portugal Calhorda escrevia que os habitantes das aldeias a maior parte do ano não tinham pão para comer e sustentavam-se de vegetais cozidos (196). Esta falta de quantidade e qualidade alimentar traduzia-se em debilidade orgânica.

Assim, o campesinato de Antigo Regime vivia paupérrimamente, em condições de subnutrição, e sem instrução, o que muito surpreendia a Manoel Bezerra pois não compreendia que numa província tão fértil e "onde os dois sexos se competem no exercício da lavoura, houvesse ainda agora lugares incultos de baldio, gente pobre, muitos mendigos, e terras mal cultivadas, e estrumadas" (197).

Os camponeses integravam-se, dentro da estrutura hierarquizada de Antigo Regime no terceiro estado. A esta divisão jurídica também corresponde uma divisão de valores e de comportamentos que, salvo raras exceções, são fixados de uma vez para sempre (198). Os próprios tinham consciência da sua inferioridade frente ao Senhor fosse ele nobre ou eclesiástico (199), e o tratamento a que eram sujeitos também não os deixava esquecer. Na França o Cardeal Richelieu refere-se aos camponeses como "mulets de l'État", Mazarino como "canaille" e Madame de Sévigné como "animaux farouches" (200).

A situação dos camponeses europeus não diferia muito da dos de Portugal. Em França a maioria dos camponeses não possuíam o

necessário para poder subsistir (201), havendo zonas em que detinham apenas um terço do solo (202), sendo as suas explorações familiares demasiado pequenas para assegurar o sustento do grupo humano (203). Pierre Goubert para o Beauvaisis dá-nos conta de que só 24% das terras pertenciam aos camponeses e de que as parcelas que as compunham eram três vezes mais pequenas do que as dos não camponeses (204). Não tendo recursos alimentavam-se mal, de sopas grosseiras ou papas, pois o trigo era o pão dos ricos (205), tal como acontecia em Ganfei, em que o alimento primordial dos camponeses era a boroa de milho (206), e de quando em vez de meado ou só de centeio. O pão branco era uma raridade, um luxo (207), e alimento dos mais abastados. Carlo Cipolla refere que os camponeses se encontravam entre os grupos de menor rendimento da Europa pré-industrial e que canalizavam praticamente todos os ganhos para a alimentação (208). Segundo o mesmo autor, cerca de 60 a 80% do rendimento era gasto em comida e isto não significa que os camponeses comessem e bebessem até a saciedade (209), por isso a obtenção de alimentos era o problema primordial da sua existência (210).

Esta classe viveria durante séculos com o estigma da discriminação social, suportando o jugo que as outras classes lhe impunham. Tenta manifestar-se contra esta situação através da revolta, mas ela é esporádica e só se verifica isoladamente, por isso é em vão. O

camponês é demasiado ignorante, crédulo e miserável para pensar noutra coisa que não seja sobreviver (211). Apenas tardiamente tomam consciência da submissão secular que pairava sobre as suas cabeças e a sua reacção vai ser tão forte que fazem vacilar e depois cair a antiga estrutura (212).

NOTAS

- (1) A.N.T.T., Livro 353 - Índice do cartório de Ganfei, por Frei Luís dos Serafins, 1815, fl.n/n.
- (2) Almeida, Fortunato de - História da Igreja em Portugal, vol.III, Barcelos, 1970, p.109.
- (3) Marques,A.H.de Oliveira - Desamortização, in "Dicionário de História de Portugal", vol.II, Porto, Liv. Figueirinhas, 1989, p.287,288.
- (4) Silva, L. A. Rebelo da - Memoria sobre a população e a agricultura de Portugal desde a fundação da monarchia até 1865, parte I (de 1097-1640), Lisboa, Imp.Nacional, 1868, p.135.
- (5) Idem, ibidem, p.134.
- (6) Costa, P.Avelino de Jesus da - A Comarca Eclesiástica de Valença do Minho, in "Actas do 1º Colóquio Galaico - Minhoto", vol.I, Ponte de Lima,1/5 de Setembro de 1981, p.108.

- (7) Costa, P.António Carvalho da - Corografia Portuguesa, tomo I, Lisboa, 1706, p.275.
- S.Tomás,Fr.Leão de - Benedictina Lusitana, tomo I, trat. II, 1664, p.421.
- (8) Costa, P.Avelino de Jesus da - o.c.,p.108.
- (9) A.N.T.T., Livro 353 - Índice do Cartório de Ganfei, por Fr.Luís dos Serafins, 1815, p.13,13v.
- (10) Idem, ibidem.
- (11) O número de missas era variável, no caso das doações que encontramos, oscilou entre uma e treze missas.
- (Cf. A.N.T.T. Livro nº 353,p.13,13v).
- (12) Para a Abadia de Tibães Aurélio de Oliveira encontrou, também, poucas compras até o século XVII. (Cf.Oliveira, Aurélio de - A Abadia de Tibães 1630-80, Porto, publ.da F.L.P, 1974, p.97,98,99). E, Bustelo entre 1065-1550, apenas efectuou duas compras (cf. Maia,Fernanda P.F.O. de Sousa, O Mosteiro de

Bustelo: Propriedade e Produção Agrícola no Antigo Regime (1638-1671 e 1710-1822), (Tese de Mestrado), Porto, 1989, p.31).

- (13) Fortunato de Almeida, diz o seguinte: "Por transigências que as condições do meio social explicam, ou por falta de fórmulas jurídicas bem determinadas, ou por uma e outra simultâneamente, continuou a dar-se a acumulação de bens nas corporações da mão morta." (Cf. Almeida, Fortunato de, História da Igreja em Portugal, vol.III, Barcelos, 1970, p.85).

- (14) Adquiriram a Tomada de S. Vicente, que se situa entre a Cerca do mosteiro e a Senhora do Faro.

- (15) Os Estados do século XVIII, dão-nos conta das muitas obras e concertos que se fizeram no mosteiro (cf. A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei nº 89-90.)

- (16) A.N.T.T., Conv. de V. Castelo, Livro 353, p.16 a 17v.

- (17) Idem, ibidem.

- (18) Em apenas 73 anos efectuaram-se em Ganfei, quase o dobro dos escambos, que em sete séculos se realizaram em Bustelo. (Cf. Maia, Fernanda Paula F.O.S., o.c., p.31).

Em Grijó, em três séculos, também só se efectuaram dezassete permutas de propriedade. (Cf. Amorim, Inês, O Mosteiro de Grijó - Senhorio e Propriedade 1560-1720 (Formação, Estrutura, e Exploração do Seu Domínio), Porto, 1986, p.107).

Estes dados reforçam a nossa ideia, de que, em Ganfei estas permutas resultaram de uma acção consciente.

- (19) As terras adquiridas por este meio não apresentavam o perigo de serem confiscadas.

- (20) A.N.T.T., Conv. de V. do Castelo, Livro 352 - Tombo Velho (cópia), 1542.

- (21) A.D.B., Conv. e Mosteiro, Ganfei nº58, p.91 a 94.

Meireles, Fr. Antonio da Assunção - Memorias para a Hist particular do Mosteiro de Ganfey..., 1796, Ms 364, B.P.M.P. Igrejas do Padroado do Mostº de Ganfei, fl.n/n.

- (22) A.D.B., C.S.B., nº21.Gaveta VI - Papéis dos mosteiros, Apêndice, fl.n/n.
- (23) Quer dizer que não repartia o padroado com ninguém.
A.D.B., Conv. e Mosteiro, Ganfei nº58, p.94.
- (24) Meireles,Fr. Antonio da Asumsão, o.c., Igrejas do Padroado de Ganfey que se perderão, fl.n/n.
- (25) Meireles,Fr. Antonio da Asumsão, o.c., Igrejas do Padroado de Ganfei que se perderão, fl.n/n.
- (26) Idem, ibidem.
- (27) A.D.B., C.S.B., nº21.Gaveta VI - Papéis dos mosteiros, Apêndice, fl.n/n.
- (28) A.N.T.T., Conv. de V. do Castelo, Ganfei, Maço 554 - Inventário dos bens do Most. de Ganfei depois da sua extinção em 1834, fl.n/n.

- (29) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1648-50 "e se atombou a cerca e passões".
- (30) No triénio de 1799-1801, Fr. José Joaq. de St^a Escolastica era Mestre de obras, Enfermeiro, Hospedeiro, Notario, Vigário dos moços e Cantor. E, Fr. Manoel de St^o Elias era Organista, Gastador, Cartorario. Os exemplos sucedem-se. (Cf. A.D.B., Conv. e Most., Ganfei, nº 90, E.1799-1801).
- (31) Tinham pelo menos 2 juntas de bois (E.1725), 47 ovelhas e 20 anhos (E.1722), 11 porcos (E.1725), e várias galinhas e patos (E.1683). (Cf. A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, 90).
- (32) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1629.
- (33) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1641.
- (34) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1653.
- (35) Os foros em Trigo são escassos e em quantidades reduzidas, como se pode verificar pelos quadros que se encontram no fim do

capítulo.

- (36) Durante o século XVII, encontramos nos Estados referências à semeadura de cevada em vários triénios (1629, 1632, 1638, 1641, 1656, 1668). Referências essas que não voltamos a encontrar ao longo de todo o século XVIII, o que significa que se não deixou de ser semeada pelo menos a área destinada à sua cultura foi grandemente reduzida. (Cf. A.D.B., C.S.B., Ganfei, nº89.)
- (37) Marques, A.H. de Oliveira - Cevada, in "Dicionário de Hist. de Portugal", vol. II, Liv. Figueirinhas, 1989, p.46.
- (38) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº 89, E.1665 "Cobriose e lançou-se a moer o moinho... e arendose o mesmo moinho pella Penção Antiga".
- (39) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1629.
- (40) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1629.
- (41) Na rubrica "Estado em que fica a casa", que se encontra no final

de cada Estado, todos os triénios referem que as hortas se encontram cultivadas e beneficiadas. (Cf. A.D.B.,C.S.B., Ganfei, nº89-90).

- (42) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1668.
- (43) A primeira quantidade de feijão registada nas contas do recebedor é de 58 alqueires em 1743. (Cf. A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº90).
- (44) Meloal (E.1650), macieiras, pereiras e ameixoeiras (E. 1813), figueiras e cerdeiras (1641), limoeiras e laranjeiras (E.1816). (Cf. A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89-90).
- (45) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1629.
- (46) A.D.B.,Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº 89, E.1722.
- (47) A.D.B.,, Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1734.
- (48) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº90, E.1819.

- (49) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1641; 1659; 1683; 1716; 1734; 1752; 1755; nº90, E.1789; 1792; 1813; 1816.
- (50) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1629.
- (51) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1659.
- (52) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E. 1755 "plantaram-se desoito castanheiros p^a vinho e madeyras ...Plantaram-se sesenta e oito carvalhos, alguns p^a vinho".
- (53) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1734.
- (54) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1734.
As 515 varas equivalem a 566,5 metros.
- (55) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº90, E.1767.
As 188 varas equivalem a 206,8 metros.
- (56) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89-90. (Cf.nos Estados a rubrica "Contas do Gastador". Em todos os triénios o mosteiro

dispendeu verbas para vinho.

- (57) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1671; 1668; 1722. Nestes estados referem que ficam na adega pipas de vinho maduro, que eram para os monges, pois os criados e outros assalariados bebiam do verde. Os monges de S.Bento preferiam o vinho maduro como constactou Aurélio de Oliveira em relação aos monges de Tibães, mas como o vinho nesta zona é melhor eles podiam mudar de opinião, o que parece que não aconteceu em Ganfei.
- (58) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº90, (cf. as Contas do Recebedor a partir de 1740. Enquanto que as receitas provenientes dos foros não passam de 3 quartilhos, as dos passais são muito maiores.)
- (59) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1758.
- (60) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1683.
- (61) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89-90.

- (62) Entre 1722-28 plantaram 379 oliveiras, e entre 1786-92 295 oliveiras. (Cf. A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89-90).
- (63) 329 pés de novas oliveiras. (Cf. A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei nº90).
- (64) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1716.
- (65) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1746.
- (66) Em todos os triénios se plantaram castanheiros e carvalhos nas terras de domínio directo do mosteiro. (Cf. A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89-90).
- (67) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1755.
- (68) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1753 "Madeirouse de novo hum pedaso de Dormitorio".
- (69) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº90, E.1801.

- (70) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº90, E.1816.
- (71) Sampaio, Alberto - Estudos Históricos e Económicos, vol.I, Lisboa, Ed. Vega, p.83.
- (72) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1638.
- (73) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1638.
- (74) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1638.
- (75) Por exemplo, em 1683 "cobriose todo o cano da Agoa desde a caixa donde nasce athe a fonte dos canos. Betumarão-se, e se Argamassarão as capas com cal". (Cf. A.D.B., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1683).
- (76) A.D.B., Conv. e Most., Ganfei, nº58-Diet. e Costumeiro, p.30.
- (77) A.D.B., Conv.e Most., Ganfei, nº58-Diet.e Cost., p.100.
- (78) A.D.B., Conv.e Most., Ganfei, nº58-Diet.e Cost., p.100.

- (79) A.D.B., Conv.e Most., Ganfei, nº58-Diet.e Cost., p.100.
A.N.T.T., Conv. de Viana do Castelo, Ganfei, nº366- Sentenças,
p.293.
- (80) Em quase todos os triénios os Abades mandaram reformar o muro da Cerca. (Cf. A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89-90).
- (81) A tomada de S. Vicente (cf. A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº 89, E.1748), a Cerca do Faro e a casa de Recibo em Coura (cf. A.N.T.T., Conventos de Viana do Castelo, Ganfei, Maço 554- Inventário...).
- (82) A.D.B., C.S.B., Ganfei, E.1629 "Fesse hu bom portal p^a sirviço do carro e caualgaduras o qual tem de alto quatorze palmos e de vão oito." E.1632 " Mais se fes hum portal no muro da estrada que vai p^a Sancto Theotonio."
- (83) A.D.B., C.S.B., Documentação Geral, Ms. 159, Constitui ções dos Monges Negros da Ordem de S.Bento nos Reinos de Portugal, séc.XVIII. "# Determinamos além disso que os arrendamentos ou aforamentos dos bens imóveis por (maes) tempo que tres annos se

posão so fazer com licença do capitulo...", fl.205.

- (84) A.D.B., C.S.B., Conv. e Most., Ganfei, nº53, fl.n/n.
- (85) A.D.B., C.S.B., Conv. e Most., Ganfei, nº53, fl.n/n.
- (86) A.D.B., C.S.B., Conv. e Most., Ganfei, nº53, fl.n/n.
- (87) Idem, Ganfei, nº53, fl.n/n.
- (88) Idem, Ganfei, nº53, fl.n/n.
- (89) Idem, Ganfei, nº53, fl.n/n.
- (90) Idem, Ganfei, nº53, fl.n/n.
- (91) Idem, Ganfei, nº53, fl.n/n.
- (92) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1748.
- (93) A.D.B., C.S.B., Conv. e Most., Ganfei, nº20, fl.n/n.

- (94) Idem, Ganfei, nº53, fln/n.
- (95) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei , nº89-90.
- (96) A.D.B., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1746 "Pozerão-se trinta e dois castanheyroz, setenta e dois carvalhos na terra que o Mostr^otem de Baldio em Cornes." E.1752 "Pozerão-se nos Valdios sincoenta e sette carvalhos." Nº90, E.1795 "Pozerão-se cem carvalhos no Valdio."
- (97) Castro, Armando de - Baldios, in "Dicionário de Hist. de Portugal", vol. I, Porto, Liv. Figueirinhas, 1989, p.277.
- (98) Meireles, Fr. Antonio da Asumsão - Memorias para a Hist. particular do Mosteiro de Ganfey ..., 1796, Ms.364, B.P.M.P., Memoria 2ª, fl. n/n.
- (99) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº90, E.1789 "Gastouce na Pesqueira o dinheiro que estava aplicado para ella fazendo-se hum grande Paredão que se as agoas o não arruinar sera de utilidade."

- (100) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1641.
- (101) A.N.T.T., Conventos de V. do Castelo, Ganfei, Maço 554, Inventario...fln/n.
- (102) Oliveira, Aurélio de - A Abadia de Tibães 1630/80-1813 ..., vol.I, p.56.
- (103) A.N.T.T., Conventos de V.do Castelo, Ganfei, nº384.
Cf. Costa, V.J.F.Cardoso da - Memoria sobre a Avaliação dos Bens de Prazo, Lisboa, 1802, p. 23.
- (104) A.N.T.T., Conv. de V. do Cast., Ganfei, nº384, p.78.
- (105) A.N.T.T., Conventos de V. do Castelo, Ganfei, nº384, p.78.
Cf. Barros, Henrique da Gama - Hist. da Administração Pública em Portugal..., vol.VIII, Lisboa, Sá da Costa, p.209.
- (106) Idem, Ganfei, nº384, p.78.
Veja-se também, Costa, M. J. de Almeida - A Origem da Enfiteuse no Direito Português, Coimbra, Coimbra ed., 1957, p.189, 190.

- (107) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1641, 1650, 1653.
- (108) A.N.T.T.,Conv. de V. do Castelo, Ganfei, nº352 - Tombo Velho (cópia), 1542.
- (109) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº31.
- (110) Oliveira, Aurélio de - A Abadia de Tibães 1630/80-1813 ..., vol.I, p.62.
- (111) Sampaio, Alberto - Estudos Históricos e Económicos, vol.I, Lisboa, ed. Vega, 1979, p.72.
- (112) Idem, ibidem, p.73.
- (113) Oliveira, Aurélio de - o.c., vol.I, p.63.
- (114) Cf. ponto 1.
- (115) Em Ganfei, no princípio do século XVIII havia 270 habitantes, em 1732-820 habitantes e em 1796-1150 habitantes. (Cf. Meireles, Fr.

Antonio da Asumsão, o.c., Igrejas do Padroado do Mostº de Ganfei, fl.n/n).

- (116) Oliveira, Aurélio de - o.c., vol.I, p.64.
- (117) "...as diversas "famílias", resultado da desintegração e alargamento do grupo sanguíneo original, acordavam em reconhecer um "chefe", a chamada "cabeça do casal", a quem, em regra, pertencia a solvência dos tributos ao senhor da terra." (Cf. Marques, A. H. de Oliveira - Introdução à Hist. da Agricultura em Portugal, Lisboa, ed. Cosmos, 1968, p.107.)
- (118) Oliveira, Aurélio de - o.c., vol.I, p.64.
- (119) A.D.B., C.S.B., Documentação Geral, Constituições dos Monges Negros da Ordem de S.Bento nos Reinos de Portugal, séc. XVIII, constituição 3ª, p. 202.
- (120) Oliveira, Aurélio de - o.c., vol.I, p.65.
- (121) Cf. quadros e gráficos no final do capítulo.

- (122) Os prazos podiam incidir sobre um casal (o que geralmente acontecia) ou sobre partes constituintes do Casal. No livro de Recibo que consultamos apenas em três dos Prazos referiam que iam unidos outros casais. (Cf. A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº31).
- (123) Oliveira, Aurélio de - o.c., vol.I, p. 60.
- (124) A.N.T.T., Conv. de V. do Cast., Ganfei, nº384, p.1.
- (125) Idem, Ganfei, nº384, p.2, 2v.
- (126) Idem, Ganfei, nº384, p.77,78.
- (127) Idem, Ganfei, nº384, p.77.
- (128) Desde que os familiares o desejassem renovava-se o prazo na mesma família. (Cf. A.N.T.T., Conv. de V. do Castelo, Ganfei, nº384).
- (129) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº31.

- (130) Idem, Ganfei, nº31.
- (131) Conferir ponto 1.
- (132) Esta é a área actual (cf. Cadastro Vitícola da Região de Vinho Verde, Valença, 1985, p.21), no século XVIII ainda era maior.
- (133) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº31.
- (134) A.N.T.T., Conv. de V. do Cast., Ganfei, nº384 e 401.
- (135) Por exemplo um campo que tem de norte a sul 54 varas (59,4metros), do nascente ao poente 70 varas (77metros) e de norte a sul pela banda do poente 59 varas (64,9m), era laborada por 8 foreiros. (Cf. A.N.T.T., nº384,p.4v)
- (136) Na freguesia de Campos só tinham uma leira e na de Nogueira um campo. (Cf. A.D.B., Conv. e Most., Ganfei, nº31, p.164v.)
- (137) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº31, p.111.

- (138) Idem, Ganfei, nº31, p.111v.
- (139) A.N.T.T., Conv. de V. do Castelo, Ganfei, nº384.
- (140) Oliveira, Aurélio de - o.c., vol.I, p.639.
- (141) O prazo mais antigo que encontramos no livro do Recibo vigorava à 30 anos mas, a média rondava os 25 anos. (Cf.A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº31). Cf. também, Costa, V.J.Cardoso da - Memória sobre a avaliação dos bens de prazo, Lisboa, 1802, p.27.
- (142) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, E.1641 "...se fes outro prazo do cazal do Quinteiro com acrescentamº de huo alq. e meo de meado, huo coarto de trigo e dous uintens em drº".
- (143) Rau, Virgínia- A grande exploração agrária em Portugal a partir dos fins da Idade Média, in "Estudos de Hist. Económica", Lisboa, col. "Ensaio", 1961, p.17.
- (144) Marques, José- O Mosteiro de Oia e a Granja da Silva, no contexto das relações Luso-Castelhanas dos séculos XIV-XV, in "Revista de

História", vol.VI, INIC, 1985, p.97 a 111.

- (145) João Pedro Ribeiro considerou a enfiteuse um meio de promover a nossa agricultura, foi um dos grandes defensores deste sistema (Ribeiro, João Pedro - Memoria sobre as vantagens dos prazos a bem da agricultura e riqueza nacional, Lisboa, 1835). A favor da enfiteuse também se manifestou o Visconde Vilarinho de S.Romão (S.Romão, Visconde Vilarinho de - O Minho e as suas culturas, Lisboa, Imp. Nacional, 1902, p.47-48). Mais recentemente Virgínia Rau escreveu que, "a enfiteuse promoveu o aproveitamento de terras que, sem tal instituto, teriam talvez permanecido incultas e ermas, ou pelo menos pouco produtivas" (Rau, Virgínia - A grande exploração agrária em Portugal a partir dos fins da Idade Média, in "Estudos de Hist. Económica", Lisboa, col. "Ensaio", 1961, p.21). Opinião contrária a estes autores tem Aurélio de Oliveira (Oliveira, Aurélio - o.c., vol. I p.294).
- (146) Pérez Garcia, J.M - Un modelo de sociedad rural de Antiguo Régimen en la Galicia Costera: La Península de Salnés (Jurisdicción de La Lanzada). Santiago de Compostela, Universidade de Santiago, 1979.

- (147) A.N.T.T., Conv. de V. do Castelo, nº364.
- (148) Esboço da Carta Geral de Ordenamento Agrário (carta base na capacidade de uso do solo apreciada essencialmente por foto- interpretação), Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário.
- (149) A.N.T.T., Conv. de V. do Castelo, nº413, p.6.
- (150) A.N.T.T., Conv. de Viana do Castelo, nº 413, p. 5 e segs.
- (151) Oliveira, Aurélio de - A Abadia de Tibães 1630-80, Porto, 1974, p. 231.
- (152) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1716 e 1755.
- (153) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1716.
- (154) A.N.T.T., Conv. de V. do Castelo, nº413, p.6.
- (155) O que acontecia na maior parte das terras do Minho, criando-se

mesmo uma classe parasitária. (Cf.Oliveira, Aurélio de - o.c., vol.I, p.263).

(156) Oliveira, Aurélio de - o.c., vol.I, p.263.

(157) Uma terra benfeitorizada aquando da renovação do prazo significava aumento de renda (cf. A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei nº89, E.1641). Ver ainda, Calhorda, Manoel Portugal - Reflexoens sobre o augmento d'agricultura em Portugal, Ms 1743, Porto, 1813.

(158) Os pequenos cultivadores não só se vêem afectados por explorações mais débeis e mais pequenas como também falta de instrumentos. (Cf.Pérez Garcia, o.c., p.164 e Oliveira, Aurélio - A Abadia de Tibães 1630-80, Porto, 1974, p.231).

(159) Leão, Duarte Nunes de - Descrição do Reino de Portugal, Lisboa, 2ª ed., 1785, p.149.

(160) Franco, Francisco Soares - Ensaio sobre o melhoramento de Portugal e Brazil, Lisboa, 1821, (3º caderno).

Memórias das primeiras acções do Excelentíssimo General Junot Duque d'Abrantes, Lisboa, 1808, p.41-42.

- (161) Herculano, Alexandre - Sobre a questão dos Foraes, in "Opúsculos", vol.VII, Lisboa, 3ª ed., Liv. Bertrand, p.287.
- (162) S.Romão, Visconde Vilarinho de - O Minho e as suas culturas, Lisboa, Imp. Nacional, 1902, p.47.
- (163) Ribeiro, João Pedro - Memoria sobre a vantagem dos prazos a bem da agricultura e riqueza nacional, Lisboa, 1835.
- (164) Carvalho, Vicente Antonio Esteves de - Memoria sobre a origem, e progressos da emphyteuse, e sua influencia sobre a agricultura em Portugal, Lisboa, 1814,p.24-30.
- (165) Silbert, Albert - Le problème agraire portugais au temps des premieres cortes liberales, Paris, F.C. Gulbenkian, 1985, Maço 37, nº97, p.104.
- (166) Idem, ibidem, p.107.

- (167) Pérez Garcia - o.c., p.164.
- (168) Costa, M.J.de Almeida - Enfiteuse, in "Dic. de Hist. de Portugal", vol.II, Porto, Liv. figueirinhas, 1989, p.379.
- (169) Costa, M.J.de Almeida - Origem da Enfiteuse no Direito Português, Coimbra, Coimbra ed., 1957, p. 84,85.
- (170) A.N.T.T., Conv. de V. do Castelo, nº352.
- (171) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº 31.
- (172) Reis, Pedro Batalha - Ouro Português Amoedado, Lisboa, 1940, p.13.
- (173) "Los anos de gran carestía, los anos de escassez, representan anos de abundancia para el beneficiario de arrendamientos". (Cf. Labrousse, Ernest- Flutuaciones Economicas e Historia Social, Madrid, ed. Tecnos, 1962 p.189).

- (174) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº59, p.2Ov.
- (175) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.174O.
A.N.T.T., Conv. de V. do Castelo, nº379.
- (176) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº59, p.2O.
- (177) A.N.T.T., Conv. de V. do Castelo, nº379.
- (178) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº59, p.2Ov.
- (179) A.N.T.T., Conv. de V. do Castelo, nº384.
- (180) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89-9O, contas do
Recebedor.
- (181) Oliveira, Aurélio de - o.c., vol.II, p.671.
- (182) A.N.T.T., Conv. de V. do Castelo, nº384, p.91a96v.
- (183) Pérez Garcia, J.M. - o.c., p.302.

Um outro espanhol chega à mesma conclusão " as rendas monacais non eran moi gravosas", (cf. Villares, Ramón - Foros, Frades e Fidalgos, Vigo, ed. Xerais de galicia, s.a., 1982, p.156).

(184) Oliveira, Aurélio de - o.c., vol.II, p.673.

(185) Idem, ibidem.

(186) Como não encontramos nenhuma referência ao valor do alqueire, atribuímos-lhe os 15 Kg encontrados por A. de Oliveira para Tibães. (Cf. Oliveira, A - o.c., vol. II, p.669).

(187) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89-90, contas do Recebedor.

(188) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89-90, contas do Gastador.

(189) Bezerra, Manoel G. de Lima - Os estrangeiros no Lima.... vol.II, Coimbra, Oficina da Universidade, 1791, p.9.

- (190) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1665.
- (191) A.D.B., Conv. e Most., Ganfei, nº58, p.16v.
- (192) A.D.B., Conv. e Most., Ganfei, nº58, p.19v.
- (193) Idem, Ganfei, nº58, p.162v.
- (194) Idem, Ganfei, nº58, p.162v.
- (195) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89-90, contas do Recebedor.
- (196) Calhorda, M.Portugal - Reflexoens sobre o augmento da d'Agricultura em Portugal, Ms 1743, Porto, 1813.
- (197) Bezerra, M.G. de Lima - o.c., p.9.
- (198) Godinho, V.M. - A estrutura na antiga sociedade portuguesa, Lisboa, ed. Arcádia, 1971, p.56.

- (199) Jacquart, Jean - Immobilisme et catastrophes 1560 - 1660, in "Histoire de la France rurale", direcção de George Duby et Armand Wallon, tomo 2, Paris, Ed. Seuil, 1975, p.303.
- (200) Idem, ibidem.
- (201) Labrousse, Ernest - o.c., p.212 e ainda, Ladurie, E.Le Roy - Les paysans de Languedoc, Paris, S.E.V.P.E.N., 1966, p.315.
- (202) Jacquart, Jean - o.c., p.266.
- (203) Idem, ibidem.
- (204) Goubert, Pierre - 100 000 provinciaux au XVII siècle, Paris, Flammarion, 1968, p.180.
- (205) Braudel, Fernand - Civilização material e Capitalismo séc.XV-XVIII, tomoI, Lisboa, ed. Cosmos, 1970, p.111.
- (206) Brito, J.J.R. de - Memorias politicas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações e principalmente de Portugal, vol.II, Lisboa,

1803 " A classe infima, que he a mais numerosa, sustenta-se nas provincias do Norte de boroa de milho..." .

(207) Braudel, Fernand - o.c., p.113.

(208) Cipolla, Carlo - História Económica da Europa Pré-Industrial, Lisboa, ed.70, 1984, p.40.

(209) Idem, ibidem, p.41.

(210) Behrens, C.B.A. - The Ancien Régime, Thames and Hudson, reedição 1989, p.25.

(211) Jacquart, Jean - o.c., p.353.

(212) Soboul, Albert - Problèmes paysans de la révolution 1789 - 1848, Paris, FM/Fondations, 1983, p.118-119.

CASAIS NA FREGUESIA DE GANFEI - 1542

CASAIS	PARCELAS	RENDAS
C. de Gregorio Esteves de Pouzada	15	M - 30 alq. T - 0,5 "
C. de Gregorio Gonçalves de Pouzada	17	M - 20,5 alq. T - 4,5 " V - 6,5 "
C. de Jacome Annes de Pouzada	20	M - 29 alq. T - 4 "
C. de Estevão Pires de Pouzada	1	M - 8 alq.
C. de Pedro Affº de Pouzada	5	M - 6 alq. T - 1 "
C. de Gonçalo Vas	19	M - 23 alq. V - 4 "
C. de João Mrz	5	M - 2 alq. T - 2 "
C. de João de Pouzada o moço	8	M - 12 alq. T - 1 "
C. de João Roiz de Pouzada	12	M - 12,5 alq. T - 1 "
C. de João Roiz Filho de Rui de Mendo	3	M - 2 alq. Mº - 1 " V - 3 "
C. de Pero da Cal	6	D - 1 vintem M - 2 buzios
C. de Rodrigo da Orgeira	1	V - o quinto
C. Antom Roiz de Pouzada	4	M - 2 alq. V - o quinto
C. de Maria de São Miguel	11	M - 17 alq.

FREGUESIA DE GANFEI - 1542

CASAIS	PARCELAS	RENDAS
C. de Gregorio de São Miguel	1	
C. de Rodrigo Dameam e Gregorio Dameam	14	D - 2 vinteis M - 26 alq. V - o quinto
C. de João Aparicio	13	M - 4 alq. V - o quinto
C. de Gonçalo Roiz e mulher Catharina Annes	25	M - 36 alq. V - 5 "
C. de Ruy Menino	20	M - 25 alq. V - 2 "
C. de Violante da Ufe	13	M - 11 alq. V - 3 alm.
C. de Fernam Esteves	7	M - 3 buzios
C. de Mecia Lopes	10	
C. de Afonso da Ufe	6	M - 20 alq. T - 5 "
C. de Guiomar da Ufe	13	M - 24 alq. T - 4 "
C. de João Roiz filho de Rodrigo da Ufe	10	M - 19 alq. T - 4 " V - 5 "
C. de João Garrido	9	M - 10 alq.
C. de João Rodrigues dos casais	5	M - 11,5 alq.
C. de Afonso Thome e Belide do Castro	11	M - 14 alq. T - 4 " V - 1,5 "
C. de João Romeu	2	M - 4 alq.
C. de Margarida da Meã	1	M - uma quarta

FREGUESIA DE GANFEI - 1542

CASAIS	PARCELAS	RENDAS
C. de Maria Afonso	14	M - 13 alq. T - 2 alq. M ^o - 1,5 alq.
C. de Martim Gonçalves	23	D - 10 rs M - 27 alq. T - 4 alq.
C. de Maria Annes	7	D - 10 rs M - 26 alq. T - 2 alq. M ^o - 1 alq.
C. de Rodrigo Afonso	9	M - 20 alq. V - 8 alq.
C. de Mendo Roiz	7	M - 20 alq.
C. de Gregorio de Mendo	7	M - 15,5 alq. T - 3 alq. V - 2 alq.
C. de João Afonso dos Casais	19	D - 630 rs M - 10 alq. T - 4 alq.
C. de Afonso da Ufe e Afonso Lourenço	10	D - 40 rs M - 22 alq.
C. de João Thome e seus irmãos	11	M - 32 alq. T - 3 alq. V - 2 alq.
C. de Afonso Branco	1	V - 10 alq.
C. de Alvaro das Telhosas	3	M - 18 alq. T - 7 alq.
C. de Afonso Mendo	15	M - 12 alq. T - 4 alq.
C. de João Gonçalves dos Casais	1	M - 2 buzios
C. de A. Thome Ferreiro	1	V - 6 alq.

FREGUESIA DE GANFEI - 1542

CASAIS	PARCELAS	RENDAS
C. de João da Meã	2	M - 2 alq.
C. de Afonso Domingues	4	D - 85 rs
C. de Pero Luís	3	D - 60 rs
C. Rui Novo	2	
C. de Álvaro Esteves	1	D - 200 rs
C. de Afonso Pereira de Tui	1	D - 70 rs
C. de Gil Velho	1	V - 0 quarto
C. de António Mendes	1	D - 240 rs
C. de João Pires e neto	1	
C. de João Soares	1	
C. de Manoel Vaz	1	D - 130 rs
C. de Francisco Gomes	1	D - 80 rs
C. de Bellide	7	
C. de João Roiz de Vasconcelos	15	D - 570 rs
C. de Afonso Pires	2	D - 70 rs
C de Fernão Lopes	9	M - 17 alq.
C. de Afonso Fernandes	5	M - 10 alq. T - 2 alq. V - 2,5 alq.
C. de Maria Annes	5	M - 8 alq. T - 1 alq. V - 1 alq.
C. de Pedro Annes	6	M - 9 alq. T - 1 alq. V - 3 alq.

FREGUESIA DE GANFEI - 1542

CASAIS	PARCELAS	RENDAS
C. de Rui Fernandes	6	M - 15,5 alq. V - 9 alq.
C. de João de Mourel	10	M - 8 alq. V - 1 alq.
C. de João Carvalho	5	M - 6 alq.
C. de Rodrigo Annes	14	M - 27 alq. T - 2 alq.

LEGENDA:

C. Casal
D - Dinheiro
M - Meado ou Pão Meado
T - Trigo
V - Vinho
Mº Milho
Cº Centeio

CASAIS NA FREGUESIA DE VERDOEJO - 1542

CASAIS	PARCELAS	RENDAS
Erdades do meio casal da Veleira	5	M - 4 buzios
Erdades de Gregº do Qtº	8	
C. dos filhos de Alvaro das Zenhas	5	M - 5 alq.
C. de Gonº da Bouça	16	D - 260 rs M - 14 alq Cº 4 alq. Mº 10 alq
C. de Bomjoia e Aveleira		D - 260 rs
C. do Aboedo	5	
C. de Bastião Alz	10	D - 130 rs
C. dos filhos de Alvaro de Fontella	11	D - 200 rs
C. de Gonçº do Quinteiro	11	M - 9 alq. V - 9 alq.

C. de Bastião Alz sapat ^o	1	
C. de Gil Velho	2	
C. de Isabel Vas	1	D - 40 rs
C. de A ^o Domingues	1	D - 15 rs
C. de Martim A ^o Ferreira	1	D - 10 rs
C. de A ^o Glz	1	D - 80 rs
C de Estevão Coelho	1	D - 30 alq.

CASAIS NA FREGUESIA DE GANDRA - 1542

CASAIS	PARCELAS	RENDAS
C. de João de Mourel	17	M - 30,5 alq. T - 3 alq.
C. de Gregório de Mourel	7	M - 14 alq. T - 3 alq.
C. de Nuno Pires	6	M - 11 alq. T - 1 alq.
C. de João Cochardo	4	M - 3 buzios
C. de Estevão do Bacello	11	D - 290 rs
C. de João Glz	12	M - 7 buzios
C. de Estevão Felg ^a	14	D - 275 rs
C. de Branca Felg ^a	6	T - 1 buzio
C. de Antonio Glz	13	T - 3 buzios
C. de Gregório Bouços	11	T - 7,5 alq.
C. de Constança Esteves	3	M - 3 buzios
C. de Bastião Bouços	2	M - 1 alq T - 0,5 alq.
C. de Rui Fernandes	7	M - 3 buzios
C. de Gonçalo Bouços	9	M - 2 buzios
C. de Gregorio Rodes	19	D - 400 rs
C de Gonçalo da Villa	26	D - 170 rs M - 4 buzios
C. de Pedro Annes	3	M - 8,5 alq.
C. de João de Barreiros	3	M - 5 alq.

C. de Catherina do Souto	7	M - 1 buzio
C. de Rui da Cerdeira	11	M - 11 alq.

CASAIS NA FREGUESIA DE ARÃO - 1542

CASAIS	PARCELAS	RENDAS
C. de Domingos Abb.	1	D - 30 rs
C. de Martim Glz da Gandra	1	M - 0,5 alq.
C. de Gregorio Roiz	6	M - 1 alq. V - 1 quarto
C. de Gonçalo do Quintº de Gondomil	11	D - 330 rs
C. de Gº do Quintº e fos de João de Rojosem	18	D - 400 rs
C. de Domingos Pires	18	
C. de Gil da Laguoia	5	D - 100 rs
C. de Afonso de Coura	15	D - 200 rs
C. de Afonso da Pedreira	16	D - 120 rs
C. de Afonso de Pias	15	D - 300 rs
C. de Rui Nobre	5	D - 100 rs
C. de Gonº Annes da Lapa	1	D - 100 rs
C. de Urbam Pereira	6	D - 80 rs
C. de João Esteves	10	D - 60rs
C. de Estevão das Taias	19	D - 300 rs
C. de João Annes	12	D - 70 rs
C. de Diogo Soares	16	D - 320 rs
C. de Paio de Abreu	16	D - 400 rs
C. de Maria Vas	10	
C. de Diogo da Tolla	1	D - 430 rs
C. de Pedro da Porta	3	D - 220 rs.

CASAIS NA FREGUESIA DE ARÃO - 1542

CASAIS	PARCELAS	RENDAS
C. de Esteves Annes do Real	19	D - 120 rs
C. de João Alz dos Anhões	6	D - 95 rs
C. de Aº Pais	15	D - 200 rs
C. Fernão Roiz	7	D - 100 rs
C. de Aº das Lages	13	D - 90 rs
C. de Annes Dandovizo	11	D - 130 rs
C. Fernam Annes de Mª	6	D - 140 rs
C. das Pereiras	8	M - 6 buzios
C. de João Franco	19	
C. de Estevão Aº	19	
C. de Maria Glz de Gondelim		D - 130 rs
C. de Fernão Gª Valderete		D - 80 rs
C. de Rui Cristello		
C. de Francº Alz		D - 570 rs
C. de Bastiano do Monte		D - 70 rs
C. de Rui de Gondim		M - 17 alq.
C. de Aº Ennes de Gondim		M - 10 alq. T - 2 alq. V - 2,5 alq.
C. de Estevão Annes		M - 8 alq. T - 1 alq. V - 1 alq.
C. de Mª Gil		
C. de Aº da Qual		M - 9 alq. T - 1 alq. V - 3 alq.

CASAIS NA FREGUESIA DE TAIÃO - 1542

CASAIS	PARCELAS	RENDAS
C. de Francº dos Curros	14	D-1 tostão
C. Alvaro dos Curros	4	M-4,5 alq.
C. Mª de Carvalho	6	D-7 vinteis
C. Vasco Dalmada	5	D-100 rs
C. Ruy de Cerdeira	7	D-340 rs
C. dos fºs de João Lamº	8	M-7 buzios
C. Payo Gomes	7	M-6 buzios
C. Fernão da Quoa	4	D-80 rs
C. Antº e Jmº Lourenço	2	M-2 buzios
C. Antº Lourenço	5	M-4 buzios
C. Mª Lourença	8	M-6 buzios D-60 rs
C. Bastião Roiz de Paços	13	M-2 buzios D-100 rs
C. João Alz de Paços	5	D-80 rs
C. Afonso Coelho	1	D-5 rs
C. João Roiz de Taião	27	M-3 buzios T-6 alq.

PRAZOS NA FREGUESIA DE GANFEI: ANOS DE 1789, 1790, 1791

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. da Casa e Orta em S. Teotónio	1	1	D - 1000rs
P. Prº da Ribeira	9	57	M - 50 alq. P - 156 copas
P. Segº da Ribeira	5	42	M - 15 alq. e 3 qtos. P - 48 copas
P. Quinta da Ufe	1	3	D - 42 rs M - 6 alq. e 1,5 qtos V - 2 cab. e 7 qtilhos
P. da Veiga	7	17	D - 55 rs M - 21,5 alq. T - 3 alq. e 1 qto Mº 1,5 alq.
P. do Campo das Eiras do Mendo	1	4	M - 5 alq.
P. de Linhares	2	6	D - 20 rs M - 3 alq.
P. do Rabadal e Enquiam	2	5	D - 10 rs M - 6 alq.
P. de Pedro Roiz da Deveza	18	49	D - 23 rs M - 22,5 alq. T - 0,5 alq. V - 9 can e 1 qto P - 25 c
P. do Crespo e Cortinhal	10	24	D - 280 rs M - 11 alq e 3 qtos T - 1,5 alq.
P. do Eido de Mendo	2	5	D - 25 rs M - 9 maquias
P. Prº da Seara	7	13	D - 225 rs M - 22 alq. e 1,5 qto

PRAZOS NA FREGUESIA DE GANFEI

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. Segº da Seara	5	6	M - 5 alq. e 0,5 qtº
P. de João Martins Pecelam	1	4	M - 8,5 alq.

P. do Soutilho	27	24	D - 37 rs M - 33,5 alq T - 5 alq. e 1 maquia V - 2 cab. P - 12 copas
P. do Gurreiro	10	27	D - 207rs M - 25,5 alq. T - 1 alq.
P. do Gonsalo Vaz	14	30	D - 139,5 M - 18 alq. e 6 maquias
P. do Vidoeiro	16	48	D - 417 rs M - 35,5 alq. T - 3 alq. e 3 qtos V - 5 cab
P. Prº e Segº de João de Pouzada	10	22	D - 210,5 rs M - 15,5 alq T - 3 alq. e 3 qtos Mº - 1 alq. P - 12 copas
P. do Campo da Torre	1	1	M - 8 alq.
P. de Maria Vicente	15	37	D - 77 rs M - 31,5 alq. T - 4 alq. V - 7 cab
P. Prº de Gregório Gonsalves	19	38	D - 317 rs M - 28,5 alq T - 4 alq V - 2,5 cab.
P. Segº de Gregorio Gonsalves	18	38	M - 19 alq. e 3 qtos T - 7 alq e 1 qto V - 12,5 cab e 0,5 can

PRAZOS NA FREGUESIA DE GANFEI

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. de Gregº Esteves	17	43	D - 4 rs M - 35 alq, 3qtos, 6 maq. T - 0,5 alq. V - 2 cab P - 1 copa
P. de Gonsalo de Aameam	7	12	D - 210 rs M - 8 alq. V - 14 cab P - 6 copas

P. de Fernando Lopes	4	24	M - 20 alq V - 1,5 cab
P. de Pedro Fernandes de Belide	3	1	M - 9 alq. e 3 qtos
P. de Gregório Pires Ferrº	19	36	D - 110 rs M - 21 alq. e 1,5 qto T - 2 alq. P - 10 copas
P. de Gregorio de Ameam	18	52	D - 130 rs M - 29 alq e 0,5 qtº V - 1 cab Mº -6 alq.
P. de Joam Affonço Melim	8	19	D - 50 rs M - 10,5 alq P - 2 copas
P. de Maria de S. Miguel	13	39	D - 209 rs M - 14 alq e 1,5 qtº Mº -8 alq e 1 qtº P - 19 copas
P. de Joam Vaz	21	50	D - 85 rs M - 16 alq, 34 qt, 109 ma T - 3 alq, 9,5 qtº, 19 maq. V - 18 can e 7,5 cab Mº - 7 qtos P - 5 copas
P. de Joam Apparicio	7	14	M - 6,5 alq. T - 1 alq. J - 4 cab.

PRAZOS NA FREGUESIA DE GANFEI

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. Campo do Cocho	1	4	Mº -2 alq. e 0,5 qtº
P. de Rezende	14	55	D - 5 rs M - 31 alq. e 2,5 qtos T - 3 alq. V - 3 cab P - 6 copas
P. de João Pires	3	5	M - 4 alq. e 1 qtº V - 33 can
P. de Affº Lourº	28	72	D - 268,5 rs M - 33,5, 59 qt, 87,5 ma V - 4 cab, 18 can, 12 qtº P - 16 copas

P. de Belide	3	12	D - 260 rs M - 14 alq. e 1 qtº T - 4 alq. P - 10 copas
P. de Pedro Fernando de Mendo	16	38	M - 30 alq. e 10 maquias V - 5 cab
P. de Pedro Menino	10	17	D - 50 rs M - 21 alq. e 3 qtº V - 7 can
P. dos 3 Irmaos	8	11	M - 6 alq V - 4 cab
P. de Fernando Gonsalves	8	25	D - 120 rs M - 11 alq. e 1 qt, T - 1 qtº, V - 4 cab e 2,5 can P - 2 copas
P. da Conza de João Fernandes	7	30	D - 5 rs M - 15 alq., 7 qtº, 5,5 maq. T - 12 maquias V - 3 cab Mº - 2 qtos
P. Vinha da Conza	1	4	M - 6 qtos

PRAZOS NA FREGUESIA DE GANFEI

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. de Maria Annes	4	5	D - 65 rs M - 6,5 alq, 3 qtº T - 0,5 alq V - 2 can
P. de Aboim de João Fernandes	4	5	D - 5 rs M - 6 alq, 10 qtº, 19 maq T - 0,5 alq, 11 maquias
P. de Aboim de Pedº Eanes da Costa	4	10	M - 6,5 alq T - 1 alq V - 0,5 cab
P. de Aboim de Reis Fernandes	3	9	M - 4 alq, 27 qtos, 2 maq T - 3 qtos, 15,5 maq V - 5,5 cab
P. de Reis Pires de Mendo	7	12	M - 2 alq T - 1 cab
P. de Aboim de Andre Roiz	6	10	M - 4 alq. T - 1 qtº

P. de Alvaro Enes	2	12	M - 8 alq, 17 qtº, 13ma T - 8qtº, 20 maq
P. de Maria Lopes	6	21	D - 30,5 rs M - 12 alq, 14,5 qt, 14 ma
P. de Rodrigo Affº	4	10	D - 40 rs M - 2 alq. Mº- 1,5 alq V - 8 cab
P. do Campo do Salgueiro	1	6	C - 16 maquias Mº- 18,5 maq, 3 qtº P - 8 copas
P. Campo do Arinho	1	1	D - 120rs
P. do Cocham	6	27	D - 112,5 rs M - 11,5 alq, 18 maq T - 4,5 qtº, 14 maq Mº- 9,5 qtº
P. de João Roiz dos Cazaes	7	21	D - 208 rs M - 3 alq, 20 qtos, 45,5

PRAZOS NA FREGUESIA DE GANFEI

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. de João Roiz Garrido	6	18	D - 291,5 M - 7,5 alq, 24 q, 11
P. de Lourº Thome	11	39	M - 7 alq, 17 qtº, 35
P. de João Thome	8	19	M - 9 alq, 1,5 qtº T - 5 qtos
P. de Mendo Roiz	8	14	M - 15 alq, 21 qtos, 17
P. de João Gonsalves	1	3	M - 4,5 alq P - 4 copas
Pdo Campo do Ameal	2	10	M - 3 alq., 3 qtos
P. 2º de João Gonsalves	2	3	M - 7 alq, 10 qtº, P - 7 copas
P. 3º de João Gonsalves	7	17	D - 10 rs M - 8 alq, 54 maq.
Pde Fernando Lourº	9	14	M - 1 alq, 10 maq.
P. do Campo do e Moinho da Silveira	2	2	D - 170 rs M - 1 alq
Pde Goº da Pedreira	2	6	M - 10,5 qtos

Pde Fº Alz de Monção	5	17	D - 460 rs
P. da Lage	9	27	M - 12 alq, 36 maq T - 1,5 alq, 7,5 maq Mº- 1 alq
P. de João da Rocha	1	1	D - 900 rs
P. de Affº Roiz de Mourel	3	11	M - 11 alq. Mº- 2 qtos
P. de S. Vicente	1	4	D - 9,5 rs M - 24 maq. Mº- 1,5 alq
P. 2º de S. Vicente	2	7	D - 15 rs M - 4 alq, 5,5 qtº
P. de Rodrigo de Pouzada	2	3	D - 74 rs M - 4 alq

PRAZOS NA FREGUESIA DE GANFEI

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. de Francº Glz Reis	4	4	D - 18rs M - 4 alq
P. dos Campos da Laranjeira e Veiga	4	5	M - 7 alq
P. de Francº Mendes	4	7	M - 6 alq
P. de Filipe Mendes	4	10	M - 9 alq T - 1 alq
P. de João Glz das Zenhas	3	12	M - 34 maq. T - 14 maq.
P de Branca Enes	4	12	D - 39 rs M - 2 alq, 32 maq. T - 4 alq.
P. de Affº de S. Paio	7	14	D - 178 rs M - 17 alq T - 3 alq., 0,5 qtº
P. João Affº Bravo	22	45	M - 39 alq
P de João Semal	14	23	M - 19 alq T - 1 alq.
P. de Antº Dias	2	7	M - 5 alq T - 1 alq
P de Affº Branco	3	7	M - 3,5 alq T - 1 alq

P de Gonº da Cal	6	23	M - 11 alq T - 11 maq, 4 qtos
P. de Diogo Affº de Vilar	16	21	M - 17,5 alq T - 1 alq
P. do Neto de Vilar	35		D - 2367 rs M - 0,5 alq
P. de João Frz Carpinteiro	3	15	D - 7 rs M - 10,5 alq.
P. do Labacem	10	31	D - 65 rs M - 4 alq, 31 maq.

PRAZOS NA FREGUESIA DE GANFEI

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. do Labacem			V - 4 can, 8 qtos Mº- 1, 5 alq.
P. de João Aº Costa	1	3	M - 4 alq
P. de Mathias Rodrigues	3	18	D - 735 rs
P. de Barnabe Vaz	17	51	M - 51 alq. T - 15 alq V - 10 cab Mº- 1,5 alq
P. do Ameam	1	1	

PRAZOS NA FREGUESIA DE VALENÇA

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. de Estevão Roiz	1	3	D - 25 rs M - 5 alq.
P. Campo do Arinho	2	2	D - 90 rs
P. Monte da Urgeira	1	3	
P. de Gregº Domº	2	3	D - 20 rs M - 5,5 alq.
P. Campo dos Medos	1	1	D - 260 rs
P. de Reis Gomes	1	1	D - 40 rs

P. de G° Bom	1	1	D - 100rs
P. de Gil Velho	1	1	D - 100rs
P. Campo das Antas Antas		2	D - 100rs

PRAZOS NA FREGUESIA DE ARÃO

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. do Mentrestido	10	34	D - 347 rs M - 24 alq.
P. de João Franco	22	55	D - 55 rs M - 41 alq. T - 7 alq.
P. da Malacoza	15	30	D - 230 rs M - 10 alq. T - 4 al q.
P. de A° Thome	22	29	D - 67,5 rs M - 17 alq T - 7 alq
P. do Campo Vale	1	1	D - 80 rs

PRAZOS NA FREGUESIA DE GANDRA

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. 1º da Fradega	7	8	M - 11,5 alq. T - 2 "
P. 2º da Fradega	9	20	D - 32,5 rs M - 15,5 alq. T - 1 alq.
P. Campo Redondo	32	48	D - 510,5 M - 36,5 alq. T - 5 alq.
P. de João Cochardo	11	15	M - 10 alq. T - 4 alq.
P. de S. Paio	8	10	D - 310 rs M - 6 alq.
P. Estevão Bacelo	10	15	D - 270 rs
P. da Fonte de Rº Enes	12	19	M - 30 alq. T - 1 alq.
P. do Bornido	10	3	D - 332 rs
P. 1º da Perca	16	24	D - 534 rs M - 13 alq.
P. 2º da terceira	9	13	D - 10 rs M - 21 alq.
P. 1º de Condeixa	8	11	T - 5,5 alq.
P. 2º de Condeixa	9	12	T - 9,5 qtos.
P. de Rui Francº	9	9	M - 2,5 qtos. T - 8,5 alq.
P. da Redonda	15	18	D - 5 rs M - 25 alq. T - 2,5 qtos.
P. 2º da Redonda	22	31	M - 13,5 alq. T - 2,5 alq.
P. 1º do Curro	12	11	D - 348 RS T - 14 alq.

FREGUESIA DE GANDRA

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. 2º do Curro	14	19	D - 10 rs M - 13 alq.
P. 1º de Sima	5	4	D - 5 rs M - 4 alq.
P. 2º de Sima	9	14	D - 35 rs M - 10 alq.
P. da Pena dos Franquinhos	7	14	D - 50 rs M - 12,5 alq.
P. de João Bouços	4	9	M - 6 alq. T - 2 alq.
P. 2º de João Bouços	11	13	D - 40 rs M - 10 alq. T - 0,5 "
P. de Dongil	27	39	M - 22 alq. T - 1 "
P. do Cortinhal	1	5	M - 8 alq.
P. Desquinto	6	7	D - 60 rs M - 5 alq.
P. do Souto	11	18	D - 50 rs M - 5 alq.
P. de Rui de Bouça	4	6	M - 5 alq.
P. de Afº da Cal	7	11	D - 380 rs M - 9 alq.
P. da Portela	2	3	D - 75 rs M - 1,5 alq.

FREGUESIA DO CERDAL

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. de Passos	7	22	M - 15,5 alq.
P. Fernando da Cal	5	10	D - 345 rs

P. de Pedro Franco	3	9	D - 20 rs M - 8 alq.
P. de Carcavelhos	3	6	D - 50 rs
P. do Agro	5	14	D - 90 rs M - 14 alq.
P. de Provença dos Moinhos	11	15	D - 320 rs M - 16 alq.
P. de Franc ^o Per ^a	1	2	T - 8 alq.
P. de Regalas	1	1	M - 4 alq.
P. da Bouça	18	17	D - 40 rs M- 12 alq., 10 maq.
P. do Outeiro	10	15	D - 321 rs
P. da Preza	10	13	M - 13 alq.
P. do Barreiro e Castanhal	7	17	D - 302 rs M - 3 quartos
P. de Lopo Alz	3	5	D - 90 rs
P. de Gondomil	13	16	M - 21 alq.

FREGUESIA DE TAIÃO

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. das Quingostas	9	14	D - 260 rs
P. 1º dos Gaios	3	5	D - 40 rs M - 5 alq.
P. 2º dos Gaios	2	3	M - 4 alq. T - 2 "
P. 3º dos Gaios	1	1	D - 121 rs
P. de aº de Curros	7	18	D - 20 rs M - 7,5 alq.
P. da Seara	5	14	D - 336 rs
P. de V. de Almada	5	10	D - 163 rs

FREGUESIA DE FONTOURA E S. JULIÃO DA SILVA

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. de Ana da Cunha	1	1	D - 6000 rs
P. Fafe e Gontomil	1	1	D - 400 rs
P. de Gontomil e Minhoveiro	19	27	M - 52 alq.
P. de Rosado			M - 27 alq.
P. de Gramil	1	1	D - 135 rs M - 15 alq.
P. do Outeiro do Barregam	4	6	D - 190 rs M - 8 alq.
P. Vinha da Pedra	1	5	D - 145 rs
P. Campo Outeiro	1	1	D - 85 rs
P. de Aff ^o Enes	3	3	D - 190 rs
P. de Vasco Enes	7	19	D - 665 rs

PRAZOS NA FREGUESIA DE VILA MEÃ

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P da Correga	3	3	D - 155 rs
P. do Carvalho	1	1	M - 43,5 alq.

FREGUESIA DE REBOREDA, NOGUEIRA, CAMPOS GUNDAR

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. de Gandarela	4	6	D - 115 rs
P. do Barreiro	2	2	D - 250 rs
P. do Campo Fornos	1	1	D - 30 rs

P. da Leira	1	1	D - 50 rs
P. do Pinheiro	4	4	D - 320 rs
P. do Carneiro	10	13	M - 7,5 alq.

FREGUESIA DE CORNES

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. da Longa	16	28	M - 20,5 alq. T - 4 alq.
P. da Valinha	2	2	T - 5 quartos
P. da Vinha Torram	1	2	M - 8 alq.
P. de João Lour ^o da Calsada	12	19	D - 120 rs M - 21,5 alq.
P. do Formal	1	1	D - 1250 rs
P. do Torram	1	2	M - 20 alq. T - 1 alq.

FREGUESIA DE VERDOEJO

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. da Cal e Subacal	13	28	D - 12 rs M - 13 alq.
P. da Rapadoura	16	41	D - 16 alq. M - 1 alq.
P. de Sebastiam Alz do Cortinhal	4	16	M - 5 alq.
P. de Gonsalo Aff ^o do Cortinhal	6	10	D - 88 rs M - 5 alq.
P. de João Aff ^o do Bouço	4	4	M - 2,5 alq.
P. do Chaves	6	11	M - 4 alq.

P. da Bomjoca	9	30	D - 5 rs M - 6 alq. T - 1 alq.
P. do Boedo	9	22	M - 10 alq.
P. 1º da Aveleira	5	5	M - 6,5 alq. T - 1 alq.
P. 2º da Aveleira	6	15	M - 14,5 alq. T - 2 alq.
P. 1º do Azedal	6	11	M - 5 alq.
P. 2º do Azedal	7	15	M - 13 alq.
P. das Porcalhas	3	8	M - 5,5 alq.

FREGUESIA DE S. MAMEDE

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. das Vinhas	5	10	M - 2 alq. T - 1 alq.

FREGUESIAS DE GONDOMIL E DE BOIVÃO E LORDELO

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. da Pedra do Souto	6	18	D - 10 rs M - 5 quartos V - 3 cab.
P. da Calsada	1	1	M - 9 alq.
P. da Quinteiro	18	33	D - 317,5 rs M - 13 alq. T - 10 quartos
P. da Esportelada	26	39	D - 290 rs M - 15 alq. V - 17 cab.

P. do Pereiro	1	1	D - 5 rs M - 7,5 alq. T - 1 quarto Mº 11 maq.
P. do Campo Insul	1	4	

FREGUESIAS DE S. TIAGO DE PIAS

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. do Quinteiro	13	31	D - 60 rs M - 6 alq.
P. do Fontam	17	37	M - 26 alq.
P. da Veiga de	1	1	D - 105 rs T - 4 alq.
P. do Valle	1	1	M - 4 alq.
P. da Quinta de Brei	8	3	D - 370 rs M - 1 quarto
P. do Camozinho	1	1	D - 110 rs
P. da Pentieira	1	1	D - 250 rs
P. de Pias	1	1	D - 480 rs M - 17,5 alq. T - 0,5 alq.
P. do Passo do Outeiro	1	1	M - 19 alq. V - 9 cab.

FREGUESIA DE PIAS E BORRASCAS E DE MOREIRA

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. dos Nobres	5	19	D - 40 rs M - 3 alq.
P. da CAI	23	39	D - 95 rs M - 9,5 alq. V - 7 cab. e 2 can.

P. 1º do Cuco	6	23	D - 230 rs
P. 2º do Cuco	7	22	D - 320 rs
P. de Lamaboa	1	1	D - 400 rs
P. do Souto e Abelhal	1	1	T - 30 alq. V - 1 pipa
P. dos Angueiros	1	3	D - 155 rs

**FREGUESIAS DE SAGO, LORDELO DO MONTE, S. THIAGO DOS ANHOENS,
S. COMBA DE EIRAS, S. PEDRO DE SÃ**

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. do Parral	1	1	D - 1130 rs
P. da Porta	1	1	M - 10 alq.
P. de Chim	1	1	D - 295 rs

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. do Outeiro	1	1	M - 4 alq.
P. da Azeda	1	1	D - 130 rs
P. de Lagens	1	1	D - 140 rs
P. do Souto Velho	1	1	D - 500 rs
P. do Matto	1	1	D - 10 rs M - 11 alq.

CONCELHO DE COURA

FREGUESIAS DE S. MAMEDE E FORMARIZ

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. dos Outeiros	1	1	
P. de Eirigo	1	3	M - 8 maq.

P. de Brites Enes	4	4	M - 2,5 alq.
P. da Queimada	1	1	D - 134 rs
P. do Outeiro	10	14	D - 30 rs
P. de M ^a Armelo de Lamporta	12	16	D - 95 rs M - 8 alq.
P. de M ^a Cabam	9	12	M - 3 alq.
P. de Pedro Dias	2	2	
P. de Bento Alz	1	1	D - 180 rs
P. da Pedra	5	7	M - 5 alq.
P. de Rodrigo	26	13	D - 400 rs
P. Agrela	1	1	M - 4 alq.

FREGUESIAS DE INFESTA, PAREIDES E REZENDE

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. das Antonhas	1	1	M - 1 alq.
P. 1º da Peteira	8	14	D - 130,5 rs M - 6 alq.
P. 2º da Peteira	1	2	D - 115 rs
P. da Q ^a Outeiro	1	1	D - 1600 rs
P. 1º da Nogueira	3	3	M - 5 alq.
P. 2º da Nogueira	5	4	M - 5 alq.
P. de Aff ^o Enes de Lama	2	7	D - 3,5 rs M - 2,5 alq.
P. do Campo Aboim	4	4	M - 3 alq.
P. da Codeseda	14	10	D - 334 rs
P. de Agro	4	1	
P. de João Lamas	1	2	D - 160 rs

FREGUESIAS DE PADORNELO E PARADA

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. do Souto	11	11	D - 300 rs
P. da Outava	2	2	D - 180 rs
P. de Pedro Veiga	1	2	D - 85 rs
P. de João Porta	2	1	D - 80 rs
P. do outeiro	1	1	D - 60 rs
P. da Outava	1	1	D - 100 rs
P. Fernando Riba	4	7	D - 114 rs
P. de Rodrigo Aff ^o	1	1	C - 1 quarto
P. de João Lour ^o	6	10	M - 2 alq.
P. de Deogo Alz	1	2	D - 120 rs
P. de M ^a Aff ^o	1	1	M - 6 alq.

FREGUESIAS DE CRISTELO E MOZELOS

PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. do Outeiro	9	9	M - 8 alq.
P. de G ^o Quinteira	10	11	D - 103 rs
P. de Gonsalo Aff ^o	9	13	D - 169 rs
P. de João Lama	11	13	D - 241 rs
P. da Eira Ignes	10	12	D - 275 rs
P. de Aff ^o Fradega	5	8	D - 128 rs
P. do Campo	8	10	D - 192 rs
P. de João do Quinteiro	6	10	D - 59,5 rs M - 4 alq.
P. do Forneiro	6	8	M - 3 alq.
P. do Souto	18	17	D - 836 rs
			M - 9 alq.

FREGUESIAS DE ENSALDE E VILARINHO

PRAZOS	PARECELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. Pedra do Cabo	29	31	D - 638,5 rs
P. 2º da Pedra	4	9	D - 126 rs
P. de Antº Quintº	6	4	D - 160,5 rs
P. do Forneiro prº	6	6	D - 170 rs
P. de Mª do Lourº	1	1	M - 2 alq.
P. Casal Picoutas	1	1	D - 120 rs
P. da Eira da Rosa	1	1	M - 1 alq.
P. Casal Picoutas	4	3	M - 2 quartos
P. de Affº Casaltº	1	1	M - 1 alq.
P. de Fernandº Cazado	5	2	M - 2 alq.
P. de João do Outeiro	1	2	M - 1 alq.
P. das Picoutas	2	5	M - 6 alq.
P. de Domº Ramos	10	9	D - 105 rs M - 7 alq.
P. de Caterª Meca	1	1	M - 3 quartos
P. de Affº Ramos	1	1	D - 80 rs
P. de Affº Cazado	1	1	D - 80 rs
P. de Rebordoeus	1	2	D - 124 rs M - 1 alq.
P. 2º Domgº Ramos	1	1	D - 209 rs

FREGUESIA DE PORREIRAS

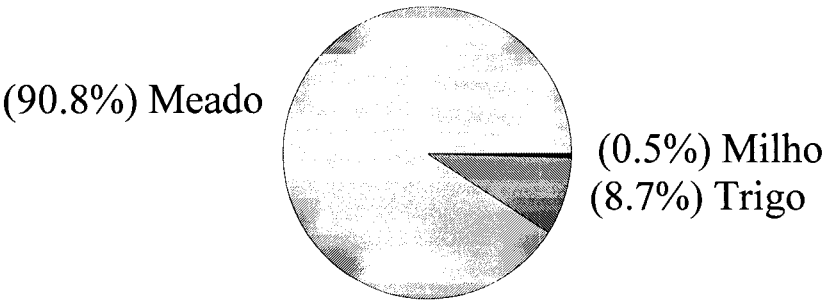
PRAZOS	PARCELAS	FOREIROS	FORO TOTAL
P. 1º da Fonte	9	10	D - 160 rs
P. 2º da Fonte	22	23	M - 9,5 alq.
P. 3º da Fonte	2	4	D - 17 rs M - 2 alq.

P. do Cabo	3	3	D - 70 rs
P. da Correga	8	7	D - 134 rs
P. do Palho	3	6	D - 190 rs
P. de Gonº Dias	4	4	D - 66 rs

FOROS NA FREGUESIA DE GANFEI

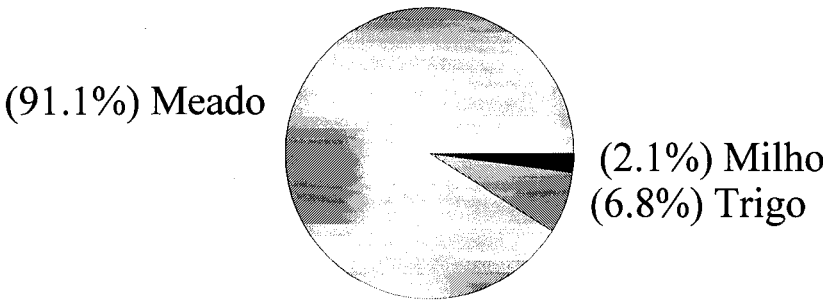
(valores em alqueires)

1542



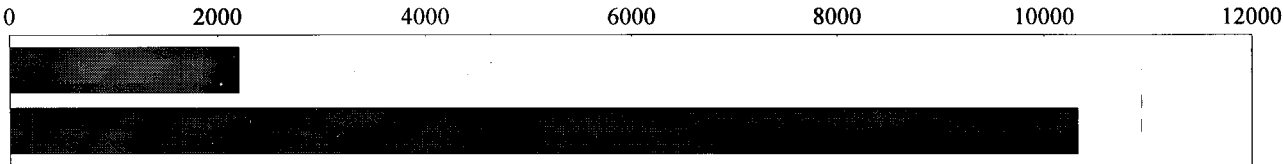
Meado	689
Trigo	66
Milho	3.5

1789



Meado	1088.5
Trigo	81
Milho	25

Dinheiro
(em Reis)

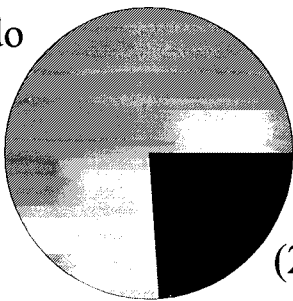


FOROS NA FREGUESIA DE VERDOEJO

(valores em alqueires)

1542

(76.2%) Meado

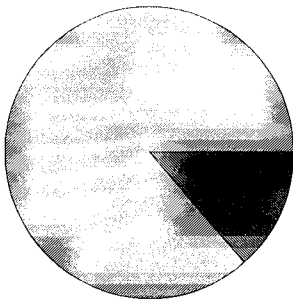


(23.8%) Milho

Meado	32
Trigo	
Milho	10

1789

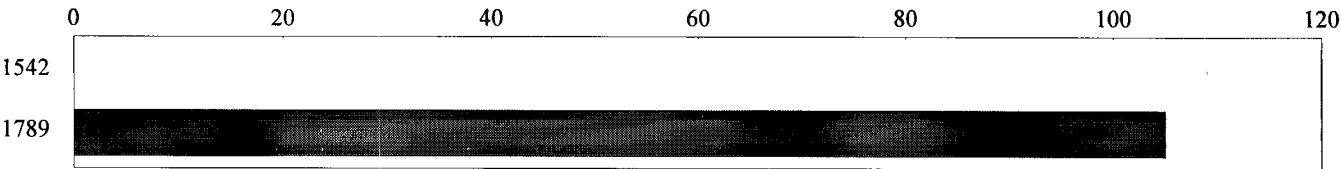
(86.5%) Meado



(13.5%) Trigo

Meado	32
Trigo	5
Milho	

Dinheiro
(em Reis)

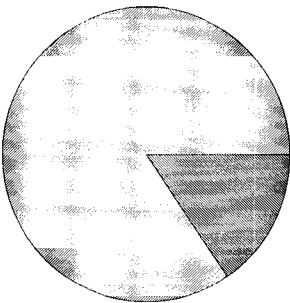


FOROS NA FREGUESIA DE GANDRA

(valores em alqueires)

1542

(84.6%) Meado

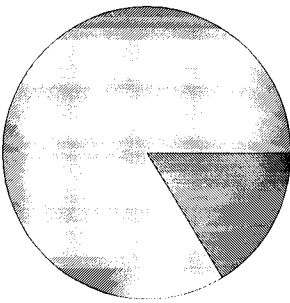


(15.4%) Trigo

Meado	104
Trigo	19
Milho	

1789

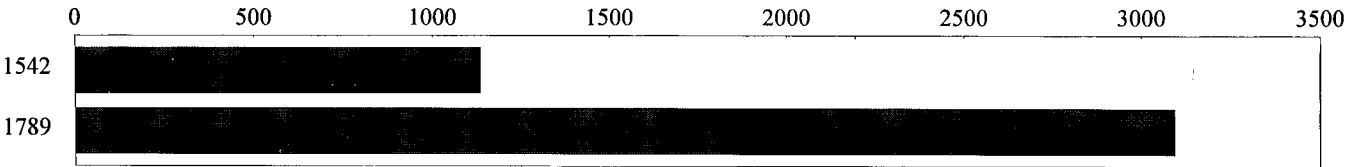
(83.8%) Meado



(16.2%) Trigo

Meado	305.5
Trigo	59
Milho	

Dinheiro
(em Reis)

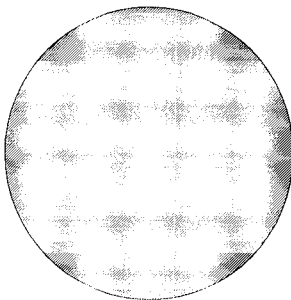


FOROS NA FREGUESIA DE ARÃO

(valores em alqueires)

1542

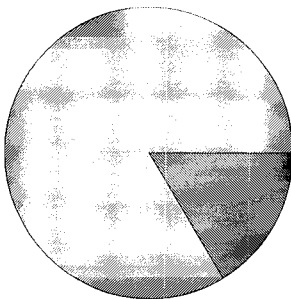
(100.0%) Meado



Meado	7.5
Trigo	
Milho	

1789

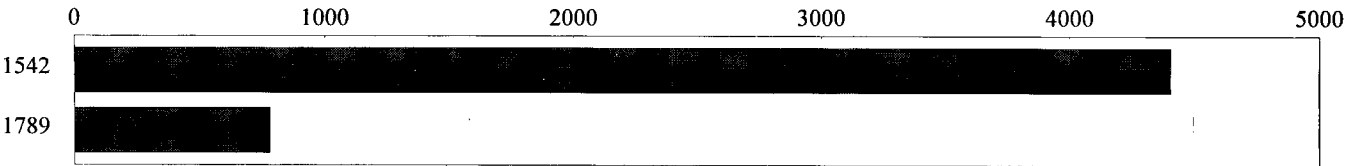
(83.6%) Meado



(16.4%) Trigo

Meado	92
Trigo	18
Milho	

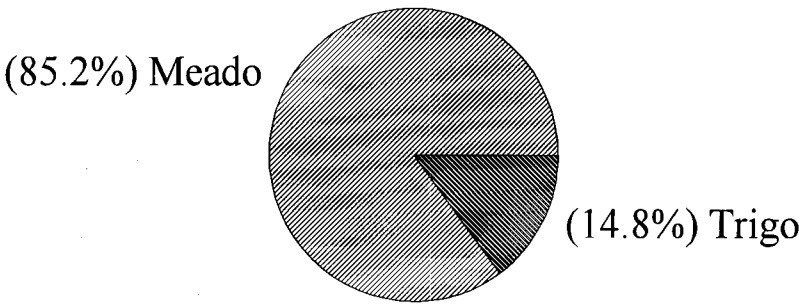
Dinheiro
(em Reis)



FOROS NA FREGUESIA DE TAIÃO

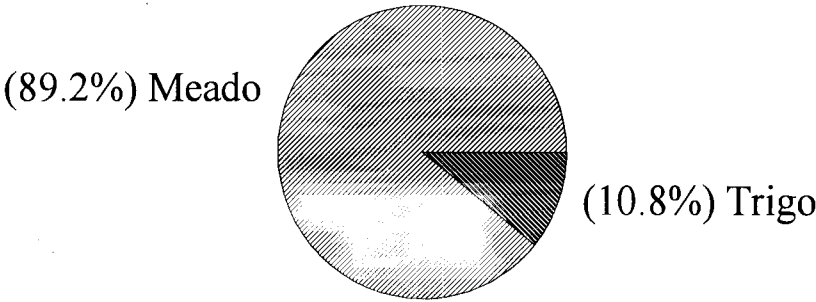
(valores em alqueires)

1542



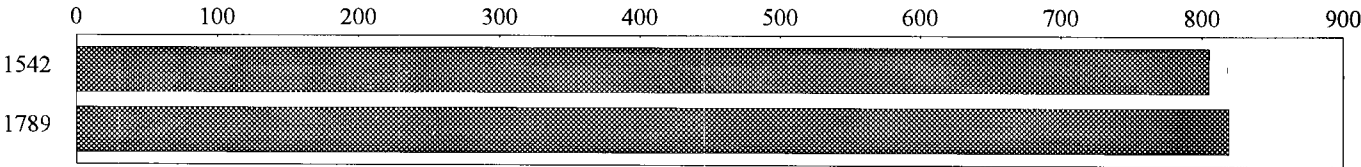
Meado	34.5
Trigo	6
Milho	

1789



Meado	16.5
Trigo	2
Milho	

Dinheiro
(em Reis)

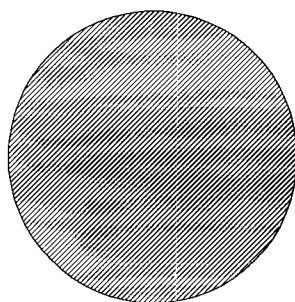


FOROS NA FREGUESIA DE VALENÇA

(valores em alqueires)

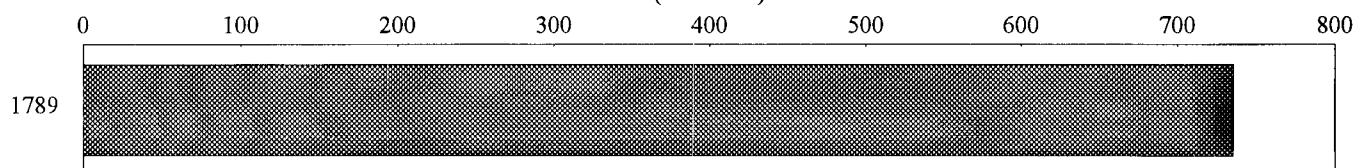
1789

(100.0%) Meado



Meado	10.5
Trigo	
Milho	

Dinheiro
(em Reis)

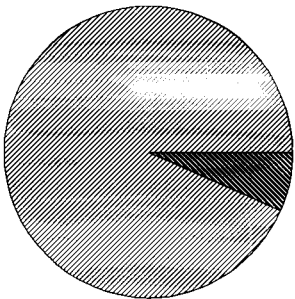


FOROS NA FREGUESIA DE CERDAL

(valores em alqueires)

1789

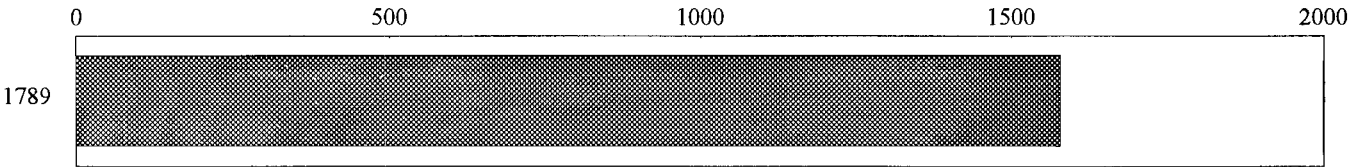
(93.5%) Meado



(6.5%) Trigo

Meado	114.5
Trigo	8
Milho	

Dinheiro
(em Reis)

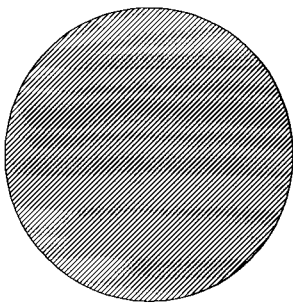


FOROS NA FREGUESIA DE FONTOURA E S.JULIÃO SILVA

(valores em alqueires)

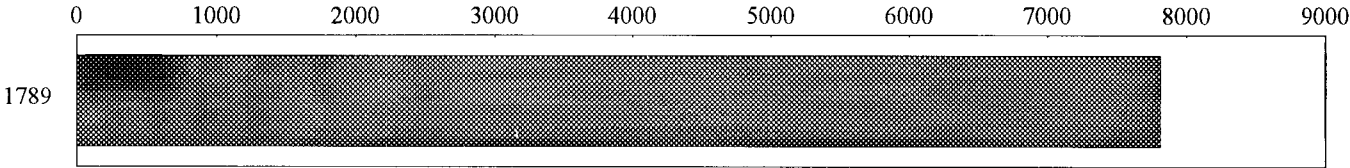
1789

(100.0%) Meado



Meado	102
Trigo	
Milho	

Dinheiro
(em Reis)

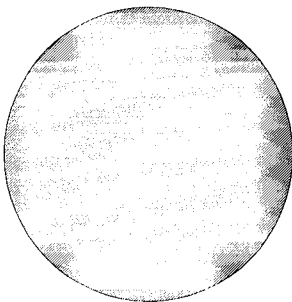


FOROS NA FREGUESIA DE VILA MEÃ

(valores em alqueires)

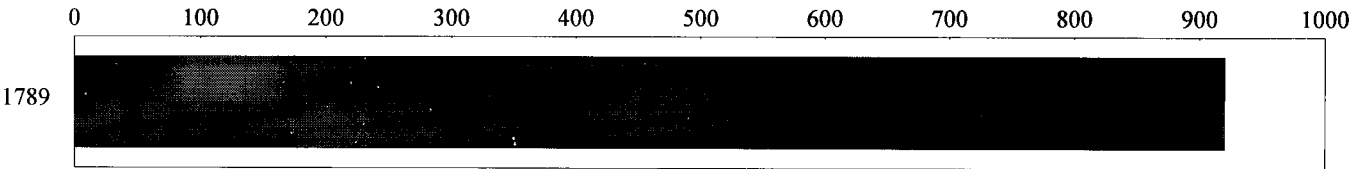
1789

(100.0%) Meado



Meado	51
Trigo	
Milho	

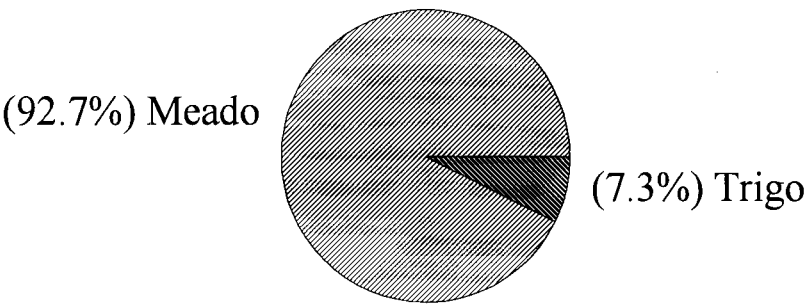
Dinheiro
(em Reis)



FOROS NA FREGUESIA DE CORNES

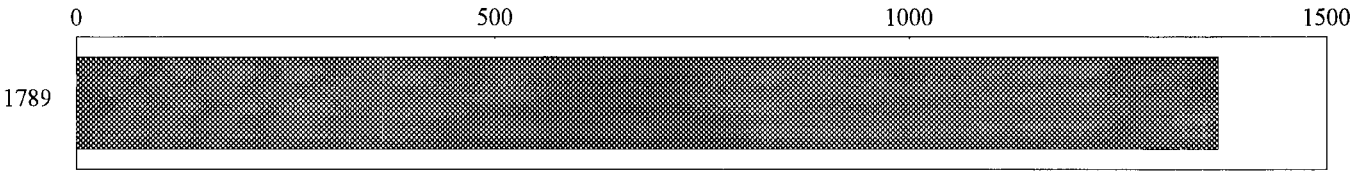
(valores em alqueires)

1789



Meado	70
Trigo	5.5
Milho	

Dinheiro
(em Reis)

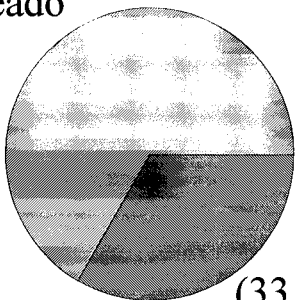


FOROS NA FREGUESIA DE S. MAMEDE

(valores em alqueires)

1789

(66.7%) Meado



(33.3%) Trigo

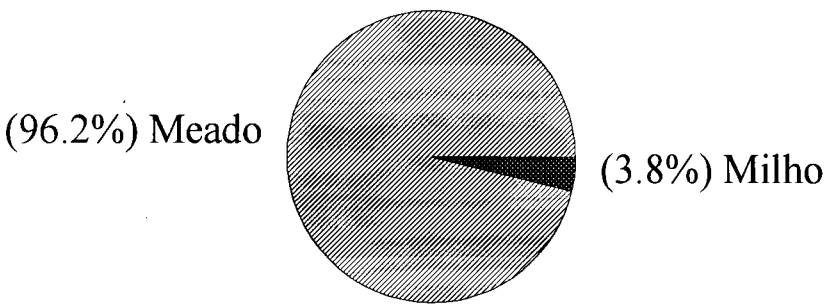
Meado	2
Trigo	1
Milho	

Dinheiro
(em Reis)

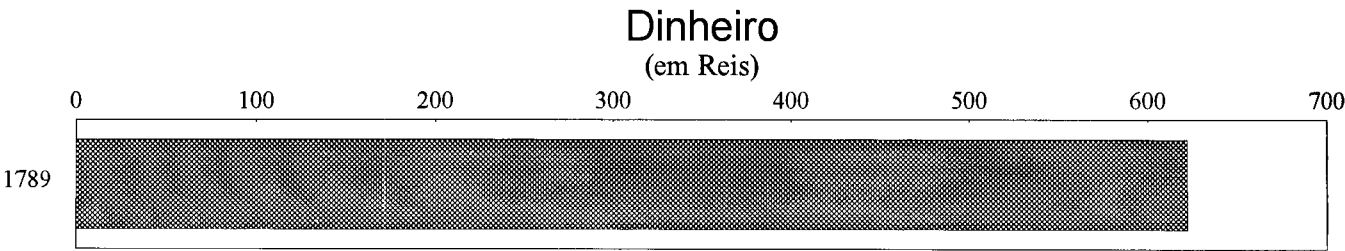
1789

FOROS NA FREGUESIA DE GONDOMIL, BOIVÃO E LORDELO
(valores em alqueires)

1789



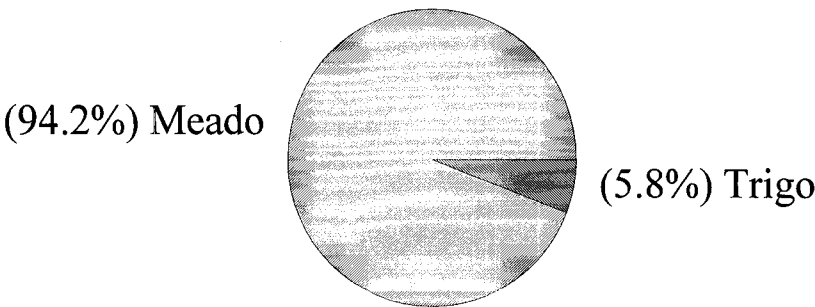
Meado	25.5
Trigo	
Milho	1



FOROS NA FREGUESIA DE S. TIAGO E PIAS

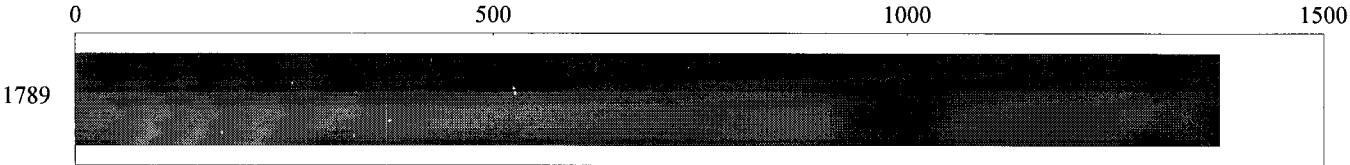
(valores em alqueires)

1789



Meado	72.5
Trigo	4.5
Milho	

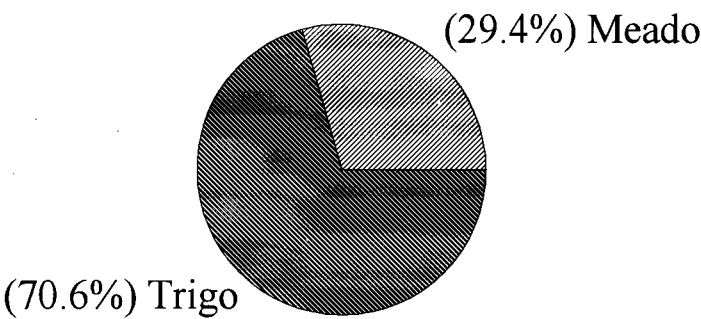
Dinheiro
(em Reis)



FOROS NA FREGUESIA DE BORRASCAS E MOREIRA

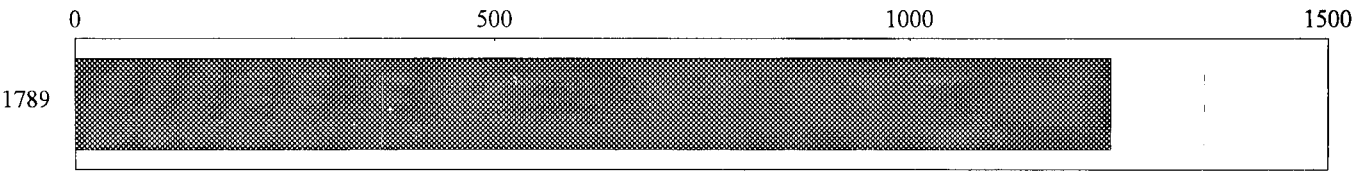
(valores em alqueires)

1789



Meado	12.5
Trigo	30
Milho	

Dinheiro
(em Reis)

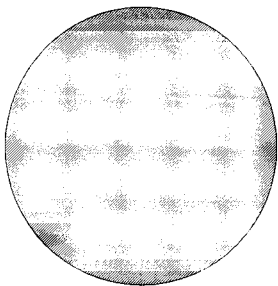


FOROS NA FREGUESIA DE SAGO, LORDELO DO MONTE,
S. TIAGO DOS ANHOENS, S. COMBA DE EIRAS E S. PEDRO DE SÁ

(valores em alqueires)

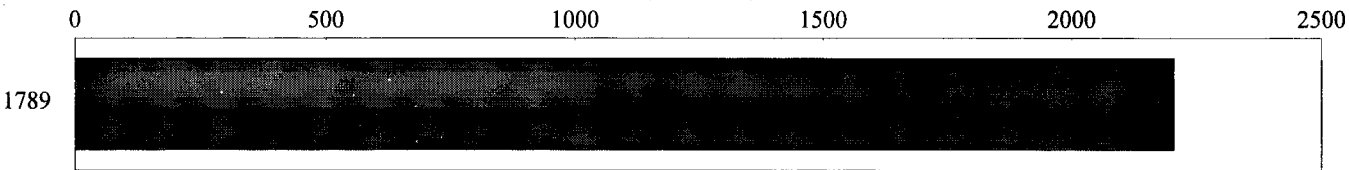
1789

(100.0%) Meado



Meado	24
Trigo	
Milho	

Dinheiro
(em Reis)

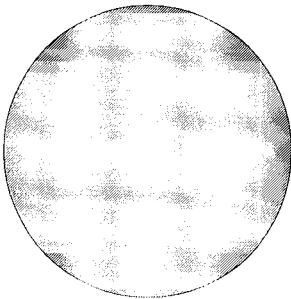


Milho

FOROS NA FREGUESIA DE INFESTA, PAREDES E REZENDE
(valores em alqueires)

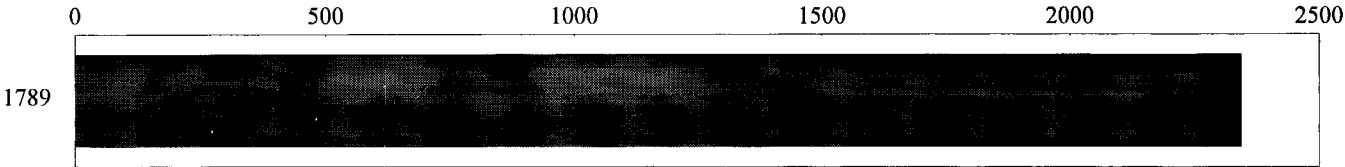
1789

(100.0%) Meado



Meado	22.5
Trigo	
Milho	

Dinheiro
(em Reis)

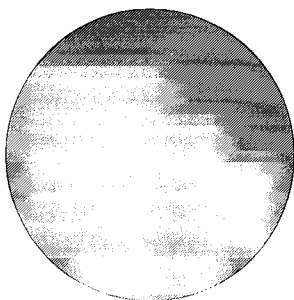


FOROS NA FREGUESIA DE PADORNELO E PARADA

(valores em alqueires)

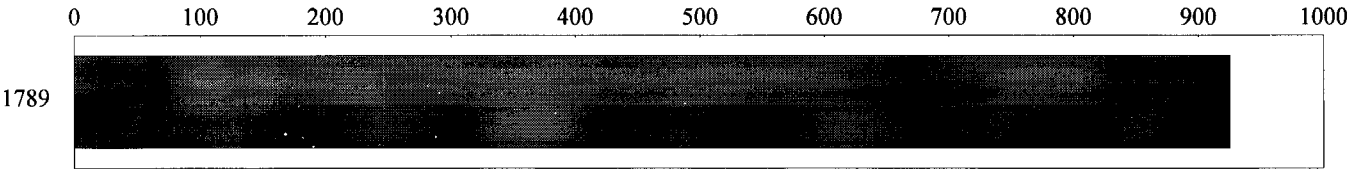
1789

(100.0%) Meado



Meado	8
Trigo	
Milho	

Dinheiro
(em Reis)

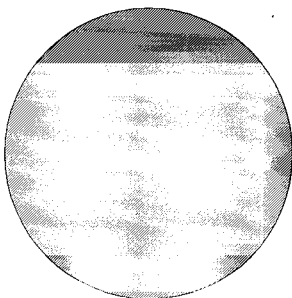


FOROS NA FREGUESIA DE CRISTELO E MOZELOS

(valores em alqueires)

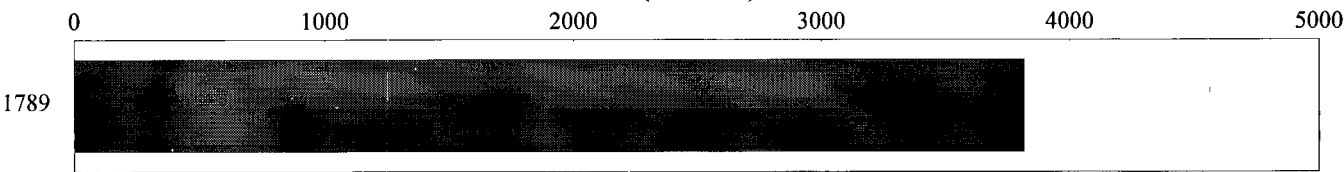
1789

(100.0%) Meado



Meado	37
Trigo	
Milho	

Dinheiro
(em Reis)

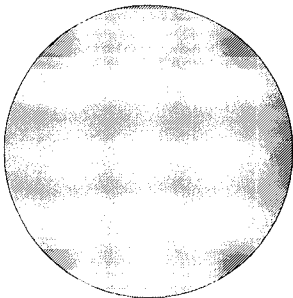


FOROS NA FREGUESIA DE ENSALDE E VILARINHO

(valores em alqueires)

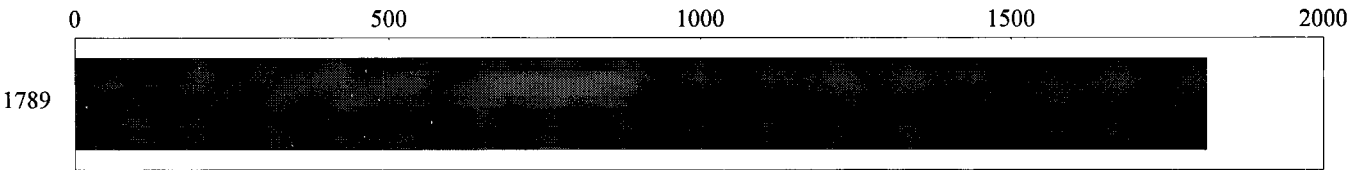
1789

(100.0%) Meado



Meado	21
Trigo	
Milho	

Dinheiro
(em Reis)

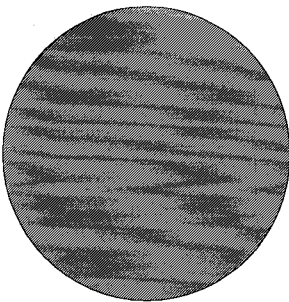


FOROS NA FREGUESIA DE PORREIRAS

(valores em alqueires)

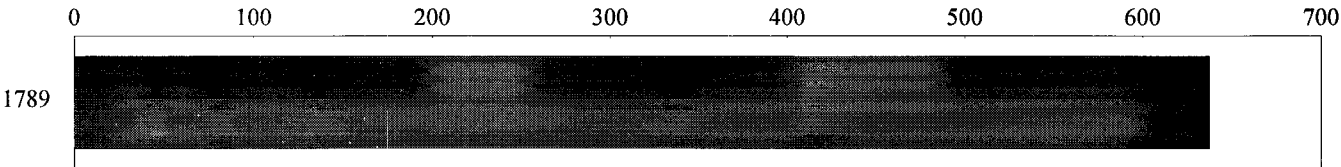
1789

(100.0%) Meado



Meado	11.5
Trigo	
Milho	

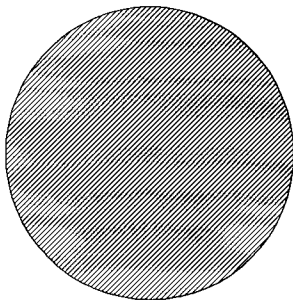
Dinheiro
(em Reis)



FOROS NA FREGUESIA DE REBOREDADA, NOGUEIRA, CAMPOS E GUNDAR
(valores em alqueires)

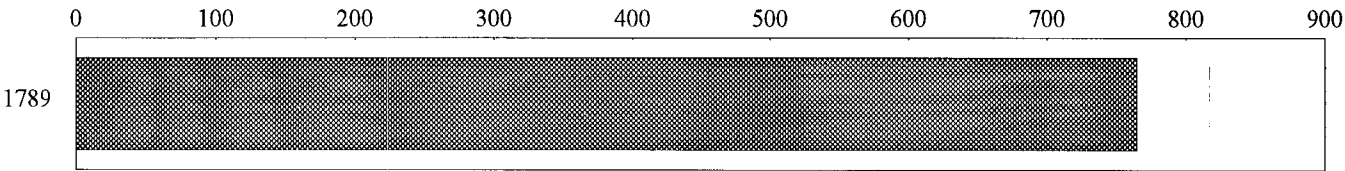
1789

(100.0%) Meado



Meado	7.5
Trigo	
Milho	

Dinheiro
(em Reis)



3ª PARTE

CAPÍTULO VI

INDICADORES DA PRODUÇÃO

Numa economia pré-industrial em que a base da subsistência passava pelo desenvolvimento da agricultura, torna-se imperioso para qualquer historiador de história rural uma aproximação aos valores da produção da zona a estudar.

Tem sido aliás, esta, a preocupação dos historiadores das últimas décadas, por isso vários métodos foram já experimentados e seguidos por alguns investigadores.

Slicher Van Bath propôs-nos determinar a produção através do cálculo da rentabilidade por semente e por hectare (1). Com este método, Van Bath, agrupou todos os números de rendimentos cerealíferos conhecidos da Europa e deu-nos a sua evolução entre o século IX e XIX (2).

A utilização do cálculo do índice de rendimento por semente é viável se existirem contabilidades rurais. No caso português elas são raras

e as que existem são sobretudo eclesiásticas e isto, por total ausência do espírito quantitativo (3) que se explica nesta zona do noroeste devido à existência de pequenas explorações. Por conseguinte o espírito e mentalidade capitalista só tardiamente entraram nos campos (4). Os mosteiros da Ordem de S. Bento são neste aspecto privilegiados, mormente o de Ganfei, tem vários livros de contas em séries longas mas, não suficientemente homogêneas. Os dados que referem não nos permitem concluir com total segurança que uma quantidade de semente de um determinado cereal produziu um montante determinado desse mesmo cereal. Por outro lado não indicam as áreas, o que impossibilita o cálculo da rentabilidade por hectare.

Este modelo tem assinalado vários êxitos, possibilitando mesmo a Morineau chegar à conclusão da inexistência de uma Revolução Agrícola em França, desencadeada a partir de meados e até finais do século XVIII (5).

Novos caminhos de aproximação à produtividade e à produção foram abertos pelos franceses que, a partir dos anos 60 desenvolveram uma série de estudos para aproveitamento dos dados provenientes das receitas decimais. De destacar são os trabalhos de Le Roy Ladurie e dos seus colaboradores (6). Este processo, não obstante as hesitações e renitências que a ele se puseram (7), é um bom meio para se compreender

a evolução da produção agrícola principalmente na longa duração, por isso a sua utilização começou a ser vulgar entre os historiadores de história rural (8).

Outros métodos foram seguidos isoladamente ou utilizados em paralelo com estes para o esclarecimento desta questão. Destacamos a análise dos arrendamentos fundiários (9). A partir do montante das rendas tentaram os seus mentores avaliar os movimentos da produção agrícola que lhe estão subjacentes (10).

Por fim resta referir o estudo dos preços agrícolas. Segundo Labrousse, pioneiro nestes estudos "le prix courant reste une composante essentielle du calcul du produit national intérieur" (11). Com as séries longas e homogêneas que é possível obter de preços pode-se verificar oscilações na produção. Na sua obra emblemática "Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII^e siècle", Labrousse salientou várias vezes a importância daqueles dados para o conhecimento da produção agrícola (12).

Cada vez mais se vai generalizando a tendência para se considerar a produção uma variável independente que actua sobre os preços e o próprio crescimento da população de forma decisiva. Os adeptos desta tese são cada vez em maior número em França (13), e por

cá, são exemplificativas desta tendência as obras de Aurélio de Oliveira e Romero de Magalhães (14).

Todos estes processos são plausíveis de serem usados desde que as fontes o permitam mas, o meio mais correcto é utilizá-los em simultâneo pois só a complementariedade de fontes possibilitará conclusões mais claras e contundentes. Pela nossa parte se distinguimos uns em detrimento de outros deveu-se principalmente ao tipo de fontes de que dispusemos.

Assim, tentaremos uma aproximação à produção agrícola da região começando por determinar a produção e rentabilidade das terras administradas directamente pelo mosteiro.

Em seguida, analisaremos a evolução das receitas decimais provenientes das terras de Ganfei que pagavam o dízimo ao mosteiro.

Por último, apresentamos uma série de preços da região e tentamos ver a sua analogia com a evolução da produção.

Procuramos, ainda, observar as séries de preços de três mercados e compará-las entre si, numa tentativa de verificar as sincronias e/ou discronias regionais.

A. PRODUÇÃO E RENTABILIDADE

No período que precede a "Revolução Agrícola" toda a economia se encontrava na dependência da rentabilidade dos produtos da terra, essencialmente dos cereais pois, no Antigo Regime havia um grande consumo de pão (15).

A rentabilidade de uma cultura depende da combinação de uma série de factores de produção. A começar pelos recursos naturais. A geologia e geomorfologia vão determinar diferentes aptidões agrícolas, logo o camponês para obter uma boa produção tem que cultivar o solo de acordo com as qualidades da terra (16). Se numa terra propícia para o milho semear trigo, terá que fazer maiores dispêndios em trabalho e adubos e, obterá resultados negativos. Por outro lado, estas características naturais vão exigir que uns solos sejam contemplados com mais estrumes, água ou mão-de-obra para obter a mesma produtividade (17). Portanto, da qualidade do solo dependerá não só o resultado final de uma cultura mas também os gastos com a mesma.

Outro factor que intervém na obtenção de uma boa rentabilidade é o capital investido. Se um solo for favorecido constantemente com estrumes, irrigação, rotação de culturas, a que se acresce sementes

seleccionadas, alfaías apropriadas, mão-de-obra em abundância e animais terá um rendimento e uma produtividade superior a um outro que não teve este tratamento. Acontece, que estes investimentos exigiam a existência de capital em aforro que não existia por parte daqueles que viviam no limiar da subsistência. Por conseguinte, estes investimentos eram apenas apanágio de alguns favorecidos e serviam como mais um distintivo da condição social.

Por fim há que referir as condições climatéricas, que por serem totalmente arbitrárias afectam indiscriminadamente todas as culturas e, podem ser inexoráveis nos índices de rentabilidade.

Temos que ter em conta aquando da análise das rentabilidades em Ganfei que estamos a lidar com terras singulares e que, portanto, apresentam índices superiores e se devem fundamentalmente aos dois aspectos que acima enunciamos. Generalizações não são desta forma possíveis, até porque a rentabilidade e produção variam muito com os solos.

1. FONTES

Antes de analisarmos as rentabilidades nas terras passais do mosteiro, impõe-se-nos uma prévia revista às fontes, pois, os resultados que se obtiveram dependeram fundamentalmente delas.

Essas fontes foram essencialmente os Estados, uma vez que, os outros livros de contas por descuido humano ou temporal não chegaram até nós (18).

O que são, então, os Estados? São relatórios de contas prescritos a cada mosteiro pela Congregação Beneditina, para trienalmente serem apresentados, comentados e aprovados em Assembleia Capitular, reunida em Tibães, e constituem uma súmula dos vários livros de contas da casa. Antes da dita reunião Capitular, geralmente nos primeiros dias de Maio, um ou dois monges encarregavam-se de elaborar os estados partindo dos dados registados ao longo de três anos. Estes relatórios são o reflexo da vida económica do mosteiro e da actuação de cada equipa governativa. Era também em Capítulo Geral que o Abade e os seus gestores eram eleitos, raramente se verificando reeleições.

Estes Estados apresentam várias rubricas e itens mas a sua redacção não se apresenta de forma sistemática e, por vezes, não são

muito explícitos nos dados apresentados o que dificulta a uniformização dos dados lá recolhidos. Esta fonte mostra mais uma vez que "la bonne source est rare" (19) e, que o historiador tem que aproveitar criteriosamente as que existem. Além das lacunas de informação que pautam vários Estados, há outros que se apresentam de forma fantasista (20) e com certas irregularidades principalmente no século XVIII (21).

Estas dificuldades foram no nosso caso acrescidas da falta de continuidade da nossa série. Ela é interrompida em 1683 e só é retomada em 1716. A inexistência destes estados traduzem-se por um desconhecimento total de anos chave, como são os da viragem de século. De igual forma desapareceram os Estados de 1719, 1737, 1798, o que obsta a que conheçamos o que se passou nesses triénios.

Uma característica marcante destes Estados é serem balanços trienais, que se mediam pelo ano agrícola. Assim, o Estado de 1632, que foi apresentado em Maio de 1632, refere-se aos anos colheita anteriores, isto é, 1629, 1630, 1631. O facto destes dados serem apresentados trienalmente fazem-nos perder as oscilações e ritmos anuais.

Outras dificuldades nos surgiram. Nenhum Estado referenciava as áreas que foram semeadas de trigo, milho ou centeio o que nos impediu de fazer o cálculo da rentabilidade por hectare, só sendo possível o cálculo por semente. Na determinação da rentabilidade por semente

também houveram problemas, não temos valores passíveis de serem calculados para o século XVII. Acrescem a estes, o facto de os valores do centeio e do milho aparecerem conjuntamente sob a designação de Segunda ou Meado. Ora, isto impede o cálculo da rentabilidade destes cereais individualmente e ainda, impossibilita saber qual a percentagem de cada um na mistura. A juntar a tudo isto, os valores da semente aparecem por vezes distorcidos pois são referenciados conjuntamente com outras rubricas.

Para finalizar falta dizer que, estes registos apenas nos fornecem elementos atinentes às suas explorações, às suas sementeiras, às suas colheitas, enfim, elementos que concernem à vida do mosteiro. Por eles só apreendemos uma realidade restrita, limitada. A outra realidade a dos não privilegiados a do homem comum, escapa-se-nos totalmente.

2. PRODUÇÃO E RENTABILIDADE DOS CEREAIS

Procurar estabelecer a relação entre a quantidade de semente que se deita à terra e a produção daí resultante, é um meio para se calcular a

rentabilidade de uma cultura e, por conseguinte, uma forma de se chegar aos valores aproximados da produção de uma região.

É isso que de seguida vamos fazer. Com os valores que encontramos nos Estados procuramos calcular a rentabilidade dos cereais nas terras exploradas directamente pelo mosteiro. No entanto, advertimos mais uma vez que, a insuficiência documental impôs limitações à nossa análise e conclusões.

a) **TRIGO** - É dos cereais mais antigos entre as plantas cultivadas (22), mas também dos mais exigentes. Requer solos férteis, clima temperado e adubos abundantes (23). É uma planta que esgota o solo com facilidade, daí que o seu cultivo dois anos consecutivos no mesmo solo não traz senão grandes prejuízos (24). O seu cultivo não é dos mais rápidos nem dos mais económicos e, segundo Vilarinho de S. Romão "a sua cultura é pouco económica para a província, principalmente devido à sua pequena produção" (25). Esta também foi a conclusão a que chegaram outros mosteiros (26), por isso houveram grandes períodos que nem o cultivaram. Atitude contrária teve o mosteiro de Ganfei, o cultivo deste cereal foi sistemático nas terras passais, e os rendimentos que

obtiveram foram quase sempre bons, nunca demasiado desfavoráveis ao mosteiro. Isto se deve, aos investimentos constantes que eram feitos nestas terras de domínio directo. À boa qualidade do solo, juntavam estrumagem constante, regas e até selecção de sementes, o resultado foram altas rentabilidades. O mesmo já não se poderá dizer das terras foreiras pois o cultivo do trigo era uma imposição do mosteiro (27), sinal de que não era uma cultura compensadora. Beneficiavam desta boa rentabilidade os que viviam de esmolas pois em quase todos os triénios o mosteiro destinava alguns alqueires para ofertar (28). Mas, é claro que houveram também períodos menos propícios à agricultura que se vão reflectir extraordinariamente na rentabilidade do trigo.

Observemos, então, o que se passou com a produção e rentabilidade do trigo desde o século XVII até o XIX (cf. quadro A e gráfico 1, 2).

Século XVII - Nos primeiros anos deste século os Estados só nos dão a produção. De 1629 a 1644 esta alternou entre os 78 e 356 alqueires (cf. quadro A), mas provavelmente os investimentos em semente também foram diminutos. De realçar é o aumento considerável em 1644, mais 210 alqueires que no triénio anterior. Depois desta data e até 1683 temos a semente que foi destinada à sementeira mas não nos referem os valores

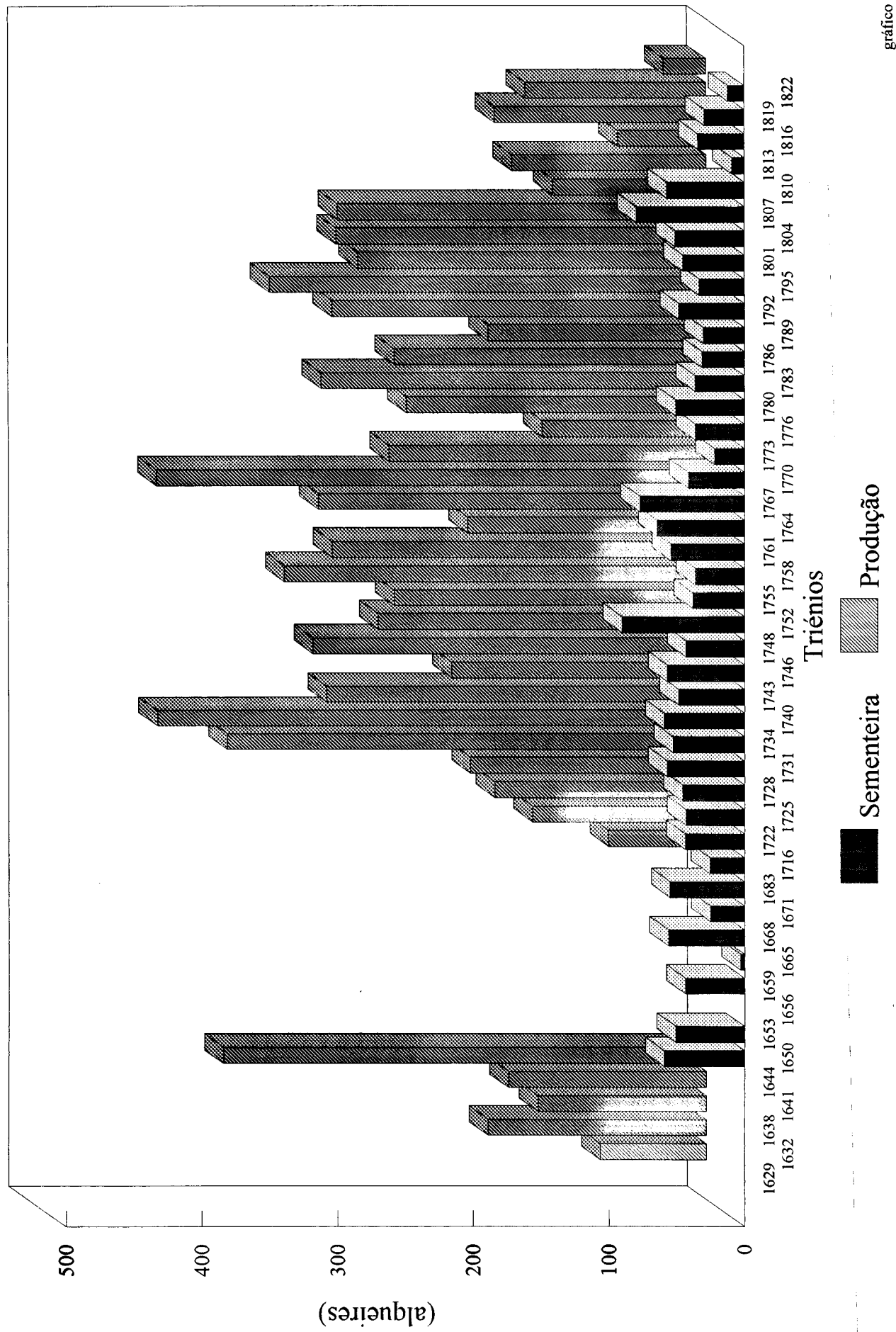
PRODUÇÃO E SEMENTEIRA DOS PASSAIS: TRIGO

UNIDADE DE MEDIDA: ALQUEIRE

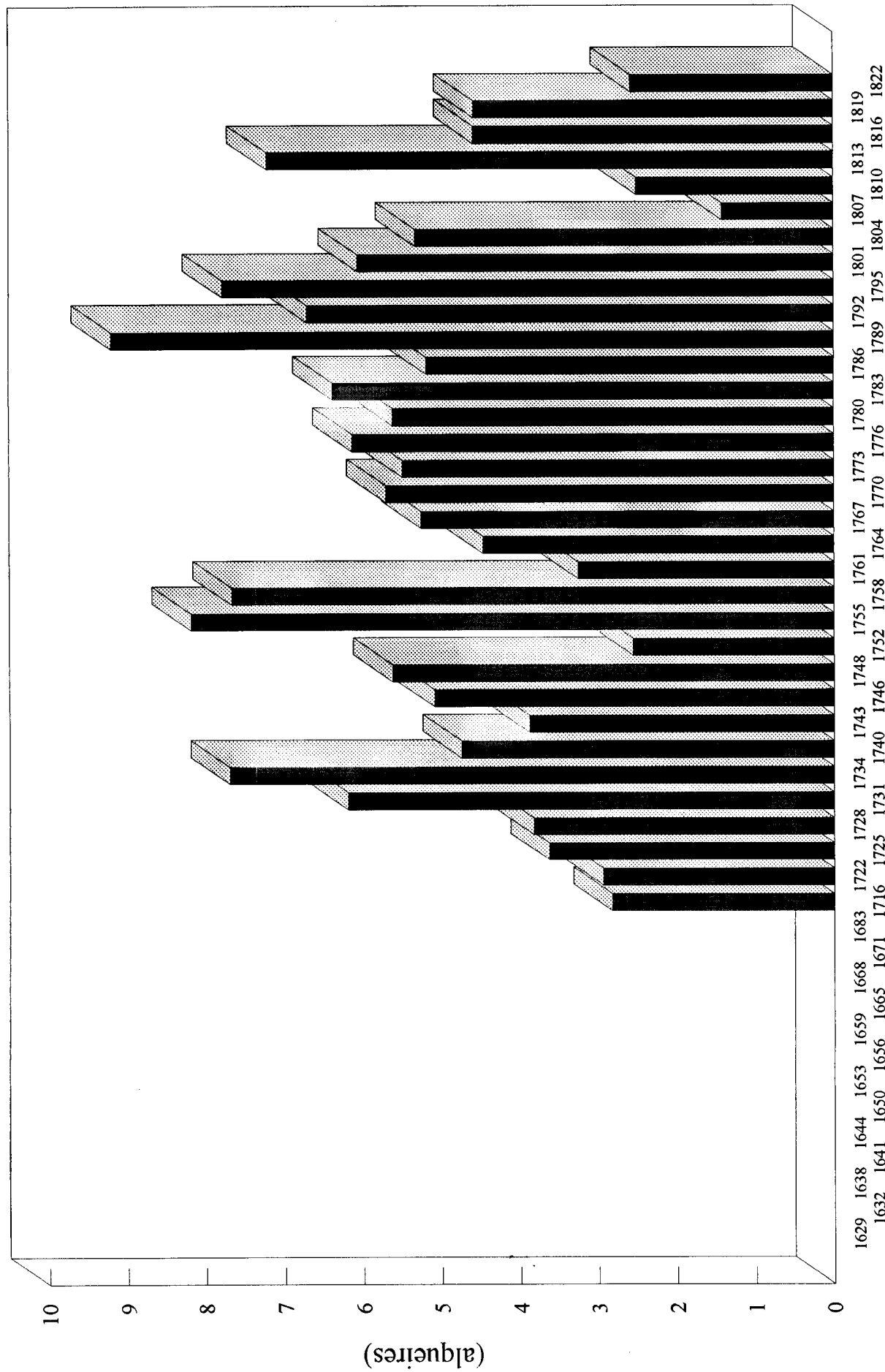
ANOS	PRODUÇÃO	SEMENTEIRA
1629	78	
1632	161	
1638	124	
1641	146	
1644	356	15,5
1650		59
1653		50,5
1656		
1659		43,5
1665		2,75
1668		56
1671		25
1683		54,75
1716	72	25,5
1722	128	43,5
1725	156	43
1728	174	45,5
1731	353	57
1734	404	52,5
1740	280	59
1743	188	48,5
1746	290	57
1748	242	43
1752	230	90
1755	311	38
1758	276	36
1761	176	54
1764	286	64
1767	405	77
1770	234	41
1773	121	22
1776	221	36
1780	284	50,5
1783	230	36
1786	161	31
1789	276	30
1792	322	48
1795	257	33
1801	273	45
1804	272	51
1807	113	79,5
1810	143	57
1813	65	9
1816	156	34
1819	133	29
1822	31	12

QUADRO A

Evolução da Produção e Sementeira dos Passais - Trigo (1629-1822)



Evolução da Rentabilidade do Trigo (1629-1822)



Triénios

que produziram. Mas se considerarmos que a rentabilidade foi de 1.4, então, a produção no período acima referido oscilou entre os 100 e 256 alqueires.

Século XVIII - Detectam-se ao longo deste século duas tendências.

Na primeira metade do século (1716-1752) a tendência é para as baixas e médias rentabilidades. A partir de meados do século a tendência é para as altas rentabilidades.

Começamos o século em 1716 com uma rentabilidade muito baixa - 1.2,8 - que se prolonga até 1728, e com gastos em grão que rondam os 35% a 30%. É um mau período para o trigo nas terras de Ganfei que reflecte a conjuntura climática adversa do princípio do século (29).

Entre 1731 e 1748 - há uma recuperação, subindo as médias até 1.7 no triénio de 1734, mas no geral elas oscilam entre 1.5, 1.6 e com gastos na ordem dos 16% a 25%. São rentabilidades que podem ser consideradas boas para o trigo nesta zona, mas apenas um rendimento médio para as terras alentejanas (30). Pérez Garcia encontrou valores idênticos na Galiza costeira para as terras de qualidade média (31).

No último triénio desta primeira fase (1749-52) há uma quebra na rentabilidade do trigo, atingindo-se novamente valores semelhantes aos do

princípio do século. A rentabilidade não ultrapassou o 1,25 tendo sido canalizado para semente 39% do grão.

A partir de 1755 inflecte-se a tendência. No triénio de 1752-55 regista-se a rentabilidade de 1,8, um valor excelente se atendermos que a região não é propriamente favorável a este cultivo e que o investimento foi apenas de 12%. Mesmo para a maior região produtora de trigo do país, Silbert considera que a partir de 7 pode-se falar de "bon rendement" (32). E Pierre Goubert para o Beauvaisis francês, nos melhores anos, não encontrou valores superiores a 1,8, 1,9 (33).

Toda a segunda metade do século XVIII, tem valores muito altos, com rentabilidades entre o 1,5 e 1,9 este verificado em 1789, um valor quase impensável para o trigo nesta região, comparável às melhores médias encontradas por Pérez Garcia para as boas terras da Galiza e, que ele considera uns notáveis rendimentos (34). Em 1789 apenas 10,8% do grão foi canalizado para a sementeira. Tudo isto demonstra mais uma vez os cuidados e investimentos que o mosteiro fazia nesta cultura.

Volumes baixos nesta série da segunda metade deste século apenas se registam em 1761 com 1,3,2 e em 1764 com 1,4,4, e gastos na ordem dos 30,6% e 22,3% respectivamente. E devem-se às nefastas condições climáticas que se fizeram sentir (35).

Século XIX - No primeiro e segundo triénios continuam as altas rentabilidades com 1.6 e 1.5, e grão dispendido entre os 16,4% e 18,7%.

Nos dois triénios subsequentes há uma quebra acentuada na rentabilidade, atinge o 1.1,4 e 1.2,5 em 1807 e 1810, e com grandes montantes de semente investido, cerca de 70% e 39,8% respectivamente. Estas baixas rentabilidades estão associadas com a instabilidade climática, reflectindo também a quebra de 1810, as destruições levadas a cabo pelas tropas francesas.

Em 1813 temos novamente uma subida 1.7, e investimento em grãos na ordem dos 13,8%, que desce nos dois triénios seguintes para 1.4,5 e mais ainda em 1822 1.2,5.

b) SEGUNDA - Era uma mistura constituída por dois cereais distintos: o milho e o centeio. A proporção de cada cereal na mistura não o sabemos. Tanto podia ser meio por meio, como pender a preponderância para o lado do milho que é para o que apontam os índices de rentabilidade da segunda. Calcular a rentabilidade da segunda torna-se, por conseguinte, bem mais complicado do que a do trigo, pois são duas rentabilidades que temos que ter em conta e que apresentam médias

bem distintas. O centeio apresenta valores entre 1.4 e 1.8 (36), nos maus e bons anos, respectivamente. Enquanto o milho apresenta valores muito mais elevados 1.25 (37) que se devem sobretudo à introdução do maís. Com efeito, este cereal oriundo da América (38) expande-se rapidamente pelo Minho pois, encontrou aí as condições favoráveis: água, gado grosso para estrume e trabalho, e população densa que oferecia mão-de-obra e assegurava pelo consumo a produção (39).

A introdução desta gramínea constituiu uma verdadeira "Revolução" pelas alterações que causou quer nos hábitos alimentares quer na distribuição de culturas (40). Primeiramente destronou o milho alvo, depois foi consecutivamente ocupando terras destinadas a trigo e a centeio. A sua alta rentabilidade granjeou-lhe imediata aceitação entre a população, passando desde cedo o pão de milho a ser o seu principal alimento. A introdução deste cereal também não alterou os hábitos policulturais da região, o feijão era cultivado nas mesmas terras e conjuntamente com o milho. A juntar a todas estas vantagens, vem o facto de ele poder ser totalmente aproveitado, desde as folhas que servem para o gado até as espigas que podem ser comidas assadas ou reduzidas a farinha para fazer o pão (41).

Vantagens menores traz o centeio. Apesar de ser um cereal que se adapta com facilidade a terras pobres (42) não conseguiu nunca atingir

rendimentos muito altos, pelo que ao entrar na mistura fazia rebaixar os valores do milho.

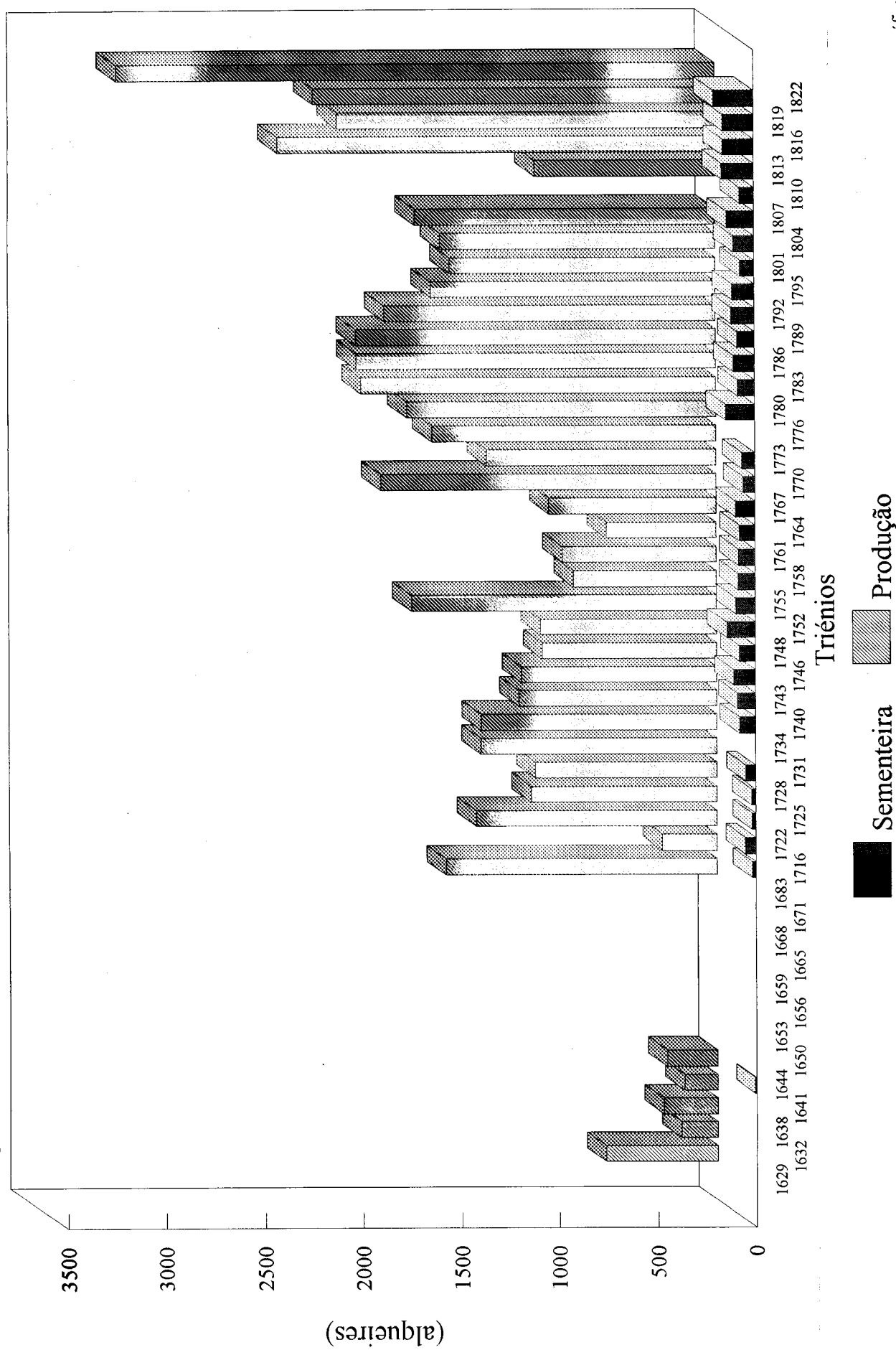
Observemos agora o comportamento deste cereal ao longo dos séculos (cf. quadro B e gráficos 3 e 4).

Século XVII - Só temos os valores da produção em sequência até 1644. Esses cinco triénios apresentam valores baixíssimos comparativamente ao que se passa nos dois séculos que se seguem. Mas, como em 1644 registaram a quantidade de semente destinada a cultivo, 5,5 alqueires, podemos concluir que a baixa produção foi resultado do pequeno investimento em sementes que fizeram, apenas 2,15% do total da colheita, por isso, em 1644 a rentabilidade foi elevada de 1.46,5. No último triénio de que nos ficaram registos deste século (1683) a produção já subiu até 1381 alqueires, provavelmente por ter havido um maior investimento em sementes por parte do mosteiro.

Século XVIII - Neste século podem distinguir-se três fases.

1ª fase - Inicia-se em 1716 e prolonga-se até 1734. Começamos esta fase, em 1716, com um baixo investimento em semente, apenas com 17,5 alqueires. Acontece que as colheitas anteriores devem ter sido baixas, reflexo do mau período climático que se viveu, portanto é compreensível

Evolução da Produção e Sementeira dos Passais - Segunda (1629-1822)



Evolução da Rentabilidade da Segunda (1629-1822)

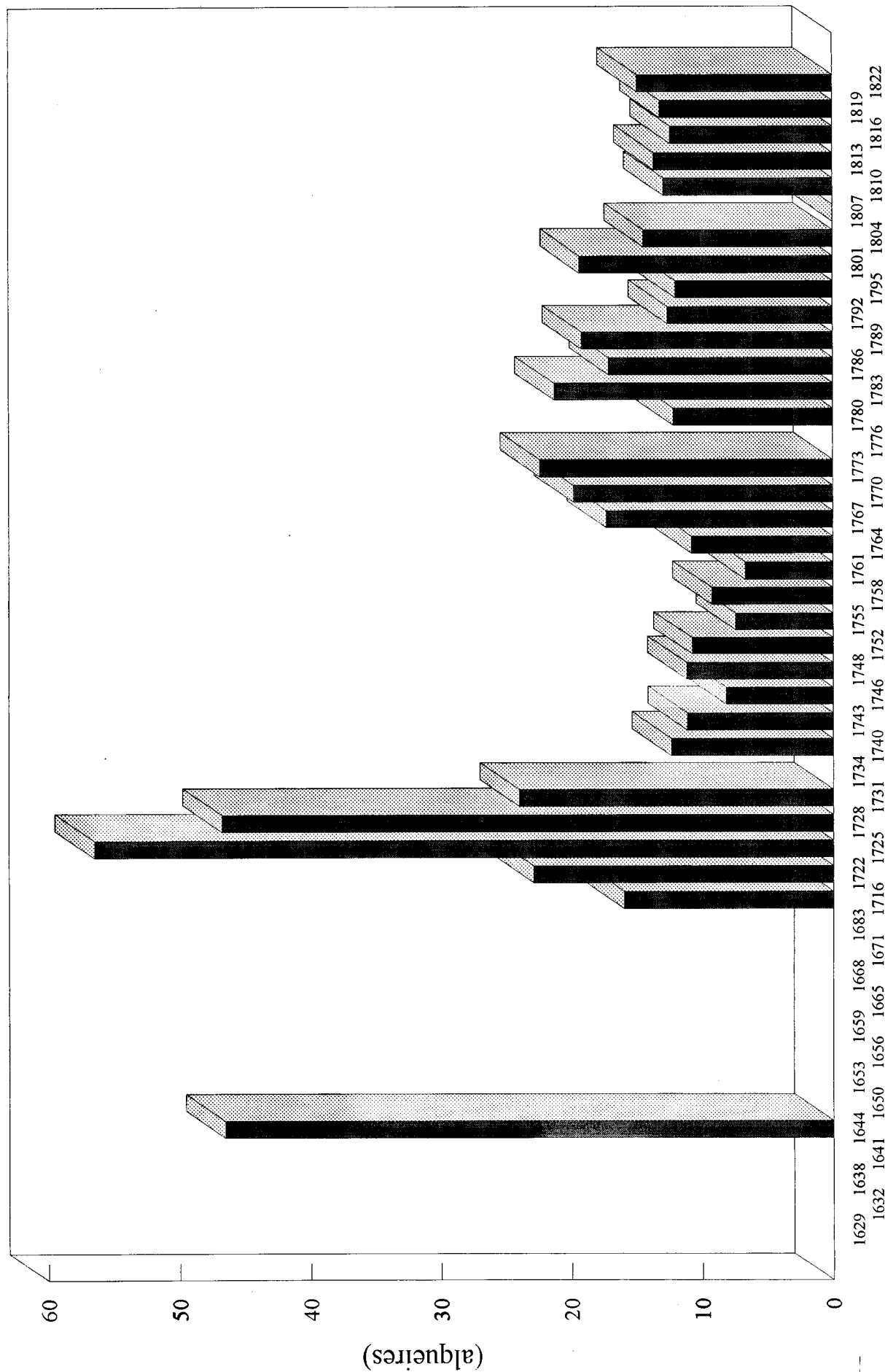


gráfico 4

PRODUÇÃO E SEMEITEIRA DOS PASSAIS: SEGUNDA

UNIDADES DE MEDIDA: ALQUEIRE

ANOS	PRODUÇÃO	SEMEITEIRA
1629	568	
1632	186	
1638	275	
1641	170	
1644	256	5,5
1650		
1653		
1656		
1659		
1665		
1668		
1671		
1683	1381	
1716	280	17,5
1722	1226	53,5
1725	946	16,75
1728	923,5	19,75
1731	1202	50
1734	1220	
1740	1008	81,5
1743	993,5	89,5
1746	886,5	108,5
1748	897	80
1752	1552,5	144,5
1755	727,5	97,5
1758	783	84,5
1761	557,5	83
1764	852	78,75
1767	1707	98,5
1770	1170	59
1773	1446	64,5
1776	1574	
1780	1806	148
1783	1831	86
1786	1834	107
1789	1689	88
1792	1451	115
1795	1356	113
1801	1403	72,5
1804	1531	106
1807		137,5
1810	918	71
1813	2227	163
1816	1924	155
1819	2046	155
1822	3046	204

QUADRO B

que tenham destinado tão pouca semente para cultivo. O resultado destes 17,5 alqueires foi de 280, o que significa uma rentabilidade de 1.16. Nos dois triénios subsequentes a rentabilidade subiu muito mais, atingindo em 1725 o valor de 1.56,4, o mais alto nível verificado ao longo deste século. Desce nos dois triénios seguintes mas mesmo assim continuam médias altas (1.46 e 1.24), com pequenas percentagens gastas em semente, 2,1% em 1728 e 4,1% em 1731.

É o melhor período de toda a série, embora não tenham sido os anos em que o mosteiro investiu mais sementes para cultivo e portanto, as produções também não foram das mais elevadas. Estas óptimas rentabilidades são igualmente detectadas, neste período, noutros mosteiros (43).

2ª fase - 1740-1764. Nesta fase há uma quebra na rentabilidade, mas a verdadeira inflexão da tendência positiva verifica-se em 1755, 1758 e 1761. Nestes anos as rentabilidades são baixíssimas, respectivamente 1.7, 1.9, e 1.6, e as percentagens de grão dispendido em semente as mais altas de sempre: 13,4%, 10,7%, e 14,8%. Isto significa que o rendimento do centeio deve ter sido praticamente nulo e, mesmo para o milho foram anos francamente desfavoráveis, senão as médias não teriam baixado tão drasticamente.

É uma fase em que a rentabilidade não passa do 1.12 mas isto logo em 1740, baixando em seguida e atingindo um valor também muito baixo em 1746, 1.8 com uma percentagem gasta em grão de 12,2%.

É um período manifestamente de crise que coincide com adversidades climáticas (44). Nem mesmo as terras de boa qualidade e bem cuidadas como eram estas do mosteiro escaparam aos flagelos da natureza. Parece-nos, no entanto, que a crise se fez sentir aqui mais cedo que noutras zonas do Minho e aqui também mais depressa foi debelada (45).

3ª fase - Entre 1767-1795. Nesta fase a rentabilidade volta a subir, mas sem atingir os níveis da primeira fase, oscilando os valores entre 1.12 e 1.21. O grão gasto em semente representa uma pequena parte do total, entre os 5% e 8%. É um período em que se obtêm as maiores produções de sempre mas os investimentos em semente também são grandes. Se não fosse a junção do centeio na mistura as médias de rentabilidade seriam muito maiores. Nesta fase são os triénios de 1780, 1792 e 1795 os que apresentam piores valores 1.12, e o de 1783 com a melhor 1.21.

Século XIX - Apenas abrange de 1801 a 1822. Continuamos com uma rentabilidade média entre 1.12 e 1.14, mas com investimentos

maiores que no século anterior. O grão dispendido em sementes representou cerca de 7% a 8% do total da colheita. O momento pior foi o de 1807 o que revela mais uma vez os efeitos de um período politicamente conturbado que se estendeu inexoravelmente sobre o económico. Estamos a falar dos reflexos das incursões devastadoras dos franceses sobre as terras de cultivo do mosteiro.

Nestas terras, favorecidas pelo investimento que nelas era feito em estrumes, água, selecção de sementes e mão-de-obra, os bons anos eram ainda mais evidentes e os períodos de crise mais amenizados do que nas terras emprazadas ou alodiais. Aqui, as crises nunca provocavam carências frumentárias porque, mesmo que a produção directa fosse insuficiente tinham a que provinha dos foros ou o recurso à compra.

Nas restantes terras as dificuldades eram mais notórias, as culturas não eram planificadas, os adubos eram escassos, o povo estava essencialmente dependente das condições climáticas. Nestas circunstâncias as insuficiências de colheitas eram frequentes.

Por todas estas razões, e como afirma Pérez Garcia "siempre queda la duda de si estas explotaciones son representativas del nivel agrícola desarrollado entre los modestos campesinos" (46).

3. OUTRAS PRODUÇÕES

a) VINHO - A observação e análise da produção do vinho apresenta-se como elemento importante para a indicação global dos proventos agrícolas. Isto, porque ocupou um lugar relevante na economia agrícola de Antigo Regime e por ser a vinha uma cultura das mais sensíveis aos mecanismos da produção. É um indicador que não valendo por si só, vale "comme symptôme, comme moyen de detection" (47).

O vinho da região é o vinho verde, amplamente cultivado pelo mosteiro, ao ponto das receitas provenientes dos foros serem inferiores. É uma cultura das mais vantajosas e lucrativas (48), pois dá-se em terrenos desfavoráveis a outras culturas pelo que, Domingos Vandelli critica os agricultores que ocupam muitas vezes com vinha terrenos mais apropriados para trigo ou milho (49). Os nossos solos e clima são-lhe propícios, por isso, no Minho é rara a casa e o caminho que não tenham as videiras a cobri-los.

O vinho das terras do mosteiro e da região em geral são de boa qualidade, incluídos no tipo de Monsão são dos mais valiosos da província (50). Este vinho de tal forma foi apreciado que desde o século XVI começou a ser exportado (51). O mosteiro obtinha ainda melhores resultados das suas vinhas

pois estas situavam-se em terrenos expostos ao sol e abrigados do vento, condições essenciais segundo Constantino Botelho de Lacerda Lobo para se obterem vinhos de melhor qualidade (52). Não obstante, o vinho verde era destinado sobretudo aos criados e jornaleiros da casa e o restante para venda.

Vejamos agora as oscilações da produção do vinho (cf. quadro C e gráfico 5).

A série que possuímos é muito lacunar para o século XVII e para os primeiros anos do século XVIII. Apenas registaram as colheitas em quatro triénios do século XVII. Em 1632 colheram nos passais 32 pipas de vinho, depois só voltamos a ter notícias das colheitas em 1644 em que obtiveram 31 pipas e em 1650 - 26 pipas, uma ligeira baixa, com 5 pipas a menos. Após o que temos um grande hiato documental, voltando a série a ser retomada em 1683. Neste triénio temos uma baixa considerável na produção do vinho, só colheram 12,5 pipas. Infelizmente não pudemos verificar se continuou a haver inflexão na produção. Mas, o mais provável é que ela tenha acontecido como nas terras de Tibães. Aurélio de Oliveira detectou em Tibães perda de produção desde 1680 até 1740 (53). Vem comprovar esta tendência para a baixa também em Ganfei o facto de em 1740 apenas terem colhido 3,5 pipas, quantidade irrisória se comparada com todos os outros valores da série.

A partir de 1740 temos uma alta de produção nos dois triénios que se

PRODUÇÃO DOS PASSAIS: VINHO

UNIDADES DE MEDIDA: pipas, almudes, cabaços

ANOS	PASSAIS		
	Pipas	Almudes	Cabaços
1629			
1632	32		
1638			
1641			
1644	31		
1650	26		
1653			
1656			
1659			
1665			
1668			
1672			
1683		248	
1716	19		
1722			
1725			
1728			
1731			
1734			
1740			130
1743	25		
1746	25,5		
1748	8	5	
1752	29		
1755	34		
1758	19,5		16
1761	14		
1764	20	18	
1767	21		35
1770	13		
1773	30		
1776	13,5		
1780	27,5		80
1783	11		
1786			960
1789			1120
1792			880
1795			550
1801		560	
1804		218	
1807		620	
1810		142,5	
1813		127,5	
1816		250	
1819		270	
1822		720	

QUADRO C

Produção dos Passais - Vinho (1629-1822)

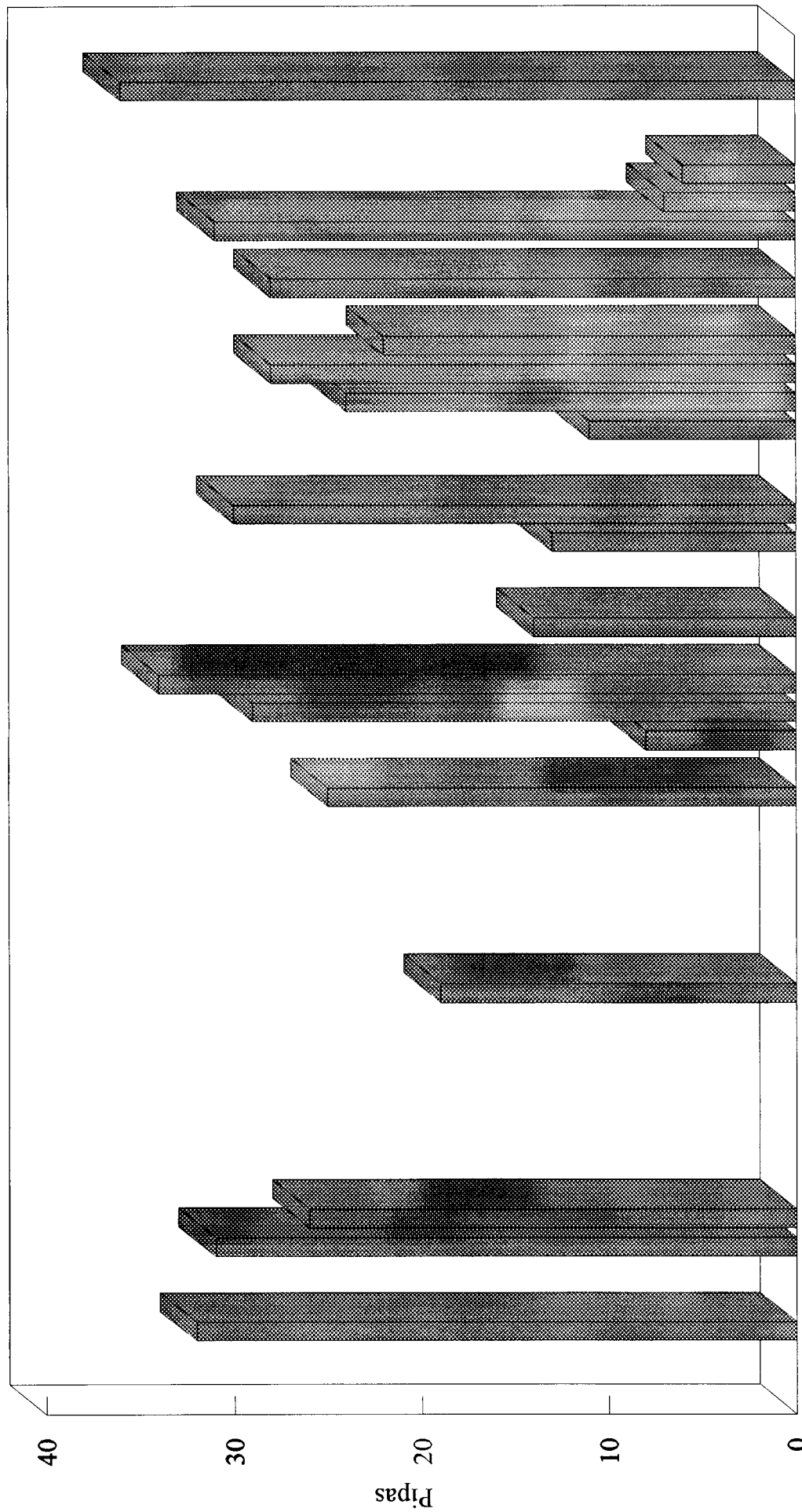


gráfico 5

lhe seguem (1743, 1746), com 25 e 25,5 pipas respectivamente. Novamente uma quebra em 1748 em que a produção teve uma quebra de 17,5 pipas, após o que, os valores voltam a subir. Contrariamente ao que aconteceu com os cereais os triénios de 1752 e 1755 não foram desfavoráveis ao vinho. O de 1761 é que segue a mesma tendência depressionária dos cereais. Novamente uma subida e nova quebra em 1770 e 1773, depois uma descida mais acentuada em 1783 em que colheram apenas 11 pipas. A partir daqui verificam-se médias razoáveis até 1810, altura em que desce imenso até 7 pipas e em 1813 mais uma, 6 pipas, que sobem nos triénios seguintes.

b) OLIVEIRA - Pouco se cultivava no Minho, contudo, é uma planta que vegeta na maior parte dos terrenos só temendo os húmidos em excesso (54). Quanto ao clima prefere-o temperado, por isso encontra aqui condições favoráveis. Mas, não são as condições do meio que obstaram ao seu cultivo, segundo Baptista de Castro não se plantavam oliveiras porque "lisongeados os seus naturaes com o prestimo, e sabor do chamado unto, de que usam tanto nos guisados, como às vezes nas luzes, esqueceram-se de as cultivar" (55). A oliveira aparece, assim, apenas a orlar as estradas e caminhos, e alguns campos sendo desta forma prejudicada pelo restante arvoredado (56). É uma cultura pouco

exigente mas requer alguns cuidados como adubos pelo menos de dois em dois anos, cavas pelo menos uma vez por ano e podas (57), senão tornam-se raquíticas e estéreis (58) como acontecia com as oliveiras que existiam nos campos de Ganfei. O mesmo já não se passava com as oliveiras do mosteiro, elas não existiam nas suas terras por acaso, tinham grandes olivais e bem cuidados, por isso a produção da casa era elevada e a que provinha de foros ínfima. Para o mosteiro o azeite tornava-se muito importante, não só para efeitos culinários, mas principalmente para os serviços litúrgicos. Por isso as plantações constantes ao longo dos triénios e os intensos cuidados com a cultura (59).

Vejamos agora o volume de azeite produzido nos passais desde 1740 a 1822, pois não nos ficaram registos anteriores (Cf. quadro D e gráfico 6).

Começamos a série com 64,5 almudes, média que desceu no triénio seguinte (1743) para 52 almudes, sobe em seguida para os 100 almudes para baixar novamente em 1748 até os 48 almudes, valor mais diminuto deste século. Voltam depois as quantidades a subir nos triénios seguintes. Desconhecemos os valores de 1761 e em 1767 uma nova baixa que se faz sentir mais cedo que no vinho. As entradas voltam a ser maiores até 1789, altura em que se regista uma nova baixa.

O ano de 1801 regista uma média pouco elevada, 57,5 almudes sobe em seguida até os 112 almudes, para depois baixar consecutivamente até 1810. Esta

PRODUÇÃO DOS PASSAIS: AZEITE

UNIDADES DE MEDIDA: cabaços, canadas, almudes, pipas, quartº

ANOS	PASSAIS	MAQUIAS
1629		
1632		
1638		
1641		
1644		
1650		
1653		
1656		
1659		
1665		
1668		
1671		
1683		
1716		
1722		
1725		
1728		
1731		
1734		
1740	129 cab + 4 can	
1743	*104 cab + 9 qtº	*
1746	*200,5 cab + 4 can	*
1748	16 cab + 4 can + 2 p	
1752	482 cab + 2 can	
1755	*384 cab	*
1758	*127 alm + 1 can	*
1761		
1764	132,5 alm + 9 can	
1767	5 alm + 2,5 p	
1770	6 cab + 5 p	
1773	10,5 p	
1776	145,5 alm + 5 qtº	
1780	11 alm + 6,5 p	
1783	4,5 p	
1786	139 alm	
1789	* 72 alm	*
1792		
1795	100 alm + 4 qtº	
1801	57,5 alm	37 alm
1804	112 alm + 10 can	8 alm + 11 can
1807	58 alm	27 alm
1810	27 alm + 9 can	28 alm + 8 can
1813	46,5 alm	43 alm
1816	50 alm	25 alm
1819	47 alm	25,5 alm
1822	48 alm	

QUADRO D

Produção dos Passais - Azeite (1629-1822)

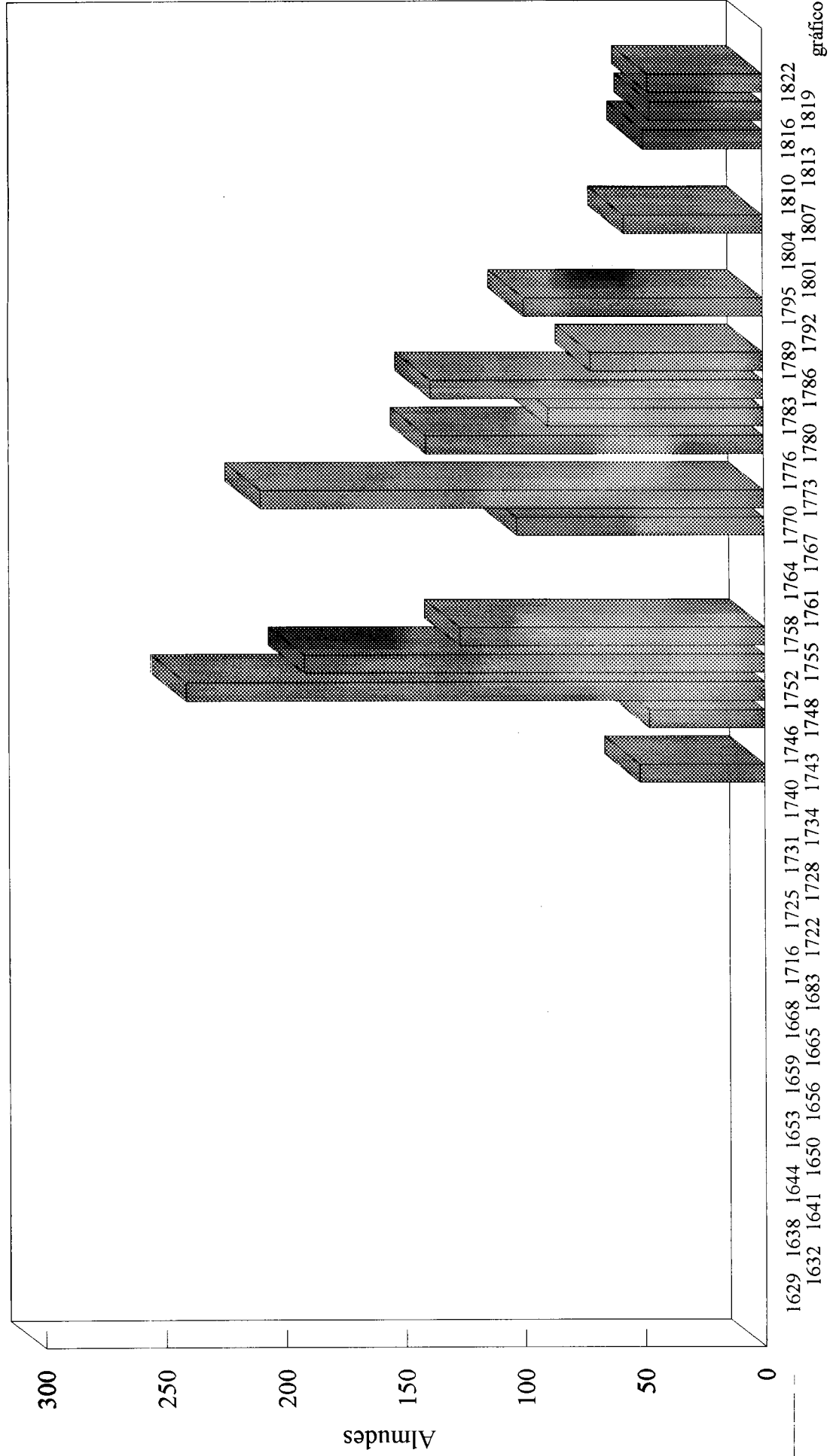


gráfico 6

primeira década do século XIX é pouco favorável a todas as culturas, que demonstram nos rendimentos as consequências de um período já longo de dificuldades. As condições climatéricas aliadas a um certo cansaço do solo estariam na base destas quebras, que as invasões francesas vieram agravar. A partir de 1813 melhoram as médias, mas mesmo assim continuam baixas se comparadas com as do século anterior. Se não fossem as entradas de azeite provenientes das maquinas do engenho de azeite, o mosteiro não teria azeite suficiente para as necessidades.

c) **FEIJÃO** - Só é conhecido na Europa depois da descoberta das Américas e os escritores portugueses quinhentistas já a ele se referem (60). As zonas irrigadas do noroeste são-lhe extremamente favoráveis e forma uma parceria perfeita com o milho. É uma cultura que exige poucos esforços e que servia como ótimo alimento para os muitos criados do mosteiro, daí o seu intenso cultivo.

Nas terras do mosteiro a primeira referência que a ele encontramos data de 1671, mas o registo das quantidades colhidas nos passais só se verifica a partir de 1740.

Os dados que temos apenas nos dão os resultados das colheitas, pelo

que não sabemos se os resultados obtidos são reflexo de um grande ou pequeno investimento em grãos, ou demonstram um ano bom ou mau para esta cultura.

Observemos então as colheitas de feijão nos passais a partir de 1740 (cf. quadro E e gráfico 7).

Em 1740 colheram 58 alqueires de feijão. As quantidades variam até 1780 entre os 45 alqueires, verificados em 1764, e os 81 registados em 1746. Partindo do pressuposto de que o mosteiro canalizou a mesma quantidade de feijões em 1746 e em 1761 e 1764, então, aqueles dois triénios seriam maus anos agrícolas o que confirmaria a tendência também verificada com os cereais. Seguindo o mesmo raciocínio 1780 seria um ano bom pois colheram 125 alqueires. Nos restantes triénios do século XVIII o pior valor foi o de 1795 com 74 alqueires. Regista-se um valor ainda mais baixo em 1801 com 57 alqueires, mas depois e curiosamente os valores são dos melhores de toda a série, provavelmente porque se fizeram novos arroteamentos e lhe destinaram mais espaço. Com esta leguminosa não se verificaram as quebras de produção em 1804, 1807 ou 1810.

PRODUÇÃO DOS PASSAIS: FEIJÃO

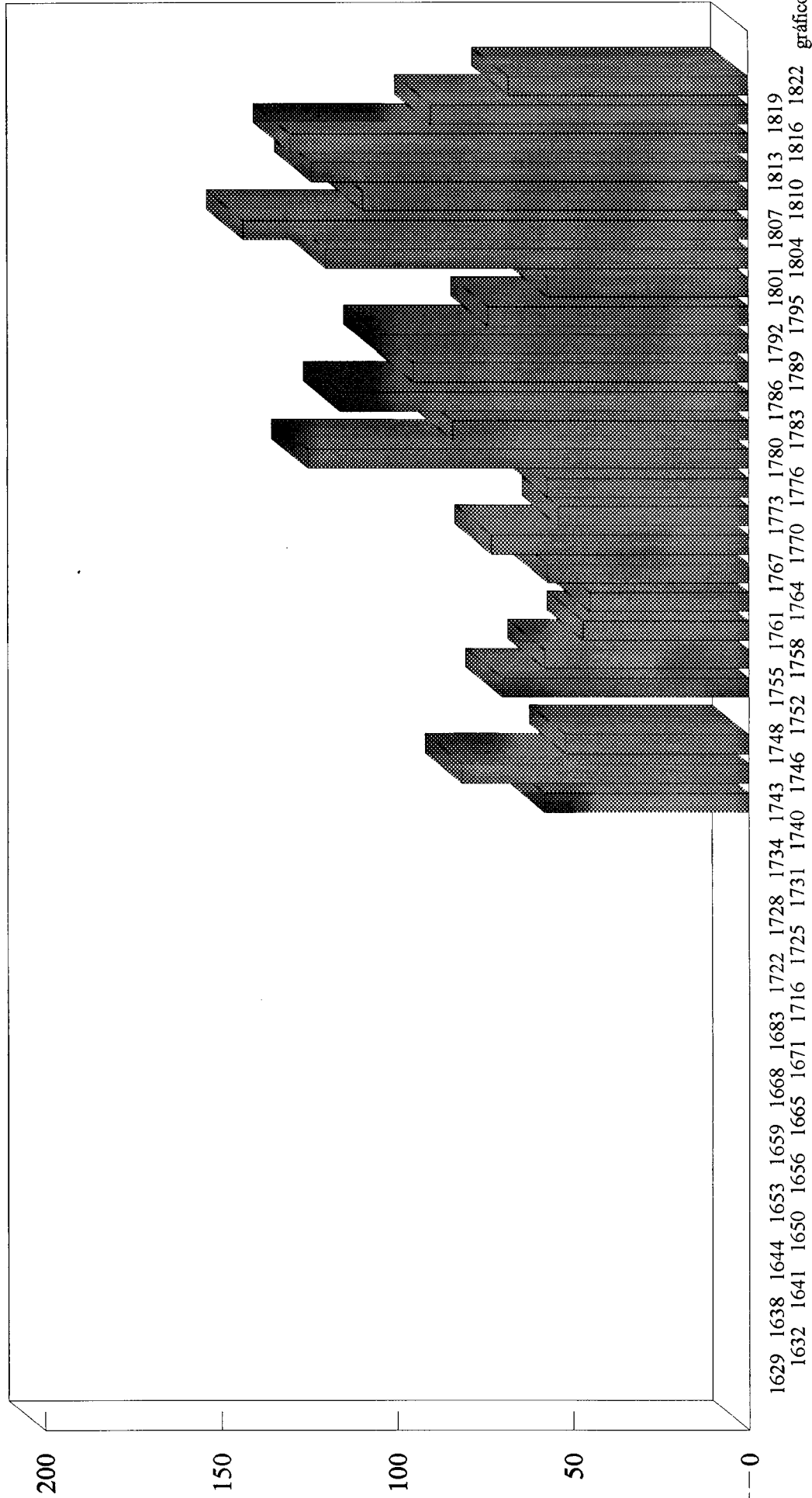
UNIDADE DE MEDIDA: ALQUEIRE

ANOS	PASSAIS
1629	
1632	
1638	
1641	
1644	
1650	
1653	
1656	
1659	
1665	
1668	
1671	
1683	
1716	
1722	
1725	
1728	
1731	
1734	
1740	
1743	58 alq
1746	81,5 alq
1748	52 alq
1752	
1755	70 alq
1758	58 alq
1761	47 alq
1764	45 alq
1767	57 alq
1770	73 alq
1773	54 alq
1776	57 alq
1780	125 alq
1783	84 alq
1786	116 alq
1789	95 alq
1792	104,5 alq
1795	74 alq
1801	57 alq
1804	120 alq
1807	143,5 alq
1810	109,5 alq
1813	124 alq
1816	130 alq
1819	90 alq
1822	68 alq

QUADRO E

PRODUÇÃO DOS PASSAIS (alqueires)

FEIJÃO



B. O DÍZIMO

Até o Congresso de Paris, realizado em 1969, as séries decimais ainda que tentassem os historiadores, pois viam nelas uma boa fonte para a aproximação à produção agrícola, não lograram obter resultados positivos (61). Faltava a metodologia adequada, rigor na utilização crítica dos materiais, consciência das limitações da própria fonte (62). É a partir daí que uma série de trabalhos elaborados por historiadores franceses, entre os quais se destacam os de Le Roy Ladurie, vem trazer uma metodologia nova e actualizar a investigação sobre os dízimos (63). Na esteira dos franceses seguiram-se os trabalhos dos espanhóis, cujo sucesso ficou bem demonstrado nas I Jornadas de Metodologia Aplicada às Ciências Históricas de Santiago de Compostela (64). Em Portugal, o cálculo da produção agrícola com base nas séries decimais ainda só deu os primeiros passos com o trabalho de Aurélio de Oliveira com base nos dízimos de Tibães (65).

Existem enormes entraves: a começar a documentação eclesiástica ou não, como as notas de tabeliães, existente nos arquivos não é tão fecunda como a dos franceses e espanhóis, que permita a elaboração de longas séries decimais. Neste ponto são privilegiados os mosteiros da Ordem de S.Bento, os "Estados" ainda que lacunares permitem a constituição de séries longas.

Outro problema acutilante que se coloca a quem pretende estudar as séries decimais é a quase inexistência do levantamento dos preços, sem os quais é muito difícil pôr em prática o método da "déflation" (66) aconselhado por Ladurie. A nossa produção historiográfica, neste capítulo, apresenta-se no mínimo limitada (67). A primeira grande obra sobre preços, de Vitorino Magalhães Godinho (68), continua sem sequazes. As séries de preços existentes são, na maior parte dos casos, incompletas, parcelares e até de dubia credibilidade (69).

Conscientes de todas as dificuldades documentais e mesmo de interpretação que se colocam à utilização das séries decimais achamos, como Le Roy Ladurie que: - o dízimo como representando o produto líquido entregue pelos produtores ao proprietário, apresenta-se como um instrumento de medida importante dos proventos eclesiásticos.

O dízimo é um instrumento de medida da conjuntura agrícola geral.

O dízimo, na longa duração, fornece-nos "présomptions capitales sur la marche de la production agricole" (70).

1. O DÍZIMO - ORIGEM E CONSEQUÊNCIAS NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

O dízimo, também denominado décimas (71), era uma contribuição devida à igreja e que consistia no pagamento da décima parte de toda a produção agrícola, e destinava-se a ser aplicado para "sustentação cônica dos Ministros do Senhor, reparo e construção dos Templos, e socorro dos pobres" (72).

A sua origem remonta ao Antigo Testamento (73), propagou-se no Ocidente, entre os povos cristãos, no século VIII e veio substituir as antigas oblatas dos fiéis (74). Em Portugal foi introduzido no final do século XI, princípio do XII (75), mas em pleno século XII o seu pagamento já estava generalizado (76). Começou por ser uma prestação voluntária, passando depois a obrigatória e extensiva a crentes e não crentes (77).

O dízimo era devido essencialmente a ordens religiosas uma vez que tinha um objectivo muito concreto: manutenção do culto e auxílio dos pobres. Acabou, no entanto, por cair várias vezes na mão de leigos, desviando-se assim dos seus fins e tornando-se numa exacção abusiva, o que repugna vivamente a Viterbo e o leva a ter o seguinte desabafo "Qual deles se emprega em evangelizar o Reino de Deos, para ser sustentado à custa dos fiéis?" (78).

Dos dízimos provinha a mais elevada cota dos proventos do clero, daí

que estivesse bem regulado pelo direito canónico (79). Eles também representavam a mais pesada contribuição que impendeu sobre a produção agrícola e, concomitantemente, sobre os camponeses. Apesar de ser uma imposição eminentemente eclesiástica os seus efeitos e reflexos vão-se estender sobre o restante corpo social.

Era uma prestação, em teoria, de 10% mas que na realidade acabava sempre por ser de muito mais, porque não recaía sobre o produto líquido mas sobre a produção bruta (80), portanto, a semente acabava por ser duplamente dizimada. Isto fazia do dízimo uma carga extremamente onerosa que recaía sobre a produção agrícola, constituindo o maior entrave ao desenvolvimento agrícola.

O dízimo revelou-se, também, uma taxa injusta. Não olhava à qualidade da terra nem aos gastos que com ela era necessário fazer. Pelo que, terras que importassem maiores custos em sementes, estrumes, instrumentos e jornais pagariam igualmente os 10% que outras mais férteis, que implicavam menos custos. Quem perdia era, obviamente, o detentor das piores terras que depois de pagar o dízimo ficava praticamente sem sustento (81). Por outro lado, era um imposto a que nenhuma terra se poderia eximir, fosse empraçada ou alodial teria que o pagar, por isso terras propriamente livres não existiam no Antigo Regime. Sempre havia algum Senhor com quem os camponeses tinham que repartir os frutos da sua terra e do seu trabalho.

A prestação decimal constituiu ainda um sério obstáculo à introdução de

novas culturas. Introduzir uma nova planta nos campos era sempre um risco que raramente algum agricultor tinha o afoito de correr, pelos dispendios que implicava. Assim como arrotear novas terras. Nos primeiros anos a produção era sempre diminuta mas nem por isso tinha isenção ou redução de dízimo (82). As possíveis formas de inovação eram cerceadas mesmo antes de poderem ser postas em prática. O camponês, sem capital de aforro, tinha que persistir nos métodos ancestrais de amanho da terra, não podia investir em novos instrumentos, novas sementes, novas terras. Por isso, qualquer tentativa de remodelação ou reconversão agrícola era para esta gente impensável. Só as entidades isentas de tal encargo poderiam introduzir culturas alternativas e comprar nova utensilagem agrícola. Foi precisamente o que fez o mosteiro nas suas terras de exploração directa.

Desta forma, o dízimo coarctando as possibilidades de qualquer tipo de inovação ou investimento contribuiu para perpetuar os métodos de exploração agrícola e, por conseguinte, formou uma barreira ao progresso e desenvolvimento da nossa agricultura e da nossa população rural.

Esta imposição sobre a agricultura perdurou até 1832. Nunca até então, houve por parte da monarquia qualquer atitude mais contundente (83) no sentido de acabar com um sistema que já se vinha tornando intolerável (84). A força da igreja, quer espiritual quer económica, era demasiado grande para que sobre ela fosse tomada qualquer medida limitativa à plena fruição dos dízimos, era pouco

prudente (85). Como tal, a agricultura só se viu aliviada desta carga aniquilante com a Legislação de Mouzinho da Silveira, mais precisamente com o decreto de 16 de Março de Angra. Segundo Mouzinho "A Nação não pode ser rica no sistema actual das suas leis económicas... No tempo presente sabem todos que o dízimo não são dez por cento: mas sim 30, 40, 50 e mais por cento... Os dízimos serão abolidos sem dúvida" (86).

2. O SISTEMA DE COBRANÇA E OS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO

Os dízimos podiam ser arrecadados directamente ou indirectamente. Pelo primeiro método o mosteiro podia cobrar o dízimo socorrendo-se de um monge, de um procurador por ele nomeado, ou através de um criado de confiança da casa (87).

A cobrança indirecta traduzia-se pelo arrendamento do dízimo ao melhor arrematante, mediante o estabelecimento de um contrato que podia ser verbal ou escrito.

Em Ganfei surpreendemos os dois sistemas de arrecadação. Geralmente, pelo primeiro método, a entrega do dízimo era feita em géneros e cobrado pelo

Senhorio nos próprios locais de produção - campos, eiras, casas. Este sistema de cobrança directa só o detectamos em alguns triénios do século XVII, nomeadamente entre 1641 e 1656.

O dízimo do mosteiro de Ganfei era cobrado apenas na freguesia de Ganfei, e na maioria das vezes de forma indirecta, através de rendeiros, com os quais o mosteiro havia celebrado um contrato de arrendamento. Esses contratos até podiam ser verbais (88), mas pensamos que a maioria, por uma questão de segurança, seriam lavrados em cartório, como os dois contratos que encontramos para o século XVIII (89), elaborados por um tabelião da Vila de Valença.

Como era costume, o tabelião deslocava-se ao convento de Ganfei, onde estavam reunidos o Abade e os monges, os rendeiros interessados e as testemunhas, e aí era redigida a escritura (90).

Os arrematantes podiam ou não ser da freguesia. Num dos contratos, o de 1752, o rendeiro Bento António e sua mulher eram de Ganfei (91), mas no de 1789, Francisco Rodrigues Gondim era duma freguesia do concelho de Coura (92). Estes arrendamentos eram feitos pelo prazo de três anos (93) e antes das colheitas, pelos meses de Junho, Julho (94). Assim os rendeiros teriam tempo de vender os grãos e liquidar a primeira prestação ao mosteiro. Com efeito, o pagamento da renda correspondente aos frutos arrematados era distribuída por três períodos: Natal, Páscoa e S. João (95). O preço da renda era estabelecido em numerário e algumas pipas de vinho (96). No ano de 1752 o arrendamento fez-se

por 624.000 reis e "coatro pipas de vinho" (97) por ano. Em 1789 o preço do arrendamento foi de 720.000 reis e as mesmas quatro pipas de vinho (98). Estes preços eram livres de qualquer encargo para o mosteiro (99), pelo que nenhuma circunstância catastrófica podia eximir o rendeiro ao pagamento pré-estabelecido. O preço era fixado tendo em vista a produção do 1º ano pois o contrato efectuava-se na véspera das colheitas, mas o que aconteceria nos outros dois anos revelava-se inesperado e um risco para o arrematante.

Os arrendatários tinham um prazo de vinte dias, após o término das datas acordadas, para liquidar as prestações. Depois, podia o Abade arrendar o dízimo a outros rendeiros e, caso a arrematação fosse menor teriam aqueles que satisfazer a diferença e dar mais 200 reis a quem andasse na arrematação dos dízimos (100). Poderia, ainda, o mosteiro mover-lhes um processo na Provisão Real (101). Para evitar a insolvência do pagamento, obrigavam-se os rendeiros por "suas pessoas e todos seos Bens asim materiais como de Rais avidos e por haver e terras de suaz" (102) a satisfazer o preço estipulado. O mosteiro tinha todas as garantias, em contrapartida o rendeiro não tinha nenhuma.

Os contratos de arrendamento do dízimo por nós analisados, não nos permitem inferir a condição social dos arrendatários nem dos fiadores. No contrato de 1789 havia três indivíduos (103) que serviam de fiadores ao rendeiro, mas apenas refere o tabelião que eram moradores do concelho (104). Estes fiadores arriscavam os seus bens talvez porque também participassem nos lucros.

Eiras Roel, nos contratos de arrendamento de dízimos na Galiza, detectou que os fiadores corriam um risco demasiado elevado o que o levou a suspeitar que eles não seriam meros fiadores mas associados nos riscos e participações (105). Verificou também que a maior parte dos arrendatários eram lavradores ou Fidalgos rurais, que tinham por fiadores maioritariamente pessoas da mesma classe (106). Provavelmente aconteceria o mesmo em Ganfei, porque as cláusulas do contrato afastavam à partida aqueles indivíduos que não davam garantias de pagamento, só os de maior poder económico teriam bens que servissem de hipoteca em caso de impossibilidade de pagamento. Isto tornava o arrendamento dos dízimos "altamente selectivo" (107).

A margem de lucro que ficava para estes arrendatários é outra incógnita que gostaríamos de ter resolvido, mas as fontes utilizadas nada nos dizem acerca do assunto. A receita líquida que lhes tocava devia ser variável consoante o ano agrícola fosse ou não produtivo e as despesas de cobrança. Aurélio de Oliveira estabeleceu essa margem de lucro entre os 15 a 25% (108), e para Eiras Roel o rendeiro podia ter um benefício que podia chegar aos 50% mas também, poderia não ter lucro absolutamente nenhum (109). Era portanto, um negócio arriscado e imprevisível que abrangia um período de três anos baseando-se em quantia estável, e que não era susceptível de alteração em caso de alguma catástrofe (110).

Estes colectores de dízimos atraíam contra si todo o ódio das

populações, principalmente nos períodos de crise e de carestias de cereais que se tornavam verdadeiramente penosos para os camponeses mas os de maiores lucros para os rendeiros (111).

3. METODOLOGIA

O pagamento do dízimo em Ganfei ainda que essencialmente pago em géneros pelos camponeses, nem sempre chegava da mesma forma ao mosteiro. Isto devido à modalidade de arrecadação. Quando aquele cobrava o dízimo directamente recebia em géneros, mas quando arrendava a sua cobrança a terceiros o pagamento era satisfeito geralmente em dinheiro.

A forma de arrecadação utilizada, fornece-nos valores decimais distintos que, exigem uma metodologia diferente se os quisermos aproveitar para estudar a evolução da produção agrícola.

A cobrança directa, em géneros, facilita a análise e aproxima-nos da produção bruta. Pois, sabendo nós que os valores registados pelo mosteiro são 10% do total, basta multiplicar esses mesmos valores por dez para se obter a produção global. Permite ainda sabermos quais as principais produções e a importância relativa de cada uma.

Quando, porém, os dízimos eram arrendados e pagos em dinheiro pelo arrematante, o seu aproveitamento é mais complicado, ainda que continuem a ser um bom elemento. Como afirma Ladurie "les dîmes arrentées en argent témoignent également sur l'histoire du produit net agricole" (112). Contudo, precisam de ser traduzidos em séries de géneros para poderem ser aproveitados. Esta operação denomina-se "déflation" (113), ou mais vulgarmente entre nós "deflação" (114). Consiste a "deflação", em dividir os montantes da arrematação em dinheiro pelos preços dos géneros dizimados nesse mesmo período (115). O valor encontrado dar-nos-á o montante dos géneros pagos.

Para que esta operação possa ser efectuada é necessário existir um índice geral de preços, elaborado dentro da mesma região económica ou do mercado mais próximo (116).

Aqui começaram as coisas a complicarem-se para nós. Em primeiro lugar, porque desapareceram quase na totalidade os Livros do Recibo, onde os monges registavam os preços pelos quais os géneros dos foros eram cobrados. Logo, só esporadicamente pudemos conhecer esses preços. Depois, porque as nossas diligências para encontrarmos documentação na Câmara ou Misericórdia de Valença foram infrutíferas. Por conseguinte, não obtivemos nenhuma série de preços do mercado de Valença.

Como alternativa, tínhamos os preços já levantados das Mercuriais de Ponte de Lima e Viana do Castelo (117). Começamos por utilizar essas séries,

mas verificamos que havia uma discrepância abissal relativamente aos preços que possuíamos do mosteiro, o que iria falsear muito os resultados. Por essa razão, decidimos procurar os preços de um mercado que ainda lhe ficasse mais próximo, pelo que fizemos o levantamento do preço dos cereais da Misericórdia de Caminha (118), já que a proximidade geográfica permitiu uma certa uniformidade de preços. Foi precisamente com base neles que deflacionamos a nossa série de dízimos.

Utilizamos para fazer a operação deflacionadora um preço piloto - o do pão meado - por ser o que entrava nos dízimos em maiores quantidades. Embora o trigo também fosse cultivado na região, representava uma parte pequena comparativamente ao centeio e principalmente ao milho. Este último constituía a cultura predominante, cerca de 60 a 70% da produção era de milho. A seguir vinha o centeio com 20% e só depois o trigo com 10% (119). Antes de efectuarmos a "deflação" tivemos ainda que transformar o registo anual dos preços em médias trienais, uma vez que as receitas decimais vem registadas trienalmente.

Ultrapassadas todas estas fases, continuávamos a ter um problema, ou seja, valores decimais diferentes. Por isso tivemos que os reduzir a um quociente comum. Assim, os valores em géneros foram reduzidos a dinheiro, após o que foram deflacionados pelo preço da segunda, o que nos deu o equivalente em alqueires.

4. O DÍZIMO COMO FONTE DE RECEITA

Ao avaliarmos o dízimo no contexto dos outros réditos do mosteiro, deparamos de imediato com o facto de ele constituir o grosso dos montantes das receitas do depósito. Não obstante, ele provir unicamente da freguesia de Ganfei e o mosteiro possuir outras fontes de rendimento que lhe advinham das suas propriedades de domínio directo e indirecto.

A expressão que o dízimo assume no contexto dos outros rendimentos é variável, atingindo no século XVII os valores mais baixos. O valor pecuniário que atingiu neste século oscilou entre os 450.000 e 1.000.000 reis, ou seja cerca de 30 a 50% do valor total do depósito, não obstante em 1641 ter apresentado um valor mais alto (98%), e em 1656 um valor bem mais baixo 18,9% do total das receitas do depósito.

No século XVIII o volume da receita decimal vai subir, ascendendo a mais de 2.000.000 reis. Este aumento verificou-se, sobretudo, na segunda metade do século e em consequência do aumento dos preços. A percentagem dos dízimos oscilou em média entre os 60 a 70%, embora com períodos em que esses valores foram menores - 1716, 1761, 1783, 1785 - na ordem dos 45%. O

valor mais alto verificou-se em 1780 em que os dízimos foram 98% das receitas totais.

No século XIX os dízimos continuam a ter um peso muito grande no cômputo geral, rondando os 70%, atingindo o seu valor mínimo em 1822 com 37%. Em 1822 há uma redução significativa no montante em numerário dos dízimos, cerca de 2.000.000 reis. Esta descida está relacionada com o regresso dos preços a valores mais baixos que os verificados no princípio do século. A análise da nossa série confirma mais uma vez o já evidenciado noutras casas regulares (120) e seculares (121), de que o dízimo era a maior fonte de rendimento destes senhorios eclesiásticos. Mas, ao permitir que uns "arrebentem de fartos" (122) sobrecarrega outros com o seu pagamento.

DÍZIMO E PRODUÇÃO DIRECTA

A comparação entre a série de cereais provenientes das explorações directas e a série dos dízimos (123), evidencia de imediato a supremacia deste último face à cota de cereal da produção directa. A receita decimal representou um valor, em média, superior a 70%.

PRODUÇÃO DIRECTA (em reis)

ANOS	P. DIRECTA	PERCENTAGEM (sobre o dízimo)
1629	91.560	10%
1632	95.596	9,3%
1638	69.365	10,9%
1641	59.020	5,9%
1644	111.276	14,4%
1650		
1653		
1656		
1659		
1665		
1668		
1671		
1683		
1716	128.440	7,1%
1722	374.832	59,3%
1725	270.420	43,6%
1728	330.228	15%
1731	434.863	22,9%
1734	453.408	24%
1740	418.264	22%
1743	391.120	21%
1746	397.061	25%
1748	381.111	27,6%
1752	469.084	20,6%
1755	372.055	19,8%
1758	405.948	19%
1761	264.832	11,5%
1764	336.160	16%
1767	746.274	33%
1770	599.742	32,7%
1773	467.013	23%
1776	613.505	35%
1780	712.294	24,9%
1783	791.130	42,6%
1786	814.905	41%
1789	777.057	40,8%
1792	949.536	44%
1795	1.023.549	46%
1801	1.241.544	38%
1804	1.574.005	41%
1807		
1810	883.580	30%
1813	2.334.829	57,8%
1816	1.799.096	40,3%
1819	2.020.442	44,8%
1822	943.250	41%

Temos, no entanto, que distinguir alguns períodos pelas diferenças que apresentam. Nos primeiros triénios da série (1629-44) as receitas decimais atingem 90% do total dos dois rendimentos. As pequenas quantidades de cereal que ainda se produziam nas explorações directas explicam este facto.

Outro período que se demarca é o de 1722-25. É o pior momento para o dízimo, representa apenas 40,7% e 57% relativamente à produção directa. Isto revela uma conjuntura agrícola desfavorável em Ganfei, visível também na produção directa do trigo. Na segunda não há quebra nos domínios directos, talvez porque o milho equilibrasse os valores.

Os triénios de 1761-64 apresentam o melhor momento para os dízimos com percentagens na ordem dos 85%. Este período é de crise nas produções directas, mas que não é evidenciado na produção da freguesia, o que justifica tão altas cotas para o dízimo.

Nos triénios subsequentes estas percentagens baixam até os 65%. Entre 1783-89 verificam-se bons momentos agrícolas nos domínios directos o que fez baixar os dízimos. Isto demonstra que a produtividade geral da freguesia não acompanhou na mesma dimensão a produtividade dos domínios directos, o que revela o que já frisámos atrás - utilização por parte do mosteiro de óptimos métodos e técnicas de exploração agrícola.

No século XIX, a percentagem do dízimo ronda os 60%, embora as produções directas não sejam altas. É que a tendência para a baixa produção que

já se fazia sentir nos finais do século XVIII agudiza-se no princípio deste século, havendo agora a acrescentar outros factores extrínsecos ao processo de produção que vão contribuir para acentuar essas descidas, como sejam, frios intensos e a passagem do exército inimigo. As quebras são acentuadas na produção directa e nas receitas decimais, mas foram mais pronunciadas nas produções da freguesia, atingindo em 1813 a percentagem de 42%, o valor mais baixo em relação à produção directa de toda a série.

DÍZIMO E FOROS

A comparação entre o montante originário do dízimo e o dos foros, continua a dar preponderância ao dízimo. Aqui as variações de um em relação ao outro vão ser menores, porque as quantidades de cereal provenientes de foros se mantêm inalteráveis durante muitos anos. Assim a variação da percentagem dos foros relativamente à dizimaria depende muito dos preços do cereal e do montante de dízimos entrados no mosteiro.

Reportando a massa decimal ao cereal proveniente de foros, verifica-se que ao longo do século XVII essa percentagem ultrapassou os 80%, atingindo

FOROS, TRIGO E SEGUNDA (em reis)

ANOS	FOROS	PERCENTAGEM (do dízimo sobre os foros)
1629	888.900	96%
1632	1.464.465	70%
1638	1.016.100	62,1%
1641	869.622	88%
1644	916.350	83%
1650	766.272	87%
1653	1.058.054	98%
1656	842.853	37,4%
1659		
1665		
1668		
1671		
1683		
1716	2.551.445	70,5%
1722	2.117.146	29,8%
1725	1.787.570	34,6%
1728	2.207.127	99%
1731	1.858.215	98%
1734	1.841.939	98,7%
1740	2.171.631	86,9%
1743	2.375.080	75%
1746	2.388.411	66%
1748	1.502.343	91%
1752	2.590.068	87%
1755	2.435.755	76,8%
1758	2.637.558	80,6%
1761	2.385.722	96%
1764	1.896.540	92%
1767	2.445.725	91%
1770	3.181.198	57%
1773	2.363.406	85%
1776	2.549.000	68,2%
1780	3.337.009	85,4%
1783	2.786.354	66,5%
1786	3.190.226	62,5%
1789	2.848.160	66,7%
1792	3.854.226	55,5%
1795	4.706.974	47%
1801	5.395.686	60,4%
1804	5.902.280	65%
1807	5.162.172	85%
1810	6.124.560	46,9%
1813	8.210.138	49,1%
1816	6.796.133	65,5%
1819	7.353.932	61,1%
1822	2.794.900	82,2%

em 1629 - 96%, em 1641 - 88%, mas descendo em 1656 até os 37,4% devido à quebra que se verificou nas entradas de dízimos.

No século XVIII essa percentagem baixa ligeiramente, situando-se à volta dos 65, 75%, embora com períodos em que esse valor é menor. É o que acontece em 1722 e 1725 em que o dízimo não ultrapassa os 29,8% e 34,6% face aos foros. No final do século volta o dízimo a ter um peso inferior ao dos foros. Em 1795 não foi além dos 47%, isto devido ao aumento dos preços. A venda da mesma quantidade de cereais em 1755 e 1795 dava uma margem de lucro muito maior em 1795 por causa dos altos preços praticados, daí ultrapassar os valores do dízimo.

No século XIX, o dízimo começa por ter um peso de cerca de 70%, baixa nos triénios de 1810-13 para os 48% e sobe novamente, atingindo em 1822 os 82%.

5. O DÍZIMO COMO INDICADOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM GANFEI

Vamos agora, através da série decimal de Ganfei, tentar uma aproximação à produção agrícola da freguesia. É claro que a utilização desta série

levanta logo um problema. Será que o montante dos dízimos reflecte com fidelidade o movimento geral da produção? A verdade é que nem sempre assim acontece. Alterações das áreas de cultura, do tipo de produtos dizimados e respectivas taxas de cobrança, assim como o não pagamento dos mesmos por parte de alguns já falseia os resultados e afasta a possibilidade de obter o valor exacto da produção bruta.

Outros problemas e outras críticas se levantam à utilização das séries decimais (124). Alguns deles de carácter extrínseco, como sejam: alterações de ordem política, social, religiosa. Instabilidade político - militar, com o consequente morticínio e destruição de colheitas. Alterações da própria mentalidade social que levou muitas vezes à recusa do seu pagamento. Todos estes factores podem levar à diminuição dos proventos decimais e não corresponderem a andamento paralelo da produção (125).

A juntar a estes problemas gerais que se põe à utilização das séries decimais há que acrescentar os problemas específicos que apareceram ao analisarmos a nossa série. Em primeiro lugar - o aparecimento de dízimos ora em géneros ora em dinheiro ora mistos. Começamos por reduzir tudo a alqueires de segunda (126). Para isso calculamos o valor dos géneros em dinheiro e depois deflacionamo-los pelo preço da segunda, assim como o valor nominal das receitas decimais.

Outro entrave a esta série foram as lacunas de informação. De facto, temos um hiato documental que se situa entre 1659-1716. Como consequência escapa-se-nos a evolução da produção no final do século XVII e princípio do XVIII.

As razões aqui aduzidas, ainda que ponderosas, não são suficientes para que ignoremos este elemento como indicador da produção. Demandam sim, é cautela na utilização dos dízimos, e atenção na leitura destes dados.

Passemos então à análise gráfica.

Uma primeira visão sobre o gráfico da dizimaria mostra-nos de imediato uma evolução da produção sem grandes sobressaltos, ressaltando duas ou três fases.

De 1629 a 1638 verifica-se uma diminuição gradual da produção nas terras de Ganfei. De 1629 a 1632 há uma quebra na ordem dos 32%, que continua nos triénios seguintes mas mais suavizada, cerca de 4%. Os anos de 1638-41, pelo contrário, apresentam-se com uma excelente média - 9.380 alqueires - reveladores de bons anos agrícolas na freguesia. Em 1641-44 novamente uma baixa, mas neste caso a produção decai por motivações exógenas. Esta zona do Alto Minho foi palco activo das operações militares entre portugueses e espanhóis. Como resultado temos um decréscimo na produção de 2.917 alqueires. Passado este mau momento as coisas voltam a estabilizar-se até 1653,

ANOS	DIZIMARIA	PREÇO MÉDIO DO MEADO	PRODUÇÃO (alqueires)
1629	856,000.0	120	7133
1632	1,027,140.0	211	4868
1638	631,104.0	135	4675
1641	984,939.0	111	4124
1644	769,053.0	119	6463
1650	667,835.0	98	6815
1653	1,074,516.0	138	7786
1656	316,012.5	120	2633
1716	1,800,000.0	325	5538
1722	631,330.5	248	3540
1725	619,998.0	210	2214
1728	2,196,665.0	267	8558
1731	1,896,413.0	217	8245
1734	1,865,413.0	217	8610
1740	1,887,280.0	253	7450
1743	1,790,183.5	280	6394
1746	1,587,086.0	293	5411
1749	1,380,000.0	263	5241
1752	2,264,000.0	228	9915
1755	1,872,000.0	297	6310
1758	2,128,000.0	320	6650
1761	2,293,332.0	280	8190
1764	2,059,997.0	220	9364
1767	2,246,832.0	287	7838
1770	1,833,106.0	370	4954
1773	2,029,999.0	270	7519
1776	1,739,200.0	295	5896
1780	2,852,503.0	287	9951
1783	1,853,335.0	340	5451
1786	1,996,660.0	377	5301
1789	1,900,080.0	313	6064
1792	2,140,000.0	462	4635
1795	2,217,320.0	578	3834
1801	3,260,010.0	645	5054
1804	3,838,330.0	655	5860
1807	4,433,336.0	608	7288
1810	2,878,475.0	760	3787
1813	4,035,000.0	992	4069
1816	4,454,000.0	800	5568
1819	4,500,000.0	877	5133
1822	2,297,790.0	300	7659

EVOLUÇÃO DO VOLUME DECIMAL (ALQUEIRES DE SEGUNDA)

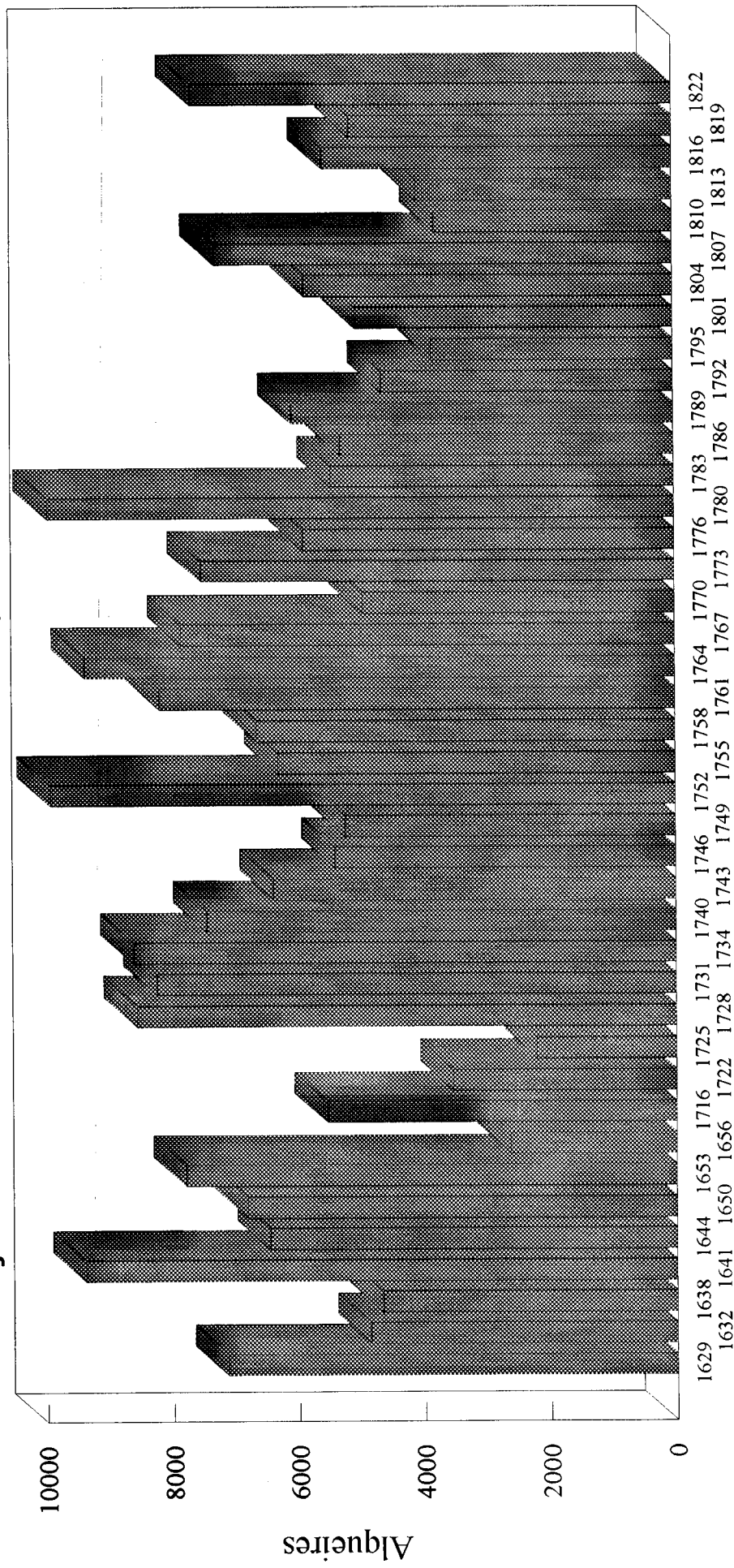
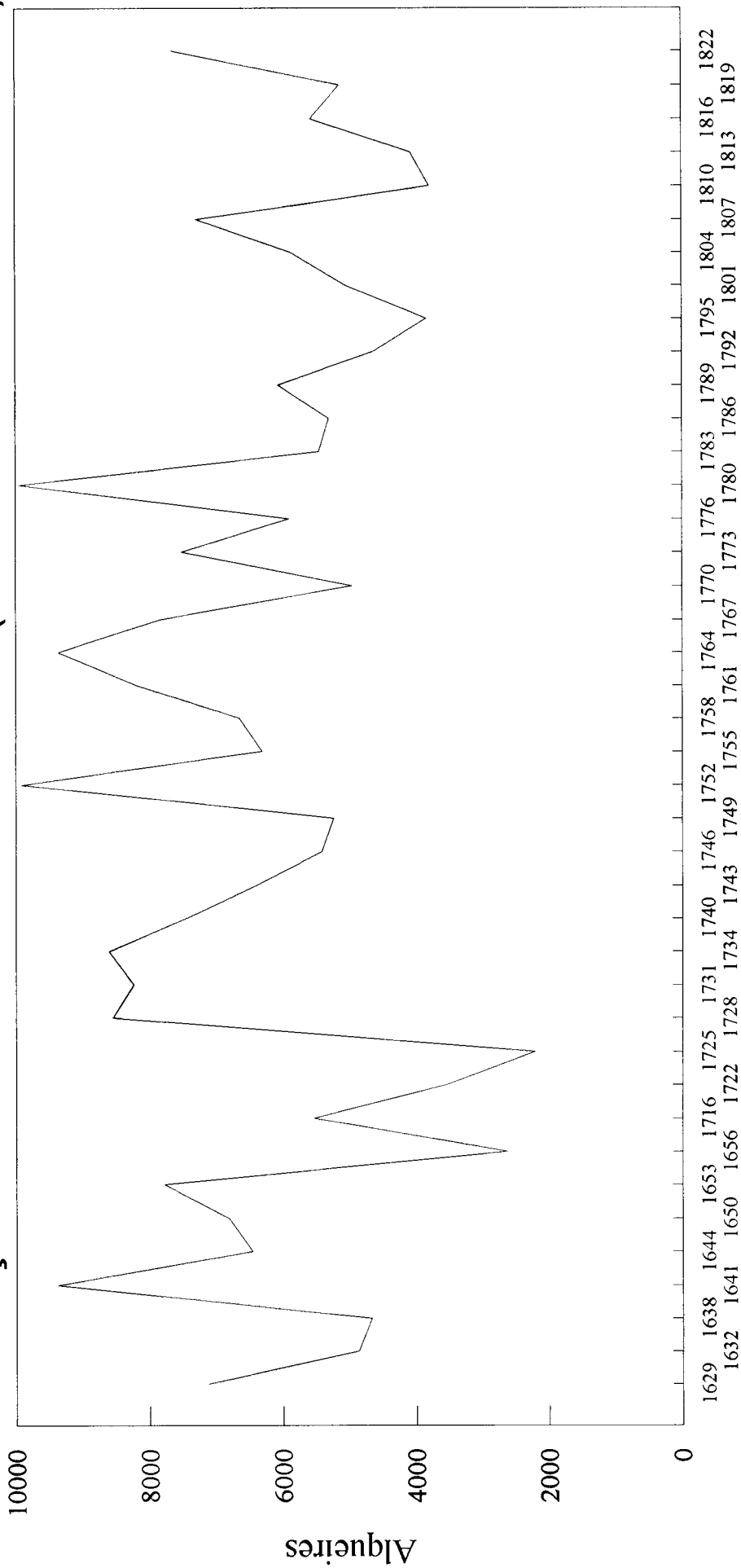


gráfico 1

EVOLUÇÃO DO VOLUME DECIMAL (ALQUEIRES DE SEGUNDA)



Triénios

gráfico 2

atingindo níveis que ultrapassam os 7.000 alqueires. Estas boas médias alteram-se completamente em 1656. Este triénio evidencia um período de crise, em que a produção desce para os 2.633 alqueires, menos 66% que no triénio anterior. Acontece que, é nesta altura que os espanhóis entram em Ganfei, roubam o mosteiro (127) e saqueiam e destroem os campos de cereais das zonas vizinhas, afectando a produção e o pagamento das rendas ao mosteiro (128). Os reflexos destas devastações estão bem explícitos na curva dos dízimos de Ganfei. São anos difíceis para os moradores da freguesia e para o próprio mosteiro que vê as suas rendas a diminuir por vários lados.

O primeiro valor que possuímos do século XVIII apresenta uma média razoável, 5.538 alqueires. Talvez seja sinónimo de uma certa recuperação dos anos difíceis que se viveram anteriormente. Mas em 1722 e 1725 temos uma baixa muito acentuada na produção, atingindo em 1725 valores ínfimos, na ordem dos 2.214 alqueires. Esta quebra também é evidenciada na rentabilidade do trigo nas terras passais (129). Este período de colheitas pouco favoráveis foi igualmente detectado pelo historiador Eiras Roel nas terras da Galiza (130). As más condições atmosféricas estarão fundamentalmente por trás desta queda na produção.

Os triénios que se seguem constituem um sólido bloco de bons anos agrícolas, com produções que ultrapassam os 9.000 alqueires. No triénio de 1752 atinge-se o segundo valor mais alto do século com 9.915 alqueires. Este

período favorável prolonga-se até 1770, altura em que a produção baixa denunciando a crise já nossa conhecida de 1767/70. Desde 1764 que se vão notando pequenas quebras na produção mas a marca de crise está bem patente em 1770 em que a descida é de 2.884 alqueires, menos 37% que no período anterior. Em 1773 dá-se uma ligeira recuperação atingindo o valor máximo da série em 1780 com 9.951 alqueires. A partir de então começa o declíneo, chegando a baixa a 3.834 alqueires no triénio de 1795. É um período difícil para a população, pois a baixa produção faz subir os preços, tornando dura a vida dos que viviam na dependência dos produtos da terra e que eram a esmagadora maioria.

O século XIX inicia-se com uma ligeira subida, mais 1.220 alqueires que em 1795, mas ainda sob o signo da depressão. Continua a subida até 1807, após o que se verifica nova queda, descendo a produção para os 3.787 alqueires em 1810, menos 48% que no triénio anterior. A instabilidade provocada pela passagem das tropas francesas acentuou nesta curva da produção, como aliás, nas curvas da produção directa e na dos foros (131) os baixos valores que se vinham evidenciando desde o final do século XVIII. Nos dois triénios seguintes há uma ligeira melhoria e em 1819-22 é evidente uma verdadeira recuperação. Resta saber até quando e com que proporções.

De uma maneira geral as crises não são aqui muito acentuadas, as quebras mais drásticas são justificadas por factores extrínsecos aos mecanismos

de produção. A boa localização geográfica destas terras e as culturas predominantes são razões a ter em conta. Não esqueçamos que parte desta produção era constituída por milho mais e, que este tem um alto rendimento.

6. PRODUÇÃO E PREÇOS

Como dissemos no início deste capítulo, os preços são um dos elementos de detecção da produção e da conjuntura agrícola geral. Além disso, eles colocam na sua dependência todos os grupos sociais já que, todos tem que jogar com os seus efeitos pois como refere Labrousse: "tout le monde est acheteur ou vendeur, tout le monde vit d'un revenu" (132). Os preços dos bens essenciais, então, influenciam toda a sociedade de forma mais ou menos decisiva, uma vez que, comandam toda a actividade económica em dois polos fundamentais - a produção e o consumo (133).

O nosso objectivo com esta abordagem é verificarmos a relação existente entre a produção-preços - nesta zona do Alto Minho. Para isso dispomos da produção das terras da freguesia e das terras passais do mosteiro e dos preços de Caminha.

A análise do gráfico da produção e preços (ver gráfico 4) mostra-nos de

PREÇO MÉDIO DO MEADO OU SEGUNDA

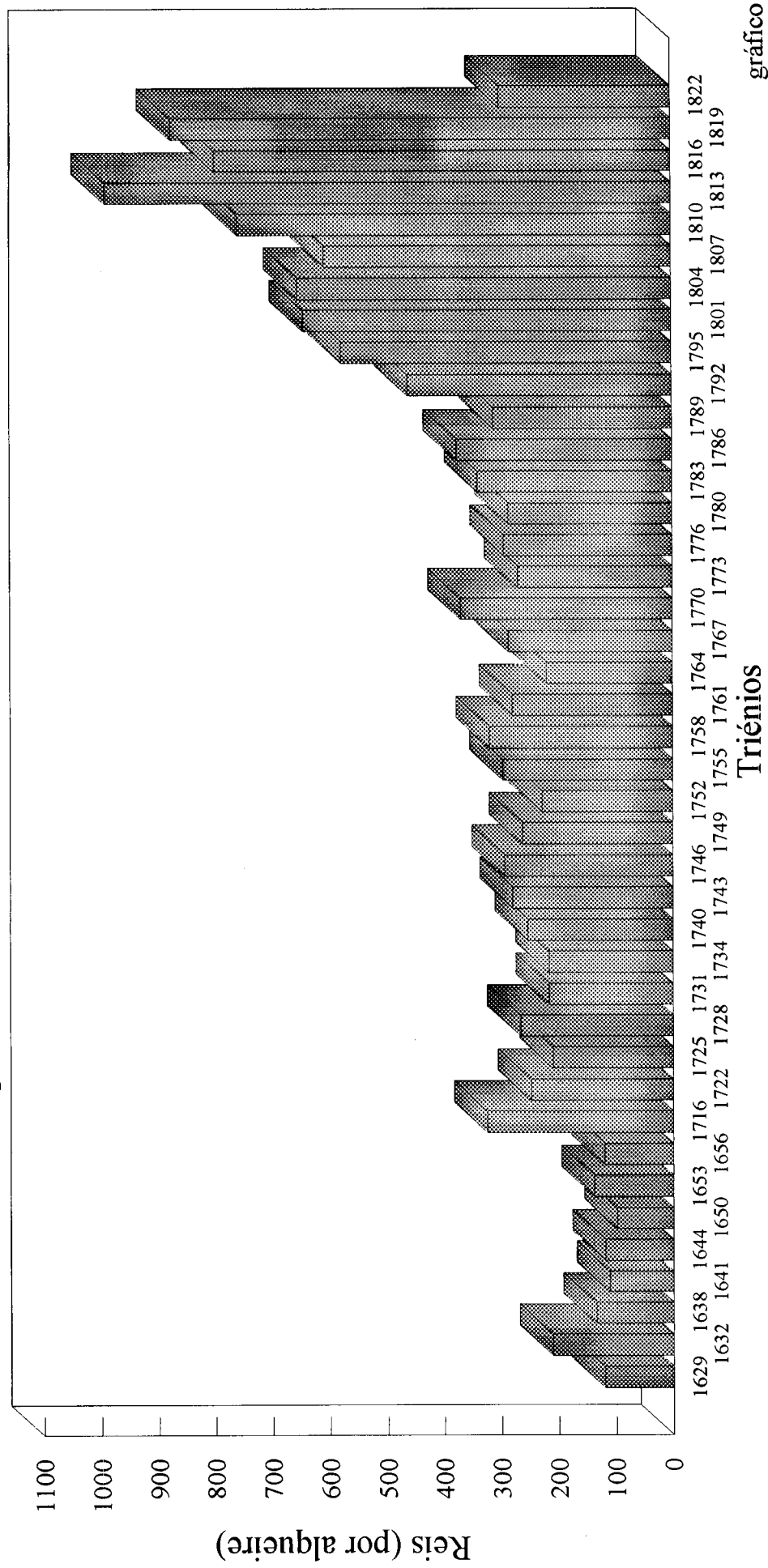
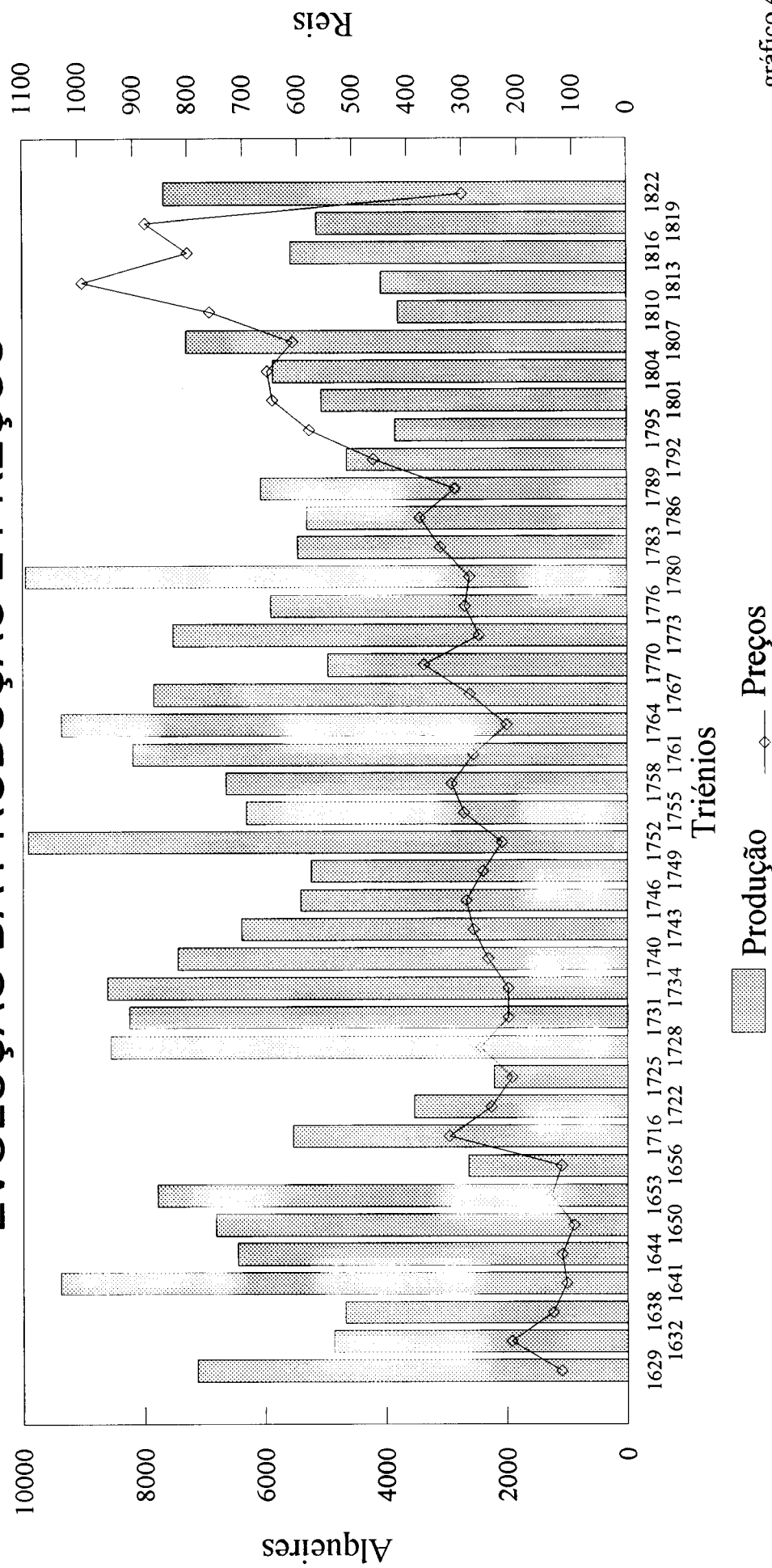


gráfico 3

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO E PREÇOS



imediatos que quando a produção aumenta os preços diminuem e, quando a produção baixa os preços sobem de imediato. Acontece que os dados expressos no gráfico podem dar-nos uma visão um pouco deturpada, na medida em que foram aqueles mesmos preços que determinaram a produção em alqueires, através do processo da "deflação". Apesar disto não deixam de traduzir a relação entre os dois, e estes dados serão tanto mais fiáveis e ilustrativos da realidade quanto mais puderem ser comprovados por outras séries da produção. Por isso vamos utilizar igualmente, nesta comparação, a rentabilidade dos passais, uma vez que aqui não há desvios à realidade, se houver correlação entre colheitas e preços é porque efectivamente ela existiu.

Em 1629 a produção é alta, quer nas terras do mosteiro quer nas terras da freguesia. O preço do meado foi de 120 reis o alqueire. No triénio seguinte há uma quebra nas produções que se reflecte de imediato na subida do meado. Em 1638 a produção ainda baixa nas terras de Ganfei mas não nos passais e, o preço também desce, prolongando-se a descida pelo triénio seguinte ao mesmo tempo que se verifica uma espectacular subida na produção. Em 1644 nova quebra na produção e aumento do preço do meado mas pouco significativo. Nos triénios seguintes verifica-se a mesma tendência: se a produção sobe os preços baixam e vice-versa. Excepto em 1656, que a baixa acentuada na produção não é acompanhada de uma subida de preço do meado. Circunstâncias especiais, como vimos, explicam esta descida e como os preços são de Caminha e não de

Valença, a produção lá pode não ter baixado por não ter sofrido incursões do inimigo.

No século XVIII principiamos em 1716 com uma produção média, e o meado alto relativamente aos preços atingidos no século anterior, 325 reis o alqueire. Nos dois triénios seguintes temos uma quebra na produção da freguesia que não é acompanhada pela produção dos passais nem pelo aumento dos preços. Logo a seguir verifica-se um aumento na produção de Ganfei, a dos passais baixa ligeiramente e o preço do meado tem uma pequena subida. A partir de 1734 e até 1752 a produção da freguesia tal como a dos passais tende a baixar e o preço a subir. Em 1752 observa-se uma melhoria significativa na produção de Ganfei mas a dos passais mantem-se. O preço do meado, esse baixa 35 reis por alqueire relativamente a 1749, após o que volta a subir e as produções a baixar. Em 1770 temos uma descida considerável na produção da freguesia que não é acompanhada pela rentabilidade dos passais, mas temos um aumento de 83 reis o alqueire no preço do meado.

No final do século XVIII e princípio do XIX a tendência da produção é para a baixa. É isso que se pode ver na produção da freguesia e na rentabilidade dos passais. Ao mesmo tempo assiste-se a uma subida desenfreada dos preços. A estabilidade de produção e preços regressa em 1822, nesta altura sobe a produção e aumenta a rentabilidade dos passais, havendo um simultâneo abaixamento dos preços.

De uma maneira geral os preços do cereal de segunda reflectem as oscilações de produção da freguesia e da rentabilidade dos passais. O que não deixa de ser curioso, porque estamos a lidar com a produção de uma vila e os preços de outra que, embora próxima, não deixa de ter características diferentes, basta referir o pendor marítimo da vila de Caminha.

Isto verifica-se, quanto a nós, por Caminha ser uma zona de produção autosuficiente em segunda tal como Valença. As duas não precisariam de importar este cereal, o que faz com que, regra geral, fosse a produção o agente regulador dos preços. Isto não exclui a hipótese de por vezes eles poderem ser especulativos. Em finais do século XVIII e princípio do XIX é quase certo que o foram mas, de qualquer forma tendo sempre por base a produção da região.

7. PREÇOS DOS CEREAIS EM TRÊS MERCADOS DO ALTO MINHO:

CAMINHA, VIANA DO CASTELO, PONTE DE LIMA

A inclusão deste item neste tabalho, deve-se em 1º lugar ao facto dos preços serem um importante indicador da produção. Em 2º - porque os preços estão praticamente por estudar em Portugal e, "ninguém ignora quanto a história

CAMINHA			
Ano	Trigo	Centeio	Milho
1701	400	200	150
1702	480	300	300
1703	600	480	450
1704		300	300
1705	400	200	200
1706	550	240	180
1707	550	280	240
1708	700	300	220
1709	600	480	400
1710	960	550	550
1711	960	400	360
1712	600	450	400
1713	600	400	180
1714	480	400	350
1715	480	300	200
1716	450	300	240
1717	450	220	120
1718	350	100	80
1719	360	250	100
1720	600	300	240
1721	700	400	240
1722	400	240	160
1723	500	240	200
1724	480	220	200
1725	480	280	240
1726	480	300	300
1727	480	300	180
1728	600	300	200
1729	400	220	180
1730	480	220	200
1731	440	240	200
1732	480	240	200
1733	480	300	210
1734	480	260	210
1735	480	220	200
1736	600	240	180
1737	600	280	180
1738	500	300	340
1739	650	420	360
1740	600	380	300
1741	600	240	180
1742	600	300	280
1743	420	270	270
1744	400	340	320
1745	600	300	260
1746	600	300	280
1747	600	300	200
1748	500	280	220
1749	500	240	180
1750	500	260	200
1751	500	250	240
1752	550	260	260
1753	480	320	320
1754	480	300	320
1755	440	260	240
1756	600	350	350
1757	650	360	360
1758	600	320	320
1759	600	300	240
1760	650	300	200
1761	480	240	220
1762	480	220	200
1763	600	240	200
1764	700	360	360
1765	650	360	200
1766	550	240	200
1767	540	260	240
1768	800	500	500
1769	800	360	360
1770	600	300	240
1771	650	280	260
1772	650	280	260
1773	650	280	260
1774	700	340	300
1775			
1776			
1777	750	300	240
1778	600	300	280

VIANA DO CASTELO			
Ano	Trigo	Centeio	Milho
1701	350	190	175
1702	450	270	220
1703	540	395	375
1704	575	350	300
1705	320	165	170
1706	457	220	150
1707	380	240	200
1708	550	300	150
1709	700	360	350
1710	750	480	420
1711	960	422	380
1712	580	370	413
1713	480	240	180
1714	543	240	260
1715	390	240	240
1716	412	240	250
1717	377	160	170
1718	360	100	100
1719	370	145	147
1720	450	240	230
1721	600	240	210
1722	480	220	200
1723	380	60	160
1724	410	200	190
1725	400	260	240
1726	410		280
1727	480	270	190
1728	570	240	200
1729	425	240	200
1730	440	240	230
1731	360	180	160
1732	435	240	165
1733	410	240	220
1734	400	220	210
1735	400	200	195
1736	510	200	140
1737	460	200	150
1738	440	240	260
1739	530	320	305
1740	575	260	220
1741	523	200	180
1742	515	220	220
1743	400	220	200
1744	370	300	300
1745	440	260	200
1746	490	230	230
1747	480	300	230
1748	480	240	220
1749	490	210	170
1750	490	220	180
1751	470	240	230
1752	480	240	240
1753	527	280	310
1754	390	240	260
1755	400	240	225
1756	543	320	320
1757	575	340	260
1758	512	270	252
1759	576	250	196
1760	562	260	170
1761	435	240	240
1762	465	220	210
1763	538	260	190
1764	572	340	340
1765	530	280	183
1766	445	180	160
1767	491	225	225
1768	675	370	370
1769	647	380	280
1770	510	240	190
1771	510	240	210
1772	590	240	220
1773	556	240	210
1774	600	280	260
1775	600	280	240
1776	600	290	210
1777	650	240	220
1778	560	270	260

PONTE DE LIMA			
Ano	Trigo	Centeio	Milho
1701	320	160	130
1702	480	300	300
1703	600	400	400
1704	530	240	240
1705	320	150	150
1706	460	200	200
1707	500	240	240
1708	500	260	200
1709	700	420	400
1710	900	450	450
1711	860	480	400
1712	540	400	400
1713	700	300	240
1714			
1715			
1716			
1717			
1718	360	80	70
1719	360	140	120
1720	480	240	240
1721	600	300	220
1722	480	180	160
1723	480	150	130
1724	480	180	180
1725	400	190	190
1726	400	300	300
1727	700	300	180
1728	580	240	200
1729	400	180	180
1730	500	220	220
1731	380	150	150
1732	400	240	180
1733	400	240	200
1734	450	200	210
1735	400	180	180
1736	520	200	140
1737	440	200	130
1738	430	260	280
1739	600	360	300
1740	580	260	200
1741	530	200	160
1742	450	200	200
1743	400	200	200
1744	400	280	300
1745	480	260	170
1746	540	220	220
1747	540	300	210
1748	540	220	190
1749	480	200	150
1750	440	200	170
1751	550	240	240
1752	580	220	200
1753	500	340	340
1754	400	240	260
1755	420	230	200
1756	600	320	300
1757	580	300	260
1758	550	260	240
1759	650	260	190
1760	550	240	170
1761	400	200	200
1762	480	200	180
1763	600	260	190
1764	680	400	360
1765	540	280	180
1766	480	160	160
1767	480	220	220
1768	720	600	480
1769	750	400	320
1770	550	240	180
1771	600	260	240
1772	700	240	240
1773	640	240	200
1774	550	260	230
1775	600	260	250
1776	700	280	180
1777	640	260	210
1778	560	280	260

CAMINHA			
Ano	Trigo	Centeio	Milho
1779	700	320	280
1780	700	350	350
1781	750	360	320
1782	750	340	320
1783	700	400	400
1784	800	440	400
1785	800	320	300
1786	900	360	280
1787	800	320	300
1788	1000	340	280
1789	900	480	420
1790	850	550	500
1791	850	500	320
1792	1000	550	440
1793	900	550	550
1794	900	480	400
1795	1000	480	360
1796	1150	600	440
1797	1000	650	600
1798	1000	620	600
1799	1200	600	550
1800	1500	800	700
1801	1500	800	450
1802			540
1803	1200	800	800
1804	1500	800	400
1805	1400	800	550
1806	1400	800	600
1807	1100	800	440
1808	1200	800	600
1809	1600	960	960
1810	2000	1200	1100
1811	2000	1200	900
1812	1800	800	750
1813	1800	800	800
1814	1600	900	900
1815	1600	800	600
1816	1800	960	900
1817	1800	1200	1000
1818	1500	800	400
1819		260	260
1820	800	320	320
1821	1100	320	320
1822	1600	550	480

VIANA DO CASTELO			
Ano	Trigo	Centeio	Milho
1779	576	260	240
1780	600	310	300
1781	600	290	265
1782	650	310	270
1783	580	300	310
1784	676	343	335
1785	675	310	255
1786	700	320	230
1787	540	260	240
1788	570	270	240
1789	683	400	340
1790	676	420	461
1791	656	353	250
1792	640	337	345
1793	750	490	443
1794	828	460	310
1795	905	420	366
1796	963	475	492
1797	850	480	542
1798	776	525	540
1799	1070	560	440
1800	1325	650	720
1801	1300	660	432
1802	1020	535	510
1803	1025	575	576
1804	1290	750	750
1805	1133	625	490
1806	1123	490	490
1807	960	700	460
1808	775	500	380
1809	983	480	473
1810	1630	975	855
1811	1580	870	800
1812	1650	700	664
1813	1375	650	707
1814	1325	625	707
1815	1175	575	530
1816	1350	750	775
1817	1375	953	886
1818	1150	556	360
1819	870	340	240
1820	575	210	242
1821	852	330	260
1822	961	480	341

PONTE DE LIMA			
Ano	Trigo	Centeio	Milho
1779	560	280	240
1780	680	300	280
1781	750	400	280
1782	650	280	250
1783	560	300	280
1784	650	300	280
1785	700	300	240
1786	600	300	200
1787	550	260	220
1788	750	300	260
1789	750	420	340
1790	650	480	460
1791	660	360	220
1792	830	380	320
1793	780	480	460
1794	900	480	300
1795	960	450	320
1796	960	500	400
1797	900	600	480
1798	1000	620	600
1799	1400	800	480
1800	1300	750	630
1801	1200	700	440
1802	1100	480	480
1803	1200	700	800
1804	1200	550	400
1805	1100	480	420
1806	1200	600	550
1807	900	600	480
1808	1000	440	480
1809	1400	960	850
1810	1450	1000	950
1811	1750	960	800
1812	1700	800	760
1813	1350	690	680
1814	1100	680	750
1815	1150	600	540
1816	1350	760	800
1817	1250	900	900
1818	1200	500	360
1819	800	200	200
1820	700	200	260
1821	760	310	260
1822	1200	500	400

dos preços pode enriquecer a história geral" (134). Em 3º - com a finalidade de integrarmos a economia de Ganfei no contexto da região.

A primeira observação que sobressai da análise gráfica, é a de que as curvas dos cereais tem o mesmo andamento nos três mercados (ver gráficos 2, 3 e 4). Se os preços sobem é em todos, o mesmo acontecendo se baixam.

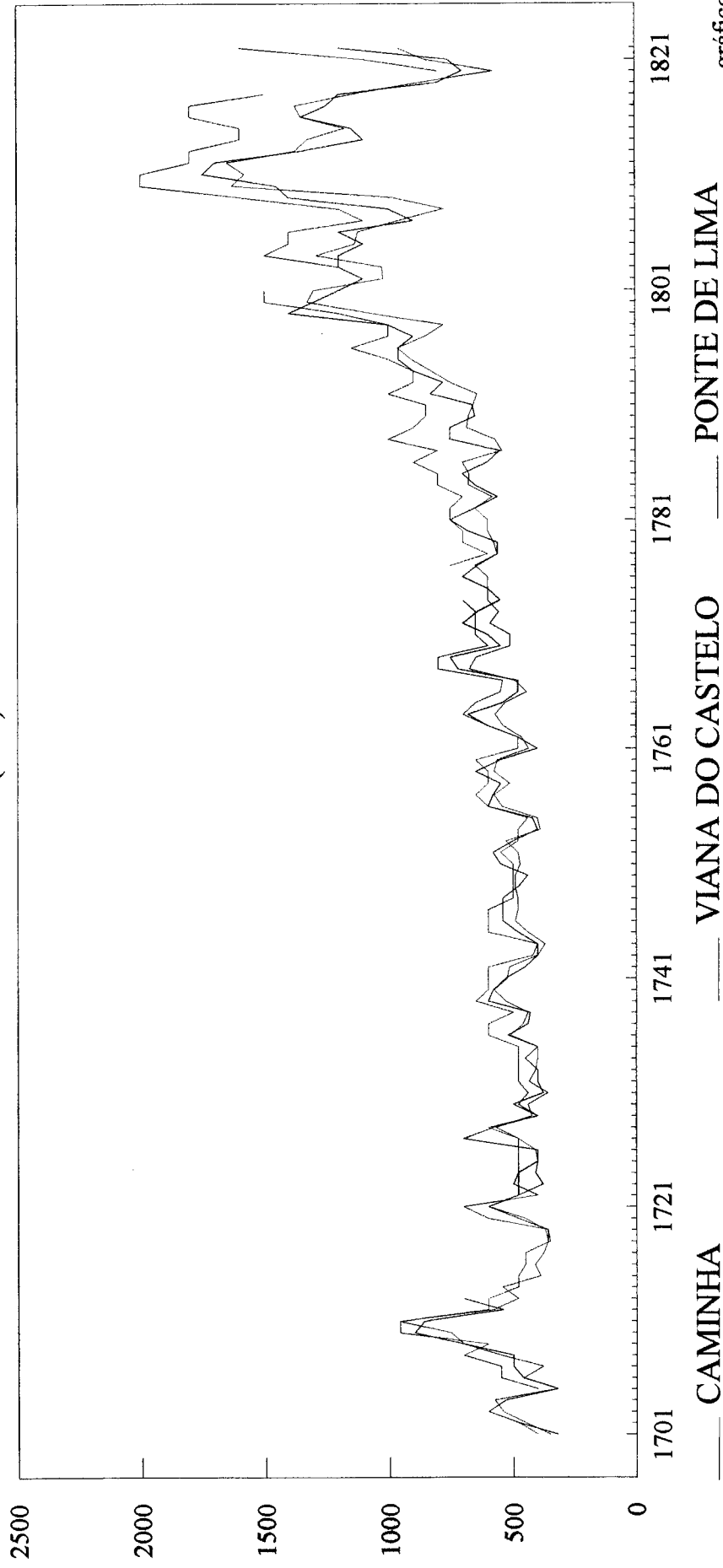
Outro dado que há a realçar é que os cereais tem um comportamento muito similar. Os períodos de crise ou de abundância reflectem-se praticamente em simultâneo nos preços dos três cereais.

Vejamos em pormenor a evolução de cada um dos cereais ao longo do século XVIII, e princípio do XIX.

TRIGO - Constata-se pela análise gráfica que é um cereal que apresenta preços muito instáveis. Nunca se observa um período estacionário. A tendência ao longo de todo o período estudado é para a alta de preços, embora com períodos em que a subida é mais lenta. Eiras Roel analisando os preços do trigo em Santiago detecta o mesmo tipo de ritmo que ele classifica como "ritmo de subida de alza lenta-brusca-lenta-brusca" (135), e que segundo este autor é o mesmo ritmo assinalado por Labrousse para a França do século XVIII (136).

Assim, o trigo em 1701 foi vendido na mercurial de Caminha a 400 reis, na de Viana do Castelo a 350 reis e na de Ponte de Lima a 320 reis. Até

PREÇO DO TRIGO (reis)



1710 a tendência é para os preços aumentarem, atingindo nesse ano altos valores - 960 reis, 960 reis, 900 reis, respectivamente. Os maus anos climáticos do início do século, fazendo diminuir a produção, reflectem-se nos preços.

Entre 1712 e 1768, os preços atingem médias abaixo dos valores atingidos em 1710, oscilando nos três mercados entre os 350 e 750 reis por alqueire. Verifica-se uma subida mais violenta em 1721 e 1768-69. Estes preços mais elevados estão em consonância com as crises de produção que detectamos em Ganfei, o que de uma maneira geral reflecte um andamento paralelo da economia desta região do Alto Minho.

A partir de 1768 e até 1822, os preços sobem em flecha e consecutivamente, atingindo o seu valor mais alto em Caminha no ano de 1810-11 com 2000 reis o alqueire, em Viana em 1810 com 1630 reis, e P.Lima em 1811 com 1750 reis o alqueire.

O preço do trigo em V. do Castelo e P. de Lima segue linhas paralelas, o mesmo já não acontece em Caminha. Aqueles dois mercados parece que agem em conformidade, actuando os preços de um sobre os de outro como reguladores. Caminha parece pautar-se por outras regras. Os preços são na maioria das vezes superiores, sendo a diferença grande, no ano de 1810 é de 370 reis em relação ao preço de Viana. Este distanciamento comparativamente aos outros dois mercados é sintomático no final do século XVIII.

O trigo como cereal nobre, não era de acesso fácil à classe camponesa,

também não era por esta muito cultivado, por implicar muitos cuidados. Será que o produzirem no limiar das exigências do consumo local e, o recorrerem no mínimo às importações, justifica esta disparidade de preços?

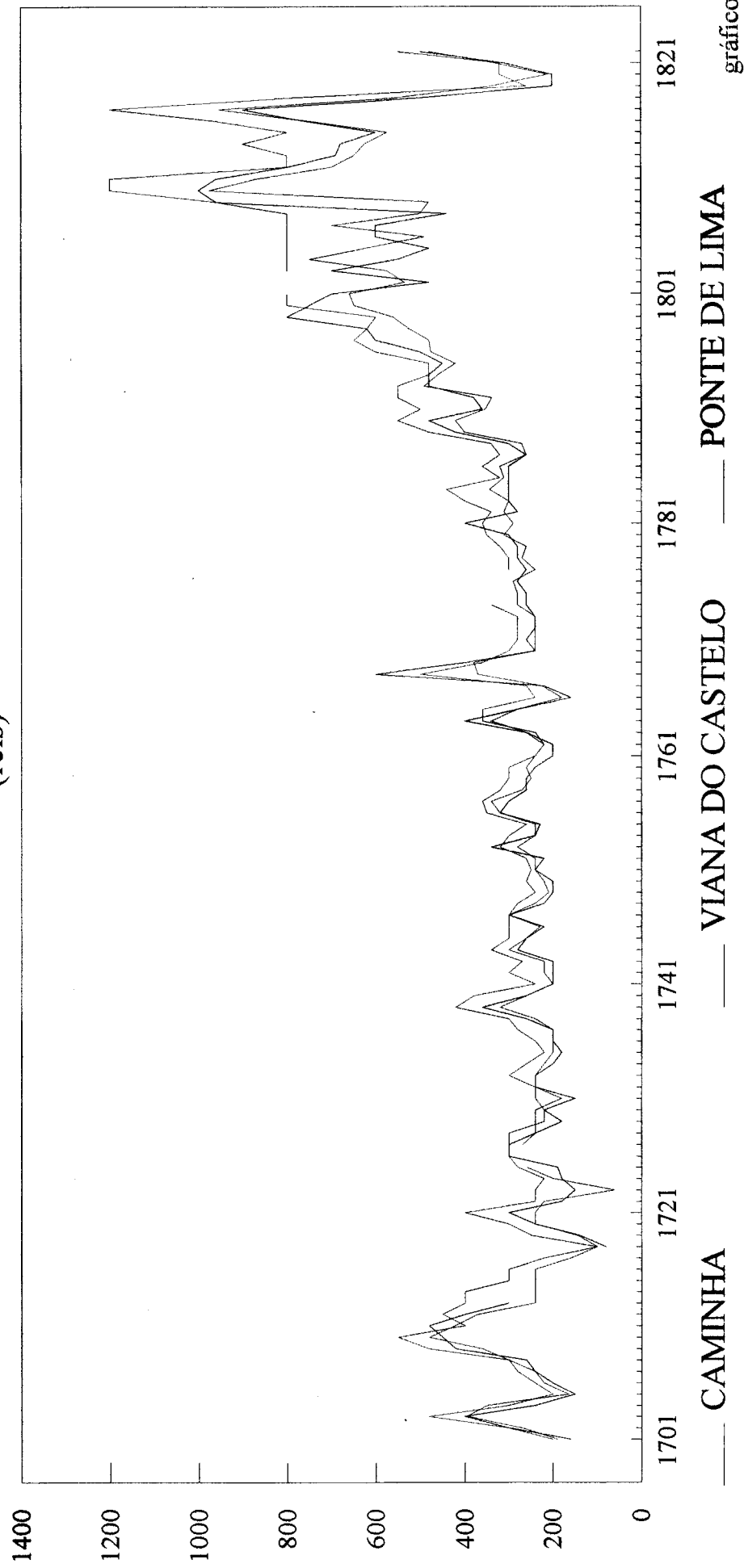
Por outro lado há um factor ponderante a ter em conta, é que as medidas não eram iguais. Em 1895 o alqueire correspondia em Caminha a 20,352Kg, enquanto que em Viana ele era de 17,287 e em Ponte de Lima de 17,125Kg (137). Como vemos há uma grande similitude nas medidas de Viana e P. de Lima, distanciando-se estas das de Caminha. Esta diferença forçosamente tinha que reflectir-se nos preços dos cereais.

CENTEIO - Este cereal regista valores bastante mais baixos que os do trigo, apesar de não ser esta a zona que produz essencialmente centeio.

De 1701 a 1710 - os preços sobem de 200 reis o alqueire em Caminha, 190 em Viana e 160 em P. de Lima até 550 reis, 480 e 450 respectivamente, em 1710. O que demonstra que 1710 foi um mau ano agrícola que se reflectiu no preço dos três cereais.

Entre 1711 e 1768 - os preços baixam relativamente a 1710, rondando em Caminha entre os 100 e 500 reis, em Viana entre 100 e 380 reis e em P. de Lima entre 80 e 600 reis. Nesta fase destacam-se alguns períodos pelo aumento mais acentuado dos preços, são eles: 1721, 1739, 1764, 1768. Esta alta de preços sendo evidente em todos os mercados evidencia crises agrícolas, aliás já

PREÇO DO CENTEIO (reis)



detectadas na produção de Ganfei. Em Viana as crises são mais atenuadas, pois o seu pendor marítimo permite a circulação de produtos, logo melhor abastecimento.

Depois de 1768 é a subida desenfreada dos preços, sobem moderadamente até 1789, após o que se verifica uma alta descomedida. Atingem o seu ponto máximo nos três mercados em 1810, com 1200 reis o alqueire em Caminha, 975 em Viana e 1000 em Ponte de Lima. Neste ano as invasões francesas são as grandes responsáveis por estes preços.

MILHO - Atinge os mais baixos preços dos três cereais, por esta ser a zona do país essencialmente produtora de milho. Também para o milho se verificam as mesmas fases.

De 1701 a 1710, o preço do milho passou de 150 reis o alqueire em Caminha, 175 em Viana e 130 reis em P. de Lima, para 550, 420, 450 respectivamente.

Entre 1711 e 1768, os preços em Caminha oscilaram entre os 80 e 500 reis, em Viana entre os 100 e 370 reis e em P. de Lima entre os 70 e 480 reis. Tal como no centeio também se detectam períodos em que a alta de preços foi mais acentuada: 1726, 1739, 1764, 1768.

Após 1768 os preços sobem imenso, tal como aconteceu com os outros dois cereais, sendo essa subida mais drástica a partir de 1789. Entre 1789 até

PREÇO DO MILHO (reis)

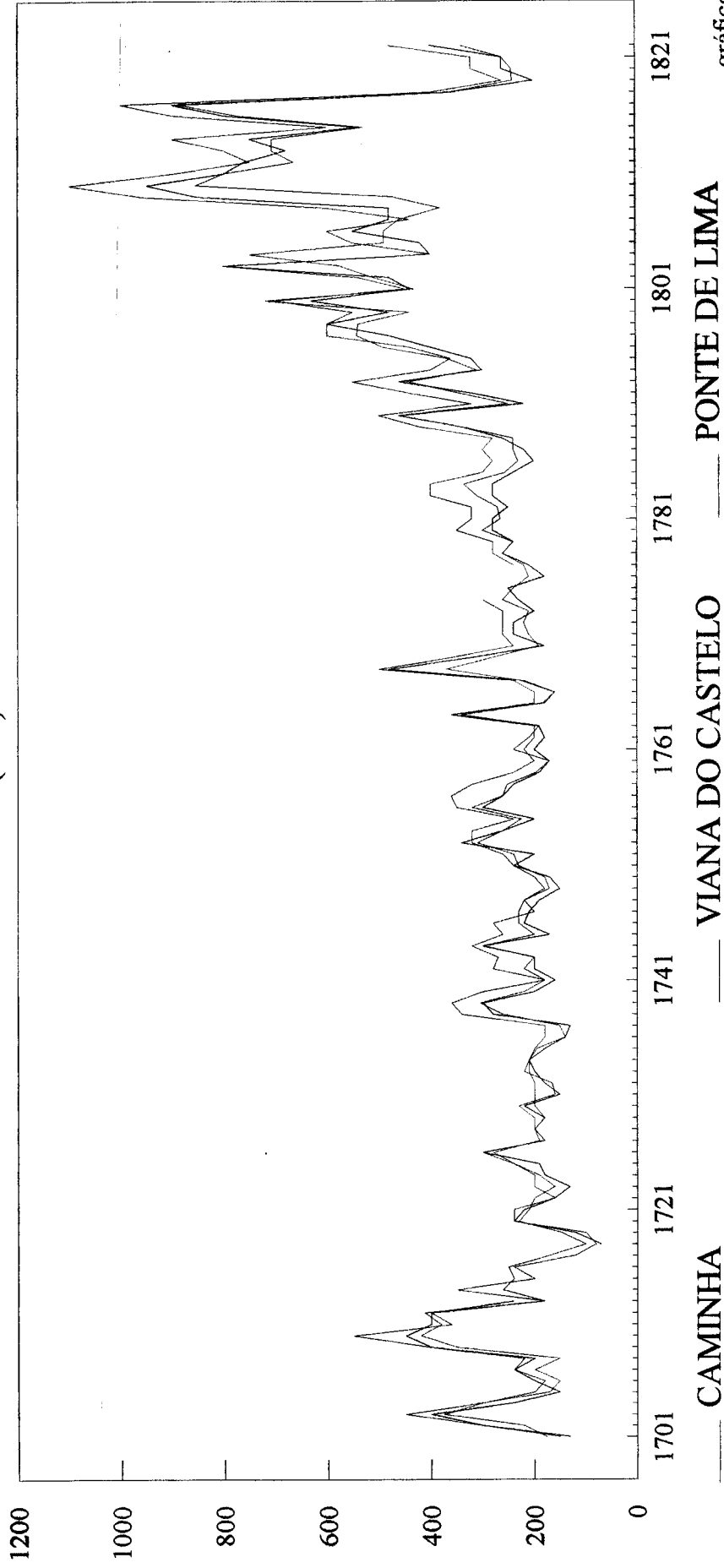


gráfico 4

1810, portanto em 21 anos, os preços em Caminha passaram de 280 reis para 1100 reis praticamente quadruplicaram, em Viana de 230 reis para 855 reis, e em P. de Lima de 200 para 950 reis quase cinco vezes mais. O que se torna dramático para a população porque é um cereal de primeira necessidade, quer os preços estejam altos ou baixos têm que adquiri-lo.

Concluindo - As curvas nos três mercados seguem as mesmas linhas, embora os preços sejam diferentes, como já constatamos na análise pormenorizada dos cereais, sendo Caminha o mercado que apresenta preços mais altos quer em épocas de crise quer em períodos normais.

Destacam-se três períodos na curva dos cereais. O primeiro vai de 1701 a 1710, mas tem o seu início já na última década do século XVII, em que se denota uma subida nos preços. É um período de certa instabilidade em que os preços atingem valores muito altos mas também têm quebras acentuadas. O segundo vai de 1712-1768 - verifica-se uma certa estagnação nos preços, mas com tendência altista. A partir de 1768 inicia-se um longo período em que os preços atingem valores elevados, subindo mais lentamente até 1789, e de forma desenfreada após essa data.

As variações de preços do princípio do século XVIII para o princípio do século XIX são grandes. Em Caminha o trigo, em 1701, foi vendido a 400 reis e em 1801, 1500 reis, uma diferença de 1100 reis. Em Viana de 350 reis passa

para 1300 reis, mais 950 reis. Em P. de Lima passa de 320 para 1200, aumentou mais 880 reis. O aumento ronda os 27%.

Os cereais tem um andamento paralelo, quando há alta nos preços ela reflecte-se nos três cereais, o mesmo se passa quando baixa, o que tudo leva a crer que eles traduzirão em grande medida a produção.

Assim sendo, vamos agora compará-los com a produção de Ganfei.

1701 - 1710 - A tendência dos preços é para a alta, o que nos leva a supor que terá sido um período de baixa produção e dificuldades generalizadas em todo o Alto Minho, que é em parte consequência das condições climatéricas adversas do princípio do século. Este aumento de preços é igualmente detectado noutras partes do país. Em Tibães o trigo é vendido a 1200 reis, mais 750 reis que em 1701 (138), sendo ainda mais caro que nos mercados que analisamos. Também David Justino verifica, neste período, para Ferreira e Santarém uma "subida violenta dos preços" (139), que foi sentida de igual forma em Lisboa: "a falta de pão que, com a esterelidade e inclemencia dos tempos, se experimenta, occasionou os grandes apertos que se padecem, e com tão exorbitantes preços, que não ha memoria de homens de que chegasse ao excesso que ainda existe" (140).

1711 - 1719 - Temos uma baixa bem demarcada, em que os preços

descem cerca de 37,5% em relação a 1710. Esta fase corresponderia, portanto, a uma recuperação da produção da zona que é igualmente evidenciada em Ganfei.

1720 - 1728 - Novamente uma subida, embora não chegue aos valores de 1710. Os anos de 1720 e 1721 são de preços altos em Caminha, Viana e P. de Lima e também em Tibães (141) e Lisboa (142). Logo, diminuição da produção que corresponde a igual quebra na produção de Ganfei. No triénio de 1722 temos uma redução considerável na produção de Ganfei, havendo uma subida de preços apenas no milho e centeio. Isto poderá ser sintoma de mau ano agrícola mas apenas para estes dois cereais e principalmente para o milho, já que era ele que entrava maioritariamente na composição do dízimo da freguesia.

1729 - 1739 - É uma fase de certa estagnação de preços nos três mercados, que são acompanhados por uma produção igualmente estável em Ganfei.

1740 - 1761 - Em 1740 uma nova subida de preços, embora não significativa, que se mantem até 1749, exceptuando o ano de 1744 que tem uma ligeira descida. Em Ganfei de 1740 a 1749 a produção vai baixando. Neste mesmo ano de 1740 verificam-se aumentos nos preços em Lisboa e no Ribatejo que vem no seguimento de anos climaticamente adversos (143). Nestes vinte e

um anos os preços mantem um nível alto. Descem um pouco de 1749 a 1752, observando-se em Ganfei no triénio de 1749-51 uma produção elevada, sintoma, certamente, de bons anos em toda a região do Alto Minho.

1762 - 1770 - Inicia-se uma fase em que os preços começam uma marcha ascendente que se prolonga pelo século XIX. A alta de preços mais elevada atinge-se em 1768, verificando-se em Ganfei no triénio de 1767-69 uma diminuição da produção. Isto comprova uma crise agrícola generalizada em todo o Alto Minho que é extensiva a todo o Entre-Douro-e-Minho (144).

1770 - 1788 - Observa-se uma ligeira descida nos preços e em Ganfei um aumento de produção. Esta moderada recuperação é notada igualmente por Eiras Roel para a Galiza e Labrousse para a França, onde denotam um período de baixa de preços entre 1780-87 (145).

1789 - 1822 - Os preços são altíssimos e com tendência sempre a subir até 1822. Isto não implica que não hajam anos de ligeiro abaixamento. O ponto máximo dos preços nos três mercados é atingido em 1810, altura que em Ganfei se verifica a maior baixa de produção do século XIX, devido essencialmente às invasões francesas.

C - Conclusão

Aqui ficou traçada, através da análise gráfica, das rentabilidades e dos díizimos, uma forma de aproximação à produção agrícola da região. A junção dos preços agrícolas veio corroborar e solidificar a expressão fornecida pelos nossos dados. Por conseguinte, o movimento da produção está de certa forma aqui sugerido, quiça reflectido.

Estes estudos à escala regional servem para realçar o papel da agricultura no contexto das outras actividades a nível regional e até mesmo nacional. Só através deles se pode determinar o papel que o sector agrícola teve no processo económico. Por exemplo: pelas nossas séries e outras que se estabeleceram no Entre-Douro-e-Minho (146), verifica-se que a crise de 1767-70 foi uma marcada crise agrícola, cujos sintomas já se evidenciavam a partir de 1760, com um evidente retrocesso na produção. O que não se sabe são as implicações que teve, ou não, nos outros sectores, porque o difundido é que esta crise foi colonial e mercantil (147) e só hipoteticamente se põe o problema da sua propagação ao sector agrícola.

Há que repensar estes pontos de vista e começar a ponderar sobre a verdadeira situação da agricultura no Antigo Regime. Para isso é preciso um conhecimento profundo desta actividade a nível regional, só assim se poderá

escrever uma verdadeira história da agricultura em Portugal.

As informações fornecidas pelas nossas séries, ainda que nos dando uma visão sobre a produção a partir de várias perspectivas, são passíveis de críticas, como ao longo do trabalho temos vindo a chamar a atenção. No entanto, em épocas falhas de registos para o mundo rural, são auxiliares preciosos e um meio de chegarmos a essa realidade ainda tão esquecida como é a da nossa vida agrícola.

TENTATIVA DE PERIODIZAÇÃO

Observadas em particular as curvas da rentabilidade e do dízimo, tentemos agora uma avaliação global, destacando as analogias e/ou discronias entre as duas séries. Convém mais uma vez lembrar que estamos a lidar com realidades diferentes, embora a análise dos dois valores tenha a mesma finalidade, chegar a uma aproximação da produção nesta zona. Mas, enquanto as rentabilidades se referem a terras privilegiadas pelas condições com que eram exploradas, o dízimo vem de todas as terras da freguesia e nem todas eram convenientemente exploradas. Isto pode resultar em diferenças nos resultados

obtidos. Porém, a análise entre as duas curvas revelou que eram mais as coincidências que as discronias e que, estas, quando existentes não alteravam a tendência geral, o que contribuiu para legitimar as nossas observações.

Outra constatação que veio validar as nossas séries, mas principalmente a série decimal, é o facto de ela se enquadrar dentro da evolução decimal doutros mosteiros ou igrejas, mormente Vila de Punhe, Palme, Gundar, Vila e Azevedo, Estela (148). A similitude entre estas curvas decimais não se encontra unicamente nas características geográficas mas, sobretudo, na composição produtiva destas regiões. Efectivamente, era o milho mais o cereal predominante na dizimaria de Ganfei (149) assim como nas do grupo acima referido (150), o que permitiu pela sua alta rentabilidade atingir boas produções e atenuar as crises.

A comparação para o século XVII encontra-se extremamente dificultada, porque nos falta a rentabilidade do trigo e segunda, apenas existem os valores da produção e para os primeiros triénios. Esta razão levou-nos a estabelecer a periodização só a partir do momento em que temos uma série cronologicamente comparável, o que implica que ela comece sómente em 1716. Perdemos, desta forma, períodos chave como sejam os de domínio Filipino e o das Guerras da Restauração.

1716 - 1734 - Os valores obtidos em 1716 apontam para uma recuperação relativamente aos primeiros anos deste século. A rentabilidade do trigo vai paulatinamente subindo até 1734. O mesmo se passa com o cereal de segunda que atinge nesta fase o seu valor mais alto (1.56).

A curva decimal inicia-se em 1716 com uma produção que aponta para uma melhoria generalizada da situação agrícola. É uma fase de boas produções em que os valores alcançados se mantem por largo tempo acima dos 8.000 alqueires. O bom momento climático que se fez sentir (151), de tempo quente, acelerando a maturação das plantas cultivadas deve ter contribuído para estas boas médias. No entanto, há que referenciar que dentro deste período se detecta, entre 1722-25, na curva decimal uma quebra acentuada na produção, que não se evidencia na produção dos passais. É uma crise passageira e localizada, que se manifestou sobretudo nas terras menos cuidadas.

1740 - 1770 - É um período com altos e baixos na produção de Ganfei. A rentabilidade do trigo apresenta-se nesta fase com valores mais altos, destacando-se os triénios de 1755 e 1758 com médias óptimas (1.8, 1.7). Em contrapartida os valores da segunda decaem consideravelmente, atingindo um valor crítico no triénio de 1761 (1.6), é uma rentabilidade irrisória uma vez que o mais que entra na composição da segunda tem altas rentabilidades. Denuncia esta média um autêntico período de crise que se enquadra na famosa crise de

1764/70. Esta diminuição drástica nas rentabilidades dos passais não se reflectiu de forma significativa nos volumes decimais, neste triénio, mas vai evidenciar-se em 1770. Isto demonstra que o sintoma da crise se manifestou antecipadamente nas terras passais, o que confirma o detectado por Aurélio de Oliveira, de que a curva dos rendimentos é um "autêntico detonador da curva decimal" (152).

Nesta fase, temos como triénio favorável o de 1752, em que a curva decimal atinge o seu valor máximo, quase 10.000 alqueires, mas as rentabilidades foram baixas. E no triénio subsequente vem a quebra já sentida nas terras passais.

1773 - 1789 - Neste período vislumbra-se uma viragem da produção no sentido positivo. No entanto, é uma melhoria mais aparente que real, pois é de pouca dura. Nas terras passais é assinalável a melhoria, atingem-se valores mais altos que no período anterior, embora não tão altos para a segunda como no primeiro período. As receitas decimais revelam uma certa estabilidade na produção, rondando, esta, os 5.000 alqueires. Valores que podemos considerar médios e que reflectem, ainda, as sequelas da crise. Temos de exceptuar o triénio de 1780, em que a produção sobe até os 9.951 alqueires, boa produção que coincide com um bom momento agrícola nas terras da Galiza (153).

1789 - 1813 - A tendência para a baixa visível desde 1761-70 acentua-se. Na produção dos passais ainda se conseguem manter os valores equilibrados, as baixas são pouco acentuadas para o cereal de segunda. Para o trigo é que as quebras são relevantes nos triénios de 1807 e 1810, com rentabilidades de 1.4 e 1.2. Nos volumes decimais assiste-se a uma descida nos finais do século que se prolonga pelo século XIX. A acompanhar todo este movimento de declínio da produção está o dos preços, mas no sentido ascendente. É um período em que uns quantos especuladores se aproveitam para enriquecer facilmente, mas que no geral é de penúria e dificuldades para os camponeses, sujeitos ao pagamento de tantas imposições.

No triénio de 1807 a situação tende a inflectir-se, mas por pouco tempo. A produção chega aos 7.288 alqueires, valor que desde 1780 não se registava. Mas logo a seguir vem uma quebra significativa, menos 3.501 alqueires, denunciadora de nova crise, que está igualmente estampada nas baixas rentabilidades dos passais.

1816 - 1822 - A partir daqui assiste-se à recuperação tanto da produção directa como dos volumes decimais.

NOTAS À PRODUÇÃO

- (1) Van Bath, slicher - Historia Agraria de Europa Occidental/500-1850, Barcelona, ed.península, 2ªed., 1978.
- (2) Que foi segundo Braudel o seu grande mérito. (Conferir Braudel, Fernand - Civilização material e capitalismo séc.XV-XVIII, tomoI, Lisboa, ed.Cosmos, 1970, p.98,99)
- (3) Mauro, Frédéric - Le Portugal, Le Brésil et le Atlantique au XVII siècle (1570-1670), Paris, Gulbenkian, 1983 p.4.
- (4) Oliveira, Aurélio de - o.c., vol.II, p.565.
- (5) Morineau, Michel - Les faux semblants d'un démarrage économique. Agriculture et démographie en France au XVIII siècle, Paris, 1971.
- (6) Le Roy Ladurie e Goy, Joseph - Les flutuations du produit de la dîme. Conjuncture decimale et domaniale de la fin du Moyen-Âge au XVIII siècle, Paris, Mouton, 1972.

Le Roy Ladurie - Les paysans de Languedoc, Paris, S.E.V.P.E.N., 1966.

- (7) Frêche, George - Dîme et production agricole. Remarques méthodologiques à propos de la région toulousaine, in " Les fluctuations du produit de la dîme", Paris, Mouton, 1969, p.214-244.

- (8) Os espanhóis utilizam muito as séries decimais, Pérez Garcia afirma mesmo "la aplicación de las series diezmales para el estudio de la producción agrícola constituye el elemento básico". (Cf. Pérez Garcia - Un modelo de sociedad rural de Antiguo Régimen en la Galicia costera: la Península de Salnés (jurisdicción de la Lanzada). Santiago de Compostela, Universidade de Santiago, 1979, p.186). Conferir também Actas de las I Jornadas de Metodologia aplicadas de las Ciencias Historicas. III. Historia Moderna. Santiago de Compostela, 1975.

- (9) Desaive, Paul - A la recherche d'un indicateur de la conjoncture Baux de Notre-Dame de Paris et de l'abbaye de Montmartre, in "Les fluctuations du produit de la dîme", Paris, Mouton, 1969, p.44-57.

- (10) Gangneux, Gérard - Les rentes seigneuriales et domaniales dans les Commanderies de l'Ordre de Malte de la Langue de Provence XVII et

XVIII siècles, in "Les fluctuations du produit de la dîme", Paris, Mouton, 1969, p.273-293.

- (11) Labrousse, Ernest - Aspects d'un bilan méthodologique et critique de l'histoire conjoncturelle (XVI - XVIII siècles), in "Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada a las Ciencias Historicas - III - Historia Moderna", Santiago de Compostela, 1975, p.588.

- (12) Nós consultamos esta obra na versão espanhola.
Labrousse, Ernest - Fluctuaciones económicas e historia social, Madrid, ed.Tecnos, 1962.

- (13) Goubert, Pierre - 100.000 Provinciaux au XVII siècle - Beauvais et Beauvaisis de 1600 à 1730, Paris, Flammarion, 1968.

Le Roy Ladurie, Emmanuel - Les Paysans de Languedoc, Paris, S.E.V.P.E.N., 1969.

Morineau, Michel - Les faux semblants d'un démarrage économique: agriculture et démographie en France au XVIII siècle, Paris, Armand Colin, 1971.

- (14) Oliveira, Aurélio de - Mercados a Norte do Douro. Algumas

considerações sobre a história dos preços em Portugal e a importância dos mercados regionais: (séculos XVII-XVIII), sep. "Revista da Fac. de Letras - História", II série, vol.II, Porto, 1985.

Idem, Elementos para a história dos preços na região bracarense (1680-1830) - II, sep. "Bracara Augusta", vol. XXV-XXVI, fasc. 59-62(71-74), 1971-1972, Braga, 1973.

Magalhães, J.Romero de - O Algarve económico-1600-1773, Lisboa, Ed. Estampa, 1988, p.399 "Pelo que a esta região respeita não tenho dúvida em afirmar que os preços sobem porque a produção responde cada vez pior às necessidades de uma população que cresceu".

(15) Para Balbi o português encontrava-se "parmi les peuples qui mangent le plus de pain". Balbi, Adrien - Essai statistique sur le Royaume de Portugal, vol.I, Paris, 1822, p.147.

(16) Barros, Joaquim Soares - Sobre o conhecimento das qualidades de terra, suas propriedades; e outras reflexões relativas à agricultura, in "Memórias da A. R.C.L.", tomo IV, Lisboa, 1812, p.120-125.

(17) Produtividade segundo Paul Bairoch, "mede o produto que se obtém

através de uma quantidade dada de trabalho ou através de outros factores produtivos (capitais, técnicas, etc.). Em geral, a noção de produtividade refere-se, sobretudo, à relação entre a produção e a quantidade de trabalho para permitir tal produção". (Cf Bairoch, Paul - Agricultura, in "Enciclopédia Einaudi, vol.7 - Modo de produção - Desenvolvimento, Subdesenvolvimento", Lisboa, I.N.C.M., 1986, p.229).

- (18) "Pelo que respt^a a...Los do Economico da caza...faltão mtos, e he natural que não se tendo acautelado como coizas reputadas de menor importancia, ou fossem queimadas qdº os Francezes pozerão fogo ao Mosteiro, ou furtadas antes delle pelo povo, que achou o Mosteiro desamparado dos seus Monges". (Conferir A.N.T.T, Conv. de V. do Castelo, nº353, p.n/n.)
- (19) Ruwet, J. - Pour une indice de la production céréalière à l'époque moderne: la région de Namur, in "Les fluctuations du produit de la dîme", Paris, ed.Mouton, p.68.
- (20) Oliveira, Aurélio - o.c., vol.II, p.426.
- (21) Por isso "devia ordenar-se com preceito de obediencia a todos os

prelados futuros, a obrigação de trazer certidão jurada pello Prior, Estadistas, e dous conciliarios sob pena de inhabilidade para Capitulo Geral". (Cf. B.P.M.P., Ms.2, Capitulo Geral de 1758).

- (22) Barros, Henrique - O problema do Trigo, Lisboa, Cosmos, 1941, p.21.
- (23) Oliveira; E. Veiga de; Galhano,F.; Pereira, Benjamim - A alfaia agrícola portuguesa, Lisboa, I.A.C., 1976, p.14.
- (24) Braudel, Fernand - Civilização material e capitalismo séc.XV-XVIII, tomoI, Lisboa, Cosmos, 1970, p.92.
- (25) S.Romão, Vilarinho de - O Minho e as suas culturas, Lisboa, Imp. Nacional, 1902, p.131.
- (26) É o caso do mosteiro de Bustelo. (Cf. Maia, Fernanda P.F.O.S. - O mosteiro de Bustelo: Propriedade e produção agrícola no Antigo Regime (1638-1671 e 1710-1822), Porto, 1989, p.114).
- (27) Nos prazos que mantiveram a mesma numenclatura desde 1530 até 1789 verificamos que os foros em trigo se mantiveram, sinal de que o seu

cultivo só se efectuava porque o mosteiro exigia o pagamento de foros em trigo. (Cf. quadros no fim da segunda parte).

- (28) A.D.B., C.S.B., Ganfei, E. nº89-90, Contas do Recebedor

- (29) Conferir capítulo II da primeira parte.

- (30) Silbert, Albert - Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime - XVIII - début du XIX siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée, vol.II, Lisboa, I.N.I.C., 1978, p.484 "4 à 6 semences constituent un rendement moyen".

- (31) Pérez Garcia - o.c., p.207.

- (32) Silbert, Albert - o.c., p.484.

- (33) Goubert, Pierre - 100 000 Provinciaux au XVII siècle, Paris, Flammarion, 1968, p.125.

- (34) Pérez Garcia, J.M. - La agricultura gallega de mediados del siglo XVIII a través de sus rendimientos. Una respuesta alternativa, in "Congreso de

História Rural. Siglos XV al XIX", U.C.M., 1984, p.438.

- (35) Conferir parte I, capítulo II.

- (36) Santos, Maciel Moraes - Capital e Mais-Valia na Agricultura - A Quinta de Moreira 1787-1828, (tese de mestrado dact.), Porto, 1987, p.69 (regista uma média de 1.8).

Oliveira, Aurélio de - o.c., vol.II, p.568 (regista uma média de 1.4).

- (37) Santos, Maciel Moraes - o.c., p.67, refere a rentabilidade média do milho 1.25.

- (38) Braudel, Fernand - o.c., p.131.

- (39) Ribeiro, Orlando - Geografia de Portugal, vol. IV, Lisboa, Sá da Costa, 1987, p.1005.

- (40) Marques, A.H. de Oliveira - Introdução à História da Agricultura em Portugal, Lisboa, Cosmos, 2ª edição, 1968, p.66.

- (41) Marques, A.H. de Oliveira - Milho, in "Dicionário de História de

Portugal", vol.IV, ed.c., p.299.

- (42) Idem, Centeio, in "Dic. Hist. de Portugal", vol.II, ed. c., p.38.
- (43) Oliveira, Aurélio - o.c., vol.II, p. 566.
Maia, Fernanda Paula F. O. de Sousa - o.c., p. 120
- (44) Oliveira, Aurélio - o.c., vol.I, p.22.
- (45) No mosteiro de Bustelo em 1767/70 ainda está bem patente a crise, enquanto que em Ganfei, neste período ela já tinha sido debelada. (Cf. Maia, Fernanda P. F. O. de Sousa - O Mosteiro de Bustelo: Propriedade e Produção Agrícola no Antigo Regime (1638-71 e 1710-1822), Porto, 1989, p.121).
- (46) Pérez Garcia, J.M. - o.c., p.416.
- (47) Labrousse, Ernest - La crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime, Paris, P.U.F., 1944, p.LI.
- (48) S.Romão, Vilarinho de - Portugal Agrícola, Porto, ed.Lugan e Genelioux, 1890, p.173.

- (49) Vandelli, Domingos - Memoria sobre a Agricultura deste Reino, e das suas conquistas, in "Memorias da Academia R.C. de Lisboa", tomoI, Lisboa, 1789, p.165.
- (50) S.Romão, Visconde Vilarinho de - O Minho e as suas culturas, ed.c., p.179.
- (51) Idem, ibidem.
- (52) Lobo, Constantino Botelho de Lacerda - Memoria sobre a cultura das vinhas em Portugal, in "M.E.A.R.C.L." tomo II, Lisboa, 1790, p. 21.
- (53) Oliveira, Aurélio de - o.c., p.623.
- (54) S. Romão, Visconde Vilarinho de - Portugal Agrícola, ed.c., p.357.
- (55) Castro, João Baptista de - Mappa de Portugal Antigo e Moderno, tomoI, Lisboa, 1762, p.29.
- (56) S.Romão, Visconde Vilarinho de - O Minho e as suas culturas, ed.c., p.115.

- (57) Idem, Portugal Agrícola, ed.c., p.358-360.
- (58) Idem, O Minho e as suas culturas, ed.c., p.116.
- (59) A.D.B., C.S.B., Ganfei, Estados nº89-90.
- (60) Sousa Miguel, Carlos F.M. de - Feijão, in "Dicionário de Hist. de Portugal", vol.IV, ed.c., p.539.
- (61) Eiras Roel, Antonio - Evolucion del producto decimal en Galicia a finales del Antiguo Regimen: primeras series diezmales, in "Actas de las I jornadas de metodología aplicada de las Ciencias Historicas. III - Historia Moderna", Santiago de Compostela, Universidade de Santiago, 1975, p.51.
- (62) Idem, ibidem.
- (63) Le Roy Ladurie, E; Goy, Joseph - Les fluctuations du produit de la dîme, Paris, Mouton, 1969.
- (64) Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada às Ciencias Historicas,

Santiago de Compostela, Universidade de Santiago, 1975.

- (65) Oliveira, Aurélio de - A Abadia de Tibães 1630/80 -1813 Propriedade, Exploração e Produção Agrícolas no Vale do Cávado Durante o Antigo Regime, vol.II, Porto, 1979.
- (66) Le Roy Ladurie, E., Goy, Joseph - Présentation, in "Les fluctuations du produit de la dîme", Paris, Mouton, 1969, p.12.
- (67) Oliveira, Aurélio de - Mercados a Norte do Douro. Algumas considerações sobre a história dos preços em Portugal e a importância dos mercados regionais: (séc.XVII - XVIII), in "Revista da Faculdade de Letras", História, II Série, vol.II, Porto, 1985, p.101.
- (68) Godinho, Vitorino Magalhães - Prix et Monnaies au Portugal, 1750-1850, Paris, A. Colin, 1955.
- (69) Oliveira, Aurélio de - Mercados..., p.103.
- (70) Le Roy Ladurie, E.; Goy, Joseph - Présentation, in "les fluctuations du produit de la dîme", ed. c., p.13-14.

- (71) Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de - Elucidário das Palavras, Termos e Frases..., tomoI, Lisboa, 1798, p.345
- (72) Idem, ibidem.
- (73) Almeida, Fortunato de - História da Igreja em Portugal, vol.II, Barcelos, 1970, p.113.
- Torres, Ruy d'Abreu - Dízimos Eclesiásticos, in "Dic. de Hist. de Portugal", vol.II, Porto, Liv.Figueirinhas, 1989, p.328.
- (74) Torres, Ruy d'Abreu - o.c., p.328.
- (75) Lobão, Manoel de A. e Sousa de - Dissertações sobre os Dízimos Ecclesiasticos, e Oblações Pias, Lisboa, Imp.Regia, 1816, p.23.
- (76) Torres, Ruy d'Abreu - o.c., p.328.
- Almeida, Fortunato de - o.c., p.114.
- (77) Barros, Henrique da - História da Administração Pública em Portugal, tomoII, Lisboa, Sá da Costa, 1945, p.368.

- (78) Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de - o.c., p.346.
- (79) Lobão, Manoel de A. de Sousa de - o.c., p.29.
- (80) Oliveira, Aurélio de - o.c., vol.II, p.405.
- (81) Idem, ibidem, p.406.
- (82) Idem, ibidem.
- (83) Idem, ibidem, p.411.
- (84) Já se levantavam por todo o lado vozes de protesto, mesmo dentro do próprio clero. (Cf. Oliveira, Aurélio de -o.c., p.411-412).
Rives, Jean - Dîme et société dans L' Archevêché D' Auch au XVIII^e siècle, Paris, Bibliotheque National, 1976, p. 145-162.
- (85) O apelido de anticlerical ou heterodoxo era muito pesado na época.
- (86) Martins, Oliveira - Portugal Contemporâneo, Mem Martins, vol.I, cap. V, livro III, publ. Europa - América, p.355.

- (87) Oliveira, Aurélio de - o.c., vol.II, p.374.
- (88) Idem, ibidem, p.375.
- (89) A.D.V. do Castelo, Notas de Tabelaão, Livros 4.55.1.2, e 4.57.2.31.
- (90) A.D.V.C., Notas de Tabelaão, Livro 4.57.2.31, p.35.
- (91) A.D.V.C., Notas de Tabelaão, Livro 4.55.1.2, p.81v.
- (92) A.D.V.C., Notas de Tabelaão, Livro 4.57.2.31, p.35.
- (93) Nos dois contratos de arrendamento assim acontecia. (Cf A.D.V.C., Lº 4.55.1.2, p.81V e Lº 4.57.2.31, p.81v).
- (94) Idem, ibidem.
- (95) A.D.V.C., Livro 4.55.1.2, p.81v-82, e Lº 4.57.2.31,p.35.
- (96) Idem, ibidem.

- (97) A.D.V.C., Livro 4.55.1.2., p.81v.
- (98) A.D.V.C., Livro 4.57.2.31, p.35.
- (99) A.D.V.C., Livro 4.55.1.2., p.82.
- (100) A.D.V.C., Livro 4.55.1.2., p.82.
- (101) A.D.V.C., Livro 4.55.1.2., p.82.
- (102) A.D.V.C., Livro 4.55.1.2., p.83.
- (103) A.D.V.C., Livro 4.57.2.31., p.35v.
- (104) Idem, ibidem.
- (105) Eiras Roel, Antonio - o.c., p.58.
- (106) Idem, o.c., p.59.
- (107) Oliveira, Aurélio de - o.c., vol.II, p.448.

- (108) Idem, ibidem, p.398.
- (109) Eiras Roel, Antonio - o.c., p.71.
- (110) Daí muitos destes rendeiros dos dízimos irem parar às prisões. (Cf. Eiras Roel, Antonio - o.c., p.63).
- (111) Oliveira, Aurélio - o.c., vol.II, p.432.
- (112) Le Roy Ladurie, E. ; Goy, Joseph - Présentation, in "Les fluctuations du produit de la dîme", Paris, Mouton, p.12.
- (113) Idem, ibidem.
- (114) Oliveira, Aurélio - o.c., vol.II, p.417.
- (115) Le Roy Ladurie, E.; Goy, Joseph - o.c., p.12, nota 1.
Oliveira, Aurélio - o.c., vol. II p.417.
- (116) Oliveira, Aurélio de - Contabilidades monásticas e produção agrícola

durante o antigo regime, in Sep. de "Actas do Colóquio de História Local e Regional", Santo Tirso, 1982, p.151.

- (117) Reis, António P. de Matos - O preço dos cereais em Ponte de Lima (1625-1925), in sep. do "Almanaque de Ponte de Lima", 1980, p. 9 à 12.
Idem, Preços na Ribeira Lima (séculos XVII-XX), in "Revista do C.E.R.", Viana do Castelo, 1986, p. 172 à 181.
- (118) Arquivo da Misericórdia de Caminha, Livros de Receitas.
- (119) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E. 1641-1656.
- (120) Como por exemplo Tibães. (Cf. Oliveira, Aurélio de - o.c., vol.II, p.397.)
- (121) Oliveira, Aurélio de - Rendas e arrendamentos da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães (1684-1731), sep. do vol. II das " Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada ", Guimarães, 1981, p.114.
- (122) Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de - o.c., p.349.

- (123) Para que a comparação fosse possível, tivemos que converter as quantidades de cereal de alqueires para reis.
- (124) Um dos autores que se distinguiu pela sua posição crítica foi George Frêche. Conferir Frêche, George - Toulouse et la Région Midi-Pyrénées au Siècle des Lumières vers 1670-1789, Mayenne, 1974.
Idem, Dîme et production agricole: remarques methodogiques à propos de la région de Toulousaine, in " Les Fluctuations...", ed.cit, p.214-224.
- (125) Aurélio de Oliveira cita mais algumas críticas. Cf. Oliveira, Aurélio de - o.c., vol.II, p.420-22.
- (126) Seguindo a metodologia de Aurélio de Oliveira. (Cf. Oliveira, Aurélio de - o.c., vol.II, p.467.)
- (127) A.B.B., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1659.
- (128) Meireles, Fr. Antonio da Asumsão - Memorias para a História Geral da Congregação..., 1796, Ms. 364, B.P.M.P.. (10) Instrumento dos Padres do Mosteiro de Ganfey, dos danos, que no tempo da guerra se fizeram no dito convento, fl.n/n.

- (129) Conferir quadros 1 e 2 e gráficos 1,2,3,4.
- (130) Eiras Roel, António - Producción y precios agrícolas en la Galicia atlántica en los siglos XVII-XVIII. Un intento de aproximación a la coyuntura agraria, in "Congreso de Historia Rural, Siglos XV al XIX", U.C.M., 1984, p.406.
- (131) Conferir os gráficos 1,2,3,4.
- (132) Labrousse, Ernest - La crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution, Paris, P.U.F., 1944, p.XXIX.
- (133) Oliveira, Aurélio de - Mercados a Norte do Douro. Algumas considerações sobre a história dos preços em Portugal e a importância dos mercados regionais: (séc. XVII-XVIII), in "Revista da Faculdade de Letras", História, II Série, vol.II, Porto, 1985, p.98.
- (134) Silbert, Albert - Do Portugal de antigo Regime ao Portugal oitocentista, Lisboa, Liv.Horizonte, 1972, p.11.
- (135) Eiras Roel, A.; González, R. Usero - Precios de los granos en Santiago de

Compostela y Mondoñedo: siglo XVIII, in "Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Historicas - III - Historia Moderna", Santiago de Compostela, 1975, p.661.

(136) Idem, ibidem.

(137) Botelho, J. Nicolau Raposo - Diccionario das Moedas, Pesos, Medidas e Informações Commerciaes de todos os Paizes, Lisboa, 1895, p.193.

(138) Oliveira, Aurélio - Elementos para a história dos preços na região bracarense (1680-1830), in "Bracara Augusta", vol.XXV-XXVI, p.141.

(139) Justino, David - Crises e "Decadência" da Economia Cerealífera Alentejana no Século XVIII, in "Revista de Hist. Económica e Social", nº7, Janeiro - Junho, 1981, p.50.

(140) Oliveira, Eduardo Freire de - Elementos para a História do município de Lisboa, Lisboa, 1898, p.472-473.

(141) Oliveira, Aurélio de - o.c., p.141.

- (142) Justino, David - o.c., p.51.
- (143) Idem, ibidem.
- (144) Oliveira, Aurélio de - A Abadia de Tibães..., vol.II, p.486.
- (145) Eiras Roel, Antonio - Producción y precios agrícolas en la Galicia atlántica en los siglos XVII-XVIII. Un intento de aproximación a la coyuntura agraria, in "Congreso de História Rural, siglos XV al XIX", U.C.M. 1984, p. 408.
- Labrousse, E. - La crise de l'économie Française à la fin de l'Ancien Régime e au début de la Révolution, Paris, P.U.F., 1944, p. 321 e segs.
- (146) Oliveira, Aurélio de - o.c. vol. II, p.487-506.
- (147) Macedo, Jorge Borges de - A situação económica no tempo de Pombal, Lisboa, Gradiva, 1989, p. 141.
- (148) Oliveira, Aurélio de - o.c., p.489.
- (149) A.D.B., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1641, 1644, 1646, 1650, 1653, 1656.

- (150) Oliveira, Aurélio de - o.c., vol.II, p.488-89.
- (151) Conferir o capítulo sobre o clima.
- (152) Oliveira, Aurélio de - o.c., vol.II, p.567.
- (153) Eiras Roel, Antonio - Producción y precios agrícolas en la Galicia atlántica en los siglos XVII-XVIII. Un intento de aproximación a la coyuntura agrária, in " Congresso de Hist. Rural siglos XV al XIX ", U.C.M.,1984, p.408.

4ª PARTE

CAPÍTULO VII

RENDAS SENHORIAIS

A renda será aqui abordada num sentido lato, ou seja, abrange todas as imposições que impendiam sobre a terra e, não somente, aquela porção de produção paga pelo rendeiro ao proprietário da terra pelo usufruto útil da mesma. Engloba por conseguinte, tudo o que o camponês pagava onerasse a terra ou a pessoa como tal, daí incluirmos nesta rubrica os foros mas também os laudémios ou domínios e as ltuosas, excluimos os dízimos por já terem sido abordados.

As rendas, assim consideradas, não recaiem somente sobre o produto da terra, o que lhes confere uma dinâmica própria, podendo evoluir independentemente dela. Pois acontece com frequência elas subirem e atingirem os seus pontos altos em épocas de contracção da produção, porque são normalmente épocas de altos preços (1).

O clero como possuidor de enormes bens fundiários era o grupo social mais eminentemente rentista (2). Assim acontecia com o mosteiro de Ganfei, que auferia grandes rendas que lhe advinham dos muitos bens de raiz

que possuía, e que arrendava em troca de uma pensão anual. Estas rendas permitiam-lhe viver com um certo desafogo económico, e possibilitaram fazer inovações e investimentos na casa e nos seus domínios directos.

A contabilidade que os monges nos deixaram permitiu-nos quantificar o montante das rendas que recebiam, o que fornece mais um elemento de aproximação ao cômputo geral dos proventos das classes possidentes durante o Antigo Regime. Elucidou-nos também quanto ao peso que tinham nas suas receitas globais. Só nenhuma referência possuía que nos esclarecesse quanto à cota que ficava na mão dos rendeiros. Determinar essa parte é muito difícil e, segundo Albert Silbert torna-se um problema que "*peut difficilement être résolu dans le cadre national*" (3). De concreto, apenas se pode saber é que os camponeses com as suas rendas sustentavam os grandes senhorios, vivendo a maioria das classes laboriosas no limiar da subsistência (4), e tendo muitas vezes que desistir das terras por não as poderem pagar (5).

As receitas provenientes destas rendas eram canalizadas para o depósito e, constituíam uma parte considerável das entradas a dinheiro no mosteiro, só ultrapassadas pelos dízimos. É pois, a estes ingressos cobrados por Ganfei que vamos de seguida dedicar a nossa atenção.

Comecemos por analisar o comportamento de alguns géneros, provenientes das rendas impostas sobre foros, resultantes dos arrendamentos de

longa duração, e que ficaram registados nos livros do Recibo (6).

Foros em Géneros - Recebiam géneros de toda a espécie, mas não os vamos aqui destacar porque se mantem praticamente invariáveis ao longo de toda a série (7). Os que demonstram algumas oscilações são os cereais, vinho e azeite. Não obstante, a característica fundamental das séries em natura é a estabilidade, precisamente porque estes foros são estipulados aquando da realização dos contratos de arrendamento e duram cerca de 25-30 anos.

Consideremos, agora, cada um dos géneros mais pormenorizadamente.

TRIGO - Tem uma série muita homogénea, sem quebras abruptas. Durante o século XVII as quantidades recebidas oscilaram entre os 553 e 595 alqueires, tendo o valor mais elevado sido registado no ano de 1683. O século XVIII inicia-se com uma subida de 31 alqueires, ou seja, 626 alqueires que se mantem até 1770, altura em que este valor volta a subir até os 656 alqueires, subindo ainda mais nos três triénios subsequentes. Estabiliza nos 758 alqueires entre 1783 e 1801, tem uma ligeira quebra entre 1804 e 1813 após o que regressa aos 758 alqueires. Os anos críticos do século XIX também aqui estão evidenciados, com uma baixa nos montantes recebidos, o que significa, que as condições climáticas adversas e as perturbações políticas afectaram

FOROS EM GÊNEROS

UNIDADES DE MEDIDA: TRIGO, SEGUNDA-ALQUEIRE, AZEITE-QUARTILHO, ALMUDE, VINHO-CABº, ALMUDE, CANª, PIPA, Qº

ANOS	TRIGO	SEGUNDA	AZEITE	VINHO
1629	555	6020		
1632	558	6015		540 cº
1638	558	6451,5		540 cº
1641	558	6451,5		540 cº
1644	558	6636		540 cº
1650	553,5	6615		540 cº
1653	553,5	6543		540 cº
1656	556,5	5867,5		540 cº
1659	553,5	5875,5		240 cº
1665	555	5874		540 cº
1668	555	6765		540 cº
1671	555	5880		540 cº
1683	594,75	6750		499 cº
1716	625,5	6849	3 qº	525 cº 4,5 cª
1722	625,5	7142	3 qº	525 cº
1725	625,5	7141	3 qº	525 cº
1728	625,5	7141	3 qº	525,5 cº
1731	625,5	7141	3 qº	525 cº 3 cª
1734	625,5	7141	3 qº	525 cº 3 cª
1740	625,5	7168	3 qº	525 cº 3 cª
1743	625,5	7141	3 qº	525 cº 3 cª
1746	625,5	7141	3 qº	525 cº 3 cª
1748	417	4760,5	2 qº	350 cº 2 cª
1752	834	9530,5	1 qº	677 cº 4 cª
1755	625,5	7141	3 qº	525 cº 3 cª
1758	625,5	7141	3 qº	525 cº 3 cª
1761	625,5	7141	3 qº	515 cº 3 cª
1764	625,5	7141	3 qº	515 cº 3 cª
1767	625,5	7141	3 qº	525 cº 3 cª
1770	655,5	7141	3 qº	560,5 cº 11 cª
1773	782	6920	3 qº	15,5 cº
1776	752	6920	3 qº	631,5 cº 3 cª
1780	1009	9226	4 qº	842,5 cº
1783	758	6561	3 qº	631,5 cº 9 cª
1786	758	6920	3 qº	631,5 cº 9 cª
1789	758	6920	3 qº	631,5 cº 9 cª
1792	758	6920	3 qº	631,5 cº 9 cª
1795	758	6920	3 qº	315 alq 11 cª
1801	758	6916	3qº + 94,5	1175 alq 11 cª
1804	666	6876	40 qº + 151	786 alq 11 cª
1807	668	6916	3qº + 85	1175 alq 11 cª
1810	668	6916	31qº + 63	603 alq 5 cª
1813	698	6916	3qº + 89,5	703 alq 5 cª
1816	758	6916	3qº + 75	865 al 11 cª
1819	758	6916	3 qº + 72,5	885 al 11 cª
1822	758	6916	3 qº + 48	1035 alq 11 cª

consideravelmente os pagadores de foros.

SEGUNDA - A série deste cereal apresenta um comportamento muito similar à do trigo. Verificam-se pequenas oscilações em alguns triénios mas, no geral, o que pauta a série é também a estabilidade. É no século XVII que as quebras ou aumentos são mais notórias, verificando-se no triénio de 1656 uma descida de 676 alqueires, relativamente ao triénio anterior. Recuperada a renda de segunda em 1668 atinge 6756 alqueires, o valor mais alto do século XVII que é coincidente com o triénio em que a série do trigo também regista o maior valor, volta a descer no triénio subsequente para os 5880 alqueires, isto é, menos 876 alqueires. As explicações podem ser várias: quebra de produção, não pagamento de rendas ou coincidir com períodos em que não se renovaram prazos.

No século XVIII distinguem-se dois períodos: de 1722 a 1770, em que receberam 7141 alqueires de renda e de 1793 a 1795 em que o valor da renda de segunda foi de 6920 alqueires. Neste período verificou-se uma baixa de 221 alqueires. Estes dados não são elucidativos das variações de produção, nem reflectem os períodos críticos pois mantem-se inalteráveis por muitos anos.

No século XIX, as rendas continuam praticamente idênticas às do segundo período do século XVIII, apenas diminuem em quatro alqueires, o que equivale a 6916 alqueires.

Consideremos agora mais duas séries de rendas em géneros: o vinho e o azeite.

VINHO - A série do vinho já se apresenta com alterações mais marcantes. Em 1659 tem uma quebra de 300 cabaços relativamente aos triénios anteriores. Em 1683 uma nova baixa mas desta vez de menor amplitude, apenas menos 41 cabaços. Em todos os outros triénios do século XVII a renda de vinho foi de 540 cabaços.

O século XVIII apresenta valores estáveis até 1758 - 525 cabaços - portanto, houve uma ligeira baixa nas rendas do mosteiro na primeira metade do século. Os triénios de 1761 e 1764 apresentam médias ainda mais baixas. Após este período as rendas sobem até os 631,5 cabaços até o final do século, prolongando-se a tendência para a alta por todo o século XIX. É em 1804-1807 que se registam os valores mais baixos mas, mesmo assim, são mais altos que em todos os triénios dos séculos anteriores. Isto significa um aumento na renda do vinho que não foi acompanhada pelos cereais.

AZEITE - Este era um produto de extrema importância para o mosteiro, daí os cuidados e intensificação constante da cultura nas terras passais. No entanto, durante o século XVII o mosteiro não conseguiu impor esta renda aos seus foreiros. É só a partir de 1716 que registam algumas entregas no Recibo

provenientes de foros mas em quantidades irrisórias, não passam de 3 quartilhos. Portanto, o seu comportamento é muito apagado no contexto das rendas até o século XIX.

O plantio de oliveiras deve ter-se intensificado nas terras foreiras ao longo do século XVIII, pois no século XIX verifica-se uma subida substancial das rendas neste género (ver quadro 1).

Que representavam estas rendas em natura no cômputo dos géneros provenientes da exploração directa?

Comecemos pelos cereais - Tanto o trigo como a segunda provenientes de foros constituíam a esmagadora maioria das entradas em géneros no Recibo do mosteiro, embora as receitas de segunda sejam incomparavelmente mais elevadas. É que o trigo não era cultura que atraísse os camponeses à sua plantação, pois não tendo as condições adequadas de produção tornava-se prejudicial. Por essa razão só por imposição do mosteiro o cultivavam ou pagavam. Por outro lado esta cultura tinha todo o apreço e atenção dos religiosos deste mosteiro, o que justifica o espaço que lhe destinavam e as quantidades de cereal que recolhiam. Em 1644 63,7% das entradas do trigo provieram das colheitas dos passais, suplantou, portanto, o volume dos foros. O mesmo aconteceu em 1731 (56,4%), 1734 (64,5%) e 1767

(64,7%). Nos restantes triénios as entradas de trigo provenientes dos foros sobrepuseram-se à produção das terras de domínio directo. Apesar da produção directa ser elevada ainda era o trigo das rendas que enchia maioritariamente os celeiros do mosteiro, em maior ou menor percentagem consoante as boas ou más colheitas.

Contrariamente ao trigo, o cereal de segunda proveniente dos passais representava no cômputo das entradas deste cereal uma percentagem ínfima. A segunda proveniente dos foros rondou de 1629 a 1644 os 95%. Durante o século XVIII essa percentagem foi de 80%. A partir de 1813 como se verificou um maior investimento em sementes de segunda nos domínios directos diminuiu um pouco o peso da que provinha das rendas, mesmo assim ainda representou 70% do total.

VINHO - Até o século XVIII as imposições de vinho verde nas rendas eram muito baixas. A produção directa de vinho era substancialmente mais elevada até o final desse século. De foros não recebiam mais que 13 pipas de vinho, enquanto que a colheita directa chegava às 34 pipas, portanto 61,8% do total. A partir de 1801 aumentam extraordinariamente as rendas em vinho o que não aconteceu com os cereais. Será que a impossibilidade de fazer aumentos nas rendas em cereais, levaram os monges a fazer mais exigências em vinho? Ou será que a venda do vinho se tornou altamente rentável?

O aumento das rendas no final do século XVIII só é detectável em Ganfei para o vinho e azeite. Não havendo aumento das áreas destinadas à produção de cereais, tornava-se incomportável a exigência de rendas nesses géneros, daí, talvez, a imposição de maiores quantidades de vinho e azeite, porque certamente aí era possível.

AZEITE - O azeite proveniente das rendas não teve peso significativo nas entradas no Recibo até o século XIX, altura em que suplantam a produção directa.

Conclui-se desta abordagem que as rendas são o grande sustentáculo deste mosteiro, tal como acontecia com outros grandes senhorios (8).

As terras de arrendamento possibilitaram-lhe o abastecimento dos principais géneros agrícolas como sejam os cereais, permitindo aos monges de Ganfei inovar e diversificar as culturas dentro do seu domínio directo. Assim aconteceu com os pomares, olivais, vinhas, e feijão que intensificaram dentro da Cerca, bem como a criação de gado (9).

Observemos agora a evolução das rendas em numerário, começando pelos Foros a Dinheiro.

RENDAS EM DINHEIRO (reis)

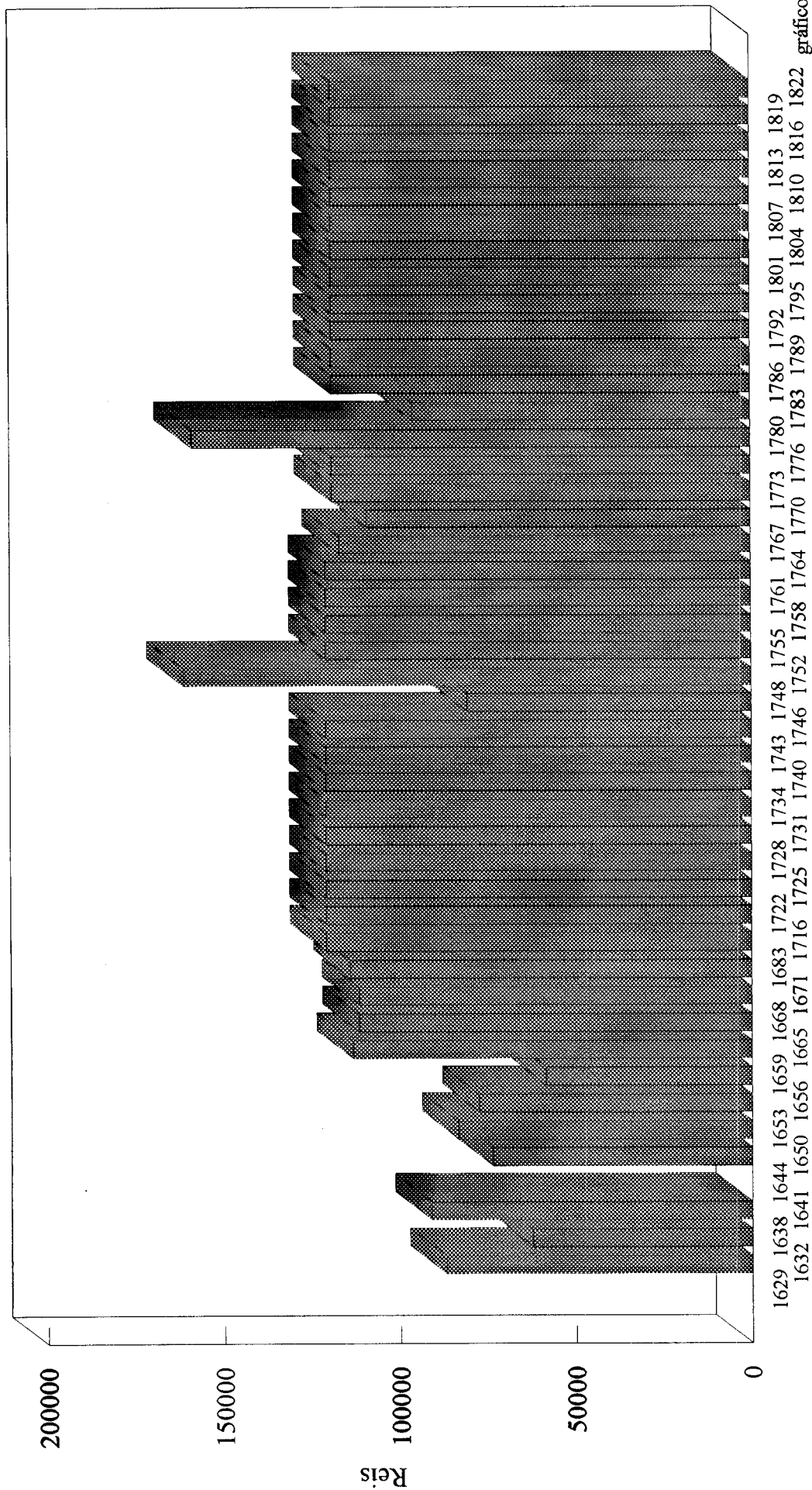
ANOS	FOROS	DOMÍNIOS	LUTUOSAS
1629		30.595*	*
1632	86.877	2.890	
1638	62.289		
1641	91.065	7.996	
1644		57.750	
1650	73.666	14.320	
1653	83.437	17.404*	*
1656	77.550	102.318	14.116
1659	58.467	4.460*	*
1665	113.305	21.557	18.141
1668	111.606	17.330*	*
1671	111.656	25.430*	*
1683	114.201	40.940	20.000
1716	120.834	68.206	
1722	120.834	100.000	87.407
1725	120.834	64.190	46.712
1728	120.864	175.965	78.400
1731	120.864	176.769	35.521
1734	120.864	94.649	11.462
1740	120.864	232.434	4.105
1743	120.864	90.731	3.136
1746	120.864	151.445,5	66.844
1748	80.576	39.984	50.932
1752	161.152	87.792	31.980
1755	120.864	107.752	33.280
1758	120.864	108.372,5	169.533
1761	120.864	346.983	41.800
1764	120.864	84.700	3.250
1767	116.914	149.233	20.080
1770	109.014	124.001	8.455
1773	119.016	14.790	14.130
1776	119.016	27.286	28.540
1780	158.688	61.501	19.557
1783	96.069	62.236	7.615
1786	119.016	25.212	10.340
1789	119.016	26.787	36.720
1792	119.016	487.240	14.750
1795	119.016	220.000	48.425
1801	119.016		
1804	119.016		
1807	119.016		
1810	119.016		
1813	119.016		
1816	119.016		
1819	119.016		
1822	119.016	231.700	29.480

Os montantes dos foros a dinheiro provinham dos arrendamentos de longa duração e, por isso, só sofriam actualizações pontuais. Quando havia renovação do prazo, geralmente, havia aumentos nas rendas (10), mas como os contratos duravam cerca de 25-30 anos elas mantinham-se por esse tempo, apresentando-se a série de Ganfei com grande estabilidade. Sendo assim, as variações curtas escapam-se-nos e com elas a real situação das rendas. Os períodos de inflação e subidas acentuadas de preços, diluem por completo a importância das cotas em dinheiro impostas sobre os prazos. A não possibilidade de reajustamento às alterações da moeda ou dos preços traduzia-se por perdas efectivas de rendas para o mosteiro.

Ao longo do século XVII existem oscilações na série dos foros, sendo a mais notória no triénio de 1659, com uma perda de 32.598 reis, relativamente ao valor mais alto do século, verificado em 1641 (91.065 reis). É um período em que o património ainda não está consolidado (11), daí que novas aquisições de terras ou redução de outras à cultura se traduzam por um aumento nas rendas. Por outro lado, o século XVII viveu períodos difíceis que levou muitas vezes os foreiros a desistirem das terras por não as poderem pagar (12), logo baixas nas entradas de foros. Durante a primeira metade do século XVIII temos um período de alta estacionária que se mantém até 1764, depois tem uma quebra visível em 1770 e mais acentuada ainda em 1783, pelo que retoma um valor estável que se prolonga pelo século XIX. Estes valores demonstram a

ENTRADAS EM DINHEIRO

FOROS



fixidez das rendas e o não reajustamento das mesmas, pois no final do século e princípio do XIX com a subida acentuada dos preços elas mantem-se, neste caso tem ainda uma ligeira queda, talvez reflexo de uma perda de interesse por este tipo de prestações. Uma vez que, em períodos inflacionarios estas rendas eram desvantajosas ao mosteiro, mas altamente benéficas para os foreiros, já que com quantidades menores de cereal podiam satisfazer a renda ao senhorio. Daí as rendas em natura trazerem todas as vantagens para o senhorio: em épocas de crise podia lucrar com os altos preços que os produtos agrícolas atingiam, em anos de abundância podia armazenar para vender em períodos de dificuldades.

Domínios ou Laudémios - Esta renda era constituída pela percentagem cobrada sobre as vendas e trocas de terras aforadas (13). Estas terras só podiam ser alienadas com expressa autorização do mosteiro e mediante o pagamento do montante estipulado no contrato (14).

A origem desta prestação remonta a tempos imemoriais constituindo direito consuetudinário, e teve longa vigência dentro do direito enfiteuta português (15).

Era uma imposição pesada que podia chegar muitas vezes a metade do preço de venda (16). Nos bens do concelho podia ir de 2,5% a 10% (17), e nos bens das ordens religiosas o seu montante era normalmente de 1/3 e 1/4 (18). A percentagem cobrada nos domínios do mosteiro de Ganfei era

maioritariamente de 20%, designada por eles de Quinto (19). Mas outras percentagens eram praticadas com grande frequência pelo mosteiro, como a Quarentena (20). Era uma imposição mais leve, rondava os 10% mas, só os prazos menores dela beneficiavam (21).

O pagamento dos domínios ou Laudémios eram considerados pelos povos abusivos (22) e, intoleráveis quando eram de 5º, 4º ou 3º, pois não tinham em atenção as benfeitorias introduzidas no prédio (23). Tornavam-se, por conseguinte, um manancial de riqueza para os seus detentores e, tanto maior, pelo facto de eles terem direito de opção. Isto é, o mosteiro podia decidir se queria ser ele a comprar a terra, ou melhor, o domínio útil da mesma (24).

A terra nem sempre foi procurada com a mesma intensidade, essa busca dependeu muito da conjuntura, geral ou específica que se viveu. Alturas de inflação, em que a moeda perdia o seu valor real acentuavam o investimento em bens imobiliários, pois era um emprego mais seguro de capitais. Por sua vez esta procura ditava o valor da terra. Mas não só, o preço da mesma dependia, também, do estadio em que se encontrava o gozo das vidas. Se o prazo estivesse na 1ª vida a terra teria um valor, se na 2ª ou 3ª o seu valor ficaria reduzido a 2/3 ou 1/3 do valor real (25). Isto porque se encontrava mais próximo a junção dos dois domínios, o que representava acréscimo de renda ou opção pelo senhorio da mesma, e punha em causa a continuação do prazo por parte do comprador.

A localização das terras e a sua produtividade eram outros factores que contribuíam para a valorização das mesmas.

Vejamos agora a intensidade da procura da terra e, a mobilidade da mesma, pela série que elaboramos dos domínios recebidos pelo mosteiro entre 1629-1822.

Desde logo sobressaiem alguns períodos críticos nos ingressos de laudémios.

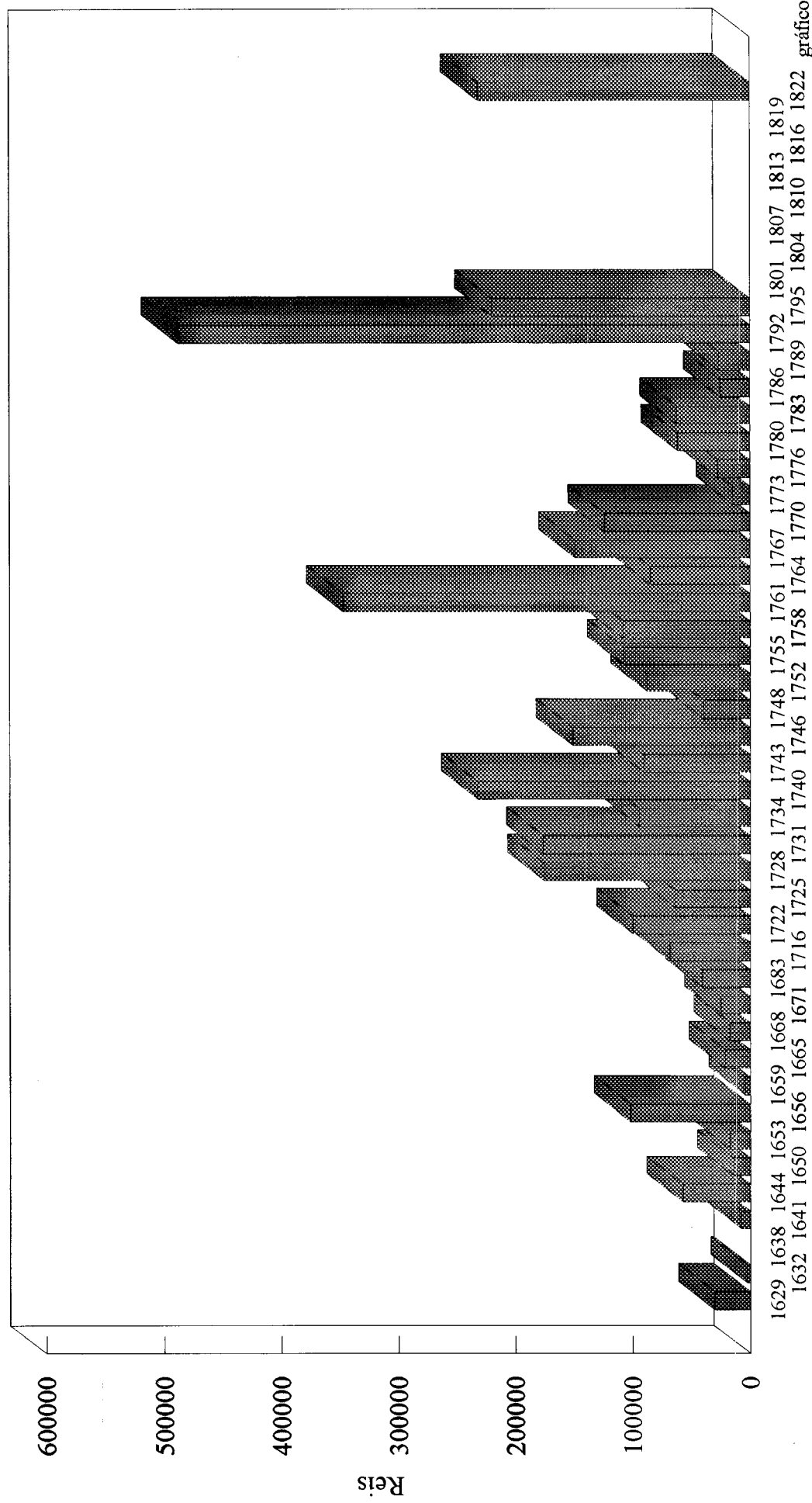
O primeiro verifica-se em 1632. A mobilidade ou aquisição de terras foi praticamente nula. O mosteiro só recebeu 2.890 reis proveniente desta renda.

Período difícil foi também o que se verificou no triénio de 1641 e 1659. Períodos críticos que se traduzem por volumes de laudémios reduzidíssimos (ver quadro 2). Reflectem, de certa forma, a crise vivida nestes anos que se seguiram às Guerras da Restauração, de que o mosteiro e esta zona foram palco activo. Numa época de instabilidade o desinteresse pela aquisição de terras é evidente.

Outro período de profunda depressão situa-se no triénio de 1773. Esta acentuada quebra, sem dúvida, espelha os efeitos da crise de produção de 1764-70. A recuperação desta fase só é efectiva em 1792. É o período do século XVIII, em que, se verifica a menor movimentação de terras, logo as mais baixas entradas de laudémios, apenas 14.790 reis, prolongando-se a baixa mobilidade

ENTRADAS EM DINHEIRO

DOMINIOS



por alguns triénios. Este facto só é explicado por uma quebra na procura de terras, motivada por desinteresse ou abandono, fraudes ou recusa de pagamento.

Em 1792 esta situação altera-se completamente. Esta fase de declíneo é totalmente superada, registando-se nesse triénio os valores mais altos de domínios ou laudémios.

A partir de 1795 temos uma lacuna de informação, que nos impossibilita verificar como se comportou a série nas duas primeiras décadas do século XIX. Escapa-se-nos, portanto, um período crítico como foi o das invasões francesas.

Nos restantes triénios a tendência geral foi para a alta, embora com oscilações. No século XVII não se atingem valores tão altos como no século XVIII. De destacar são os triénios de 1722-31, 1740, 1755-61 e 1792-95. Nestas fases é notória a procura de terra, talvez, em alguns momentos, resultante da pressão demográfica que por sua vez accionava a procura de terras, valorizando-as.

Através desta imposição e do direito de nas vendas poder optar o mosteiro tinha um total controle sobre as mesmas.

LUTUOSA - Era outra das rendas consignada nos contratos de arrendamento, e que significava o pagamento de uma pensão por morte de cada uma das vidas do prazo (26).

A sua origem entronca num costume medieval, que consistia em os

clérigos pagarem à Mitra uma importância determinada por morte dos beneficiados (27). Com o decorrer do tempo este costume generalizou-se e passou a ser cláusula fixa dos aforamentos. Pelo falecimento de cada vida o directo Senhorio recebia de lutuosa uma importância que podia ser igual ao foro anual (28), mas que variava conforme as zonas do país (29). O mosteiro de Ganfei cobrava de lutuosa a metade do foro anual (30) e, era paga impreterivelmente até um mês após o falecimento de cada uma das vidas (31). Portanto, independentemente do luto ou das dificuldades de pagamento tinham os foreiros que pagar esta imposição feudo-vassálica sob pena de perderem o prazo (32).

Esta renda não era para o mosteiro sistemática, pois dependia muito dos arrendamentos e do fluxo demográfico: já que quanto mais se morria maior o volume de ltuosas recebido.

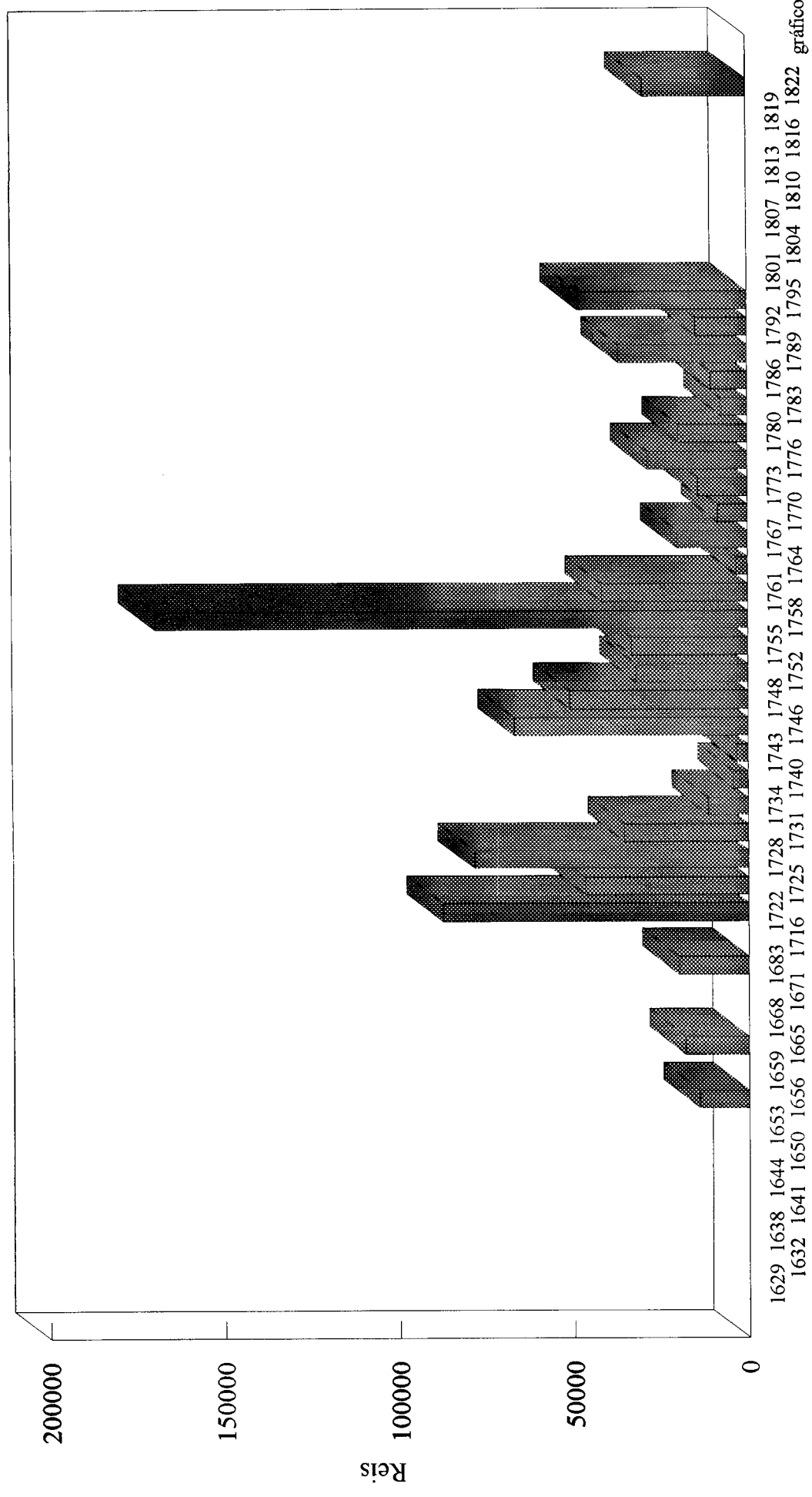
Observemos a evolução da série das ltuosas.

Os poucos valores que nos aparecem no século XVII são muito baixos, o que revela poucas mortes ou não pagamento desta imposição.

No século XVIII no geral os valores são baixos, destacando-se alguns triénios por apresentarem médias substancialmente mais elevadas. Como sejam: 1722 em que receberam 87.407 reis, 1728 com 78.400 reis, 1746 - 66.844 reis, e finalmente, 1758 em que o valor atinge o ponto máximo - 169.533 reis.

ENTRADAS EM DINHEIRO

LUTUOSAS



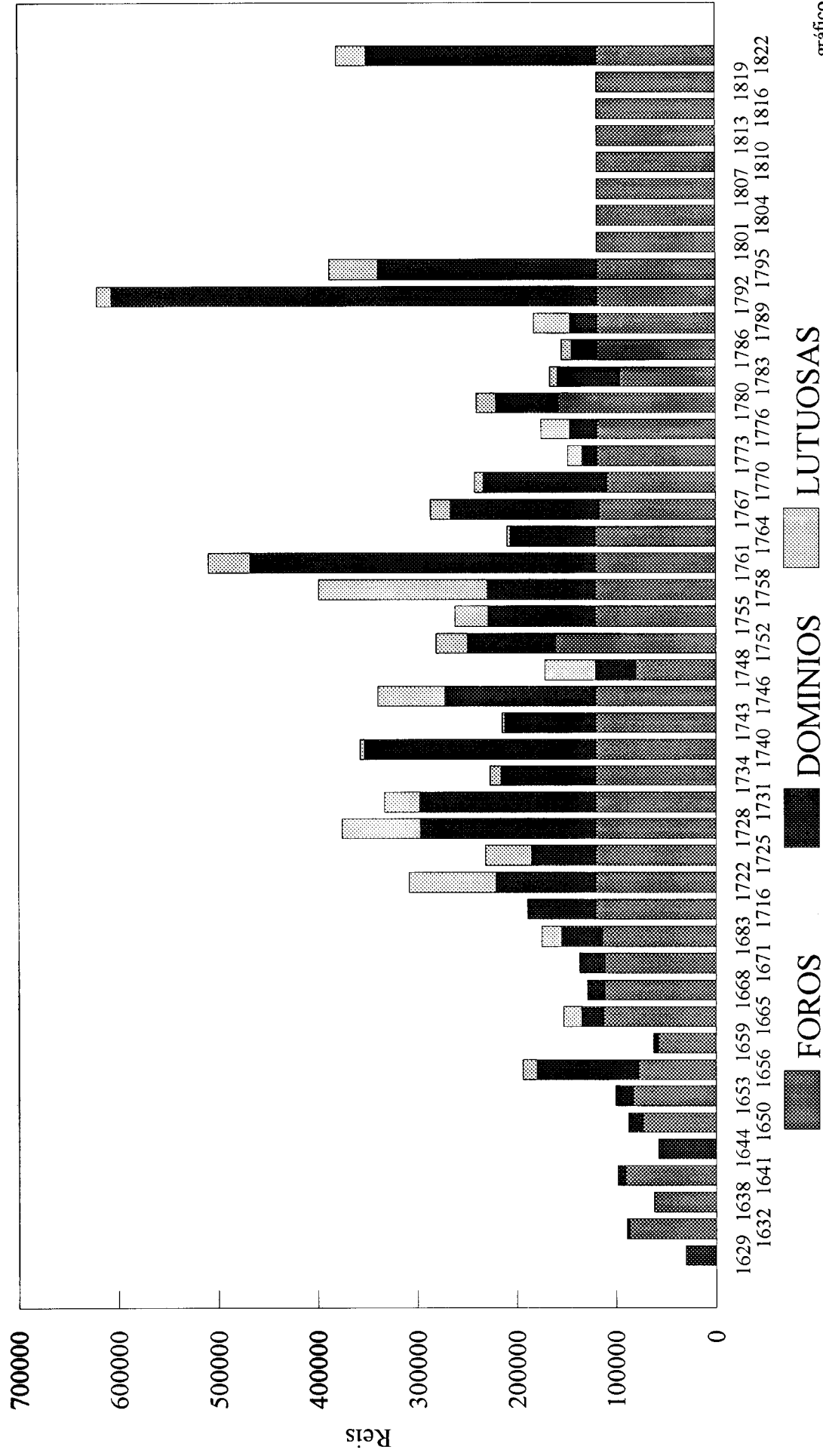
Esta elevada subida aponta para uma crise demográfica. Nos restantes triénios os valores foram inferiores a estes, sendo por vezes muito baixos como em 1740 (4.105 reis), 1743 (3.133 reis), 1764 (3.250), 1770 (8.455) e 1783 (7.615). Estas baixas de lutas entre 1764-70 demonstram que a crise agrícola não foi acompanhada de uma crise demográfica.

Para o século XIX não temos valores que permitam verificar a tendência da série.

Ao depósito iam parar outros ingressos nominais provenientes de rendas e também de vários géneros agrícolas. Além dos cereais, vinho e azeite que já analisamos, o mosteiro recebia de foros outros produtos como: mel, manteiga, castanhas, ovos, palha, peixe nomeadamente pescadas e lampreias, galinhas, frangos, carneiros, cabritos, capões, perdizes, que contribuíam para encher de dinheiro a caixa do depósito. Não os analisamos em pormenor porque eles tem um comportamento praticamente inalterável ao longo de todo o período estudado (33).

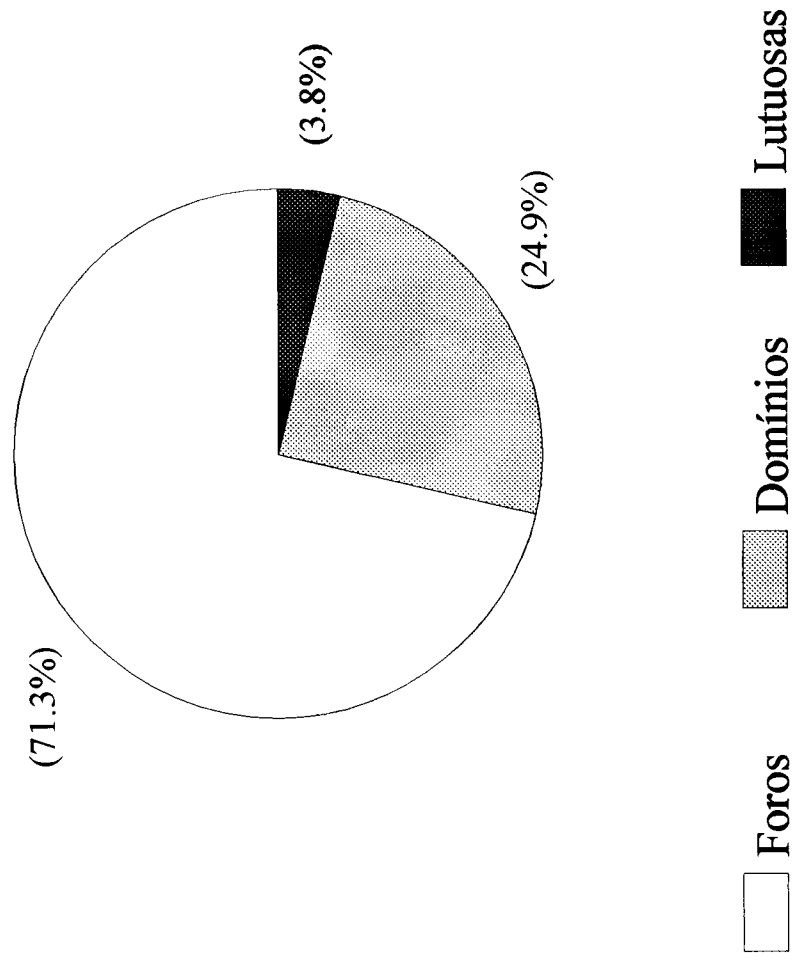
Uma importante fonte de receita do depósito provinha também dos Extraordinários, ou seja de vendas de vários géneros, mas essencialmente de carácter agrícola. Estes dados merecem-nos apenas uma observação, é o seu espectacular aumento nos finais do século XVIII e princípio do XIX, o que atesta a alta de preços verificada.

ENTRADAS EM DINHEIRO



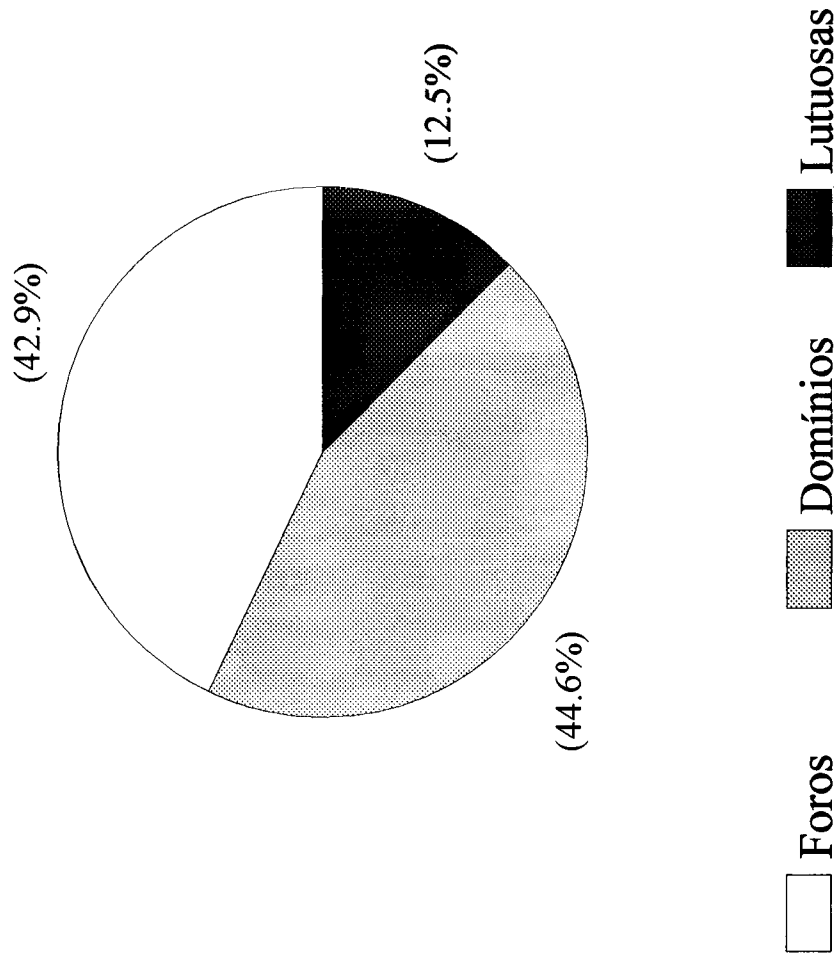
PERCENTAGEM EM DINHEIRO DA RENDA

Século XVII



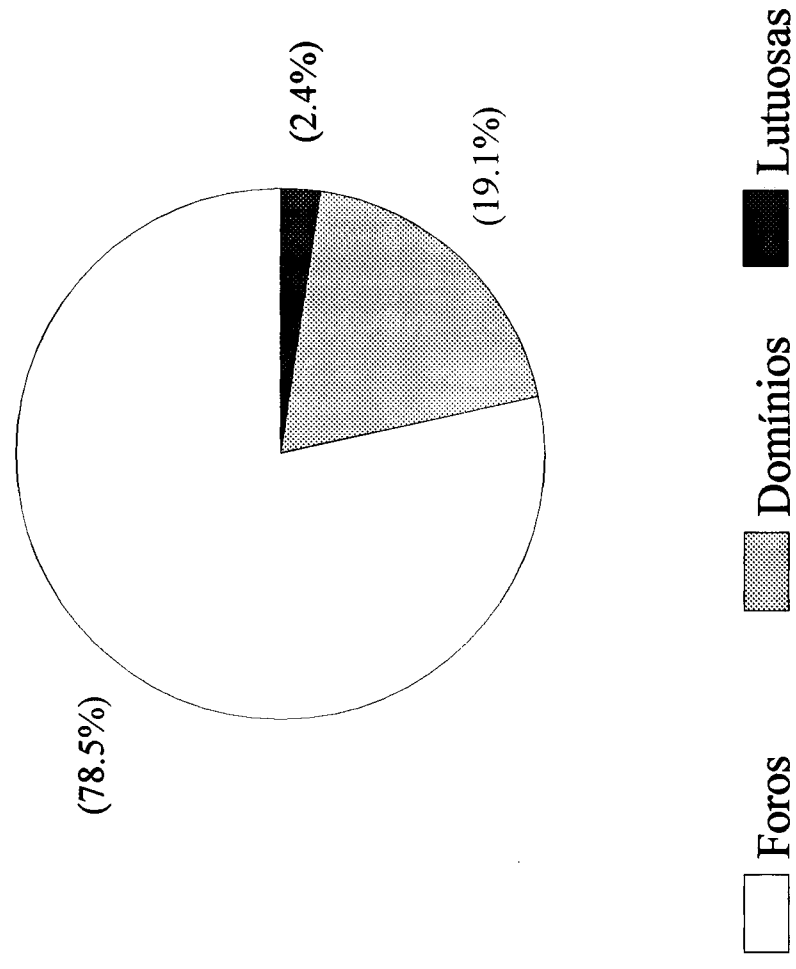
PERCENTAGEM EM DINHEIRO DA RENDA

Século XVIII



PERCENTAGEM EM DINHEIRO DA RENDA

Século XIX



As variações nas entradas do depósito vão possibilitar a umas administrações terem mais receitas que outras, investirem mais ou até deixarem mais dinheiro em caixa, os "alcances".

Vejamos, então, as oscilações das rendas através das receitas totais do depósito.

Começamos a série em 1629 com 2.347.681 reis, no triénio seguinte sobe mais 512.582 reis, para baixar até 1671, tendo em 1659 uma quebra pronunciada em relação ao primeiro valor, menos 1.474.541 reis, este é sem dúvida um triénio de crise, com uma baixa drástica nos rendimentos. A recuperação começa em 1683 com um aumento de 68%.

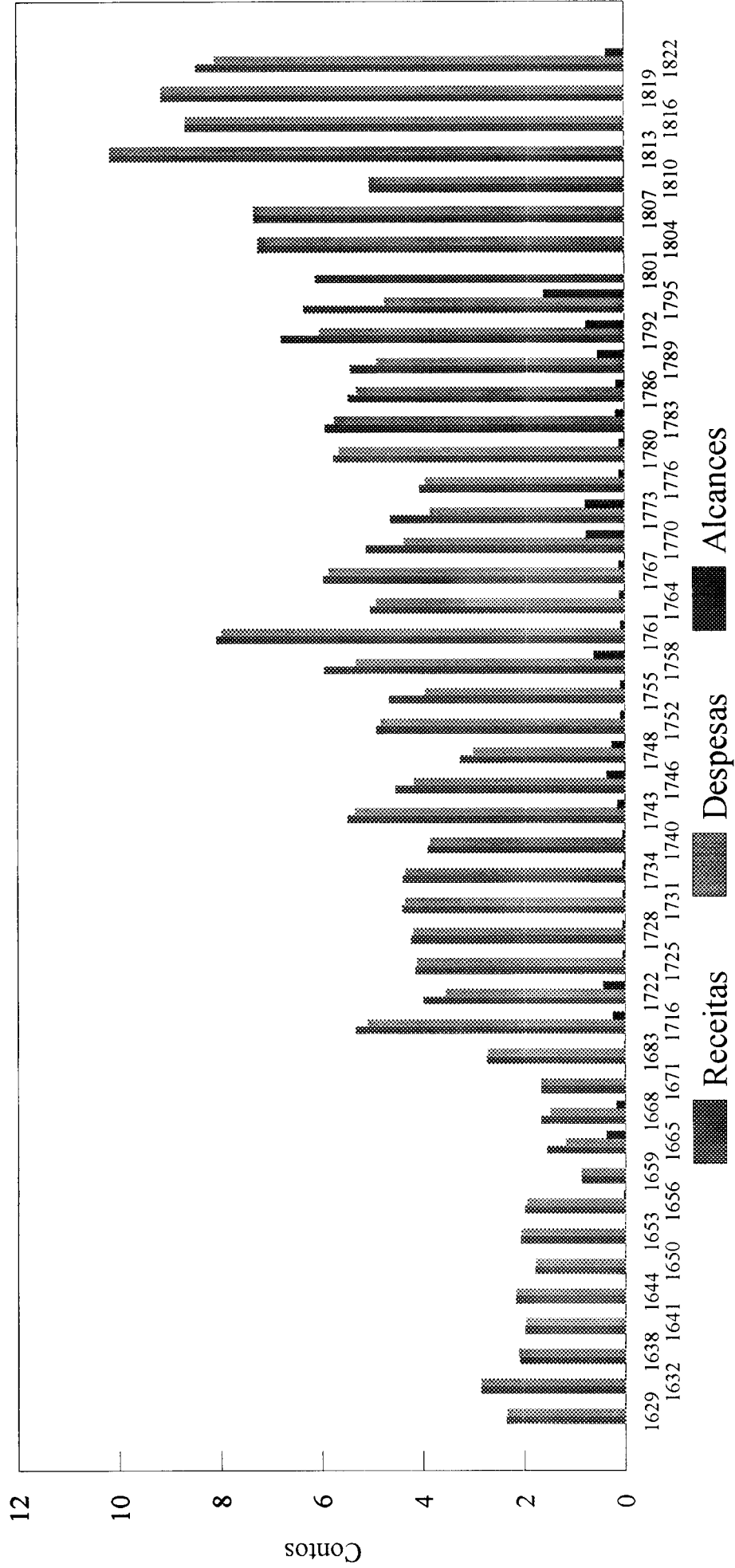
No século XVIII vai haver um aumento significativo de receitas, cerca de 46%, com um reforço no final do século. Mas, se aumentam os rendimentos também aumentam os gastos, pois por imposição real, exige-se ao clero o pagamento da décima e quinto (34) a juntar ao subsídio literário que já pagavam. As receitas aumentam pelo século seguinte, atingindo os montantes mais altos de toda a série. Não obstante, temos uma baixa acentuada no triénio de 1810. É uma quebra momentânea e que se relaciona com a passagem das tropas francesas por esta zona. A confusão e a desordem, acompanhadas de destruição que causaram, foi motivo para o não pagamento de certas pensões.

RECEITAS E DESPESAS (Reis)

ANOS	RECEITAS	DESPESAS	ALCANCES
1629	2.347.681	2.325.852	16.710
1632	2.860.263	2.849.096	16.064
1638	2.085.104	2.110.962	17.000
1641	1.988.546	1.971.546	17.000
1644	2.168.120	2.165.700	1.420
1650	1.784.235	1.771.358	12.877
1653	2.071.439	2.058.569	12.870
1656	1.984.266	1.949.784	34.580
1659	873.140	873.140	374.256
1665	1.554.139	1.179.883	182.445
1668	1.666.152	1.483.707	13.002
1671	1.664.957	1.661.959	22.261
1683	2.737.642	2.717.142	240.642
1716	5.329.961	5.089.319	442.963
1722	3.988.074	3.545.112	47.233
1725	4.157.228	4.109.995	50.172
1728	4.238.543	4.188.371	55.538
1731	4.408.003	4.352.465	55.538
1734	4.400.429	4.344.891	55.334
1740	3.906.250	3.850.916	156.072
1743	5.495.627	5.339.556	366.186
1746	4.545.050	4.178.866	268.257
1748	3.264.184	2.995.927	93.000
1752	4.919.095	4.826.095	93.000
1755	4.665.507	3.950.714	622.297
1758	5.943.663	5.321.366	93.000
1761	8.071.214	7.978.214	117.550
1764	5.038.381	4.920.831	117.550
1767	5.959.407	5.841.857	760.433
1770	5.115.487	4.355.053	778.625
1773	4.633.275	3.854.650	117.550
1776	4.058.375	3.940.825	117.550
1780	5.760.640	5.643.090	182.500
1783	5.917.312	5.734.812	161.817
1786	5.467.147	5.305.330	527.780
1789	5.419.086	4.891.206	759.283
1792	6.787.843	6.028.560	1.601.575
1795	6.341.102	4.741.527	
1801	6.109.148	7.243.646	
1804	7.243.646	7.331.041	
1807	7.331.041	5.037.533	
1810	5.037.532	10.158.096	
1813	10.158.096	8.676.491	
1816	8.676.491	9.150.386	
1819	9.150.386	8.100.579	360.000
1822	8.460.579		

Receitas, Despesas e Alcanços do Depósito (reis)

de 1629 a 1822



Nos triénios seguintes verificam-se receitas ainda maiores do que as do início do século, o que demonstra que só um facto ocasional fez baixar as rendas, e não nenhuma política de abaixamento levada a cabo pelo mosteiro.

Estas receitas eram depois distribuídas pelos vários órgãos administrativos da casa, e destinadas ao sustento da mesma. Havia um certo número de despesas fixas, outras variáveis, entre as quais se contam as obras e compras de ornamentos. Os gastos ordinários e extraordinários exigiam grandes despesas (ver quadro 3), pelo que pouco dinheiro sobrava em cada triénio. Geralmente as despesas eram proporcionais às receitas, quanto mais dinheiro se arrecadava mais se gastava. Assim sendo, é no século XVIII e XIX que mais dinheiro entra no depósito, mas também são épocas de muitos gastos. Basta referir que os triénios entre 1725-1740, foram de muitas obras e compras de muitos ornamentos (35). Só em 1725 "Dealbouce todo o convt^o por fora, e por dentro, e toda a Igreja, Claustro, e officinas" (36). Os restantes triénios foram igualmente de obras intensas, acompanhadas de compras de ornamentos (37).

No século XIX todas as receitas foram para suprir as despesas.

Para terminar a análise das contas do depósito falta-nos referir os "alcances" ou superavits deixados por cada uma das administrações trienais.

Feitas as despesas do triénio, o dinheiro que restasse transitava para o triénio seguinte. Algumas administrações deixaram mais dinheiro que outras, mas isso pode ou não significar que os triénios que mais dinheiro deixaram foram melhores que os outros, pois há que ter em conta o investimento que cada um fez. Seja como for os triénios que sobressaíam pelos montantes em caixa são o de 1665, 1716-22, 1746-48, 1780-95. A situação económica que esteve subjacente em cada um destes triénios não foi idêntica e explica, em parte, os montantes deixados.

Do que aqui ficou exposto conclui-se que, a posse de rendas era a principal fonte de rendimentos deste mosteiro. Conclui-se, igualmente, que era a fruição destas rendas o principal cerne motor para a aquisição de terras, aliado ao prestígio. Era uma situação cómoda e estável esta a de viverem de rendas, por isso a manutenção deste sistema económico e social por tanto tempo.

As reformas de Mouzinho da Silveira vem dismantelar estas estruturas económicas fundiárias, mas não as consegue aniquilar. Após 1834 assiste-se a uma tentativa de penetração do capitalismo nos campos, mas não a uma alteração nos métodos de produção ou à mudança da mentalidade rentista. Substituem-se as clientelas mas as mentes continuam eivadas do mesmo espírito tradicionalista. Ocupam-se novas terras comunais, baldios ou maninhos, não com

o objectivo de as explorar, introduzindo novos sistemas ou técnicas, mas de as converter em novas fontes de rendas (38).

É principalmente a burguesia rural ou urbana, endinheirada (39), que se vai apossar das terras de nobres e eclesiásticos. O que a move é a renda, pois "se o capitalista compra terras, é para as arrendar vivendo sempre do juro" (40), juntamente com o estatuto social (41). O que esta nova classe pretende é a nobilitação, um certo nivelamento pelos estratos sociais anteriores. Não é uma classe que se vai afirmar pela diferença, introduzindo uma nova forma de pensar e inovações na maneira de explorar a terra. Pelo contrário, é seguidora e continuadora da antiga mentalidade rentista, daí não se dar qualquer desenvolvimento das forças produtivas agrárias (42).

Tudo isto reflecte que, por debaixo das transformações liberais continuam a perdurar as estruturas de Antigo Regime (43).

NOTAS

- (1) Oliveira, Aurélio de - A Abadia de Tibães..., vol.II, p.710.
- (2) Idem, Rendas e Arrendamentos da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães (1684-1731), sep. das "Actas do Congresso Hist. de Guimarães e sua Colegiada", Guimarães, 1981, p.106.
- (3) Silbert, Albert - Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime - XVIII e XIX siècle, vol.I, Lisboa, I.N.I.C., 1978, p.162.
- (4) Oliveira, Aurélio de - A renda agrícola em Portugal durante o Antigo Regime (séculos XVII-XVIII), in "Revista de Hist. Económica e social", nº6, Julho-Dezembro, 1980 p.21.
- (5) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1665.
- (6) Conferir Contas do Recebedor dos Estados. A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89-90.

- (7) Idem, ibidem.
- (8) Por exemplo a Abadia de Tibães. (Cf. Oliveira, Aurélio de, o.c., vol.II, p. 397-398.)
- (9) Conferir "Os bens de domínio directo".
- (10) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1641.
- (11) Conferir "Formas de aquisição e estruturação do património".
- (12) Conferir nota 5.
- (13) Oliveira, Aurélio de - o.c., vol.II, p.693.
- (14) A.N.T.T., Conventos de Viana do Castelo, Ganfei, nº384, p.78.
- (15) Barros, H. da Gama - História da Administração Pública em Portugal, vol.III, Lisboa, Sá da Costa, p.25-26.
- (16) Silbert, Albert - o.c., vol.I, p.146.

- (17) Oliveira, Aurélio de - o.c., vol.II, p.693.
- (18) Idem, ibidem.
- (19) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., livro de Recibo nº 31. A.N.T.T., Conv.de V.do Cast., lºde prazos nº384, p.78.
- (20) Idem, ibidem.
- (21) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, Lº de Recibo nº31.
- (22) Memoria sobre os Laudemios q offerecem ao Soberano Congresso da Nação os Habitantes da Provincia do Minho, assignados em huma Representação, á qual esta Memoria serve de fundamento e instrucção,
Porto, 1821.
- (23) Idem, ibidem.
- (24) Oliveira, Aurélio - o.c., vol.II, p.693.

- (25) Costa, V.J.F Cardoso da - Memória sobre a avaliação dos bens de prazo, ed.c., p.29.
- (26) Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de - Elucidário..., tomoII, Lisboa, 1799, p.98.
- (27) Costa, Pe Avelino de Jesus da - O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga, vol.I, Coimbra, 1959, p.270.
- (28) Costa, Pe Avelino de Jesus da - Lutuosa, in "Dicionário de Hist. de Portugal", vol.IV, ed.c., p.86.
- (29) Oliveira, Aurélio de - o.c., vol.II, p.699.
- (30) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, 1º do Rº nº31.
- (31) A.N.T.T., Conv. de V. do Castelo, 1º de prazos nº384, p.87.
- (32) Idem, ibidem.

- (33) Desde 1629 até 1822 que as alterações nestes foros são diminutas. (Cf. A.D.B., C.S.B., Ganfei, E. nº89-90).
- (34) Oliveira, Aurélio de - A renda agrícola em Portugal durante o Antigo Regime (séculos XVII-XVIII), in "Revista de Hist. Económica e Social", nº6, Julho-Dezembro, 1980 p.41.
- (35) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1725, 1728, 1731, 1734, 1740.
- (36) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89, E.1725.
- (37) A.D.B., Conv. e Most., C.S.B., Ganfei, nº89-90.
- (38) Oliveira, Aurélio de - Rendas e Arrendamentos da Colegiada de Nossa daOliveira de Guimarães (1684-1713), in "Sep.do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada", Guimarães, 1981, p. 103.
- (39) Cabral, M. Vilaverde - O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX, Lisboa, Regra do Jogo, 1977, p.68.

- (40) Martins, Oliveira - Portugal Contemporâneo, vol.II, Men Martins, publ. Europa - América, p.303.
- (41) "Se compran tierras para aumentar el prestigio social, para ofrecer una imagen de señorío. En definitiva la posesión de la tierra es un indicador muy claro de la stratificación social en el siglo XVIII". (Cf. Sebastian, José Lopes - Reforma agrária en España, Madrid, Ariel, 1968, p.26).
- (42) Cabral, M. Vilaverde - o.c., p.18.
- (43) Godinho, Vitorino Magalhães - A estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa, Lisboa, Arcádia, 1971, p.80.

APRECIACÃO FINAL

Chegados ao termo deste trabalho resta-nos tecer algumas considerações.

O mosteiro de Ganfei como possuidor de várias terras era um dos grandes proprietários do Alto Minho. Os seus bens essencialmente fundiários, como convinha a um Senhorio rural, provieram sobretudo de doações que por serem generosas possibilitaram a formação de um amplo património. A sua extensão leva os monges a ter que dividir as propriedades e a proceder a dois tipos de administração. Uma pequena parte era administrada directamente, a outra - de muito maiores dimensões - arrendam mediante a realização de contratos enfitêuticos. Por conseguinte a atitude que vão ter perante estes bens também será diferente. Se nos seus bens de administração indirecta limitam-se a ser um mero Senhorio feudal, cobrando foros e rendas, nos seus bens de domínio directo são autênticos investidores e inovadores. Adoptam medidas de reconversão agrícola, introduzem novas culturas, usam meios adequados, o que se traduziu em óptimos resultados agrícolas, afastando totalmente as suas explorações do imobilismo e estagnação que caracterizavam as explorações

camponesas. Além disso, possuíam uma gestão modelar que passa pela existência de uma contabilidade minuciosa que englobava a parte agrícola, inexistente noutros senhorios laicos e que só muito tardiamente a adoptariam.

Em virtude destas medidas a produção obtida nas suas terras era muito maior, conseguindo excelentes rendimentos como no caso do trigo, que em alguns triénios foram comparáveis aos das boas terras doutros países. Esta prosperidade agrícola não era generalizável a outras explorações agrícolas e principalmente à dos camponeses, o que demonstra ser verídico e não exagerado o quadro sombrio que os fisiocratas descrevem da nossa agricultura nos finais do século XVIII (1). Só assim se compreende também a nossa constante importação de cereais, pois havendo mais explorações agrícolas do género das de Ganfei a falta de cereais não teria sido, senão debelada, pelo menos atenuada? Como relatam os fisiocratas não são as condições pedológicas que são desfavoráveis à prática agrícola (2) e os rendimentos obtidos em Ganfei e noutros mosteiros do Entre-Douro-e-Minho comprovam isso mesmo. As causas são mais profundas: falta de conhecimentos agrónomos, mentalidade refractária às mudanças, falta de instrução, existência de terras sem cultivo, excessivos direitos que pesam sobre a terra, ausência de uma política organizada de estado (3).

Perante este panorama agrícola pode-se enquadrar o mosteiro dentro do pequeno número de agricultores que fazem uma exploração que Le Roy Ladurie considerou de "estilo capitalista" (4), embora a atitude dos monges

de Ganfei não tenha sequer uma aproximação com a mentalidade capitalista. Até porque nem era uma acção autónoma, já que todas as inovações se integravam dentro de um plano traçado superiormente pela Congregação. De qualquer forma o mosteiro de Ganfei constitui um caso paradigmático dentro da exploração agrícola do Alto Minho, tal como os outros mosteiros beneditinos nas zonas em que estavam implantados.

Seria extremamente difícil para um campesinato pobre, quase sem meios para sobreviver e cheio de encargos, poder fazer investimentos na terra, pelo que a produção era para o consumo e para satisfazer as exacções fiscais, não havendo excedentes. Daí que grande parte da movimentação dos excedentes agrícolas da região fosse feita pelo mosteiro, o que lhes permitia obter lucros para investir na Cerca e passais: construção e conservação de muros, obras de irrigação, protecção e renovação de algumas espécies (oliveira, vinha, pomares) e fomento de novas culturas (feijão). No mosteiro e igreja, fazendo obras de reconstrução ou simples embelezamento, comprando objectos e utensílios úteis ou supérfluos. Além disso possibilitava ter ao seu serviço um certo número de empregados, quer como criados internos, assalariados ou jornaleiros.

Esta próspera situação económica do mosteiro diminuía o impacto das crises, sentidas de forma acutilante pela comunidade campesina. Como é o caso da crise agrícola de 1767/70, que fez subir de forma brutal o preço dos géneros agrícolas, sem que esse aumento fosse consentâneo com os salários (5).

Ao mesmo tempo verificaram-se dificuldades de abastecimento, pelo que a fome e a miséria foi generalizada (6). Esta crise está bem evidenciada nas nossas séries e noutras doutros mosteiros do Entre-Douro-e-Minho (7), o que significa que é preciso rever o papel do sector primário durante o Antigo Regime para se descortinar a inter-relação existente entre esta crise e a comercial e mercantil verificada pela mesma época (8).

As condições de vida do campesinato não modificaram muito no final do século XVIII e dealbar do XIX. Continuaram as crises de produção, mantendo-se os preços em alta. É neste contexto de recessão que se dão as invasões francesas, que não criaram esta situação como é lugar comum afirmar-se, mas que a agravaram substancialmente.

Nestas épocas de crise são os rendeiros, sobretudo os que arrematam as rendas decimais que lucram e acabam por especular com os preços, pois pelas suas mãos passava uma quantidade razoável da produção agrícola. Por seu turno, o mosteiro estava sempre salvaguardado das crises precisamente pelas rendas que recebia das suas terras.

A renda era efectivamente, um atractivo para a posse de terras. A compra fazia-se não com o objectivo da exploração directa mas para se obter um rendimento fixo, portanto, estava ausente da mente dos compradores a obtenção de lucro para reinvestimento agrícola. Esta mentalidade rentista que imobilizou a

agricultura de Antigo Regime, prolongou-se mesmo depois das lutas liberais, cerceando qualquer hipótese de realização de uma revolução agrícola.

NOTAS

- (1) Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1789.
- (2) Sá, José António de - Memória sobre alguns obstáculos de agricultura que conviria remover, in "Memórias Económicas Inéditas (1780-1808)", publicação do II centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1987, p.145.
- (3) Idem, ibidem, p.147-151.
Godinho, Vitorino Magalhães - A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa, Lisboa, Arcádia, 1971, p.151.

- (4) Le Roy Ladurie, Emmanuel - Les paysans de Languedoc, Paris, Flammarion, 1969, p.45.
- (5) Oliveira, Aurélio de - A Abadia de Tibães..., vol.II, p.503.
- (6) Idem, ibidem, p.504-505.
- (7) Idem, ibidem, p.487-497.
- (8) Macedo, Jorge Borges de - A situação económica no tempo de Pombal, Lisboa, Gradiva, 1989, p.141.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

A. FONTES MANUSCRITAS

I. ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

Conv. e Most., Congregação de S. Bento, nº2, Gav.I.

Conv. e Most., Congregação de S. Bento, nº3, Gav.II.

Conv. e Most., Congregação de S. Bento, nº20, 21, Gav.VI.

Conv. e Most., Congregação de S. Bento, Ganfei, nº89, Estados de 1629-1758.

Conv. e Most., Congregação de S. Bento, Ganfei, nº90, Estados de 1761-1822.

Conv. e Most., Congregação de S. Bento, Documentação Geral, Ms. nº132.

Conv. e Most., Congregação de S. Bento, Documentação Geral, Ms. nº159.

Conv. e Mosteiro, Ganfei:

Livros do Recibo:

nº28 - 1816-1818

nº29 - 1819-1821

nº31 - 1789-1791

nº33 - 1816-1818

nº34 - 1819-1824

nº35 - 1825-1831

Livros do Descargo do recibo:

nº20 -1810

Livros Vários:

nº52.A - Livro de Prazos e Vedorias, séc. XVII.

nº53. - Papéis vários (6 docs.).

nº54. - Papéis vários.

nº55. - Livro dos conselhos, 1828-1830.

nº56. - Livro das Visitas 1810.

nº57. - " " " 1828.

nº58. - Dietário e Costumeyro, 1728.

nº59. - Dietário e Costumeyro, 1800.

nº60. - Livro de rendas dos prazos, 1800.

Fazenda Nacional:

B-FN 62 - Foros Remissão de). Docs. 1 a 14. Séc XIX-1860.

- Relação dos bens alodiais. Doc.15. 1836.

II. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Conventos de Viana do Castelo, sala 1, Ganfei:

nº352 - Tombo Velho (cópia), 1542.

nº353 - Índice do cartório de Ganfei por Fr. Luís dos Serafins, 1815.

nº384 - L.24 1789-1795, livro de Prazos.

nº367 - L. IV 1590-1750, livro de sentenças.

nº368 - L. V 1737-1761, " " "

nº369 - L. VI 1616-1738, " " "

nº370 - L.VIII 1604-1800, " " "

nº377 - L. XV 1451-1813, " " "

nº413 - L. XVI 1605-1815, " " "

nº379 - livro do recibo, 1780-1785.

nº401 - L.R, livro de vedorias.

nº405 - L.6 1787-1789, livro de notas de prazos.

nº404 - L.7 1800, " " " " "

nº424 - cópias das actas dos Capítulos Gerais de 1804, 1807, 1810, 1813, 1816, 1819, 1822, 1825, 1828, 1831.

Maço 554 - inventário dos bens do Mosteiro de Ganfei depois da extinção do Mosteiro em 1834.

III. ARQUIVO DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO

Notas de tabelião:

nº4.55.1.2.

nº4.57.2.31.

Livro de óbitos:

nº5, livro de óbitos de Ganfei 1803-1848.

IV. BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO

Ms.nº364.

Ms.nº2.

V. ARQUIVO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CAMINHA

Livro de Receitas e Despesas.

Livro de Acordãos.

VI. ARQUIVO DE SINGEVERGA

Meireles, Fr. Antonio da Asumsão - *Memorias para a história geral da congregação de S.Bento de Portugal. Memorias para a história particular do Mosteiro de Ganfey fundadas nos documentos do arquivo do mesmo Mosteiro, que examinei no ano de 1796.*

B. BIBLIOGRAFIA

ABEL, Wilhelm - Crises agraires en Europe (XIII-XX siècles). Paris, 2^a ed., 1973.

Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada às Ciencias Historicas. Santiago de Compostela, Universidade de Santiago, 1975.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - Arquitectura de Entre-Douro-e-Minho. Porto, 1^a parte, 1978.

-----, Vias Medievais de Entre-Douro-e-Minho. Tese de licenciatura policopiada, Porto, 1968.

ALMEIDA, Fortunato de - História da Igreja em Portugal. Barcelos, 1970, vols. 1-4.

-----, História de Portugal. Coimbra, 1925-29, vols. 3-6.

AMORIM, Inês, - O Mosteiro de Grijó - Senhorio e Propriedade 1560-1720 (Formação, Estrutura, e Exploração do Seu Domínio). Porto, 1986.

ANDRADE, António A. Banha de - Bens eclesiásticos, in "Dicionário da História da Igreja em Portugal", Lisboa, Ed. Resistência, 1983, vol. II.

AQUINO, Fr. Tomás de - Elogios dos reverendissimos. padres DD.Abades Geraes da Congregação Benedictina do Reyno de Portugal e principado de Brasil. Porto, 1767.

ARAÚJO, Veloso de - O Minho rural e a agricultura moderna. Braga, 1928.

AUGÉ-LARIBÉ, Michel - La Révolution Agricole. Paris, 1955.

AZEVEDO, J. Lúcio de - Épocas de Portugal Económico. Lisboa, 1929.

AZEVEDO, Julião Soares de - Condições económicas da Revolução Portuguesa de 1820. Lisboa, 2ª ed., 1976.

BAEHREL, René- Une Croissance. La Basse Provence Rurale de la fin du XVI siècle à 1789. Paris, Ed. de l'École des Hautes études en Sciences Sociales, réédition 1988.

BAIROCH, Paul - Agricultura, in "Enciclopédia Einaudi, vol. 7 - Modo de produção - Desenvolvimento, subdesenvolvimento", Lisboa, I.N.C.M., 1986.

BALBI, Adrien - Essai statistique sur le Royaume de Portugal. Paris, 1822, vol. I.

BARREIRO MALLON, Bandilio - La producción agrícola de Xallas a través de los arrendamientos diezmales: un intento de aproximación, in "Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada a las Ciencias Historicas. III - Historia Moderna", Santiago de Compostela, Universidade de Santiago, 1975.

BARRETO, J. António de Oliveira - Memoria sobre as verdadeiras causas da ruína de Portugal. Lisboa, 1821.

BARROS, Henrique da Gama - História da Administração Pública em Portugal. Lisboa, Sá da Costa, 1945, vols. 2, 3, 7.

BARROS, Henrique de - A Estrutura Agrária Portuguesa. Lisboa, Ed. "República", 1972.

-----, Economia agrária e economistas agrários. Lisboa, 1965.

-----, Os grandes sistemas de organização da economia agrícola. Lisboa, 1795.

-----, O problema do Trigo. Lisboa, Cosmos, 1941.

BARROS, João de - Geografia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, in "Coleção de Manuscritos Inéditos", Porto, (1919), vol. V.

BARROS, Joaquim Soares - Sobre o conhecimento das qualidades de terra, suas propriedades; e outras reflexões relativas à agricultura, in "Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa", Lisboa, 1812, T.IV.

BAULANT, Micheline - Du bon usage des dîmes dans la région parisienne, in "Les fluctuations du produit de la dîme", Paris, Mouton, 1961.

BEHRENS, C. B. A. - The Ancien Régime. Thames and Hudson, reedição 1989.

BEZERRA, M. G. de Lima - Os estrangeiros no Lima....Coimbra, oficina da Universidade, 1791, 2 vols.

BLOCH, Marc - Les caractères originaux de l'histoire rurale française. Paris, 1968.

BOTELHO, J. Nicolau Raposo - Diccionario das Moedas, Pesos, Medidas e Informações Commercias de todos os Paizes. Lisboa, 1895.

BRANDÃO, Fr. Francisco - Monarchia Lusitana. V Parte, 1650.

BRAUDEL, Fernand - Civilização material e capitalismo séc.XV-XVIII. Lisboa, Cosmos, 1970, T. I.

-----, El méditerranio y el mundo mediterranio en la epoca de Filipe II. México - Buenos Aires, 2ª ed., 1976, 2 vols.

BRITO, J. J. R. de - Memorias politicas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações e principalmente de Portugal. Lisboa, 1803, vol. II.

BROTERO, Felis de Avellar - Reflexões sobre a Agricultura de Portugal, in "M.E.A.R.C.L.", Lisboa, 1815, T. IV.

BRUMONT, Francis - L'exploitation paysanne en Vieille Castille à la fin du XVI siècle, in "Congresso de Hist. Rural - siglos XV al XIX", Madrid, Universidade Complutense, 1984.

CABRAL, M. Vilaverde - O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX. Lisboa, Regra do Jogo, 1977.

CABREIRA, Thomaz - A política agrícola nacional. Coimbra, 1920.

Cadastro Vitícola da Região de Vinhos Verdes. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária, Comissão de Viticultura da Região de Vinhos Verdes, Valença, 1985.

CALDAS, Eugénio de Castro; FIGUEIREDO, Ernesto de - Agro-Sistemas, in "Cadernos do Noroeste - Sociedade, Espaço, Cultura", Braga, Universidade do Minho, 1986.

CAMPOS, Ezequiel de - A evolução e a revolução agrária. Porto, 1918.

-----, Enquadramento geo-económico da população portuguesa através dos séculos. Lisboa, 1943.

CARDOSO, George - Agiologico Lusitano. Lisboa, 1652, 4 vols..

CARDOSO, Luís - Diccionario Geographico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, logares e aldêas rios, ribeiras e serras dos reinos de Portugal e Algarve. Lisboa, 1747-51, 2 vols..

CARVALHO, B. T. Coutinho Álvares de - Defesa das theses de direito enfyteutico. Lisboa, 1790.

CARVALHO, Bernardo José de - Tractado theorico e practico sobre os Tombos. Coimbra, 1827.

CARVALHO, Vicente Antonio Esteves de - Memoria sobre a origem, e progressos da emphyteuse, e sua influencia sobre a agricultura em Portugal. Lisboa, 1814.

CASTRO, Armando de - Baldios, in "Dicionário de História de Portugal", Porto, Liv. Figueirinhas, 1989, vol. I.

-----, Evolução económica de Portugal dos sécs XII a XV. Lisboa, 1964-1970, 9 vols..

-----, Introdução ao estudo da economia portuguesa (fins do século XVIII a princípios do XIX). Lisboa, 1947.

CASTRO, João Baptista de - Mappa de Portugal Antigo e Moderno. Lisboa, 2ª ed., 1762, vol. I.

Chancelarias Portuguesas (D.Pedro I). Doc. 960, Lisboa, I.N.C.M., 1984.

CHARLES, Jean-Luc - Production céréalière, autoconsommation et marché: la grange cistercienne de Cendrera (1630 - 1711), in "Congreso de Historia Rural - siglos XV al XIX", Madrid, Universidade Complutense, 1984.

CIPOLLA, Carlo - História Económica da Europa Pré- Industrial. Lisboa, ed. 70, 1984.

COELHO, Maria Helena da Cruz - O Baixo Mondego nos finais da Idade Média (Estudo de História Rural). Coimbra, Faculdade de Letras, 1983, 2 vol..

Congreso de Historia Rural - Siglos XV al XIX. Coloquio celebrado em Madrid, Segovia y Toledo de 13 a 16 de Outubro de 1981, Madrid, Universidade Complutense, 1984.

CORRÊA, A. Augusto Mendes - A alimentação do povo português. Lisboa, 1951.

CORTAZAR, J. A. Garcia de - Historia Rural Medieval. Lisboa, Ed. Estampa, 1983.

CORTESÃO, Jaime - Geografia e economia da restauração, in "Cadernos Seara Nova", Lisboa, 1940.

-----, Portugal - A Terra e o Homem. Lisboa, Artis, 1964, vol. I.

COSTA, D. António da - No Minho. Porto, 2ª ed., 1900.

COSTA, M. J. de Almeida - A Origem da Enfiteuse no Direito Português. Coimbra, Coimbra ed., 1957.

-----, Enfiteuse, in "Dicionário de História de Portugal", Porto, Liv. Figueirinhas, 1989, vol. II.

COSTA, P. Antonio Carvalho da - Corografia Portuguesa. Lisboa, 1706, T. I.

COSTA, P. Avelino de Jesus da - Lutuosa, in "Dicionário de História de Portugal", Porto, Liv. Figueirinhas, 1989, vol. IV.

-----, O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga. Coimbra, 1959, vol. I.

-----, A Comarca Eclesiástica de Valença do Minho, in "Actas do 1º Colóquio Galaico - Minhoto", Ponte de Lima, 1/5 de Setembro de 1981, vol. I.

COSTA, V. J. Cardoso da - Memória sobre a avaliação dos bens de prazo. Lisboa, 1802.

CRUZ, Antonio - Geografia e economia da província do Entre-Douro-e-Minho nos fins do século XVIII. Porto, 1970.

Dicionário de História de Portugal. Porto, 1989, 6 vol..

DESAIVE, Paul - A la recherche d'un indicateur de la conjoncture Baux de Notre-Dame de Paris et de l'abbaye de Montmartre, in "Les fluctuations du produit de la dîme", Paris, Mouton, 1969.

DIAS, J. Sebastião da Silva - As correntes do sentimento religioso em Portugal: séculos XVI a XVIII. Coimbra, Ed. Universidade de Coimbra, 1960, 2 vols.

DUBY, Georges - L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'occident Médieval. Paris, Flammarion, 1977.

EIRAS ROEL, Antonio; González, R. Usero - Precios de los granos en Santiago de Compostela y Mondoñedo: siglo XVIII, in "Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada a las Ciencias Historicas. III - Historia Moderna", Santiago de Compostela, Universidade de Santiago, 1975.

EIRAS ROEL, Antonio - Evolucion del producto decimal en Galicia a finales del Antiguo Regimen: primeras series diezmales, in "Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada a las Ciencias Historicas. III - Historia Moderna", Santiago de Compostela, Universidade de Santiago, 1975.

-----, Producción y precios agrícolas en la Galicia atlántica en los siglos XVII-XVIII. Un intento de aproximación a la coyuntura agrária, in " Congreso de Hist. Rural siglos XV al XIX ", Madrid, Universidade Complutense, 1984.

FABRE, Daniel; LACROIX, Jacques - La vie quotidienne des paysans du Languedoc au XIX siècle. Hachette, 1973.

FEIJÓ, Rui; NUNES, João Arriscado - Continuidade e Mudança: o Minho em perspectiva histórico/ sociológica, in "Cadernos do Noroeste - Sociedade, Espaço, Cultura", Braga, Universidade do Minho, 1986.

FOYOS, Joaquim - Memoria sobre qual convem ser a geira portuguesa, in "M.E.A.R.C.L.", Lisboa, 1812, T. IV.

Frades (Os) julgados no tribunal da razão. Lisboa, 1814

FRANCO, Francisco Soares - Diccionario de agricultura. Coimbra, 1804-6.

-----, Ensaio sobre o melhoramento de Portugal e Brazil. Lisboa, 1821, (3º caderno).

FRANZINI, Marino Miguel - Observações meteorologicas feitas na cidade de Lisboa no anno de 1817, acompanhadas da relação dos mais notaveis sucessos acontecidos em diversas regiões. Lisboa, 1817.

FRÊCHE, George - Dîme et production agricole. Remarques méthodologiques à propos de la région toulousaine, in "Les fluctuations du produit de la dîme", Paris, Mouton, 1969.

-----, Toulouse et la Région Midi - Pyrénées au Siècle des Lumières vers 1670-1789. Mayenne, 1974.

FREIRE, António de Oliveira - Descrição corografica do Reyno de Portugal. Lisboa, 1755.

GANGNEUX, Gérard - Les rentes seigneuriales et domaniales dans les Commanderies de l'Ordre de Malte de la Langue de Provence XVII et XVIII siècles, in "Les fluctuations du produit de la dîme", Paris, Mouton, 1969.

GARCÍA SANZ, A. - Los diezmos del obispado de Segovia del siglo XV a XIX: problemas do método, modos de percepção y regímenes sucesivos de explotación, in "Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada a las Ciencias Historicas. III - Historia Moderna", Santiago de Compostela, Universidade de Santiago, 1975.

GIRÃO, A. de Amorim - Geografia de Portugal. Porto, Portucalense Ed., 2ª ed., 1949-1951.

GODINHO, Vitorino Magalhães - A estrutura na antiga sociedade portuguesa. Lisboa, Ed. Arcádia, 1971.

-----, Alguns problemas da economia portuguesa no século XVII de depressão internacional, in "Revista de História Económica e Social", Lisboa, Sá da Costa, 1980, vol. 5.

-----, Introdução à História Económica. Lisboa, Livros Horizonte, (1971).

-----, Prix et Monnaies au Portugal, 1750-1850. Paris, Armand Colin, 1955.

GONÇALVES, Iria - O temporal do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV. Lisboa, Universidade Nova, 1984, 2 vols..

GOUBERT, Pierre - 100.000 Provinciaux au XVII siècle - Beauvais et Beauvaisis de 1600 à 1730. Paris, Flammarion, 1968.

GOY, Joseph - Les rendements du blé au pays d'Arles XVII-XVIII siècles, in "Les Fluctuations...", Paris, Mouton, 1972.

HERCULANO, Alexandre - Sobre a questão dos Foraes, in "Opúsculos", Lisboa, Liv. Bertrand, 3ª ed., vol. VII.

Histoire de la France rurale. Direcção de Georges Duby e Armand Wallon, Paris, Ed. Seuil, 1975, 3 vol..

JACQUART, Jean - Immobilisme et catastrophes 1560 - 1660, in "Histoire de la France rurale", direcção de George Duby et Armand Wallon, Paris, Ed. Seuil, 1975, T. II.

JUSTINO, David - Crises e "Decadência" da Economia Cerealífera Alentejana no Século XVIII, in "Revista de História Económica e Social", Lisboa, Sá da Costa, Janeiro - Junho, 1981, vol. 7.

LABROUSSE, Ernest - Aspects d'un bilan méthodologique et critique de l'histoire conjoncturelle (XVI - XVIII siècles), in "Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada a las Ciencias Historicas. III - Historia Moderna", Santiago de Compostela, 1975.

-----, Fluctuaciones económicas e historia social. Madrid, Ed. Tecnos, 1962.

-----, La crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution. Paris, P.U.F., 1944.

LAUTENSACH, Hermann - As Características Fundamentais da Geomorfologia, in "Geografia de Portugal", Lisboa, Sá da Costa, 1987, vol. I.

LE ROY LADURIE, Emmanuel - De la crise ultime à la vraie croissance 1660-1789, in "Histoire de la France rurale", direcção de Georges Duby e Armand Wallon, Ed. Seuil, vol. III.

-----, Histoire du climat depuis l'an mil. Paris, Flammarion, 1983, 2 vol..

-----, Les paysans de Languedoc. Paris, S.E.V.P.E.N., 1966.

-----, Un cas de méthodologie dans l'histoire rurale: les grandes monographies des révoltes et des contestations rurales en France de 1675 à 1788, in "Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada a las Ciencias Historicas. III - Historia Moderna", Santiago de Compostela, Universidade de Santiago, 1975.

LE ROY LADURIE, E.; GOY, Joseph - Les Fluctuations du produit de la dîme. Conjoncture décimal et domanial de la fin du Moyen-Âge au XVIII^e siècle. Premier Congrès National de l'Association Française des Historiens Economistes, Paris, Mouton, 1972.

-----, Première esquisse d'une conjoncture du produit décimal et domanial. fin du Moyen-Âge - XVIII^e siècle, in "Les Fluctuations du produit de la dîme", Paris, Mouton, 1972.

-----, Présentation, in "Les fluctuations du produit de la dîme", Paris, Mouton, 1969.

-----, Prestations paysannes, dîmes, rente foncière et mouvement de la production agricole à l'époque préindustrielle. Paris, Mouton, 1978.

LEÃO, Duarte Nunes de - Descrição do Reino de Portugal. Lisboa, 2ª ed., 1785.

Livro de Linhagens do Conde D.Pedro. Prefácio e notas de José Mattoso, P.M.H., Nova Série, Academia das Ciências, Lisboa, 1980, vol. II.

LOBÃO, Manoel de Almeida e Sousa de - Dissertações sobre os Dízimos Ecclesiasticos, e Oblações Pias. Lisboa, Imp. Regia, 1816.

-----, Tractado pratico e critico de todo o direito emphyteutico. Lisboa, 1814, 2 vols..

LOBO, Constantino Botelho de Lacerda - Memoria sobre a cultura das vinhas de Portugal, in "M.E.A.R.C.L.", Lisboa, 1790, vol. II.

MACEDO, Jorge Borges de - A situação económica no tempo de Pombal. Lisboa, Gradiva, 1989.

MAGALHÃES, J. Romero de - O Algarve económico-1600-1773. Lisboa, Ed. Estampa, 1988.

MAIA, Fernanda P. F. O. de Sousa - O mosteiro de Bustelo: Propriedade e produção agrícola no Antigo Regime (1638-1671 e 1710-1822). Porto, 1989.

MARQUES, A. H. de Oliveira - Centeio, in "Dicionário de História de Portugal", Liv. Figueirinhas, 1989, vol. II.

-----, Cevada, in "Dicionário de História de Portugal", Liv. Figueirinhas, 1989, vol. II.

-----, Desamortização, in "Dicionário de História de Portugal", Porto, Liv. Figueirinhas, 1989, vol. II.

-----, Introdução à História da Agricultura em Portugal, Lisboa, Cosmos, 2ª ed., 1968.

-----, Milho, in "Dicionário de História de Portugal", Porto, Liv. Figueirinhas, 1989, vol.IV.

MARQUES, José - A Arquidiocese de Braga no século XV, in "Bracara Augusta", Braga, Vol. 35, Fasc.79 (92), 1981.

-----, O Mosteiro de Oia e a Granja da Silva, no contexto das relações Luso-Castelhanas dos séculos XIV-XV, in "Revista de História", INIC, 1985, vol. VI.

MARTINS, Oliveira - Portugal Contemporâneo. Mem Martins, Publ. Europa - América, 2 vol..

MATTOSO, José - A introdução da regra de S.Bento na Península Ibérica, sep. da revista "Bracara Augusta", Braga, XXX. Fasc. 69 (81), Janeiro - Junho, 1976.

-----, Data da introdução da liturgia romana na Diocese de Braga, in "Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa", Lisboa, I.N.C.M., 1982.

-----, Inventário dos fundos de antigos Mosteiros Beneditinos existentes no Arquivo Distrital de Braga. Braga, 1967.

-----, Le Monachisme Ibérique et Cluny - Les Monastères du Diocèse de l'an mille à 1200. Louvain, 1969.

MAURO, Frédéric - Le Portugal, Le Brésil et le Atlantique au XVII siècle (1570-1670). Paris, Ed. C. Gulbenkian, 1983.

MEDEIROS, Carlos Alberto - Introdução Geográfica, in "História de Portugal", Lisboa, Publ. Alfa, 1983, vol. I.

Memorias de Litteratura Portugueza da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa, 1792, T. II.

Memorias Economicas da Academia Real das Ciencias de Lisboa. Lisboa, 1789 a 1815, 5 vols..

Memórias das primeiras acções do Excelentíssimo General Junot Duque d'Abrantes. Lisboa, 1808.

Memórias Económicas Inéditas (1780-1808). Lisboa, publicações do II centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1987.

MIGUEL, Carlos F. M. de - Feijão, in "Dicionário de História de Portugal", Porto, Liv. Figueirinhas, 1989, vol.IV.

MORINEAU, Michel - Les faux semblants d'un démarrage économique: agriculture et démographie en France au XVIII siècle. Paris, Armand Colin, 1971.

MOTA, Salvador - O Mosteiro de Santa Maria de Bouro. Propriedade e rendas (1655-1775). Porto, 1989.

NEVES, Manuel Augusto A. Pinto - Valença na história e na lenda. Valença.

OLIVEIRA, A. Lopes de - Valença do Minho. Póvoa do Varzim, Ed. Poveira, 1978.

OLIVEIRA, António - Vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640. Coimbra, 1971, 2 vol..

OLIVEIRA, Aurélio - A Abadia de Tibães 1630-80. Porto, Publ. F.L.P., 1974.

-----, A Abadia de Tibães 1630/80 - 1813. Propriedade, Exploração e Produção Agrícolas no Vale do Cávado durante o Antigo Regime. Porto, 1979, 2 vol..

-----, A renda agrícola em Portugal durante o Antigo Regime (séculos XVII-XVIII), in "Revista de História Económica e Social", nº6, Julho-Dezembro, 1980.

-----, Contabilidades monásticas e produção agrícola durante o Antigo Regime, Santo Tirso, 1982.

-----, Elementos para a história dos preços na região bracarense (1680-1830), in "Bracara Augusta", vol. XXV-XXVI, Fasc. 59-62 (71-74), 1971-1972, Braga, 1973.

-----, Mercados a Norte do Douro. Algumas considerações sobre a história dos preços em Portugal e a importância dos mercados regionais: (séc.XVII - XVIII), in "Revista da Faculdade de Letras (História)", II Série, Porto, 1985, vol. II.

-----, Níveis de produção vinícola no Entre-Douro-e-Minho 1629-1822, in "1ªs Jornadas de Estudo Norte de Portugal/Aquitânia", Porto, C.E.N.P.A., 1986.

-----, Rendas e arrendamentos da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães (1684-1731), in Separata do vol. II das " Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada ", Guimarães, 1981.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de - Elementos para a História do município de Lisboa, Lisboa, 1898.

OLIVEIRA, Francisco António - História económica de Portugal. Lisboa, 1931, 2 vol..

OLIVEIRA, João Nunes de - A Produção Agrícola de Viseu entre 1550 e 1700. Viseu, Ed. da Câmara de Viseu, 1990.

OLIVEIRA; E. Veiga de; GALHANO, F.; PEREIRA, Benjamim - A alfaia agrícola portuguesa. Lisboa, I.A.C., 1976.

PASCUAL, E. Zaragoza - Reforma de los benedictinos portugueses (1564-1565), in "Bracara Augusta", vol. XXXV, Jan.-Dez. 1981, nº 79-80 (92-93).

PEREIRA, Miriam Halpern - Livre câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX. Lisboa, 1971.

PERES, Damião - Organização económica, in "História de Portugal", Barcelos, Ed. de Barcelos, 1933, vols. V-VII.

PÉREZ GARCIA, J. M. - La agricultura gallega de mediados del siglo XVIII a través de sus rendimientos. Una respuesta alternativa, in "Congreso de História Rural. Siglos XV al XIX", Madrid, Universidade Complutense, 1984.

-----, Un modelo de sociedad rural de Antiguo Régimen en la Galicia Costera: La Península de Salnés (Jurisdicción de La Lanzada). Santiago de Compostela, Universidade de Santiago, 1979.

PINHO LEAL, A. S. d'Azevedo Barbosa - Portugal Antigo e Moderno. Lisboa, 1874.

PORTUGAL, Thomaz Antonio de Villa Nova - Memoria sobre a preferencia que entre nós merece o estabelecimento dos mercados ao uso das feiras de ano para o comércio intrinseco, in "M.E.A.R.C.L.", Lisboa, 1791, T. III.

-----, Memoria sobre a cultura dos terrenos baldios que ha no Termo da Villa de Ourem, in "M.E.A.R.C.L.", Lisboa, 1791, T. III.

Portugalia Monumenta Historica. Inquisitiones (Inquirições de D.Afonso III - 1ª alçada), Lisboa, 1888, T.I.

RAU, Virgínia - A grande exploração agrária em Portugal a partir dos fins da Idade Média, in "Estudos de História Económica", Lisboa, Col. "Ensaio", 1961.

REIS, António P. de Matos - O preço dos cereais em Ponte de Lima (1625-1925), in Separata de "Almanaque de Ponte de Lima", 1980.

-----, Preços na Ribeira Lima (séculos XVII-XX), in "Revista do C.E.R.", Viana do Castelo, 1986.

REIS, Pedro Batalha - Ouro Português Amoedado. Lisboa, 1940.

RIBEIRO, João Pedro - Dissertações Chronologicas e Críticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal. Lisboa, 1810-36.

-----, Memoria sobre a vantagem dos prazos a bem da agricultura e riqueza nacional. Lisboa, 1835.

RIBEIRO, Luciano - Uma descrição de Entre Douro e Minho por Mestre António, in "Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto", Porto, 1959, vol.XXII, Fasc. 3-4.

RIBEIRO, Orlando - As Regiões Geográficas, in "Geografia de Portugal", Lisboa, Sá da Costa, 1987 vol. IV.

-----, Elementos morfológicos do Maciço Antigo, in "Geografia de Portugal", Lisboa, Sá da Costa, 1987, vol. I.

-----, Ensaio de Geografia Humana e Regional. Lisboa, Sá da Costa, 1970.

-----, Geografia de Portugal. Lisboa, Sá da Costa, 1987, vol. IV.

-----, Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Lisboa, 1963.

RIVES, Jean - Dîme et société dans l'Archevêché d'Auch au XVIII^e siècle. Paris, Bibliothèque National, 1976.

RUWET, J. - Pour une indice de la production céréalière à l'époque moderne: la région de Namur, in "Les fluctuations du produit de la dîme", Paris, Mouton, 1972.

S. ROMÃO, Visconde Vilarinho de - Portugal Agrícola. Porto, Ed. Lugan e Genelioux, 1890.

-----, O Minho e as suas culturas. Lisboa, Imp. Nacional, 1902.

S. TOMÁS, Fr. Leão de - Benedictina Lusitana. Lisboa, 1644, T. I.

SAMPAIO, Alberto - Estudos Históricos e Económicos. Lisboa, Ed. Vega, 1979, vol. I.

SÁNCHEZ, Esteban Sarasa - Rentas, derechos señoriales, producción y precios agrarios en Aragón en el siglo XV, in "Congreso de Historia Rural. Siglos XV ao XIX", Madrid, Universidade Complutense, 1984.

SANTOS, Cândido dos - Os Jerónimos em Portugal - das origens aos fins do século XVIII. Porto, I.N.I.C., 1980.

SANTOS, Eugénio - A igreja e a mentalidade capitalista no Norte de Portugal: um exemplo concreto, in "1ªs Jornadas de Estudo Norte de Portugal/Aquitânia", Porto, C.E.N.P.A., 1986.

SANTOS, Maciel Morais - Capital e Mais-Valia na Agricultura - A Quinta de Moreira 1787-1828. Porto, 1987.

SEBASTIAN, José Lopes - Reforma agrária en España. Madrid, Ariel, 1968.

SILBERT, Albert - Do Portugal de antigo Regime ao Portugal oitocentista. Lisboa, Liv. Horizonte, 1972.

-----, Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime - XVIII - début du XIX siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée. Lisboa, I.N.I.C., 1978, vols. I e II.

-----, Le problème agraire portugais au temps des premières cortes libérales. Paris, F.C. Gulbenkian, 1985.

SILVA, José Veríssimo Álvares da - Memoria Historica sobre a Agricultura Portuguesa considerada desde o tempo dos Romanos até ao presente, in "M.E.A.R.C.L.", Lisboa, 1815, vol. V.

-----, Observações Botanico-Metereologicas do ano de 1800 feitas em Thomar, in "M.E.A.R.C.L.", Lisboa, 1815, vol. V.

SILVA, L. A. Rebelo da - Memoria sobre a população e a agricultura de Portugal desde a fundação da monarchia até 1865. Parte I (de 1097-1640), Lisboa, Imp. Nacional, 1868.

SILVA, Rosa Fernanda M. da - Paisagem agrária das Planícies e Colinas Minhotas (contrastes e mutações). Porto, 1981.

SILVEIRA, António Henriques - Racional discurso sobre a agricultura, in "M.E.A.R.C.L.", Lisboa, 1790, T. I.

SOBOUL, Albert - Problèmes paysans de la révolution 1789 - 1848. Paris, FM/Fondations, 1983.

SOUSA, Fernando de - O rendimento das Ordens Religiosas nos finais do Antigo Regime, in "Revista de História Económica e Social", Lisboa, Sá da Costa, 1981 vol. 7.

SOUSA, Fr. Gabriel de - Benedictinos, in "Dicionário de História da Igreja em Portugal", Lisboa, Ed. Resistência, 1983, vol. II.

-----, O mosteiro de Rendufe na Congregação Beneditina Portuguesa, in "Bracara Augusta", vol. XXXV, Jan-Dez., 1981.

TELLES, Vicente Coelho Seabra Silva e - Memoria sobre a cultura das videiras e a manufactura dos vinhos, in "Memorias da Agricultura premiadas pela Academia Real de Ciências de Lisboa", Lisboa, 1719, vol. V.

TORRES, Ruy d'Abreu - Dízimos Eclesiásticos, in "Dicionário de História de Portugal", Porto, Liv. Figueirinhas, 1989, vol. II.

TRIGOSO, Sebastião Francisco Mendo - Memoria sobre os terrenos abertos, o seu prejuizo na Agricultura, e sobre os differentes methodos de tapumes, in "M.E.A.R.C.L.", Lisboa, 1789, vol. V.

VAN BATH, B. H. Slicher - Historia Agraria de Europa Occidental/ 500-1850. Barcelona, Ed. Península, 2ª ed., 1978.

VAN DER WEE, Herman - El empleo de conceptos y modelos teóricos de las ciencias humanas en la historia, in "Actas de las 1ªs Jornadas de Metodologia Aplicada a las Ciencias Historicas. III - Historia Moderna", Santiago de Compostela, Universidade de Santiago, 1975.

VANDELLI, Domingo - Memoria sobre a preferencia que em Portugal se deve dar à Agricultura sobre as fábricas, in "M.E.A.R.C.L.", Lisboa, 1789, vol. I.

VANDELLI, Domingo - Memoria sobre as produções naturais do Reino, e das Conquistas, primeiras materias de diferentes fábricas ou manufacturas, in "M.E.A.R.C.L.", Lisboa, 1789, vol. I.

-----, Memoria sobre a Agricultura deste Reino, e das suas conquistas, in "M.E.A.R.C.L.", Lisboa, 1789, T. I.

VIEIRA, José Augusto - O Minho Pitoresco. Lisboa, 1886, 2 vol..

VILLARES, Ramón - Foros, Frades e Fidalgos. Vigo, Ed. Xerais de Galicia, 1982.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de - Elucidário das Palavras, Termos e Frases.... Lisboa, 1798, 2 vols..

VRIES, Jan de - A economia da Europa numa época de crise (1600-1750). Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1983.

ÍNDICE

Nota Prévia	1
Introdução	2
Notas	6

1ª PARTE

Capítulo I - O MOSTEIRO DE GANFEI - Enquadramento Histórico	7
Notas	17
Capítulo II - O MEIO FÍSICO	25
1 - Geologia e geomorfologia	27
2 - Hidrografia	29
3 - Clima	31
Notas	36
Capítulo III - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO	43
Notas	53

2ª PARTE

Capítulo IV - O PATRIMÓNIO DE GANFEI	
1 - Formas de Aquisição e Estruturação do Património	56

2 - Os Bens de Domínio Directo	63
3 - Bens sob Administração Indirecta	75
Capítulo V - A TERRA, O FORO E O CAMPONÊS	85
Notas (Cap. IV - V)	100
 3ª PARTE	
 Capítulo VI - INDICADORES DA PRODUÇÃO	131
A - Produção e Rentabilidade	135
1 - Fontes	137
2 - Produção e Rentabilidade dos Cereais	139
a) Trigo	140
b) Segunda	144
3 - Outras Produções	
a) Vinho	150
b) Oliveira	152
c) Feijão	154
B - O Dízimo	156
1 - Origem e Consequências na exploração agrícola	158
2 - O sistema de cobrança e os contratos de arrendamento	161
3 - Metodologia	165
4 - O Dízimo como fonte de receita	168
Dízimo e produção directa	169
Dízimo e foros	171
	 280

5 - O Dízimo como indicador da produção agrícola em Ganfei	172
6 - Produção e preços	177
7 - Preço dos cereais em três mercados do Alto Minho: Caminha, Viana do Castelo, Ponte de Lima	180
C - Conclusão	189
Tentativa de periodização	190
Notas	195

4ª PARTE

Capítulo VII - RENDAS SENHORIAIS	218
Foros em géneros	220
Foros a dinheiro	225
Domínios ou Laudémios	227
Lutuosa	230
Notas	237
Apreciação final	243
Notas	247

FONTES E BIBLIOGRAFIA

A. Fontes Manuscritas	249
B. Bibliografia	254

QUADROS E GRÁFICOS

2ª PARTE

CAPÍTULO IV

Ponto 1

Quadro - Doações/Compras/Escambos

Ponto 3

Gráfico I - Prazos

Gráfico II - Composição do Património

Quadros - Casais e prazos existentes em 1542 e 1789

Gráficos - Foros em 1542 e 1789

CAPÍTULO V

Gráfico - Foros em géneros e em dinheiro

3ª PARTE

CAPÍTULO VI

A - Ponto 2

Quadro A	Gráfico 1, 2
Quadro B	Gráfico 3, 4
Quadro C	Gráfico 5
Quadro D	Gráfico 6
Quadro E	Gráfico 7

B - Ponto 4

Quadro - Produção Directa (em reis)

Quadro - Foros, Trigo e Segunda (em reis)

Ponto 5

Gráfico 1 - Evolução do volume decimal (alqueires de segunda)

Gráfico 2 - Idem

Ponto 6

Gráfico 3 - Preço médio do meado ou segunda

Gráfico 4 - Evolução da Produção e Preços

Ponto 7

Quadro - Preço dos cereais em Caminha, Viana do Castelo e Ponte de Lima

Gráfico 2 - Preço do Trigo

Gráfico 3 - Preço do Centeio

Gráfico 4 - Preço do Milho

4ª PARTE

CAPÍTULO VII

Quadro 1 - Foros em Géneros

Quadro 2 - Rendas em dinheiro

Quadro 3 - Receitas e Despesas

Gráfico 2 - Entradas em Dinheiro - Foros

Gráfico 3 - Entradas em Dinheiro - Domínios

Gráfico 4 - Entradas em Dinheiro - Lutuosas

Gráfico - Entradas em Dinheiro

Gráfico - Percentagem em Dinheiro da Renda (Século XVII)

Gráfico - Percentagem em Dinheiro da Renda (Século XVIII)

Gráfico - Percentagem em Dinheiro da Renda (Século XIX)

Gráfico - Receitas, Despesas e Alcances do Depósito